

SANDRA M. M. SIQUEIRA
FRANCISCO PEREIRA

O marxismo depois de Marx e Engels

*Conquistas teóricas, políticas e
programáticas no século XX*



Editora do EXPOGEO
Salvador-Bahia
2015

PROJETO GRÁFICO E COPYRIGHT @ by
Sandra M. M. Siqueira e Francisco Pereira

CAPA:

Lênin e Trotsky após tomada do poder
na Rússia pelo proletariado

REVISÃO TEXTUAL:

Derval Gramacho

FICHA CATALOGRÁFICA:

Anagélia Lacerda Leite

EDITORÇÃO GRÁFICA:

João Guilherme Vasconcelos

IMPRESSÃO GRÁFICA:

MuttiGraf

SUPERVISÃO EDITORIAL:

Joaquina Lacerda Leite

Tiragem: 1000 exemplares

SI618m Siqueira, Sandra M. M.
O marxismo depois de Marx e Engels: conquistas
teóricas, políticas e pragmáticas no século XX / Sandra M.
M. Siqueira; Francisco Pereira — Salvador : Expogeo,
2015.
202 p.

ISBN: 978-85-89421-05-8

1. Marxismo. 2. Internacionalismo proletário.
3. Socialismo. I. Pereira, Francisco. II. Título

CDD: 330

EDITORADO EXPOGEO

Avenida 7, Ed. Fernandez, Sl. 616 – Centro. Salvador – Bahia
(71) 99304-6950 / 98404-8008 / 98720-0717 / 99910-0717
expogeo90@gmail.com / expogeo.blogspot.com



*A todos os companheiros da luta diária.
Aos que lutaram sob a bandeira do marxismo revolucionário.*





Sumário

Introdução	7
1. Síntese do legado de Marx e Engels	15
1.1. O método dialético e a concepção materialista da história.....	19
1.2. A crítica do capitalismo e da sociedade burguesa.....	29
1.3. A luta de classes, a classe operária e o partido político.....	39
2. O marxismo depois de Marx e Engels	55
2.1. O avanço da influência do marxismo.....	55
2.2. As deformações do estalinismo e as pressões sobre a intelectualidade.....	67
3. Os avanços do marxismo revolucionário no século XX	77
3.1. O materialismo dialético.....	81
3.2. O imperialismo, fase de decomposição do capitalismo.....	94
3.3. O Partido Político proletário.....	105
3.4. A concepção marxista do Estado.....	114
3.5. O combate ao revisionismo e ao reformismo.....	125
3.6. A revolução na fase imperialista.....	130
3.7. O estalinismo e a crise de direção política.....	143
3.8. Defesa do internacionalismo e da independência de classe.....	170
4. O Manifesto Comunista e O Capital: duas obras fundamentais	187
Conclusões	192
Bibliografia	194



Introdução

Os marxistas não têm o menor direito – se a desilusão e o cansaço não forem considerados ‘direitos’ – de chegar à conclusão de que o proletariado perdeu suas possibilidades revolucionárias e deve renunciar a todas as aspirações de hegemonia na era imediatamente próxima. Em escala histórica, quando se trata de profundas mudanças nos sistemas econômico e cultural, 25 anos pesam menos que uma hora na vida de um homem. Que tipo de pessoa, por causa de fracassos empíricos que acontecem no decorrer de uma hora ou de um dia, renuncia aos objetivos que tinha se colocado, em base à experiência e análise de toda a sua vida anterior? Durante os anos da mais sombria reação russa (1907-1917), tomávamos como nosso ponto de vista de partida aquelas possibilidades que o proletariado russo havia revelado em 1905. Nos anos de reação mundial devemos partir das possibilidades que o proletariado russo revelou em 1917 (Trotsky, Em defesa do marxismo).

O século XX foi marcado por profundas transformações e contradições econômicas, políticas, sociais e culturais em todos os continentes e países. As transformações no capitalismo do final do século XIX e primeiros anos do século XX levaram à substituição da sua fase liberal-concorrencial pela fase imperialista, caracterizada por Lênin como de *guerras, revoluções e contrarrevoluções*.

De fato, o século passado foi extremamente rico de experiências revolucionárias, como foi o caso, por exemplo, da Revolução Russa de 1917, com impactos mundiais profundos e duradouros. Mas também foi marcado por guerras (Primeira e Segunda Guerras Mundiais) e contrarrevoluções burguesas frente às convulsões sociais do proletariado e demais explorados.

Entre as situações revolucionárias e as profundas convulsões sociais pode-se destacar: a Revolução Russa (1905 e de Outubro de 1917), Alemanha (1918-19 e 1923), a China (1925-27 e 1947-49), Espanha (1931-34-36-1937), França (1936 e maio de 1968), Itália (1919-20 e 1943-48), Iugoslávia (1941-45), Grécia (1944-45), Bolívia (1952), Cuba (1956-1962), Angola (1962-76), Chile (1970-73), Portugal (1974-75), Moçambique (1973-75), Etiópia (1974), Irã (1979), levantes políticos em Estados operários burocratizados, como a Alemanha Oriental (1953), Polônia (1956), Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1967-69), processos revolucionários na América Central (Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador), além dos levantes e convulsões na América do Sul (Bolívia, Venezuela, Argentina) nas últimas décadas.

Poderíamos citar inúmeros outros processos revolucionários em diversos países, de capitalismo avançado ou atrasado. Alguns foram

vitoriosos e chegaram a expropriar a burguesia nacional e os grandes monopólios internacionais, cumprindo as tarefas democráticas pendentes. Outros foram derrotados, abortados ou deformados burocraticamente durante o processo revolucionário, reconstituindo o Estado burguês e as relações capitalistas de produção. Outros não chegaram a expropriar a burguesia, não conseguiram avançar sequer no cumprimento das tarefas democráticas.

Por isso, ao publicarmos o livro *Marx Atual*¹, sentimos imediatamente a necessidade de aprofundar alguns aspectos do desenvolvimento do marxismo revolucionário no século XX, analisados apenas de passagem no primeiro texto. Devido à diversidade de autores e das suas contribuições, evidentemente essenciais ao avanço da teoria revolucionária, que tiveram alguma influência no movimento socialista internacional, resolvemos destacar, em especial, os aportes de Lênin, Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo. Compreendemos que o conjunto das aquisições desses três militantes e pensadores marxistas foram fundamentais para o alargamento e aprofundamento da teoria revolucionária no século XX.

Para tanto, resolvemos também fazer uma síntese das conquistas teóricas empreendidas por Marx e Engels, os fundadores do marxismo (socialismo científico), como suporte à análise das conquistas teóricas, políticas e programáticas no século XX. Não chegamos, entretanto, a apreciar todos os aspectos da teoria e das experiências vivenciadas pelos dois revolucionários alemães. Destacamos, como o leitor perceberá imediatamente, apenas os elementos que consideramos axiais, quais sejam: o método dialético e o materialismo histórico, a crítica do capitalismo e a necessidade de organização política da classe operária, como classe dirigente da maioria explorada.

A crise econômica aberta em 2008, que se encontra em curso, mostrou definitivamente que o capitalismo não entrou em uma fase de desenvolvimento harmônico e de paz mundial, como alegavam os representantes ideológicos e políticos da burguesia, após a queda do Leste Europeu e a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A crise em curso demonstra o processo de esgotamento do capitalismo mundial e abre, do ponto de vista da luta de classes, uma nova etapa.

Desde a eclosão da crise a Europa vivencia inúmeras manifestações, ocupações de praças e avenidas, além das greves gerais, como as que sacudiram a França, a Grécia, a Espanha, Portugal, Itália e Bélgica,

¹ SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx Atual: a vigência do marxismo e os desafios da luta socialista*. Salvador (BA): Arcádia, 2013.

entre outros países. Milhões de pessoas (trabalhadores, funcionalismo, juventude) foram às ruas protestar contra os chamados “planos de austeridade” impostos pelos governos por meio de cortes em diversos setores sociais importantes para salvar os capitalistas em crise.

Nos países do norte da África, como Tunísia, Egito e Líbia, estendendo-se ao Oriente Médio, ocorreram diversos levantes populares contra as condições políticas, econômicas e sociais, que degradam a vida dos trabalhadores, juventude e demais explorados. Entretanto, as greves gerais na Europa e os levantes populares no norte da África e Oriente Médio demonstraram concretamente o peso da crise de direção revolucionária nos diversos países convulsionados e no plano internacional, de modo que as insatisfações das massas acabaram por ser desviadas e controladas pela burocracia sindical, pela socialdemocracia ou por organizações nacionalistas de conteúdo burguês, levando-as a processos de conciliação de classes nos limites das instituições burguesas.

O fato é que, desde a primeira metade dos anos 1970, a economia mundial vive de crise em crise, acumulando os elementos da crise histórica, estrutural, produto da fase imperialista, de decomposição do capitalismo. Na base da crise histórica da sociedade capitalista está o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas (força de trabalho e meios de produção) e as relações de produção (cuja expressão é a propriedade privada), que se tornaram um obstáculo ao avanço pleno da técnica e da ciência e a sua aplicação ao processo de produção e melhorias das condições de vida e de trabalho do conjunto da sociedade. Tornaram-se um estorvo ao desenvolvimento pleno das forças produtivas e das potencialidades humanas.

Entretanto, o fato de o capitalismo estar em crise e conduzir a humanidade a um processo de barbárie crescente (violência urbana e estatal desenfreada, destruição da natureza, fome, miséria, aumento da exploração, destruição de direitos, guerras regionais), não significa que abrirá espontaneamente passagem ao socialismo. Não, apenas a ação política da classe operária (por encarnar o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção burguesas), apoiada na maioria explorada, será capaz de pôr fim à barbárie capitalista e abrir uma nova página na história da humanidade, em direção ao socialismo e à sociedade sem classes, o comunismo.

A passagem do capitalismo ao socialismo só será efetivada pela tomada do poder pelo proletariado, como classe dirigente da maioria explorada (campesinato, classes médias arruinadas), pelo estabelecimento do seu domínio de classe como processo de transição ao socialismo (Marx denominava de *ditadura do proletariado*, o domínio de classe da classe operária, apoiado nos demais explorados, como produto da

tomada do poder e expropriação da burguesia). Em outras palavras, pela revolução proletária.

Dois problemas centrais se projetam: primeiro, o peso histórico das deformações estalinistas e a política de conciliação de classes da socialdemocracia, hegemônicos durante décadas no movimento operário e socialista internacional; segundo, a profunda e presente crise de direção política revolucionária, diante da burocratização, degeneração e destruição da URSS, do Partido Bolchevique (depois Partido Comunista da União Soviética – PCUS) e da Terceira Internacional pelo estalinismo.

O aprofundamento do processo de restauração capitalista nas décadas de 1980 e 1990, com a implantação da Perestroika e da Glasnost era expressão de um processo mais longo de ruptura do estalinismo com a perspectiva e conquistas da Revolução Russa de 1917, fundadas no internacionalismo proletário e na revolução socialista mundial.

Os estalinistas atuais, declarados ou não, escondem as condições objetivas e o papel histórico da burocracia e de Stalin na crise de direção política mundial do proletariado. Reproduzem, com uma linguagem pretensamente moderna, a mesma estratégia e táticas (alianças com partidos da burguesia, apoios a governos burgueses supostamente “progressistas”) do estalinismo, desde quando não se converteram completamente em pilares do Estado e das instituições capitalistas.

Também concorrem para a crise a fragmentação e desaparecimento da Quarta Internacional, como verdadeiro Partido Mundial da Revolução Socialista. Coloca-se claramente a necessidade não só de construção das ferramentas políticas para organização da luta revolucionária, os partidos marxistas, em todos os países, como a reconstrução do partido mundial, isto é, da Quarta Internacional.

A luta teórica, política, ideológica e programática é parte dessa tarefa histórica. Não há condições de resolvê-la a não ser sob a base da assimilação da experiência internacional da luta de classes do proletariado e demais explorados ao longo dos últimos dois séculos e da teoria que expressou (e expressa!) essa experiência, qual seja, o marxismo ou socialismo científico. É preciso, pois, estudar os clássicos do marxismo. Como o leitor observará, o marxismo se desenvolveu muito após a morte de Marx e Engels, particularmente com os acontecimentos da Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos no plano internacional, no século XX.

Os aportes de Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, entre outros militantes e pensadores do movimento socialista internacional são fundamentais para compreender a atualidade e para forjar, no interior da luta de classes, os instrumentos políticos adequados à luta pela tomada do poder e estabelecimento do domínio de classe do proletariado. Entre

tantas contribuições, podemos destacar as seguintes contribuições analisadas ao longo do texto:

- a) o desenvolvimento do método materialista histórico-dialético;
- b) o imperialismo como fase de decomposição do capitalismo;
- c) o partido político marxista, o programa proletário e a teoria da revolução da nossa época;
- d) a origem, o caráter e o papel social do Estado;
- e) a luta contra o revisionismo e reformismo socialdemocrata;
- f) o caráter da burocracia da ex-URSS e do estalinismo e a luta em defesa das conquistas da Revolução de Outubro de 1917;
- g) a defesa do internacionalismo proletário.

Ressaltamos ao final do texto a importância de obras seminais de Marx e Engels, como o *Manifesto Comunista* (1848), que faz uma síntese da *concepção materialista da história*, aplicando-a à compreensão da história da humanidade, destacando a luta de classes como motor da história e, no caso da sociedade burguesa atual, a necessidade de constituição do proletariado como classe politicamente organizada e independente dos partidos da burguesia, por meio da construção do partido político proletário; e, *O Capital* (1867), obra que expressa a aplicação do método dialético materialista à análise do capitalismo e da sociedade burguesa, erguida sob a base econômico-social desse modo de produção.

Os grandes revolucionários do século XX não se acomodaram ao que Marx e Engels produziram, mas, a partir dos fundamentos deixados pelos fundadores do socialismo científico, puderam compreender as transformações no capitalismo (a fase imperialista) e suas consequências (guerras, revoluções e contrarrevoluções), o caráter da revolução nos países capitalistas atrasados (semicoloniais) e apontar para a necessidade de constituição da classe operária em partido político revolucionário. Eis o aspecto essencial do marxismo no século XX e nas primeiras décadas do presente século.

Esperamos que o texto possa cumprir o seu objetivo, de situar os militantes e os que se iniciam no estudo do marxismo, sobre as possibilidades abertas pelo método dialético materialista à pesquisa e à elaboração teórica dos problemas fundamentais da sociedade e da história humana.







1. Síntese do legado de Marx e Engels

*A socialização do trabalho, que progride sempre mais rapidamente de mil maneiras diferentes, e que, durante o meio século passado sobre a morte de Marx, se manifestou, sobretudo, por extensão da grande indústria, dos cartéis, dos sindicatos, e dos trustes capitalistas, e também pelo imenso crescimento das proporções e do poder do capital financeiro, eis a principal base material do inevitável advento do socialismo. O motor intelectual e moral, o agente físico desta transformação, é o proletariado educado pelo próprio capitalismo. A luta do proletariado contra a burguesia, revestindo formas diversas e cada vez mais ricas de conteúdo, torna-se inevitavelmente uma luta política tendente à conquista do poder (“ditadura do proletariado”). A socialização da produção não pode deixar de culminar com a transformação dos meios de produção em propriedade social, numa “expropriação dos expropriadores”. O enorme aumento da produtividade do trabalho, a redução da jornada de trabalho, a substituição dos vestígios, das ruínas da pequena propriedade primitiva e disseminada pelo trabalho coletivo aperfeiçoado, tais são as consequências desta transformação (Lênin, *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*).*

As bases teóricas fundamentais do marxismo (ou socialismo científico) foram desenvolvidas por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), revolucionários e teóricos do movimento socialista internacional. Apesar de suas origens sociais (Marx era filho de um procurador de justiça de Trier, Alemanha; Engels, filho de um rico comerciante têxtil), inicialmente influenciados pelo pensamento democrático-radical da burguesia europeia e pela filosofia idealista e dialética de Hegel, superaram as suas inclinações teóricas e políticas iniciais por meio da aproximação à filosofia materialista e ao movimento socialista, transformando-se em autênticos revolucionários, a serviço da causa de emancipação do proletariado, isto é, da luta pela superação do capitalismo e constituição do socialismo, como via para a sociedade sem classes sociais, o comunismo².

² Sobre os aspectos biográficos dos fundadores do marxismo, consultar as seguintes obras: LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979; RIAZANOV, David. *Marx e Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984; RIAZANOV, David (org.). *Marx: o homem, o pensador, o revolucionário*. São Paulo: Global, 1984; MEHRING, Franz. *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Sundermann, 2013; MACLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990; COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995; GABRIEL, Mary. *Amor e Capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013; LEFEBVRE, H. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70,

A obra dos fundadores do marxismo foi resultado de um conjunto de condições objetivas e subjetivas, caracterizadas pelo desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, o processo de industrialização e a formação do proletariado moderno, as consequências nefastas da exploração da força de trabalho pelo capital, as primeiras lutas travadas pela classe operária contra a situação de exploração, miséria, baixos salários e condições de trabalho, bem como o amplo avanço do pensamento filosófico e científico na sociedade moderna.

Lênin, o mais importante marxista e estrategista político revolucionário do século XX, observou, acertadamente, que o socialismo científico ou marxismo

É o sistema das ideias e da doutrina de Marx. Marx continuou e completou as três principais correntes de ideias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral³.

Na mesma obra, Lênin destaca a importância de Engels para o socialismo científico:

Engels foi o mais notável sábio e educador do proletariado contemporâneo em todo o mundo civilizado. Desde o dia em que as circunstâncias juntaram Karl Marx e Friedrich Engels, a obra de toda a vida dos dois amigos tornou-se o fruto da sua atividade comum. Assim, para compreender o que Friedrich Engels fez pelo proletariado, é necessário ter-se uma ideia precisa do papel desempenhado pela doutrina e atividade de Marx no desenvolvimento do movimento operário contemporâneo.⁴

Trotsky, líder, junto com Lênin, da insurreição proletária de Outubro de 1917 na Rússia, dirigente do Exército Vermelho, que combateu a contrarrevolução burguesa, e fundador da Quarta Internacional, destacou sinteticamente que “o socialismo científico é a expressão consciente do processo histórico inconsciente, ou seja, da tendência elementar e instintiva do proletariado de reconstruir a sociedade sobre princípios comunistas”⁵.

1981; CORNU, Auguste. *Carlos Marx; Federico Engels: del idealismo al materialismo histórico*. Buenos Aires: Editoriales Platina, 1965; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

³ LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979, p. 15.

⁴ Idem, p. 55-56.

⁵ TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 146.

Rosa Luxemburgo, revolucionária alemã, demonstrou o caráter dialético e científico das concepções de Marx e Engels e o impacto do materialismo histórico na análise da realidade social, econômica e política da nossa época: “O marxismo é uma concepção revolucionária que luta constantemente para alcançar novos conhecimentos, que detesta, acima de tudo, o estancamento das fórmulas fixas, que conserva sua força viva e criadora, no choque espiritual de armas da própria crítica e nos raios e tronos históricos”.⁶

De fato, a teoria de Marx e Engels representa uma síntese não só da história social, mas também do avanço dos conhecimentos humanos em vários campos, tanto nas Ciências da Natureza, quanto Sociais. A trajetória teórico-política dos fundadores do marxismo, sempre articulada dialeticamente à luta do proletariado revolucionário, encontra-se plasmada nas obras da juventude, quando ainda estavam sob a influência de Hegel e compunham o chamado círculo dos jovens hegelianos de esquerda, como a tese de doutoramento de Marx, *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro* (1841) e os textos publicados na Gazeta Renana (1842-43); nas obras de crítica e ruptura com Hegel e os jovens hegelianos, como *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843); de aproximação à emancipação humana e reconhecimento do proletariado como classe revolucionária, presentes em *A questão judaica* (1844) e *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844); nas primeiras críticas da economia e da sociedade burguesa em *Esboço de uma crítica da economia política* (de Engels, 1844), *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (de Engels, 1845).

Está presente também nas obras de afirmação e desenvolvimento da filosofia materialista e de síntese da concepção materialista da história como *A Sagrada Família* (de Marx e Engels, 1845), *Teses sobre Feuerbach* (1845) e *A ideologia alemã* (1846); no primeiro programa do proletariado, o *Manifesto Comunista* (de Marx e Engels, 1848) e nos textos sobre as jornadas de 1848 na Europa e a contrarrevolução desencadeada pela classe dominante, como *As lutas de classes na França* (1850), *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) e *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* (de Engels, 1852); nas obras de crítica da economia política burguesa e de estudo científico da origem, dinâmica e crise do capitalismo, tais como *Trabalho assalariado e capital*

⁶ LUXEMBURGO, Rosa. Crítica dos críticos ou o que os epígonos fizeram da teoria marxista. In: *A acumulação do capital: Estudos sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 516.

(1849), *Grundrisse* (1857-58), *Para a crítica da economia política* (1859), *Salário, Preço e Lucro* (1865) e *O Capital* (1867).

Somem-se a esse conjunto de textos os documentos escritos por Marx durante a existência da Primeira Internacional, como o estatuto, a mensagem inaugural e as diversas mensagens posteriores da organização, entre elas, *A guerra civil na França* (1871), sobre a Comuna de Paris e suas lições; o combate ao reformismo no seio do Partido Socialdemocrata Alemão, expresso na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), além dos esforços de Engels, após a morte de Marx, para aplicar o método dialético materialista a campos mais largos da realidade e do conhecimento humano, como *Anti-Dühring* (1877-78), *A Dialética da Natureza* (1878-1882), *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), *A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado* (1884), *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886), além de textos como *Contribuição à História da Liga dos Comunistas* (1885) e *O Papel da Violência na História* (1887-88).⁷

⁷ Sobre o conjunto de obras dos fundadores do marxismo, cf. MARX, Karl. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Porto: Editorial Presença, 1972; *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012; *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982; *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011; *As lutas de classes na França: 1848-1850*. São Paulo: Global, 1986; *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global editora, 1987; *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006; *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 1, vol. 1, 2002; *O Capital*. São Paulo: Nova Abril Cultural, col. Os Economistas, 1982; *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004; *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo, 2010; *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005; *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006; *Glosas críticas* marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. São Paulo: *Expressão Popular*, 2010; *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011; *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002; *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998; *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003; *As lutas de classes na Rússia*. São Paulo; Boitempo, 2013; ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. In: ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981; *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975; *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975; *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975; *Princípios do comunismo*. São Paulo: Global, 1980; *Anti-Dühring*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991; *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Do conjunto da teoria fundada por Marx e Engels, podemos extrair, entre as muitas conquistas:

- a) a defesa e o desenvolvimento da filosofia materialista, que vinha sendo elaborada, em suas teses fundamentais, desde os filósofos materialistas gregos, passando pelos materialistas do século XVIII e XIX (a exemplo de Ludwig Feuerbach). Marx e Engels imprimem à filosofia materialista uma base dialética;
- b) a aplicação do método dialético-materialista à explicação do desenvolvimento histórico da humanidade e às condições para a transformação das formações socioeconômicas, cuja síntese é a *concepção materialista da história*;
- c) a partir da nova concepção da história humana e das leis de transformação das formações sociais e econômicas, os fundadores do socialismo científico analisaram o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa, que se desenvolve a partir dele, sua estrutura, dinâmica, contradições e condições objetivas e subjetivas de sua superação (sua transformação e constituição do socialismo);
- d) a necessidade de a classe operária, por seu papel no processo de produção, constituir-se de classe em si em classe para si, isto é, independente política e organizativamente da burguesia, por meio da construção do partido político proletário, para travar a luta por suas condições de vida e trabalho, no campo da luta de classes, a partir da qual pode avançar na consciência de classe sobre a necessidade de destruir o capitalismo e reconstruir econômica e socialmente a sociedade, sobre bases socialistas, o que significa a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva.

1.1 O método dialético e a concepção materialista da história

O marxismo é uma concepção que tem como base o materialismo filosófico, ao qual Marx e Engels deram uma base dialética. Opõe-se, portanto, dialeticamente (extraíndo o que essas concepções têm de científico e revolucionário), às concepções filosóficas idealistas.

Como observa Engels, “a grande questão fundamental de toda filosofia, em particular da filosofia moderna, é a da relação entre o pensamento e o ser” (o espírito e a natureza, as ideias e a matéria). Notadamente, a resposta que as diversas escolas de pensamento deram a essa questão fundamental da Filosofia dividiu os pensadores em materialistas e idealistas:

Os que afirmavam o caráter primordial do espírito em relação à natureza e admitiam, portanto, em última instância, uma criação do mundo, de uma ou de outra forma (e para muitos filósofos, como para Hegel, por exemplo, a gênese é bastante mais complicada e inverossímil que na religião cristã), firmavam o campo do idealismo. Os outros que viam a natureza como o elemento primordial, pertencem às diferentes escolas do materialismo.⁸

George Novack, em sua obra *As origens do materialismo*, explica minuciosamente o significado dessa contraposição no campo da filosofia e as principais teses defendidas pelo materialismo filosófico:

Todas as filosofias enfrentam duas perguntas: Em que consiste a realidade? Como se origina? E depois dos primeiros gregos os filósofos têm que responder outra pergunta: como se conhece a realidade? As respostas que foram dadas a estas perguntas fundamentais determinaram o caráter da filosofia e a localização do filósofo.

Quase desde o começo da filosofia existiram duas posições fundamentais sobre estes problemas: a materialista e a idealista. Em sua fundamental *História da Filosofia* Hegel declarou que “em todos os tempos houve só uma filosofia cujas diferenciações contemporâneas constituem os aspectos necessários do principal”. É claro, diferente de outras formas de atividade intelectual, a de filosofar conservou determinados traços comuns que lhe dão continuidade desde os gregos até a atualidade. Mas este processo de generalização do pensamento constitui no fundo uma unidade de modos divergentes, e em última instância opostos, de explicar racionalmente o universo. O método materialista está em um polo; o idealista no outro.

Quais são os princípios essenciais do materialismo que o diferencia de todas as demais tendências filosóficas? Quais são os traços distintivos que nos permitem reconhecer um pensador materialista e afirmar que uma pessoa raciocina seguindo linhas materialistas? Vamos resumir brevemente:

1 – A proposição básica do materialismo se refere à existência da realidade independentemente da existência da humanidade. Afirma que a matéria é a substância primordial, a essência da realidade. Tudo provém da matéria e seus movimentos e ela é a base de tudo. A frase “mãe natureza” expressa este pensamento. Isso significa, em termos materialistas, que a natureza é a fonte última de tudo o que existe no universo, desde os sistemas galácticos até os pensamentos mais íntimos e audazes do *homo sapiens*.

2 – O segundo aspecto do materialismo se refere às relações entre a matéria e o pensamento. Segundo o materialismo, a matéria pro-

⁸ Cf. ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975, pp. 88-89.

duz o pensamento e este nunca existe independentemente da matéria. O pensamento é o produto mais elevado do desenvolvimento material e da organização animal e a forma mais complexa de atividade humana.

3 – Isso significa que a natureza existe independentemente do pensamento, mas que este não pode existir sem a matéria. O mundo material existia muito antes do começo da humanidade ou de qualquer ser pensante. Como diria Feuerbach: “a verdadeira relação entre o Ser e o pensamento é esta: o Ser é o sujeito, o pensamento o predicado. O pensamento surge do Ser, mas o ser não surge do pensamento”.⁹

Os fundadores do socialismo científico, a partir da assimilação crítica do desenvolvimento filosófico e científico anterior, especialmente as conquistas teóricas proporcionadas pelo materialismo filosófico da Antiguidade (Demócrito, Epicuro, Lucrecio,) ao século XVIII (Diderot, Helvétius, La Mettrie e Holbach, que sucederam a pensadores como Bacon, Locke, Hobbes) e a primeira metade do século XIX (Ludwig Feuerbach), bem como dos avanços alcançados pela filosofia idealista de Hegel, cujo núcleo revolucionário era a dialética, conceberam a *concepção materialista da história*, dotada de uma base ao mesmo tempo materialista e dialética, ligando-a indissolivelmente à história e às condições materiais de existência social.

O modo de pensar idealista e metafísico, anterior ao marxismo, pretendia analisar as coisas e fenômenos descontextualizados, separados e isolados uns dos outros, como algo fixo e dado de uma vez por todas. Mesmo quando os pensadores idealistas metafísicos admitem que as coi-

⁹ NOVACK, George. *As origens do materialismo*. São Paulo: Sundermann, 2015, pp. 31-32. Como consequência dessas teses, conclui Novack: “Fica excluída assim a existência de algum Deus, ou deuses, espíritos, almas ou outras entidades imateriais que se possa supor dirigem os atos da natureza, da sociedade e do homem ou influem sobre eles” (Idem, ibidem). A filosofia idealista, por sua vez, sustenta o seguinte, completa Novack: “1 – O elemento fundamental da realidade não é constituído pela matéria senão a mente ou o espírito. Em última instância tudo provém deste e depende de sua atividade. 2 – O pensamento gera os objetos materiais; atrás, ou antes, do mundo material está o Espírito ou a mente que o cria. A natureza pode ser a mãe, mas há um Deus Pai que a transcende. 3 – Portanto, mente ou Espírito são anteriores à matéria e independente desta. O Espírito é a realidade permanente; a matéria apenas um aspecto ou uma ilusão passageira. 4 – A mente ou o Espírito é idêntico ao divino, ou emana deste. Ou então, pelo menos se deixa aberta a possibilidade da existência do sobrenatural, admitindo seu poder e sua interferência” (Idem, ibidem). Não obstante, Novack alerta que “nenhuma escola por si só monopolizou a descoberta de novas ideias, especialmente nos períodos mais criativos da filosofia. Ainda que os materialistas gregos tenham captado o essencial da realidade do mundo objetivo mais corretamente que os idealistas, seus pontos de vista eram errados em outros aspectos. Por outro lado, quase todas as escolas idealistas, como os eleatas, os cétricos e os estoicos agregaram algo novo e valioso à compreensão da realidade, apesar de seus desacertos em questões fundamentais” (Idem, p. 39).

sas mudam ao longo do tempo, essas mudanças, para eles, só podem se dar por vias graduais, não reconhecendo qualquer abalo, revoluções ou transformações profundas na natureza, na história e na sociedade. Engels sintetiza a *concepção idealista metafísica* da seguinte forma:

Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, rígidos, focalizados um após outro, *de per si*, como algo dado e perene. Pensa só em antíteses, sem meio-termo possível; para ele, das duas uma: sim, sim; não, não; o que for além disso sobra. Para ele, uma coisa existe ou não existe; um objeto não pode ser ao mesmo tempo o que é e outro diferente. O positivo e o negativo se excluem em absoluto. A causa e o efeito revestem também, a seus olhos, a forma de uma rígida antítese. À primeira vista, este método discursivo parece-nos extremamente razoável, porque é o chamado senso comum. Mas o próprio senso comum – personagem muito respeitável dentro de casa, entre quatro paredes – vive peripécias verdadeiramente maravilhosas quando se aventura pelos caminhos amplos da investigação; e o método metafísico de pensar, por muito justificado e até necessário que seja em muitas zonas do pensamento, mais ou menos extensas segundo a natureza do objeto de que se trate, tropeça sempre, cedo ou tarde, com uma barreira, ultrapassada, a qual se converte num método unilateral, limitado, abstrato, e se perde em insolúveis contradições, pois, absorvido pelos objetos concretos, não consegue perceber sua concatenação; preocupado com sua existência, não atenta em sua origem nem em sua caducidade; obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque.¹⁰

Desse ponto de vista, efetivamente, não é possível reconhecer a existência de profundas contradições na realidade concreta (natureza e sociedade):

Certamente, desde que nos limitemos a focalizar as coisas como se fossem estáticas e inertes, contemplando-as isoladamente, cada uma *de per si*, no tempo e no espaço, não descobriremos nestas coisas nenhuma contradição. Encontrar-nos-emos com determinadas propriedades, umas comuns e outras diferentes e até mesmo contraditórias entre si, mas que não encerram uma contradição verdadeira uma vez que esta se encontra distribuída entre diversos objetos. Nos limites desta zona de observação podemos aplicar o método vulgar da metafísica sem nenhum perigo. Mas a coisa é diferente se quisermos focalizar os objetos dinamicamente, acompanhando-os em sua mobilidade, vendo-os transformar-se, viver, e influir uns sobre os outros. Ao pisar neste terreno, cairemos imediatamente numa série de contradições.¹¹

¹⁰ ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975, p. 39.

¹¹ ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990, p. 102.

Contrariamente ao modo de pensar metafísico e da lógica formal, o método dialético procura analisar e compreender a realidade, por meio das transformações e das contradições internas. As ideias devem expressar o movimento dialético da realidade, contribuindo para o alargamento dos conhecimentos humanos sobre a natureza e a sociedade, que são, necessariamente, eivadas de contradições.

Desde os filósofos dialéticos gregos, procura-se desenvolver uma forma de pensamento capaz de captar a realidade em suas mudanças, em suas constantes transformações. Esse método de análise da realidade é exatamente a dialética, que, realçamos, foi aprofundada pela filosofia de Hegel. A dialética, da época dos gregos até as suas formas mais avançadas, possibilita

a imagem de uma trama infinita de concatenações e influências recíprocas, em que nada permanece o que era, mas tudo se move e se transforma, nasce e morre. Vemos, pois, antes de tudo, a imagem de conjunto, na qual os detalhes passam ainda mais ou menos para o segundo plano; fixamo-nos mais no movimento, nas transições, na concatenação, do que *no que* se move, transforma-se e se concatena. Essa concepção do mundo, primitiva, ingênua, mas essencialmente exata, é a dos filósofos gregos antigos, e aparece claramente expressa pela primeira vez em Heráclito: tudo é e não é, pois tudo *flui*, tudo se acha sujeito a um processo constante de transformação, de incessante nascimento e caducidade.¹²

O materialismo dialético marxista supera de longe o caráter metafísico e mecanicista do materialismo anterior, particularmente nas suas versões do século XVIII e XIX (Feuerbach, Vogt e Moletch), por ter-lhe assentado em bases dialéticas e vinculado o pensamento à prática social revolucionária. O próprio desenvolvimento das ciências no século XIX demonstrava claramente que a natureza e a sociedade estavam em constante transformação. Engels destaca as mais importantes descobertas científicas do século XIX:

Mas há sobretudo três grandes descobertas que deram um impulso gigantesco a nossos conhecimentos sobre o encadeamento dos processos naturais: primeiro, a descoberta da célula, como unidade de cuja multiplicação e diferenciação se desenvolve todo o corpo do vegetal e do animal, de tal modo que não só se pode estabelecer que o desenvolvimento e o crescimento de todos os organismos superiores são fenômenos sujeitos a uma única lei geral, mas também que a capacidade de variação

¹² ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975, p. 38.

da célula nos indica o caminho pelo qual os organismos podem mudar de espécie e, portanto, realizar um tipo de desenvolvimento superior ao meramente individual. Segundo, a transformação da energia, graças à qual todas as chamadas forças que atuam, em primeiro plano, na natureza inorgânica, a força mecânica e seu complemento, a chamada energia potencial, o calor, as irradiações (a luz e o calor irradiados), a eletricidade, o magnetismo, a energia química, revelaram-se como formas diferentes de manifestação do movimento universal, formas que, em determinadas proporções de quantidade, se transformam umas nas outras, e de tal modo que a quantidade de uma força que desaparece é substituída por determinada quantidade de outra que surge, e que todo o movimento da natureza reduz-se a esse processo incessante de transformação de umas forças em outras. Por último, a demonstração feita, pela primeira vez de forma completa, por Darwin, de que o conjunto dos produtos orgânicos da natureza, que existem hoje em torno de nós, inclusive os homens, são o resultado de um longo processo de evolução (...).¹³

Fundados no estudo dos avanços científicos de sua época, Marx e Engels puderam não só colocar a filosofia materialista em um nível muito superior ao do século XVIII. Como Marx afirmou,

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma de *objeto* [*Objekt*] ou da *contemporaneidade*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente (...). Ele não entende, por isso, o significado da atividade de ‘revolucionária’, ‘prático-crítica’.¹⁴

Marx estabeleceu, em *O Capital*, de 1867, a diferença entre o seu método de pensamento (a dialética materialista) e a dialética idealista de Hegel:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (...) A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de

¹³ ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, V. 1, 1975, p. 106.

¹⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 123.

cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico. A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária.¹⁵

Como Marx afirmou, os conceitos, as categorias devem expressar “formas de modo de ser, determinações de existência”¹⁶. Para Marx e Engels, como para os marxistas em geral, não se trata de idealizar a realidade, de conceber uma explicação do mundo desconectada da história e do desenvolvimento real da natureza e da sociedade, mas desvelar as suas conexões, as inter-relações, apreendendo a realidade para transformá-la.

A dialética materialista não deseja encaixar a complexa realidade em um esquema previamente elaborado ou deduzir uma concepção de mundo, história, sociedade e dos indivíduos a partir de uma determinada ideia *a priori* (filosofia idealista), mas extrair as ideias, os conceitos, as categorias, o conhecimento da própria realidade, em suas múltiplas determinações (filosofia materialista).

O método do marxismo parte do concreto (das relações econômicas, sociais e políticas) para, então, extrair os conceitos e categorias (o abstrato), voltando sistematicamente ao concreto para aprofundar, enraizar, alargar e comprovar a justeza das posições e teorias elaboradas. Como observa Marx, o método dialético materialista que “consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para apropriar-se do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”.¹⁷ O socialismo científico (marxismo) procura enraizar-se na vida social, econômica, política e cultural, a partir das condições materiais de existência, consegue, de fato, reproduzir as relações concretas da sociedade no plano do pensamento, das ideias, como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”.¹⁸

Para os dois revolucionários alemães, a “investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de pesquisar a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descre-

¹⁵ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, p. 28-29.

¹⁶ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 18.

¹⁷ Idem, p. 14.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

ver, adequadamente, o movimento real”.¹⁹ Marx aplicou o método dialético materialista à investigação das formações econômico-sociais construídas pelos homens ao longo da história, a partir de determinadas condições materiais de existência.

O estudo dos conhecimentos acumulados em vários campos das Ciências Sociais possibilitou a Marx expor a lei fundamental de transformação das sociedades. No *Prefácio de Para a crítica da economia política* (1859), Marx sintetizou a nova concepção materialista do desenvolvimento histórico:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.²⁰

A *concepção materialista da história* mostra que na base da história humana e das várias formas de consciência social existentes está

¹⁹ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, p. 28.

²⁰ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 45-46. Trata de uma grande conquista para as Ciências Sociais, embotadas desde o século XIX até hoje pelas concepções idealistas e positivistas de mundo, de História, da sociedade e dos indivíduos. O marxismo funda a teoria, o pensamento, os conceitos sobre as relações sociais, a forma como os homens produzem a sua existência material. Como observa Engels, a “tese de que ‘o modo de produção da vida

o fato de que, para sobreviverem, os indivíduos (imersos em classes sociais no caso das sociedades classistas) têm de produzir cotidianamente as suas condições básicas de vida (comer, beber, morar, vestir-se), o que fazem por meio do trabalho, da relação entre os homens e a natureza. Em uma formulação inicial, presente em *A ideologia alemã* (1845-46), Marx e Engels sintetizaram que a nova concepção de história partia do

desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral etc., e a seguir sua gênese a partir dessas produções, o que permite então naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar também a ação recíproca de seus diferentes aspectos). Ela não é obrigada, como ocorre com a concepção idealista da história, a procurar uma categoria em cada período, mas permanece constantemente no terreno real da história.²¹

De fato, todas as formações econômico-sociais ao longo da história da humanidade (entre as quais, as sociedades comunistas primitivas, as sociedades escravistas da Antiguidade, as sociedades feudais e a sociedade capitalista atual) se fundaram sob a base de uma determinada forma histórica e concreta de trabalho humano, isto é, de relação entre os homens e a natureza, a partir da qual são extraídos os produtos necessários à existência social.

As sociedades comunistas primitivas, por exemplo, se estruturaram a partir do trabalho cooperado não explorado. A produção social e a distribuição dos produtos do trabalho adquiriam um caráter coletivo, desconhecendo fenômenos como a propriedade privada dos meios de produção, as desigualdades materiais e, por consequência, as classes sociais e o Estado.

material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral', de que todas as relações sociais e estatais, todos os sistemas religiosos e jurídicos, todas as ideias teóricas que brotam na história somente podem ser compreendidas quando forem compreendidas as condições materiais de vida da época em questão e quando se conseguir explicar tudo aquilo por essas condições materiais; essa tese foi uma descoberta que revolucionou não apenas a Economia, mas também todas as ciências históricas (e todas as ciências que não naturais são históricas)" (2007, p. 274).

²¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 35-36.

Com o aprofundamento da divisão social do trabalho e o aparecimento da propriedade privada dos meios de produção, as sociedades comunistas primitivas deram lugar às sociedades classistas, divididas em classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis. Todas as sociedades classistas se basearam em uma forma de trabalho humano explorado (escravo, servil e o presente trabalho assalariado do capitalismo).

As sociedades historicamente existentes são, dessa forma, uma articulação entre as forças produtivas (meios de produção, objetos de trabalho, força de trabalho), mais ou menos desenvolvidas dependendo das condições históricas concretas, e as relações de produção, as quais os homens estabelecem com o objetivo de produzirem as condições materiais da existência social, podendo ser baseadas na cooperação ou na exploração do trabalho.

As relações de produção podem, em certas condições, impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas ou se constituir em forte obstáculo ao seu avanço, tornando-se um estorvo, devendo ser superadas, transformadas, revolucionadas para que possam se adequar à necessidade de impulsão das forças produtivas.

Lênin, em sua obra *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, sintetizou a *concepção materialista da história*:

Percebendo que o antigo materialismo era inconsequente, incompleto e unilateral, Marx concluiu que era necessário “colocar a ciência da sociedade em harmonia... com a base materialista e reconstruí-la assentada nessa base”. Se, de uma maneira geral, o materialismo explica a consciência pelo ser e não inversamente, aplicando-se tal doutrina à sociedade humana, será necessário explicar a consciência social pelo ser social. “A tecnologia, diz Marx, põe a nu o modo de ação do homem perante a natureza, o processo de produção da sua vida material e, conseqüentemente, a origem das relações sociais e das ideias ou concepções intelectuais que daí derivam” (*O Capital*, Livro I).

(...) A descoberta da concepção materialista da história, ou mais exatamente, a aplicação conseqüente, a ampliação do materialismo para o domínio dos fenômenos sociais, eliminou os dois defeitos essenciais das teorias históricas anteriores. Em primeiro lugar, essas últimas consideravam, apenas, na melhor das hipóteses, a motivação ideológica da atividade histórica dos homens, sem investigar a origem dessas motivações, sem captar as leis objetivas que presidem ao desenvolvimento do sistema das relações sociais e sem discernir as raízes dessas relações no grau do desenvolvimento da produção material. Em segundo lugar, as teorias anteriores negligenciavam precisamente a ação das “massas” da população, enquanto que o materialismo histórico permite, pela primeira vez, estudar, com a precisão das ciências naturais, as condições sociais da vida das massas e as modificações dessas condições. A “sociologia” e a historiografia anteriores a Marx acumulavam, no melhor

dos casos, fatos brutos, recolhidos ao acaso e expuseram apenas certos aspectos do processo histórico. O marxismo franqueou o caminho para o estudo global e universal do processo do nascimento, do desenvolvimento e da decadência das formações econômicas e sociais, examinando nelas o “conjunto” das tendências contraditórias, ligando-as às condições de existência e produção, claramente delineadas, das diversas “classes” da sociedade, eliminando o subjetivismo e o arbítrio na escolha das ideias “diretrizes” ou na sua interpretação, descobrindo a “origem” de todas as ideias e diferentes tendências, sem exceção, no estado das forças produtivas materiais. Os homens são os artífices da sua própria história. Porém como se determinam as motivações dos homens, e mais precisamente das massas humanas? A que se devem os choques de ideias e aspirações contraditórias? Que representa o conjunto de todos esses choques que se produzem na totalidade das sociedades humanas? Quais são as condições objetivas de produção da vida material que constituem a base de toda a atuação histórica dos homens? Qual é a lei que preside à evolução dessas condições? Marx deteve-se em todos estes problemas e abriu caminho para o estudo científico da história, concebida como um processo único, regido por leis, seja qual for a sua prodigiosa variedade e a de todas as suas contradições.²²

O método dialético materialista, que fundamenta e investiga as ideias (o conhecimento, os conceitos,) a partir de sua historicidade, das condições materiais de existência social (o ser social é a base, condiciona, a consciência social,) e a descoberta da lei geral de transformação das sociedades humanas sob a base do desenvolvimento das forças produtivas e seu choque com as relações de produção social (expressas nas relações de propriedade) constituem o fundamento da concepção materialista da história, aplicada por Marx e Engels (e pelos marxistas posteriores) à análise da origem, desenvolvimento, crise e condições de superação da sociedade capitalista.

1.2. A crítica do capitalismo e da sociedade burguesa

Marx e Engels, ancorados no método dialético e materialista, não só assimilaram criticamente e sintetizaram os conhecimentos históricos existentes sobre as sociedades pré-capitalistas (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo), conhecimentos estes enriquecidos ao longo do século XX pelo avanço das pesquisas nos mais variados campos do conhecimento humano (História, Paleontologia, Etnologia, entre outros), como nos proporcionaram a mais profunda e consistente análise sobre a origem do capitalismo, sua estrutura, dinâmica, crises e contradições

²² LÊNIN, V. I. *As três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 21-24.

internas, bem como as possibilidades abertas pelo desenvolvimento das forças produtivas industriais capitalistas (força de trabalho, meios de produção,) à superação das sociedades classistas e a construção do socialismo, como via para a sociedade sem classes, o comunismo.

Em *O Capital* (1867), Marx se propunha, sobretudo, compreender e expor cientificamente “o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação”.²³ Conseguiu expor “a lei econômica do movimento da sociedade moderna”.²⁴ Tinha consciência de que as Ciências Sociais nas sociedades de classes, em particular na sociedade capitalista moderna, são perpassadas pelos interesses de classe, pelas relações que os pesquisadores e pensadores estabelecem com a sociedade e as classes sociais em luta.

Em se tratando da Economia Política, a ciência que estuda as relações de produção e reprodução material²⁵, a situação era ainda mais complicada. Como avaliou em *O Capital*,

A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e as mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado.²⁶

Mais adiante destaca:

A economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas. Vejamos o exemplo da Inglaterra. Sua economia política clássica aparece no período em que a luta de classes não estava desenvolvida. Ricardo, seu último grande representante, toma, por fim, conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição ente os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra, considerando, ingenuamente, essa ocorrência uma lei perene e natural da sociedade. Com

²³ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, p. 16.

²⁴ Idem, p. 18.

²⁵ Para Engels, “no sentido mais amplo da palavra, é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais da vida na sociedade humana”. Entretanto, no sentido mais restrito, acrescenta Engels (Idem, *Ibidem*), tudo “o que até hoje possuímos de ciência econômica se reduz quase exclusivamente à gênese e ao desenvolvimento do regime capitalista de produção”. Cf. ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 127.

²⁶ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, p. 18.

isso, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar.²⁷

A sociedade capitalista, que se formou a partir das contradições engendradas na sociedade feudal decadente (choque entre o desenvolvimento das forças produtivas, encarnadas pela burguesia em ascensão e as relações de produção feudais, que as encarcerava), para se desenvolver e se consolidar dependeu da articulação de dois fatores fundamentais: a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria de indivíduos, os burgueses, para a qual contribuiu, sobretudo, a chamada *acumulação primitiva do capital* (expropriação de bens da nobreza, o colonialismo, a exploração da força de trabalho, a ampliação do comércio) e a separação do produtor dos seus meios de vida (camponeses, artesãos), de modo que não tivessem outra forma de ganhar a sua existência social, a não ser vendendo a sua força de trabalho para dono dos meios de produção (terras, bancos, fábricas, instrumentos de trabalho), impondo, por meio de leis sanguinárias, as relações de assalariamento.

Marx explica, em *O Capital*, o processo de transformação do trabalho humano em mercadoria e fonte de valor para os capitalistas:

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

A fim de o possuidor de dinheiro encontrar no mercado a força de trabalho como mercadoria, é mister que se preencham certas condições. Por si mesma, a troca de mercadorias não implica outras relações de dependência além daquelas que decorrem de sua própria natureza. Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro o comprador,

²⁷ Idem, p. 22-23.

sendo ambos, juridicamente, pessoas iguais. A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois, se a vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar à sua propriedade sobre ela.

Segunda condição essencial para o possuidor do dinheiro encontrar no mercado força de trabalho como mercadoria: o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne seu trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho, que só existe nele mesmo.

Quem quiser vender mercadoria que não seja sua força de trabalho tem de possuir meios de produção, tais como matérias-primas, instrumentos de produção etc. Não pode fazer sapatos sem couros. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um construtor de castelos no ar, pode viver de produtos do porvir ou de produção inacabada de valores de uso. Desde que apareceu neste planeta, tem o homem de consumir todos os dias, antes de produzir e durante a produção. Se os produtos assumem a forma de mercadoria, têm de ser vendidos depois da produção, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda. O tempo de produção é acrescido pelo necessário à venda.

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender.²⁸

Os produtos do trabalho humano constituem valor de uso, pois se destinam a atender a uma determinada necessidade, sejam meios de produção ou meios de subsistência. Quando os produtos do trabalho humano se dirigem ao mercado, ao intercâmbio com outros produtos, adquirem outra característica: a de serem valores de troca (mercadoria).

A base da sociedade capitalista é a produção de mercadorias para serem vendidas no mercado. Ao contrário da economia mercantil simples (anterior à sociedade burguesa), caracterizada pela produção de mercadoria pelos produtores diretos (camponeses e artesãos) para serem trocadas por outras mercadorias ou por dinheiro com o objetivo de atender à sua subsistência e de suas famílias, no capitalismo, o centro está na produção de mercadorias, a partir da exploração do trabalho assalariado, para garantir a realização do lucro e a acumulação do capital.

Trata-se de uma economia mercantil desenvolvida. Portanto, como

²⁸ Idem, pp. 197-199.

Marx diz em *O Capital*, “A célula da sociedade burguesa é a forma mercadoria”²⁹ (2002, p. 16). Ou, de outra maneira: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa produção de mercadorias”³⁰. O valor de qualquer mercadoria na sociedade burguesa é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção, nas condições médias de desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade do trabalho humano. A expressão monetária, ou seja, em dinheiro, do valor das mercadorias, chama-se preço. Este varia para cima ou para baixo do valor das mercadorias, em decorrência, por exemplo, da incidência da lei da oferta e da procura. Marx explica:

Tomemos duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja a proporção em que se troquem, é possível sempre expressá-la com uma igualdade em que dada quantidade de trigo se iguale a alguma quantidade de ferro, por exemplo, uma quarta de trigo = n quintais de ferro. Que significa essa igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, em uma quarta de trigo e em n quintais de ferro. As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere. Cada uma das duas, como valor de troca, é reduzível, necessariamente, a essa terceira. [...] Um valor de uso de um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc. [...] O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso.³¹

Na sociedade capitalista, a força de trabalho é transformada em mercadoria. Como toda mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la (isto é, de uma determinada quantidade de produtos necessários à sua subsistência e da sua família, produtos esses também do trabalho de outros produtores). O preço da força de trabalho, isto é, o salário, nada mais é que a expressão monetária, em dinheiro, do valor da mercadoria força de trabalho.

Os fundadores do marxismo demonstraram que a sociedade atual se funda na exploração do trabalho assalariado pelo capital e que o direito burguês procura sacramentar essas relações, protegendo a pro-

²⁹ Idem, p. 16.

³⁰ Idem, p. 57.

³¹ Idem, pp. 59-61.

priedade privada dos meios de produção. O contrato de trabalho, que aparenta igualar formalmente capitalista e trabalhador, na verdade, mascara e legitima juridicamente o processo de exploração do trabalho e a extração da *mais-valia*, a fonte do lucro dos capitalistas:

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar o seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria que comprou. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, o capitalista adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. (...) Tomemos o exemplo do tecelão. Para recompor diariamente a sua força de trabalho, esse operário precisa reproduzir um valor diário de 3 xelins, o que faz com um trabalho diário de 6 horas. Isso, porém, não lhe retira a capacidade de trabalhar 10, 12 ou mais horas diariamente. Mas, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do tecelão, o capitalista adquire o direito de usar essa força de trabalho durante todo o dia ou toda a semana. Portanto, digamos que irá fazê-lo trabalhar 12 horas diárias, ou seja, além das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras 6 horas, a que chamarei “horas de sobretrabalho”, e esse sobretrabalho se traduzirá em uma “mais-valia” e em um “sobreproduto”. Se, por exemplo, nosso tecelão, com o seu trabalho diário de 6 horas, acrescenta ao algodão um valor de 3 xelins, valor que constitui um equivalente exato de seu salário, em 12 horas acrescentará ao algodão um valor de 6 xelins e produzirá uma “correspondente quantidade adicional de fio”. E, como vendeu sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor ou todo o produto por ele criado pertence ao capitalista, que é dono, por um tempo determinado, de sua força de trabalho. Portanto, desembolsando 3 xelins, o capitalista realizará o valor de 6 xelins, pois pelo pagamento de 6 horas de trabalho recebeu em troca um valor relativo a 12 horas de trabalho. Ao se repetir, diariamente, tal operação, o capitalista adiantará 3 xelins por dia e embolsará 6 xelins; desse montante, a metade tornará a investir no pagamento de novos salários, enquanto a outra metade formará a “mais-valia”, pela qual o capitalista não paga equivalente algum. Esse tipo de troca entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema de trabalho assalariado e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.³²

³² MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 113-15. Na explicação de José Paulo Betto e Marcelo Braz (2006, p. 118), a produção capitalista tem a seguinte característica: “Com D (capital sob a forma de dinheiro), o capitalista adquire M (o conjunto de mercadorias com as quais produz a sua) e, uma vez produzida a sua mercadoria (M’), através da venda desta obtém D’(sob a forma

O trabalhador não tem outra possibilidade de existência e da sua família a não ser colocando a sua força de trabalho à disposição do capitalista no mercado de trabalho. Como os meios de produção pertencem à burguesia, o trabalhador

trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. (...) o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso da sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhes pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega.³³

Os representantes políticos e ideológicos da burguesia nada mais fazem, (mesmo que não tenham claramente consciência disso), que legitimar ou velar essas relações sociais. Para o proletariado, entretanto, a compreensão dessas relações econômico-sociais é fundamental para a luta por suas reivindicações mais elementares e, fundamentalmente, para a luta política revolucionária de superação da sociedade burguesa e construção do socialismo.

de dinheiro, o capital acrescido de mais-valia ou, na linguagem do capitalista, capital e lucro). Essa fórmula revela, antes de tudo, o processo de circulação do capital, numa sequência que compreende a conversão do dinheiro (D) do capitalista em mercadorias (M), inclusive força de trabalho, para lograr, mediante o processo de produção (P), a sua mercadoria (M'), que trocará por D', ou seja, D acrescido da mais-valia já contida em M'. Na produção (P) há como que uma interrupção temporária da circulação, mas que dela faz parte, uma vez que o retorno à circulação só tem sentido para o capitalista na medida em que houver um acréscimo de valor a D – e esse acréscimo só tem lugar na produção”.

³³MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, pp. 218-19.

Por isso, a crítica da economia política burguesa, o esclarecimento das categorias econômicas (valor de uso, valor de troca, mercadoria, dinheiro, salário, lucro, entre outras) e da sua base histórica, bem como a explicação da origem do lucro do capitalista a partir da exploração da força de trabalho assalariada e da extração da mais-valia (trabalho excedente, não remunerado pelo capitalista) significaram uma enorme conquista teórica para o proletariado e demais explorados.

Marx demonstrou também as tendências à concentração e centralização dos capitais, que levavam à formação dos monopólios capitalistas. Embora Marx e Engels não tenham presenciado em sua plenitude a passagem do capitalismo livre-concorrencial ao capitalismo de monopólios, no qual dominam o capital financeiro e os grandes conglomerados econômicos capitalistas possibilitaram, com a emergência de *O Capital* e demais análises sobre o capitalismo, as condições teóricas para a explicação das tendências da sociedade burguesa, que se manifestaram plenamente ao longo do século XX e começo do século XXI.

Trata-se do desenvolvimento em uma escala gigantesca das forças produtivas capitalistas, com o processo de avanço técnico e da sua aplicação ao processo de produção social, que, de um lado, substituiu o trabalho vivo (trabalhador) pelo trabalho morto (as máquinas), criando um contingente cada vez maior de trabalhadores supérfluos (exército de reserva industrial, hoje um verdadeiro desemprego crônico e estrutural), e, de outro, uma acumulação de capitais e valores que não encontram perspectivas de valorização no plano da produção industrial, por causa da tendência à queda da taxa média de lucro.

Marx e Engels já haviam demonstrado no *Manifesto Comunista*, de 1848, aos trabalhadores que

a sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. (...) as armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia (...) forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condi-

ções, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vender essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.³⁴

No século XIX, o capitalismo vivenciou várias crises cíclicas, algumas delas registradas por Marx e Engels em algumas obras. Ocorreram fundamentalmente nos seguintes períodos: 1825, 1834, 1847, 1857, 1866 e 1873-96. A mais grave delas ocorreu entre 1873-96 e determinou a passagem do capitalismo de livre-concorrência ao capitalismo de monopólios, finalmente consolidado com a Primeira Guerra Mundial.

Em *O Capital*, Marx havia sintetizado as tendências concentracionistas do capitalismo, a formação dos monopólios, o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção fundadas na grande propriedade burguesa, a explosão de crises periódicas e a necessidade de superação da sociedade burguesa:

Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela concentração dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração, mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório

³⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 45.

capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.³⁵

Ao fazer uma apreciação do legado de Marx para o estudo da sociedade capitalista e, por consequência, para a sua superação revolucionária, Lênin destaca:

Após ter comprovado que o regime econômico constitui a base sobre a qual se ergue a superestrutura política, Marx dedicou sua atenção sobretudo ao estudo deste regime econômico. A obra principal de Marx, *O Capital*, é consagrada ao estudo do regime econômico da sociedade moderna, isto é, capitalista.

A economia política clássica anterior a Marx nasceu na Inglaterra, o país capitalista mais evoluído. Estudando o seu regime econômico, Adam Smith e David Ricardo lançaram as bases da “teoria do valor-trabalho”. Marx continuou a sua obra. Deu um fundamento estritamente científico a esta teoria e desenvolveu-a de maneira coerente. Mostrou que o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção desta mercadoria.

Ali onde os economistas burgueses viam relações entre objetos (troca de uma mercadoria por outra), Marx descobre “relações entre homens”. A troca de mercadorias exprime o laço estabelecido, por intermédio do mercado, entre os produtores isolados. O “dinheiro” indica que este laço se torna cada vez mais estreito, unindo, num todo indissolúvel, toda a vida econômica dos produtores isolados. O capital significa o contínuo desenvolvimento deste laço: a força de trabalho do homem torna-se uma mercadoria. O assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário da terra, das fábricas ou dos instrumentos de produção. O operário emprega uma parte do dia de trabalho cobrindo os gastos do seu sustento e de sua família (o salário); na outra parte, trabalha gratuitamente, criando a “mais-valia”, fonte de riqueza para a classe capitalista.

A teoria da “mais-valia” constitui a pedra angular da teoria econômica de Marx.

O Capital, criado pelo trabalho do operário, oprime o operário, arruína os pequenos patrões e cria um exército de desempregados. Na indústria, a vitória da grande produção torna-se desde logo patente; porém, observa-se um fenômeno análogo na agricultura: a superioridade da grande exploração agrícola capitalista aumenta, generaliza-se o emprego das máquinas, as explorações agrícolas veem o nó correção de o capital financeiro apertar-se em torno da sua antiquada técnica. A decadência da pequena produção reveste na agricultura outras formas, porém essa decadência é um fato incontestável.

³⁵ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, pp. 876-877.

O capital, ao arruinar a pequena produção, conduz ao aumento da produtividade do trabalho e cria sua situação de monopólio para os consórcios dos grandes capitalistas. A própria produção vai adquirindo cada vez mais um caráter social – centenas de milhares de milhões de operários são reunidos num organismo econômico coordenado, enquanto um punhado de capitalistas se apropria do produto do trabalho comum. A anarquia da produção aumenta – crises, corrida louca em busca de mercados – resultando daí uma existência insegura para a grande massa da população.

À medida que aumenta a dependência dos operários face ao capital, o regime capitalista cria o grande poderio do trabalho unificado.

Marx acompanhou o desenvolvimento do capitalismo desde os primeiros rudimentos da economia mercantil, desde a troca simples até suas formas superiores, até a grande produção.

A experiência de todos os países capitalistas, velhos e novos, a cada ano que passa, mostra mais claramente a um número cada vez maior de operários a correção desta doutrina de Marx.

O capitalismo vendeu no mundo inteiro, porém esta vitória não é mais do que o prelúdio da vitória do “trabalho” sobre o “capital”.³⁶

Essa análise científica do capitalismo e das suas contradições é a base firme para a luta de classe do proletariado pela destruição da exploração do homem pelo homem e, portanto, das sociedades de classes, e a constituição do socialismo, como via para a sociedade sem classes, o comunismo. Mas o capitalismo, concluíram desde cedo Marx e Engels, não cairá por si próprio, mas apenas pela luta de classes dos explorados, pela revolução proletária, o que significa, em última instância, que os trabalhadores devem se organizar em partido político próprio, proletário, independente teórico, político e programaticamente dos partidos da burguesia.

1.3. A luta de classes, a classe operária e o partido político.

Marx e Engels, desde que formularam a concepção materialista da história e iniciaram a crítica da sociedade burguesa, presente de forma magistral no *Manifesto Comunista* (1848), mostraram que

A história de todas as sociedades (de classes, acrescentamos,) até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucio-

³⁶ LÊNIN, V. I. *As três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 68-70.

nária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.³⁷

A dissolução das sociedades comunistas primitivas, por causa do desenvolvimento das forças produtivas (revolução neolítica, isto é, a descoberta da agricultura e a domesticação de animais, aumentando a produção e a possibilidade de armazenamento, o que se conhece na teoria econômica como excedente econômico,) e da divisão social do trabalho levou à constituição da propriedade privada dos meios de produção e ao aparecimento de classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis.

Em uma sociedade fundada em profundas desigualdades econômicas e antagonismos de classes, com interesses inconciliáveis, diz Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*,

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realização da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses

³⁷ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo; Boitempo, 2002, p. 40. Na edição inglesa de 1888 de *O Manifesto Comunista*, Engels introduziu uma pequena nota esclarecendo a passagem: “Isto é, toda história escrita. A pré-história, a organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen (August von, 1792-1866) descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer (Georg Ludwig von) mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente e, pouco a pouco, verificou-se que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada, em sua forma típica, pela descoberta de Morgan (Lewis Henry, 1818-81) da verdadeira natureza de gens e de sua relação com a tribo. Após a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade passou a dividir-se em classes distintas. Procurei traçar esse processo de dissolução na obra *Der Ursprung der Familie, des Privatertentums und des Staats*”. Idem, *ibidem*.

antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consomem a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.³⁸

Ao contrário do que disseram reiteradamente os representantes políticos e ideológicos do capital ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, sobre uma suposta neutralidade do Estado e dos governos frente aos interesses das classes sociais e de que o próprio Estado (e a sociedade) eram produtos de um pretenso "contrato social" (acordo livre de vontades dos indivíduos), por meio da expressão da "vontade geral soberana do povo", Marx e Engels mostraram cientificamente que, por regra geral, o Estado é o instrumento a serviço da classe

mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.³⁹

Marx e Engels concluíram, portanto, sobre a necessidade de unir indissolavelmente o socialismo científico e a luta de classes do proletariado e demais explorados, isto é, a teoria com o movimento revolucionário da classe operária. Lênin sintetizou a importância histórica dos fundadores do marxismo para o movimento socialista internacional: Marx e Engels demonstraram que

a classe operária e as suas reivindicações são um produto necessário do regime econômico atual que cria e organiza inevitavelmente o proletariado ao mesmo tempo em que a burguesia; mostraram que não são as tentativas bem intencionadas dos homens de coração generoso que libertarão a humanidade dos males que hoje a esmagam, mas a luta de classes do proletariado organizado. Marx e Engels foram os primeiros a explicar, nas suas obras científicas, que o socialismo não é uma quimera, mas o objetivo final e o resultado necessário do desenvolvimento das forças produ-

³⁸ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 191.

³⁹ Idem, pp. 193-194.

vas da atual sociedade. Toda a história escrita até aos nossos dias foi a história da luta de classes, do domínio e das vitórias de certas classes sociais sobre outras. E este estado de coisas continuará enquanto não tiverem desaparecido as bases da luta de classes e do domínio de classe: a propriedade privada e a anarquia da produção social. Os interesses do proletariado exigem a destruição destas bases, contra as quais deve, pois, ser orientada a luta de classes consciente dos operários organizados. Ora, toda a luta de classes é uma luta política.⁴⁰

Foi, dessa forma, que fundaram, na segunda metade dos anos 1840, um *Comitê de Correspondência Comunista*, em Bruxelas, para aproximar e unificar as lutas dos diversos grupos e indivíduos. Da mesma forma, lutaram por transformar a Liga dos Justos, de uma organização democrático-radical pequeno-burguesa em uma organização efetivamente comunista, denominada de *Liga dos Comunistas* (1847). Como aponta Beer, “o objetivo da Liga é derrubar a burguesia, elevar o proletariado à situação de classe dominante, suprimir a velha sociedade baseada na dominação de classe e instaurar uma sociedade nova, sem classes e sem propriedade privada”.⁴¹

Por isso, atuaram nas jornadas revolucionárias de 1848-49 e na reorganização do movimento operário nas décadas de 1850 a 1860 para resistir à contrarrevolução europeia e, posteriormente, para intervir no período de ascensão da luta de classes, que levaria à tomada do poder pelo proletariado parisiense, a Comuna de Paris, de 1871.

Marx e Engels tiveram também um papel decisivo na fundação e organização política da Primeira Internacional, sendo responsáveis não só pela elaboração dos seus estatutos e grande parte das mensagens, mas pela defesa intransigente dos revolucionários da Comuna de Paris apossados pela reação burguesa na França e restante da Europa. Engels também teve uma participação importante na fundação e orientação teórico-política da Segunda Internacional, pelo menos até sua morte em 1895.

O capitalismo não forjou apenas forças produtivas gigantescas, que se colocaram em rota de colisão com as relações sociais de produção burguesas,

A burguesia (...) produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*. Com o desenvol-

⁴⁰ LÊNIN, V.I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979, p. 56.

⁴¹ BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 520-521.

vimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.⁴²

No próprio *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels colocavam claramente a necessidade do proletariado se constituir como partido político independente dos partidos da burguesia. A síntese da trajetória de luta de classes e organização do proletariado é a seguinte:

O proletariado passa por diversos estádios de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência.

No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da Idade Média.

Nessa fase, o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A coesão maciça dos operários não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que por enquanto ainda pode fazer. Durante essa fase, os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não-industriais, os pequeno-burgueses. Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa.

Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as

⁴²MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 46. Em nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*, Engels diz: “Por burguesia, entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Marx e Engels, 2002, p. 40). Em *O Capital*, Marx (2002a, p. 25) mostra que o proletariado constitui a classe “cuja missão histórica é derrubar o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, todas as classes”.

condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a união que os burgueses da Idade Média, com seus caminhos vicinais, levaram séculos a realizar os proletários modernos realizam em poucos anos por meio das ferrovias.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa.⁴³

Mas em que se distinguem os revolucionários comunistas dos demais partidos e organizações que atuam no movimento operário? Qual o objetivo da luta revolucionária do proletariado no capitalismo contra a burguesia e a exploração da força de trabalho assalariada? Marx responde:

Os comunistas só se distinguem dos outros partidos operários em dois pontos: 1) Nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre, e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto.

Praticamente, os comunistas constituem, pois, a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário.

⁴³ Idem, p. 47-48.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.⁴⁴

A traição da burguesia nas jornadas revolucionárias de 1848 na Europa, aliando-se aos setores conservadores e reacionários contra o proletariado, em particular na Alemanha semifeudal, despertou em Marx e Engels uma profunda desconfiança quanto à capacidade da burguesia de dirigir o processo revolucionário até o seu final. A tática de aliança na Alemanha com a burguesia se dava em razão da necessidade de suplantarem os resquícios do feudalismo e privilégios da nobreza, modernizar economicamente o país, garantir a unidade nacional e reconhecer as mais amplas liberdades democrático-burguesas. Para Marx e Engels era apenas o prólogo da revolução proletária, pois criava as condições para a luta de classes moderna na Alemanha, entre burguesia e proletariado.

Entretanto, o fato é que a burguesia traiu o proletariado e se aliou à reação, sufocando as iniciativas e a vontade revolucionária da classe operária. Por isso, ao avaliar os acontecimentos revolucionários de 1848-49, em uma *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, redigida pelos fundadores do marxismo em março de 1850, chegaram à seguinte conclusão:

Já em 1848, vos dissemos, irmãos, que os liberais burgueses alemães logo chegariam ao Poder e empregariam imediatamente contra os operários esse Poder recém-conquistado. Já vistes como se realizou isto. Com efeito, imediatamente depois do movimento de março de 1848, foram os burgueses que ficaram com o Poder, utilizando-o sem delongas para forçar os operários, seus aliados na luta, a voltar a sua condição anterior de oprimidos. E embora a burguesia não pudesse obter tudo isso sem se aliar ao partido feudal, derrotado em março, e, ao final, sem ceder de novo ao domínio deste mesmo partido absolutista feudal, pôde, não obstante, assegurar para si as condições que, em vista das dificuldades financeiras do governo, haveriam de pôr finalmente nas suas mãos o Poder e salvaguardariam os seus interesses, no caso de o movimento revolucionário entrar, a partir de agora, na via do chamado desenvolvimento pacífico. Para assegurar seu domínio, a burguesia nem sequer precisava de recorrer a medidas violentas, que a tornariam odiosa aos olhos do povo, pois todas essas medidas violentas já haviam sido tomadas pela contrarrevolução feudal. Mas o desenvolvimento não há de seguir essa via pacífica. Pelo contrário, a revolução, que há de acelerar esse desenvolvimento, está próxima, quer seja provocada por uma

⁴⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX e ENLGES. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, s/d, p. 31.

insurreição independente do proletariado francês, quer por uma invasão da Babel revolucionária pela Santa Aliança. E o papel de traição que os liberais burgueses alemães desempenharam em relação ao povo, em 1848, será desempenhado na próxima revolução pelos pequenos burgueses democratas, que hoje ocupam na oposição o mesmo lugar que ocupavam os liberais burgueses antes de 1848.⁴⁵

Marx e Engels esperam uma retomada das condições revolucionárias para as quais era necessário preparar o partido operário (Liga dos Comunistas), de modo a poder organizar de maneira independente o proletariado, assegurando a sua independência política e organizativa frente aos partidos e organizações da burguesia e da pequena burguesia democrática. Para assegurar o avanço do processo revolucionário, era preciso dotar a Liga Comunista, o partido operário, da tática adequada, particularmente frente à pequena burguesia democrática, que, uma vez assegurados os seus interesses mais imediatos, procuraria, no curso do processo, impor freios às iniciativas revolucionárias das massas, bloqueando a revolução nos estritos limites da democracia burguesa.

Mas qual a tática adequada ao proletariado no processo revolucionário? Marx e Engels respondem claramente:

A atitude do partido operário revolucionário, em face da democracia pequeno-burguesa, é a seguinte: marchar com ela na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queria consolidar a sua posição em proveito próprio.

Longe de desejar a transformação revolucionária de toda a sociedade em benefício dos proletários revolucionários, a pequena burguesia democrata tende a uma mudança da ordem social que possa tornar a sua vida, na sociedade atual, mais cômoda e confortável.⁴⁶

Em primeiro lugar, é preciso defender a independência política de classe do proletariado, por meio do seu partido, o partido operário, de modo que

os operários e, sobretudo, a Liga devem procurar estabelecer, junto aos democratas oficiais, uma organização independente do partido operário, ao mesmo tempo legal e secreta, e fazer de cada comunidade o centro e núcleo de sociedades operárias, nas quais a atitude e os interesses

⁴⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, s/d, pp. 34-35.

⁴⁶ Idem, p. 85.

do proletariado possam ser discutidos independentemente das influências burguesas.⁴⁷

Para o proletariado não tem sentido restringir o processo revolucionário a “uma mudança da ordem social que possa tornar a sua vida, na sociedade atual, mais cômoda e confortável”, como desejava a pequena burguesia. Enquanto os pequeno-burgueses desejam concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido as suas reivindicações, concluem Marx e Engels,

os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.⁴⁸

Dessa forma, o desenvolvimento das contradições do capitalismo e o antagonismo de classes entre a burguesia e proletariado colocam a necessidade da tomada do poder pelos explorados, dirigidos pela classe operária, e a constituição de seu governo próprio: o proletariado como classe politicamente dominante. É o que Marx destaca na carta a Weidemeyer, de 5 de março de 1952:

No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi demonstrar: 1 – que a *existência das classes* está ligada apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*; 2 – que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3 – que essa mesma ditadura constitui tão somente a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*. A formação de uma sociedade sem classes.⁴⁹

⁴⁷ Idem, p. 87.

⁴⁸ Idem, p. 86.

⁴⁹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 25.

Até o levante do proletariado e a constituição da Comuna de Paris de 1871, essa posição de Marx era apenas uma tese, fundada, evidentemente, nos acontecimentos revolucionários de 1848-49 na Europa. Com a vitória do proletariado parisiense e a experiência da Comuna de Paris, restou claro que a classe operária não apenas deveria arrancar o poder da burguesia, mas quebrá-la e, em seu lugar, erguer o Estado proletário. Como Marx disse: “não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins”.⁵⁰ Em uma carta a Ludwig Kugelmann, datada de 12 de abril de 1871, Marx observa:

Se olhares o último capítulo de meu *O 18 brumário*, constatarás que considero que o próximo experimento da Revolução francesa consistirá não mais em transferir a maquinaria burocrático-militar de uma mão para outra, como foi feito até então, mas sim em *quebrá-la*, e que esta é a condição de toda revolução popular efetiva no continente. Esse é, também, o experimento de nossos heróicos correligionários de Paris.⁵¹

Na obra *A Guerra Civil na França*, de 1871, Marx analisa como a Comuna de Paris era organizada:

era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com *salários de operários*. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna.⁵²

⁵⁰ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 54.

⁵¹ Idem, *ibidem*.

⁵² Idem, pp. 56-57.

Entre as medidas tomadas pela Comuna de Paris de 1871, destacam-se:

- 1) O trabalho noturno foi abolido;
- 2) Oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas;
- 3) Residências vazias foram desapropriadas e ocupadas;
- 4) Em cada residência oficial foi instalado um comitê para organizar a ocupação de moradias;
- 5) Todos os descontos em salários foram abolidos;
- 6) A jornada de trabalho foi reduzida, e chegou-se a propor a jornada de oito horas;
- 7) Os sindicatos foram legalizados;
- 8) Instituiu-se a igualdade entre os sexos;
- 9) O monopólio da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos;
- 10) Testamentos, adoções e a contratação de advogados se tornaram gratuitos;
- 11) O casamento se tornou gratuito e simplificado;
- 12) O cargo de juiz se tornou eletivo;
- 13) O Estado e a igreja foram separados; a igreja deixou de ser subvencionada pelo Estado e os espólios sem herdeiros passaram a ser confiscados pelo Estado;
- 14) A educação se tornou gratuita, secular e compulsória. Escolas noturnas foram criadas e todas as escolas passaram a ser de sexo misto;
- 15) Imagens santas foram derretidas e sociedades de discussão foram adotadas nas Igrejas;
- 16) A Igreja de Brea, erguida em memória de um dos homens envolvidos na repressão da Revolução de 1848 foi demolida. O confessionário de Luís XVI e a coluna Vendome também;
- 17) A Bandeira Vermelha foi adotada como símbolo da Unidade Federal da Humanidade;
- 18) O internacionalismo foi posto em prática: o fato de ser estrangeiro se tornou irrelevante. Os integrantes da Comuna incluíam belgas, italianos, poloneses, húngaros;
- 19) Emitiu-se um apelo à Associação Internacional dos Trabalhadores;
- 20) O serviço militar obrigatório e o exército regular foram abolidos;

- 21) Os artistas passaram a autogestionar os teatros e editoras;
- 22) Os salários dos professores foram duplicados.⁵³

Com a tomada do poder pelo proletariado russo, amparado no campesinato, na Revolução de Outubro de 1917, o domínio de classe do proletariado (ditadura do proletariado) já não se tratava de uma tese confirmada em linhas gerais pela luta revolucionária do século XIX com a vitória temporária dos revolucionários da Comuna de Paris, mas de uma análise científica do processo da luta de classes e da destruição da sociedade capitalista. Essas experiências da luta de classes mostraram que não há solução para os problemas que afetam os trabalhadores no capitalismo. Somente a revolução proletária pode iniciar um processo de transformações profundas, que possam levar à extinção da exploração do homem pelo homem.

Essas ideias se tornaram ainda mais atuais com a crise estrutural do capitalismo no século XX e começos do século XXI. Na situação de crise e esgotamento da sociedade burguesa, que têm como fundamento o conflito entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção (cuja expressão jurídica é o direito à propriedade privada dos meios de produção), ou seja, o choque entre a produção social e a forma de apropriação privada da riqueza, não há outro caminho para resolver as profundas contradições da sociedade e abrir uma alternativa que possibilite o desenvolvimento das forças produtivas e colocá-las a serviço das necessidades coletivas, a não ser transformando os meios de produção em propriedade social. Como sintetiza Engels,

O proletariado toma em suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os *meios de produção em propriedade do Estado*. Mas, nesse mesmo ato, destrói a si próprio como proletariado, destruindo toda diferença e todo antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal (...). Quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo. Quando já não existir nenhuma classe social que precise ser submetida; quando desaparecerem juntamente com a dominação de classe, juntamente com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, nada mais haverá para reprimir, nem haverá necessidade, portanto, dessa força especial de repressão que é o Estado. O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a socie-

⁵³ Essas medidas, citadas em geral por Marx em *A guerra civil na França*, constam também em: TROTSKI, Leon. *A Comuna de Paris*. Brasília: Edições Centelha Cultural, 2011; PONGE, Robert. *A Comuna de Paris* (1871). In: *O Olho da História*, n. 4, Salvador.

dade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será ‘abolido’, *extingue-se*.⁵⁴

Observamos claramente nas obras de Marx e Engels uma nova teoria da revolução em desenvolvimento, acompanhando o processo histórico e a experiência internacional da luta de classes do proletariado. O marxista boliviano Guillermo Lora, na obra *A Revolução Permanente em Marx, Engels, Lênin e Trotsky*, sintetiza a nova teoria revolucionária:

1. As revoluções de antes do século XIX apresentavam como traço distintivo o fato de serem minoritárias (minoritárias por servirem aos interesses de uma minoria, mesmo que se fizessem com o apoio de quase toda a população). Limitavam-se a substituir uma forma de opressão de classe por outra e não apontavam como perspectiva a superação da divisão da sociedade em classes.

2. As sociedades em que o proletariado intervém se convertem, pela primeira vez na história, em revoluções majoritárias, ou seja, a serviço de toda a sociedade, mesmo que sejam dirigidas por uma minoria. Estas revoluções tendem a destruir toda forma de opressão classista. A presença do proletariado converte a revolução em permanente.

3. Uma minoria tomava o poder e recebia o apoio das grandes massas, por ser a única capaz de fazê-lo nesse momento e porque o desenvolvimento das forças produtivas obrigava-a a seguir esse caminho. Nessas circunstâncias, essa minoria se transformava no dirigente nacional.

4. Em nossa época, o proletariado ganha o apoio majoritário porque representa fielmente as aspirações profundas de todo o país. Sem vinculações com o passado histórico e sem interesses a defender na atual sociedade, o proletariado é única classe revolucionária consequente. As outras classes sociais não podem mais que assumir atitudes revolucionárias.

5. A presença do proletariado obriga a burguesia a modificar a conduta que teve durante as revoluções clássicas (século XVII e XVIII). Sentindo-se ameaçada pelo proletariado, “seu inseparável companheiro”, procura o apoio da reação nativa ou internacional, para poder salvar ao menos parte de seus interesses.

⁵⁴ Cf. ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Centauro, 2005, pp. 88-89.

6. A burguesia de nossa época, a partir de certo momento de sua existência, torna-se covarde e inimiga da revolução. Esse momento está marcado pela percepção de que o proletariado ameaça superá-la.

7. O proletário, a camada mais baixa e oprimida, para libertar-se, tem que libertar sua sociedade.⁵⁵

A tarefa, portanto, colocada é de constituir o proletariado em partido político próprio, independente dos partidos e organizações da classe dominante. Isso porque se trata de sepultar o capitalismo e construir o socialismo, em face da crise histórica, estrutural, do capitalismo, em sua fase de decomposição. Do contrário, o conflito histórico e suas manifestações (as crises conjunturais e, presentemente, a crise estrutural do capitalismo) só podem conduzir a humanidade à barbárie social. Aqui estão, em linhas gerais, os fundamentos e as conquistas essenciais do socialismo científico de Marx e Engels, que serviram de base para a organização do movimento socialista revolucionário do final do século XIX ao presente século XXI.

Com esses fundamentos teóricos, políticos e programáticos, o marxismo pôde avançar para compreender as transformações no capitalismo, que levaram ao ocaso do capitalismo livre-concorrencial e a sua substituição pelo capitalismo em sua fase imperialista, marcada pelos grandes conglomerados econômicos e pelo capital financeiro. Eis porque o marxismo não ficou estancado após a morte de Marx e Engels: a justeza científico-filosófica do método dialético materialista.

⁵⁵ LORA, Guillermo. *A Revolução Permanente em Marx, Engels, Lênin e Trotsky*. São Paulo: Edições Massas, 2009, pp. 37-38.





2. O marxismo depois de Marx e Engels

Só o materialismo filosófico de Marx mostrou ao proletariado a via a seguir para sair da escravatura espiritual em que vegetaram todas as classes oprimidas. Só a teoria econômica de Marx explicou a verdadeira situação do proletariado no conjunto do regime capitalista. As organizações proletárias independentes multiplicaram-se no mundo inteiro, da América ao Japão e da Suécia à África do Sul. O proletariado instruiu-se e educa-se travando a sua luta de classe; liberta-se dos preconceitos da sociedade burguesa, adquire uma coesão cada vez maior e aprende a apreciar os seus êxitos pelo seu justo valor, retempera as suas forças e cresce irresistivelmente (Lênin, As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo).

No presente texto, não temos a pretensão de aprofundar todos os aspectos do socialismo científico, tal como foi elaborado pelos dois pensadores alemães.⁵⁶ No ponto anterior, fizemos uma pequena síntese das principais conquistas revolucionárias, tendo em vista que o objetivo principal do nosso texto é apresentar, a partir da nossa posição no âmbito da teoria marxista, as principais aquisições do marxismo revolucionário depois da morte dos fundadores do socialismo científico, particularmente no século XX, como resultado do processo revolucionário desencadeado pela vitória do proletariado na Revolução de Outubro de 1917, na Rússia.

2.1 O avanço da influência do marxismo

É necessário justificarmos o motivo pelo qual nos limitamos quase exclusivamente às contribuições ao marxismo revolucionário de V. I. Lênin, Leon Trotsky e, em alguns aspectos, de Rosa Luxemburgo.⁵⁷ É preciso compreender, primeiramente, que o marxismo não parou de se desenvolver com a morte de Marx e Engels.

⁵⁶ O leitor que desejar estudar com mais profundidade os fundamentos do marxismo, as posições teóricas desenvolvidas por Marx e Engels, que constituem a base do socialismo científico, poderá consultar os autores citados na bibliografia ao final do texto, composta tanto das obras de Marx e Engels, quanto de teóricos marxistas, como V. I. Lênin, Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky. Para aprofundar esses fundamentos também dispomos de um conjunto de textos de diversos autores na bibliografia. O mais importante é estudá-los em relação com o desenvolvimento histórico real, particularmente os grandes acontecimentos revolucionários do século XIX e XX, além dos desdobramentos do capitalismo no começo do século XXI.

⁵⁷ O leitor observará, entretanto, que, em cada capítulo, remetemos à leitura de um conjunto de autores sobre o tema abordado, sejam os clássicos do marxismo, sejam as contribuições de pensadores e revolucionários do século XX e princípios do século XXI.

No final do século XIX, seus continuadores levaram à frente um trabalho de fortalecimento dos partidos operários e de penetração das ideias e posições políticas revolucionárias no movimento operário e socialista. Do ponto de vista teórico, era não só imprescindível uma maior difusão das posições marxistas, como também a aplicação do método dialético e da concepção materialista da história a campos mais diversos e cada vez mais amplos da realidade.

Como dissemos anteriormente, Engels participou da organização da Segunda Internacional e nela exerceu influência teórica, política e programática da maior importância dentro das suas possibilidades reais. Desenvolveram-se, no período, vários partidos operários e socialistas na Europa, sob orientação e acompanhamento da Segunda Internacional. No âmbito da Segunda Internacional e do movimento socialista do final do século XIX, destacaram-se teóricos e militantes como Ferdinand August Bebel, Wilhelm Liebknecht, Guiorgui Plekhanov, Antonio Labriola, Karl Kautsky (da primeira fase, antes de se tornar um intrépido opositor do governo proletário, resultado da Revolução Russa de 1917,) e Franz Mehring, entre outros. Há uma preocupação em estender a aplicação da concepção materialista histórico-dialética a campos do conhecimento e da vida social como a Filosofia, a Ciência e a Arte.

Realçam-se as obras de Plekhanov (*A concepção materialista da história, O desenvolvimento da concepção monista da história, O papel do indivíduo na história, A arte e a vida social, Questões fundamentais do marxismo*), de Mehring (*Sobre o materialismo histórico*), Kautsky (*A origem do cristianismo, A concepção materialista da história, A doutrina econômica de Marx, O caminho do poder, A revolução social, A questão agrária*) e Labriola (*Sobre a concepção materialista da história*). Destaca-se também a obra de August Bebel sobre a questão da mulher na sociedade burguesa, intitulada *A mulher e o socialismo*.⁵⁸

Com a expansão do marxismo e sua influência na França, também destacaram-se figuras como Jules Guesde, Paul Lafargue e Gabriel Deville. Lafargue escreveu obras como *O materialismo econômico de Marx, A teoria da mais-valia de Karl Marx, O direito à preguiça e A religião do capital*. Deville, por outro lado, contribuiu com um resumo de *O capital* de Marx, e a obra *A evolução do capital*.

⁵⁸ Sobre as obras do período, ler: PLEKHANOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1989; MEHRING, Franz. *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977; KAUTSKY, Karl. *A origem do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Não foi diferente ao longo do século XX. Várias organizações, partidos, movimentos sociais, sindicatos e associações atuaram sob a bandeira do socialismo revolucionário, o marxismo. Revoluções tiveram o marxismo como seu referencial, entre elas a mais importante, a Revolução de 1917, liderada pelo Partido Bolchevique de Lênin e Trotsky. No Partido de base leninista se destacaram também bolcheviques como Nicolai Bukharin, G. Zinoviev, L. B. Kamenev, Iákov M. Sverdlov, Christian Rakovsky, Evgueni Preobrazhensky, entre outros. Enfim, a Terceira e Quarta Internacionais fizeram avançar a teoria marxista à análise dos problemas candentes do século XX.

Só para se ter uma dimensão do amplo desenvolvimento da teoria marxista, o socialismo científico foi enriquecido com as análises de Lênin sobre os avanços da ciência e sua relação com o materialismo dialético (*Materialismo e Empiriocriticismo, Cadernos Filosóficos*), o Estado (*O Estado e a Revolução*), o capitalismo de monopólios (*Imperialismo: fase superior do capitalismo*), o revisionismo no seio do movimento socialista internacional (*Marxismo e Revisionismo, A falência da II Internacional e A revolução proletária e o renegado Kautsky*) e sobre a organização política revolucionária (*Que fazer?*).⁵⁹

Lênin assimilou com profundidade o socialismo científico e o método materialista histórico-dialético, aplicando-o à realidade da Rússia atrasada e às condições do capitalismo em sua fase imperialista. A grande obra política de Lênin foi a defesa de uma concepção de partido político capaz de desenvolver a teoria, a política e o programa revolucionário e de atuar no seio da classe operária e da massa de explorados para organizá-los na luta por suas reivindicações e pelo poder. Lênin sintetizou a história do bolchevismo como desenvolvimento da teoria revolucionária de Marx e Engels, em novas condições históricas concretas, da seguinte forma:

O bolchevismo surgiu em 1903 fundamentado na mais sólida base da teoria do marxismo. E a justeza dessa teoria revolucionária – e, nenhuma outra – foi demonstrada tanto pela experiência internacional de

⁵⁹ Cf. LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979; *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006; *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987; *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005; *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Global, 1981; *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982; *A Comuna de Paris*. Brasília-DF: Editora Kiron, 2012; *Últimos escritos e diários das secretárias*. São Paulo: Sundermann, 2012; *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011; LÊNIN, V.I. *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Avante, 1982; *Marxismo e Revisionismo*. In: *Obras Completas, V.1*. Lisboa: Avante! Moscou: Progresso, 1989.

todo o século XIX como, em particular, pela experiência dos desvios, vacilações, erros e desilusões do pensamento revolucionário na Rússia. No decurso de quase meio século, aproximadamente de 1840 a 1890, o pensamento de vanguarda na Rússia, sob o jugo do terrível despotismo do czarismo selvagem e reacionário, procurava avidamente uma teoria revolucionária justa, acompanhando com zelo e atenção admiráveis cada “última palavra” da Europa e da América nesse terreno. A Rússia tornou sua a única teoria revolucionária justa, o marxismo, em meio século de torturas e sacrifícios extraordinários, de heroísmo revolucionário nunca visto, de incrível energia e abnegada pesquisa, de estudo, de experimentação na prática, de desilusões, de comprovação, de comparação com a experiência da Europa. Graças à emigração provocada pelo czarismo, a Rússia revolucionária da segunda metade do século XIX contava, mais que qualquer outro país, com enorme riqueza de relações internacionais e excelente conhecimento de todas as formas e teorias do movimento revolucionário mundial.

Por outro lado, o bolchevismo, surgido sobre essa granítica base teórica, teve uma história prática de quinze anos (1903/1917) sem paralelo no mundo, em virtude de sua riqueza de experiências. Nenhum país, no decurso desses quinze anos, passou, nem ao menos aproximadamente, por uma experiência revolucionária tão rica, uma rapidez e uma variedade semelhantes na sucessão das diversas formas de movimento legal e ilegal, pacífico e tumultuoso, clandestino e declarado, de propaganda nos círculos e entre as massas, parlamentar e terrorista. Em nenhum país, esteve concentrada, em tão curto espaço de tempo, semelhante variedade de formas, de matizes, de métodos de luta *de todas as classes* da sociedade contemporânea, luta que, além disso, em consequência do atraso do país e da opressão do jugo czarista, amadurecia com singular rapidez e assimilava com particular sofreguidão e eficiência a “última palavra” da experiência política americana e europeia.⁶⁰

Trotsky fez o socialismo científico avançar com suas análises sobre o processo revolucionário na época de decadência do capitalismo (1905, *Balço e Perspectivas, A Revolução Permanente*), sobre a degeneração da Revolução Russa e o estalinismo (*História da Revolução Russa, A revolução traída, A revolução desfigurada*), sobre os desvios revisionistas no socialismo (*Em defesa do marxismo*), o fascismo (*Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*), sobre os processos revolucionários nas décadas de 1930 (*Aonde vai a França, Revolução e*

⁶⁰ LÊNIN, V. I. *O Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Global, 1981, p. 15-16.

Contrarrevolução na Alemanha, A Revolução Espanhola).⁶¹ Rosa Luxemburgo deu importantes contribuições à teoria econômica marxista (*Introdução à Economia Política, A acumulação do capital*).⁶²

Acrescentem-se ao conjunto das contribuições de Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky, os documentos dos quatro primeiros congressos da Terceira Internacional, e os documentos, entre os quais, o *Programa de Transição*, da Quarta Internacional. O método do *Programa de Transição* permite às organizações revolucionárias, à luz da *Teoria da Revolução Permanente*, elaborar o programa da revolução proletária a partir da análise do desenvolvimento histórico, econômico, social e político dos países nos quais se constroem, como parte da revolução socialista mundial. Possibilita também travar a luta contra o etapismo estalinista, que separa, por longos períodos históricos, a revolução democrática da revolução socialista, subordinando o proletariado e suas organizações à burguesia nos países capitalistas atrasados.

Além disso, o método do *Programa de Transição* supera a velha divisão socialdemocrata (reformista) entre o programa mínimo (reivindicações econômicas e democráticas) e programa máximo (luta pelo socialismo), por meio das reivindicações transitórias, unindo indissolivelmente a defesa das reivindicações do proletariado e demais explorados à luta pela destruição do capitalismo e constituição do socialismo.⁶³

⁶¹ Sobre esses aspectos, ver: TROTSKY, Leon. *Revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968; *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2001; *A revolução traída*. São Paulo: Centauro, 2007; *A revolução desfigurada*. São Paulo: Centauro, 2007; *A revolução permanente*. São Paulo: Centauro, 2007; *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977; Três concepções da revolução. In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977; O que é a revolução permanente. In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977; A revolução russa (Conferência da Dinamarca). In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977; A natureza de classe da URSS. In: *A Revolução Russa*. São Paulo: Informação, 1989; *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; *Como fizemos a revolução*. São Paulo: Global, 1980; *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011; *Da Noruega ao México: os crimes de Stalin*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968; O programa de transição. In: LÊNIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979; *Os sindicatos na época da decadência capitalista*. In: Escritos sobre sindicato. São Paulo: Kairós, 1978; *A Comuna de Paris*. Brasília-DF: Edições Centelha Cultural, 2011; *Bolchevismo e Stalinismo*. Brasília-DF: Centelha Cultural, 2010; *Classe, partido e direção*. In: Bolchevismo e Stalinismo. Brasília-DF: Centelha Cultural, 2010; *Aonde vai a França*. São Paulo: Desafio, 1994; *O Novo Curso*. São Paulo: Edições Massas, 2014; *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁶² LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁶³ Veremos mais adiante que a Quarta Internacional se fragmentou na primeira metade dos anos 1950, mas a sua base firme, o programa e demais documentos aprovados em sua formação constituem a pilastra para a sua reconstrução. No seio da Quarta Internacional

Bukharin, por quem Lênin tinha alta estima como teórico marxista, apesar de destacar também as suas debilidades com relação à assimilação e aplicação do método da dialética materialista, escreveu obras importantes para o debate e a teoria socialista, tais como o *ABC do Comunismo*, *O Imperialismo e a Economia Mundial*, *A Teoria do Materialismo Histórico*, *O Marxismo e o Pensamento Moderno*. Anos depois, tornou-se, juntamente com Stalin, os defensores de uma vertente revisionista no seio do Estado Operário russo, do Partido Bolchevique e da Terceira Internacional, responsável pela defesa teórica e política da concepção do “socialismo em um só país”.⁶⁴

Preobrazhensky se notabilizou pelos estudos econômicos sobre o período de transição ao socialismo, o planejamento econômico, e foi um dos mais importantes economistas na década de 1920 na União Soviética, tendo elaborado um plano de industrialização do país com o objetivo de superar os desequilíbrios entre campo e cidades, entre a indústria e a agricultura. Suas análises e contribuições à teoria marxista constam de obras como *ABC do Comunismo*, *Anarquismo e Comunismo*, *A Nova Economia*, além de uma série de outros ensaios sobre a economia soviética no âmbito do desenvolvimento econômico mundial do capitalismo.⁶⁵

Não poderíamos deixar de citar também o avanço da influência das ideias marxistas na Itália com Antonio Gramsci (*Concepção dialética da história e Cartas do Cárcere, Os intelectuais e a organiza-*

se formaram tendências e correntes, que se expressam nas obras de alguns dos militantes e teóricos. Cf. entre outros autores: MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (de 1843 até a redação de O Capital)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968; *Tratado de economia marxista*. México: Era, 1969; *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985; *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001; *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978; *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1985; *Além da Perestroika: a era Gorbatchov e o despertar do povo soviético*. São Paulo: Busca Vida, 1989; *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995; LORA, Guillermo. *Historia de las Cuatro Internacionales*. La Paz: Masas, 1989; *História da IV Internacional*. São Paulo: Edições Massas, 2001; *O que é o revolucionário profissional?* São Paulo: Edições Massas, 2010; *A Revolução Permanente em Marx, Engels, Lênin e Trotsky*. São Paulo: Edições Massas, 2009; *O Partido e sua Organização: como funciona a célula*. São Paulo: Edições Massas, 2001; *Autonomia e reforma universitária*. São Paulo: Edições Massas, 2005; *Sobre a tática frentista*. São Paulo: Edições Massas, 2012; MORENO, Nahuel. *Os governos de frente popular na História*. São Paulo: Sundermann, 2003; *As revoluções do século XX*. São Paulo: Sundermann, 2003; *O partido e a revolução*. São Paulo: Desafio, 1996; *Teses para a atualização do Programa de Transição*. São Paulo: CS, 1992.

⁶⁴ BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de materialismo histórico*. Centro do Livro Brasileiro, s/d; *ABC do comunismo*. Bauru - SP: Edipro, 2002; *A economia mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

⁶⁵ Cf. PREOBRAZHENSKY, Evgueni. *Anarquismo e Comunismo*. São Paulo: Sundermann, 2013.

ção da cultura, *Literatura e vida nacional, Maquiavel, a política e o Estado Moderno*); na Hungria, com o filósofo Georg Lukács (*Ensaio sobre literatura, Marxismo e teoria da literatura, Introdução a uma estética marxista, Conversando com Lukács, Existencialismo ou Marxismo? e Realismo crítico hoje, Ontologia do Ser Social*) e o pensador alemão Karl Korsch (*Marxismo e Filosofia*).⁶⁶ Na Áustria, por meio do chamado austro-marxismo, as ideias de Marx e Engels influenciaram personalidades como Victor Adler, Gustav Eckstein, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, Otto Bauer, Karl Renner, Friedrich e Max Adler.

No Brasil, as ideias marxistas começam de fato a ter peso no movimento socialista e operário a partir do impacto da Revolução Russa de 1917, apesar do nome de Marx ter sido citado ocasionalmente em jornais e periódicos. O Partido Comunista Brasileiro, denominado, à época em que foi criado, de Partido Comunista – Seção Brasileira Internacional Comunista/PCB, nasceu em 1922 por influência da Revolução Russa de 1917 e da criação da Terceira Internacional. Antes, o movimento operário era hegemonizado pelas correntes anarquistas formadas com a vinda de imigrantes de países da Europa, especialmente da Itália. Mas com as notícias da vitória do proletariado revolucionário na Rússia e a derubada do czarismo e da burguesia, o anarquismo acabou por cindir-se.

Diversos grupos e centros de estudos marxistas foram se formando, tais como a União Operária 1º de Maio, na cidade de Cruzeiro (SP), dirigida por Hermogêneo Silva; a Liga Comunista e a União Maximalista (RS), dirigidos por Abílio de Nequette; o Círculo de Estu-

⁶⁶ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Cadernos do Cárcere – Volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; *Cadernos do Cárcere – Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; *Cadernos do Cárcere – Volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; LUKÁCS, Georg. *O Jovem Marx e Outros Textos Filosóficos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007; *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; *Existencialismo ou Marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967; *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; *Pensamento Vivido*. São Paulo: AdHominem/EdUFV, 1999; *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2010; *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974; *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008; *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012; KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

dos Marxistas e a Universidade Popular, dirigidos por Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, no Recife; o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, composto por Antonio de Carvalho, Antonio Branco, Antonio Cruz Júnior, Astrogildo Pereira, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Argolo, José Alves Dinis, Luis Peres, Manuel Abril, Olgier Lacerda, e Sebastião Figueiredo, aos quais se juntaram Hermogêneo Silva, Manuel Cendon e João da Costa Pimenta. O partido brasileiro acabou sendo fundado em Congresso realizado entre os dias 25 e 27 de março de 1922.

Sua história expressa os avanços e retrocessos do processo revolucionário na Rússia e em nível internacional. Como os PC de diversos países, aplicou a política do PCUS e da Terceira Internacional do “socialismo em um só país”, da “revolução por etapas” e das “frentes populares” com a chamada fração progressista da burguesia, arrastando-se por trás de partidos e governos capitalistas, acreditando que no Brasil se tratava de consumir a primeira etapa da revolução, qual seja, a “revolução democrático-burguesa”.

No decorrer do desenvolvimento do próprio PCB, destacaram-se importantes teóricos, entre os quais, podemos citar: Astrogildo Pereira, Octávio Brandão (*Agrarismo e Industrialismo*), Alberto Passos Guimarães (*Quatro séculos de latifúndio, A crise agrária*), Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil contemporâneo, História Econômica do Brasil, Evolução Política do Brasil, A revolução brasileira, A questão agrária, Dialética do conhecimento*), Mário Alves, Jacob Gorender (*O escravismo colonial, Combate nas trevas, A escravidão reabilitada*), Carlos Marighela (*Manual do guerrilheiro urbano*). Nelson Werneck Sodré (*A coluna Prestes, A história da imprensa no Brasil, História da literatura brasileira, A revolução brasileira, Formação histórica do Brasil, A Intentona Comunista de 1935*), por sua aproximação às posições do PCB, também deve ser lembrado.⁶⁷

A luta entre a Oposição de Esquerda Russa, dirigida por Trotsky, contra Stalin e consortes se expressou no seio do Partido Comunista em nosso país, com a constituição de um conjunto de militantes descontentes com os rumos do partido e a orientação político-programática estalinista. Mário Pedrosa, que havia tomado contato com as teses da Oposição de Esquerda, elaboradas por Trotsky, para o VI Congresso da

⁶⁷ Cf. as seguintes obras: PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1971; *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971; *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974; *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963; *Introdução à Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Liv. Ciências Humanas, 1978.

Internacional Comunista, realizado em 1928, com profundas críticas ao estalinismo, encaminhou as teses para os militantes mais próximos.

As teses defendidas por Mário Pedrosa foram ganhando novos adeptos: João da Costa Pimenta, Aristides Lobo, Dalla Deá (operário gráfico), Mário Dupont, Mary Houston Pedrosa, Manuel Medeiros (gráfico), José Auto e a escritora Rachel de Queiroz. Funda-se a Liga Comunista Internacionalista (bolchevique-Leninista). Outros ativistas do movimento sindical e estudantil seriam ganhos para o marxismo revolucionário, como Mirno Tibor (líder estudantil), Arnaldo Tommasini, Lelia Abramo e Fulvio Abramo (empregados do comércio), L. Mássara, Azis Simão, Mário Colleoni, (metalúrgico), Ariston Rusciolelli (comerciário), Josefina Mendez (operária têxtil), Fernando Bertolotti, entre outros. Daí em diante, desenvolveu-se no seio do movimento socialista em nosso país inúmeras correntes, organizações e partidos, que se reivindicaram das tradições marxistas, defendidas pela Oposição de Esquerda russa e internacional.⁶⁸

Muitos documentos publicados pela Liga Comunista (LCI) como *Aos trabalhadores do Brasil, Nosso caráter de fração, Carta aos camaradas do Partido Comunista, Campanha Eleitoral – Ao Partido Comunista, Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte, Projeto de teses sobre a situação nacional, Estatutos da Liga Comunista do Brasil, Resoluções aprovadas na II Conferência (Extraordinária) da Liga Comunista do Brasil, Ao Proletariado: a tática eleitoral dos bolcheviques-Leninistas, Teses sobre a questão sindical aprovadas na III Conferência Nacional da LCI, A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do Movimento Operário, O fracasso da*

⁶⁸ Sobre a história do PCB e das organizações Trotskistas, ver: CAMPOS, José Roberto. *O que é Trotskismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998; KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho e LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007; Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930-1966). In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007; ABRAMO, Fulvio e KAREPOVS, Dainis (orgs). *Na contracorrente da história: documentos do Trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundemann, 2015. Sobre a história do PCB, ver: CARONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982; COSTA, R; PINHEIRO, M; FERREIRA, M. *Breve balanço das polêmicas e dissidências comunistas no Brasil*. Imprensa Popular, Ano IV, nº 36, março de 2012; DULLES, John W. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977; PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: UNIJUÍ, 2008. Cf. em particular o Capítulo intitulado *Marxismo e Lutas Sociais no Brasil*, presente em PEREIRA, Francisco e SIQUEIRA, Sandra M. M. *Marx Atual: a vigência do marxismo e os desafios da luta socialista*. Salvador (BA): Arcadia, 2013.

A.N.L. e as tarefas da vanguarda operária, O desastre de novembro e o naufrágio do stalinismo e do prestismo, Pela Espanha Proletária!, Em defesa das tradições de Outubro! Abaixo o bonapartismo stalinista; do Partido Operário Leninista (POL), tais como *As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda, A situação nacional, O golpe de estado bonapartista, Resoluções da pré-conferência realizada em abril de 1939;* bem como documentos assinados por militantes históricos trotskistas como Aristides Lobo (*Carta aberta aos membros do Partido Comunista, A situação brasileira e o trabalho para seu esclarecimento, Fascismo e Stalinismo*), Mário Pedrosa (*Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil, A luta pelas liberdades democráticas, A situação nacional, A crise do estalinismo no Brasil*), Hilcar Leite (*Luta sindical: forma concreta de combate ao fascismo*) e Fulvio Abramo (*A Oposição de Esquerda no Brasil*) atestam o debate em torno da realidade brasileira e internacional, o enfrentamento ao processo de burocratização do Partido Comunista Brasileiro pelo estalinismo e a necessidade de constituir o programa e o partido revolucionário, enraizado na luta de classes do proletariado.⁶⁹

Não obstante, apesar da expansão internacional das ideias de Marx e Engels, dessa trajetória se destaca, sobretudo, a luta contra o revisionismo, tanto da socialdemocracia internacional quanto do estalinismo, em defesa da tradição revolucionária. Trata-se da defesa da estratégia da revolução proletária. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, gerou-se e avançou rapidamente no seio do Partido Socialdemocrata Alemão, o maior partido da Segunda Internacional, uma corrente revisionista do marxismo, de caráter reformista, pelas mãos de um dos importantes membros do movimento socialista europeu, Eduard Bernstein, que havia publicado a obra *O Socialismo Evolucionário*.

Para Bernstein, era preciso compatibilizar a prática, muitas vezes, reformista e sindicalista do partido alemão com uma nova teoria socialista, que sepultasse de uma vez por todas a teoria revolucionária de Marx e Engels, que, para ele, não dava mais conta das transformações ocorridas no capitalismo do final do século XIX, caracterizadas, supunha, pelo largo desenvolvimento econômico e por avanços nas con-

⁶⁹ Os principais documentos da Liga Comunista Internacionalista (LCI), do Partido Operário Leninista (POL), além dos documentos assinados por importantes militantes Trotskistas foram publicados por ABRAMO, Fulvio e KAREPOVS, Dainis (orgs.). *Na contracorrente da história: documentos do Trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundemann, 2015.

dições de vida e trabalho de amplos setores da população, inclusive dos trabalhadores, com o reconhecimento de direitos trabalhistas por parte do Estado e dos governos na Europa, em particular na Alemanha. Essa premissa o levava a supor que o marxismo revolucionário estava ultrapassado.⁷⁰

Lênin, Rosa Luxemburgo e outros marxistas revolucionários atuaram ativamente no combate ao revisionismo e ao reformismo no seio da Segunda Internacional e do movimento socialista. Rosa Luxemburgo, por exemplo, contribuiu não só na defesa do método dialético, da concepção materialista da história e da estratégia da revolução socialista diante do revisionismo reformista de Eduard Bernstein, contra quem, aliás, escreveu o livro *Reforma ou Revolução?* Deu andamento ao debate sobre o reformismo no seio do Partido Socialdemocrata Alemão e no movimento socialista internacional com a obra *A crise da socialdemocracia*. Destaca-se também o seu documento sobre o processo revolucionário na Rússia de Outubro de 1917, *A Revolução Russa*, defendendo-a frente às críticas reformistas.⁷¹

Em uma época de profundas deformações teóricas, políticas e programáticas levadas a cabo pelo estalinismo, da ameaça do fascismo e da Segunda Guerra Mundial, era preciso defender a teoria revolucionária e as conquistas políticas da tradição marxista, extraídas da experiência do movimento operário e socialista internacional. Não à toa, Trotsky colocava o seguinte:

Épocas reacionárias como a atual não apenas desagregam e enfraquecem a classe operária, isolando-a de sua vanguarda, como também rebaixam o nível ideológico geral do movimento, fazendo retroagir o pensamento político a etapas já superadas desde há muito tempo. Nestas condições, a tarefa da vanguarda consiste, antes de tudo, em não se deixar arrastar pelo refluxo geral: é necessário avançar contra a corrente. Se as desfavoráveis relações de forças não permitem conservar antigas posições políticas, pelo menos se deve conservar as posições ideológicas, pois nelas se concentram a custosa experiência do passado. Aos olhos dos tolos, tal política aparece como “sectária”. Em realidade é a única maneira de preparar um novo e gigantesco salto para frente, impulsionada pela onda ascendente do próximo ascenso histórico.⁷²

⁷⁰ Veremos mais à frente como os revolucionários marxistas, a exemplo de Lênin e Rosa Luxemburgo, combateram o revisionismo reformista de Bernstein no seio do movimento socialista internacional, em particular, da Segunda Internacional.

⁷¹ Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2008; *Textos Escolhidos*. São Paulo: UNESP, 2011.

⁷² TROSKY, Leon. *Bolchevismo e Stalinismo*. Brasília: Centelha Cultural, 2010, p. 13.

De fato, a defesa das conquistas teóricas, políticas e programáticas do marxismo revolucionário diante das deformações estalinistas foi uma tarefa essencial para as gerações seguintes. A luta contra os retrocessos do estalinismo e a estruturação da Quarta Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista, cumpriu esse papel. Com esse arsenal teórico, político e programático foi possível compreender os grandes acontecimentos revolucionários ocorridos antes e depois da Segunda Guerra Mundial em vários países, como, por exemplo, nos países do Leste Europeu, Extremo Oriente, China (1949), Cuba (1959) e países da América Latina.

Da mesma maneira, conseguiu-se estudar as relações complexas entre a ex-URSS e demais países onde ocorreram revoluções e a burguesia foi expropriada; a influência da burocracia estalinista na dinâmica política dos Estados operários, bem como as dificuldades vivenciadas por esses países com o fim da União Soviética; o Leste Europeu; o processo de implementação de medidas de abertura econômica ao capital para a exploração de determinados ramos da economia nacional e o progressivo processo de restauração capitalista nesses países.

Sem falar dos aportes marxistas pós-Segunda Guerra Mundial sobre o crescimento econômico, intercalado por crises periódicas, até final da década de 1960, o início da grande crise econômica dos anos 1970 e as diversas crises periódicas dos anos 1980-1990 em numerosos países, culminando com a análise do desenvolvimento dos elementos da crise estrutural do capitalismo, aprofundada com a erupção da crise de 2007-2008 no epicentro da economia mundial, os EUA, que se expandiu rapidamente para os demais continentes, abrindo uma nova perspectiva para a luta de classes em todos os países, com greves gerais, manifestações, ocupações de praças e prédios, além dos vários levantes ocorridos no Norte da África e Oriente Médio.⁷³

Além de analisar as tendências do desenvolvimento do capitalismo, o marxismo revolucionário também ampliou consideravelmente as suas análises e pesquisas sobre numerosas áreas do conhecimento hu-

⁷³ Sobre a economia marxista no século XX, consultar os seguintes autores: BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; BARAN, Paul e SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974; MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002; ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001; SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; *Pobreza e globalização na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2002; SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

mano, em particular na Filosofia e nas Ciências Sociais, como a Economia, Direito, Sociologia, Teoria Política, Antropologia, Educação, História, além de estudos sobre aspectos como moral, ética e religião.⁷⁴ Não há um só campo do conhecimento humano nas Ciências Sociais que não tenha sido pesquisado, mesmo embrionariamente, pelo pensamento marxista.

2.2 As deformações do estalinismo e as pressões sobre a intelectualidade

É quase sem sentido pensarmos que a teoria de Marx e Engels pode ser confundida com outra coisa a não ser com uma teoria revolucionária, isto é, que aponte para uma ação militante de transformação da sociedade existente e a construção de uma nova sociedade, o socialismo, como via para a sociedade sem classes, o comunismo. Ao mesmo

⁷⁴ No campo da investigação da História no século XX, podemos destacar: DEUTSCHER, Isaac. *A revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; *A Rússia depois de Stalin*. São Paulo: Agir, 1956; *Ironias da História: ensaio sobre o comunismo contemporâneo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968; *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; *Stalin: uma biografia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006; *Trotsky*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968; BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Sundermann, 2007; *A primavera dos povos começa em Praga*. São Paulo: Kairós, 1979; *União Soviética: da revolução ao colapso*. Porto Alegre: UFRGS, 1996; *A Revolução espanhola*. São Paulo: Khronos, 1992; HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009; (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009; *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009; *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995; *Ecos da Marselha: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; *O novo século*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009; *Revolucionários – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005; *Tempos Interessantes – Uma vida no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002; *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008; *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008; *Da revolução industrial ao imperialismo*. São Paulo: Forense Universitária, 2009; *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do proletariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010; *Como mudar o mundo – Marx e o marxismo: 1840-2011*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011; HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987; THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002; *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984; *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989; *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1989.

tempo em que vincularam a teoria e a prática social revolucionária, os marxistas ao longo da história têm defendido uma estratégia política clara: a constituição do proletariado, amparado na maioria oprimida, em classe dominante, mediante a revolução proletária. Esse período de transição inaugurado pela tomada do poder pelo proletariado Marx o denominou de “*ditadura do proletariado*”.

Para tanto, a própria experiência do movimento socialista internacional mostrou a necessidade para o cumprimento dessa tarefa histórica, dessa estratégia socialista, da constituição do proletariado em partido político independente dos partidos e organizações da burguesia. De fato, é assim que compreenderam os mais importantes marxistas revolucionários de ontem e de hoje.

Não obstante, ao longo do século passado, em razão das deformações burocráticas nos Partidos Comunistas (PC) estalinizados e do pessimismo em torno da possibilidade de que fosse possível reconduzir a Revolução Russa ao caminho da construção socialista internacional, muitos intelectuais e militantes sérios e extremamente criativos, identificados com posições de Marx e Engels e com o socialismo, ou se acomodaram aos aparatos e funções designados pelas direções estalinistas no seio dos PC, da URSS e na Terceira Internacional degenerada, ou simplesmente se refugiaram no seio da academia, mantendo com o marxismo uma vinculação filosófica-cultural.

Em meio ao ambiente asfixiante dos partidos comunistas estalinizados ou, de outra forma, em debate com ele, embora de um ponto de vista filosófico, emerge um conjunto de pensadores, vinculados ou próximos às ideias marxistas, que ficaram conhecidos como representantes do “Marxismo Ocidental”, tais como Henri Lefebvre (*Lógica formal/Lógica dialética, O marxismo, Sociologia de Marx*), Roger Garaudy (*Marxismo do século XX, A grande virada do socialismo*), Ernst Bloch (*O princípio esperança*), Leo Kofler, Louis Althusser (*Lênin e a Filosofia, Aparelhos ideológicos de Estado, Sobre a reprodução, Ler O Capital, A favor de Marx*), Galvano Della Volpe (*A lógica como ciência histórica*), Lucio Colletti (*Ultrapassando o marxismo*), Jean-Paul Sartre (*O ser e o nada, Crítica da razão dialética, O existencialismo é um humanismo*) e Hans Mayer. Suas raízes teórico-metodológicas remontam a autores como Antonio Gramsci, Georg Lukács e Karl Korsch. Seus temas fundamentais foram a filosofia, ética, estética, arte, entre outros.⁷⁵

⁷⁵ Desses autores que compõem o chamado “marxismo ocidental”, ler: LEVEBvre, H. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1981; *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; ALTHUSSER,

Em muitos aspectos, essa relação entre grupos de intelectuais e a prática revolucionária (construção do partido político proletário e a vinculação à luta de classes das massas trabalhadores e oprimidas) se torna cada vez mais distante. São os casos, por exemplo, dos teóricos vinculados à Escola de Frankfurt, influenciados por sistemas filosóficos os mais diversos possíveis, como Kant, Marx, Weber, além de Freud. Entre esses autores, destacamos os nomes de Max Horkheimer (*Eclipse da Razão, Teoria Crítica, Teoria Tradicional e Teoria Crítica, Dialética do Esclarecimento*, este último com Adorno), Theodor W. Adorno (*Kierkegaard, Minima Moralia, Dialética Negativa, Teoria Estética, Dialética do Esclarecimento*, com Horkheimer), Walter Benjamim (*A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica, Origem do drama barroco alemão*), Herbert Marcuse (ainda que este tenha influenciado o movimento estudantil, com suas obras *Razão e Revolução, A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional, Eros e Civilização, O marxismo soviético*), Erich Fromm (*O medo à liberdade, Anatomia da destrutividade humana, A revolução da esperança, Ser ou Ter?, Conceito marxista do homem*), além da chamada “segunda geração da Escola de Frankfurt”, como Jürgen Habermas (*O Discurso Filosófico da Modernidade, O Futuro da Natureza Humana, Direito e Democracia, Para a reconstrução do materialismo histórico, Técnica e Ciência como Ideologia, Teoria do Agir Comunicativo*), entre outros.

Se pensarmos então no movimento acadêmico intitulado “Marxismo Analítico”, que teve entre seus principais representantes Gerald Cohen (*A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*), Jon Elster (*Marx Hoje*), Adam Przeworski (*Capitalismo e Socialdemocracia, Estado e Economia no Capitalismo*), entre outros teóricos, poderemos ter uma compreensão adequada do rompimento da relação entre teoria e prática, conhecimento e ação política revolucionária.

Não estamos aqui fazendo uma avaliação do conjunto das aquisições e análises dos autores da Escola de Frankfurt e do Marxismo Analítico, nem é esse o objetivo central do nosso trabalho. Também não negamos que muitos desses intelectuais deram contribuições importantes em vários setores do conhecimento humano como a filosofia, ética, estética e arte. Por isso, devem ser estudados por todos que têm inte-

L. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Cf. também os seguintes textos: ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984; *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

resse em se atualizar nos mais variados ramos do conhecimento social, assim como fazemos com os avanços da Ciências Naturais e Sociais.

O que nos importa é anotar a profunda distinção entre o marxismo revolucionário de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, que vincula claramente e de maneira indissolúvel a produção do conhecimento, as posições políticas, teóricas e programáticas à luta pela organização independente do proletariado em partido político, diferente dos partidos da classe dominante, tendo como objetivo estratégico a destruição da sociedade de classes e a construção da sociedade sem classes e sem exploração do trabalho, o comunismo, e certas correntes ou grupos de investigadores, que, de uma maneira ou de outra, se distanciaram de uma prática política revolucionária. É evidente que o rompimento teórico com as teses centrais do marxismo revolucionário se desdobrou frequentemente na defesa de posições teóricas e políticas distantes da estratégia revolucionária do proletariado.

De outra perspectiva teórica e política, alguns autores procuraram realizar uma crítica a questões centrais do marxismo revolucionário como, por exemplo, a estratégia da ditadura do proletariado, a importância central do partido político proletário, entre outras. Muitas vezes identificavam o Estado operário soviético, burocraticamente degenerado pelo estalinismo, e as próprias contribuições teóricas e posições políticas de V. I. Lênin e Trotsky, frontalmente contrárias à burocratização e ao estalinismo, como antecipações e, mesmo, causa das deformações da época de Stalin.

Assim, recorrendo, inclusive, ao arsenal ideológico de outras correntes de pensamento, como o anarquismo, ou adotando posições claramente esquerdistas (lembramos que Lênin chamava o *esquerdismo de doença infantil do comunismo*), os autores e militantes identificados com o chamado “Marxismo Heterodoxo” desenvolveram uma linha de pensamento em contraposição àquilo que chamavam “Marxismo Ortodoxo” que, na maioria das vezes, era identificado com o marxismo-leninismo, de cunho estalinista, ou seja, com o burocratismo e as deformações de Stalin e consortes. Entre os autores do “Marxismo Heterodoxo” podemos citar Herman Gorter, Amadeo Bordiga, Anton Pannekoek (*Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários, Lênin Filósofo*), Paul Mattick (*Marx e Keynes: os limites da economia mista*), entre outros.⁷⁶

Sem dúvida, o estalinismo (as concepções e a ação fundadas nas teorias do “socialismo em um só país”, “revolução por etapas”, “coexistência pacífica com o imperialismo” e na tática das frentes populares

⁷⁶ Uma compilação das ideias desses autores pode ser analisada em TRAGTENBERG, M. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

com partidos da burguesia), como reação burocrática às conquistas da Revolução de Outubro de 1917 e deformação da teoria e da prática política socialista nada tem de comum com as concepções dos fundadores do marxismo, nem mesmo com as contribuições de marxistas posteriores a Marx e Engels, como as de Lênin, Leon Trotsky ou Rosa Luxemburgo. As vulgatas e o burocratismo estalinistas representam uma profunda deformação da teoria e da prática marxistas, não podemos ter qualquer ilusão a esse respeito.⁷⁷

De fato, a reação burocrática estalinista à Revolução Russa de 1917 significou para a ciência, a arte e a intelectualidade em geral um ataque brutal, ao submeter a vida cultural, artística e científica a controles, restrições, ditados pelos interesses e privilégios da burocracia no poder. Não é casual que muitos intelectuais marxistas tenham se refugiado no seio da academia ou na discussão em grande parte filosófico-cultural ou que, em face da brutalidade, traições e das perseguições da burocracia estalinista, uma parte dos marxistas tenha simplesmente renegado a importância central do partido político e da estratégia da ditadura do proletariado. Como destaca Isaac Deutscher,

Não satisfeito em ditar a vontade em todas as matérias relativas ao corpo político, Stalin também aspirava a ser o único líder espiritual da sua geração. (...) De fato, o marxismo encurtara a distância entre política, filosofia e literatura. Stalin simplificou ao máximo, grosseiramente, a concepção marxista sobre a interconexão entre estes âmbitos até degradar ciência, história e arte à situação de servos da sua política. Sempre que fazia publicar nova diretriz política e econômica, os historiadores, os filósofos e os escritores tinham de verificar cuidadosamente se, nas obras mais recentes, não haviam entrado em conflito com a última palavra do líder.

Os historiadores enfrentaram a situação mais difícil. Já em 1931, Stalin censurou-os severamente na famosa “Carta ao editor de *Proletarskaia Revolutsia*”. A revista, especializada na história da revolução, permitira “contrabando trotskista” nas suas colunas. A história recente tinha de ser reescrita de modo que os adversários fossem mostrados sob a luz que agradasse a Stalin – o que foi feito. Com o acirramento da luta, as versões da história ditadas pela secretaria geral não demonstravam suficiente desprezo pelos adversários de Stalin e tornou-se preciso compilar uma versão depois de outra. Como, por razões táticas, a atitude oficial em relação ao passado mais remoto também estava mudando, as histórias da velha Rússia deviam ser reescritas.

⁷⁷ No ponto sobre o estalinismo, apresentaremos as principais deformações teórico-políticas promovidas por Stalin e consortes no seio dos PC, da ex-URSS e da Terceira Internacional.

Trotsky exercera forte influência sobre a crítica literária não devido à sua autoridade oficial mas por mérito próprio como crítico literário. Era preciso extirpar toda a escola trotskista da crítica literária. Os filósofos ensinavam a dialética marxista com base nos textos de Plekhanov, os quais Lênin tinha em alta conta a despeito das controvérsias políticas com o líder menchevique. Stalin convocou professores e expositores de filosofia ao gabinete e investiu contra o “liberalismo podre” deles. O decano dos filósofos, professor Deborin, e muitos alunos foram expulsos das universidades e dos periódicos. Exemplos dessa preponderância do porrete sobre a pena podem ser multiplicados à vontade. No final, críticos literários, historiadores e filósofos enalteceram o “líder amado” como o maior crítico literário, historiador e cientista do seu tempo e de todos os tempos. Disraeli certa vez lisonjeou a rainha Vitória: “Vossa Majestade é o maior dos nossos escritores”, mas nem Macaulay nem Carlyle foram instados a escrever no estilo da rainha Vitória. Depois de o secretário-geral ser proclamado maior escritor, era dever dos escritores soviéticos “escrever como Stalin”. (...)

Os historiadores podem se perguntar como é que uma nação, que tivera Tolstoy, Dostoievski, Tchekhov, Plekhanov, Lênin e Trotsky como guias intelectuais pôde ter visto se apagar tão completamente as luzes da linguagem e da literatura.⁷⁸

Em uma atmosfera política e teórica asfixiante, havia pouco e quase nenhum espaço para a liberdade artística e o pensamento crítico. Basta ver o destino de muitos escritores, artistas e revolucionários soviéticos durante a era de Stalin. Iessiênin e Maiakovski cometeram suicídio. Outros simplesmente silenciaram. Não obstante, o grande erro dos militantes e intelectuais que, pessimistas diante dos rumos tomados pela ex-URSS e dos PC degenerados pelo estalinismo, refugiaram-se no meio acadêmico ou passaram a combater o “marxismo ortodoxo” consiste em, a partir dessa premissa, deduzir que a fuga da luta de classes era uma atitude político-teórica suficiente para combater no plano real as deformações estalinistas.

A batalha pelas conquistas da Revolução Russa de 1917 e pela sua recondução ao socialismo internacional passava não só pela defesa do marxismo revolucionário de Marx e Engels e pelos avanços de Lênin, mas, também, pela organização de uma oposição de esquerda capaz de combater na prática do movimento socialista revolucionário as profundas deformações de Stalin e seguidores.

⁷⁸ DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 388-390. Cf. Também BANDEIRA, Moniz. O marxismo e a questão cultural. In: TROTSKY, Leon. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Agiram como autênticos marxistas, verdadeiramente revolucionários, aqueles que souberam, a partir do método do materialismo histórico, identificar as raízes da burocracia soviética e do estalinismo e travar uma luta prática, política e teórica, no sentido de defender os fundamentos do socialismo científico e combater a degeneração burocrática do Estado operário soviético, do Partido Bolchevique e da Terceira Internacional.

Foi esse o papel cumprido historicamente pela luta travada por inúmeros revolucionários sob a direção do líder russo Leon Trotsky e após o seu assassinato a mando de Stalin e consortes. Por isso, temos a convicção de que as contribuições de Trotsky, como as de Lênin, Rosa Luxemburgo e uma série de grandes revolucionários e pensadores do século XX enriqueceram o marxismo e constituem a base segura para o desenvolvimento da teoria revolucionária no século XXI. No decorrer do texto, observaremos essas contribuições.







3. Os avanços do marxismo revolucionário

Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário (Lênin, Que fazer?).

Como Marx e Engels demonstraram com o seu próprio exemplo, a teoria deve estar ligada indissociavelmente à realidade e, em se tratando de uma concepção que se proponha não só a compreender o mundo (natureza, sociedade e pensamento) mas transformar a história a partir da ação humana, deve se articular à prática política revolucionária do proletariado, a única classe da sociedade capitalista que pode levar até as últimas consequências o processo de emancipação social e econômica frente a burguesia. Evidentemente, a luta da classe operária como classe dirigente da revolução proletária deve se apoiar na maioria explorada (conjunto dos assalariados, campesinato, setores médios arruinados pelo capitalismo), sem a qual não será vitoriosa completamente.

Essa lição de Marx e Engels de que a teoria deve servir como ferramenta para a compreensão do mundo e para a sua transformação profunda foi assimilada por gerações de revolucionários e de pensadores socialistas em todos os países e continentes. É claro que também sofreu deformações ao longo de décadas de interpretações e de aplicação do socialismo científico. Depois da onda revolucionária na Europa, particularmente das jornadas revolucionárias de 1848 e da Comuna de Paris, de 1871, apesar da preponderância do Partido Socialdemocrata Alemão no movimento socialista internacional, particularmente no seio da Segunda Internacional, os olhares se voltaram cada vez mais para a Rússia atrasada e sob o czarismo.

O movimento revolucionário russo conheceu uma fase de domínio do chamado populismo (defendia o papel revolucionário do campesinato e o terrorismo individual como método de ação), mas, logo em seguida, surgiu uma geração de revolucionários que, rompendo com a ideologia e a política populista, aproximou-se cada vez mais do marxismo. Vera Zasulich, Pavel Axelrod e G. Plekhanov estão na origem do marxismo na Rússia e constituíram a primeira geração do socialismo proletário no futuro país dos soviets.

Plekhanov contribuiu, como dissemos anteriormente, para o desenvolvimento da concepção materialista da história e sua aplicação a campos mais amplos de análise, como a arte e a filosofia. Também participou do esforço para unir os círculos isolados de intelectuais e operários marxistas em uma organização socialdemocrata com atuação nacional e vínculos internacionais. Broué afirma:

O marxismo se difunde por toda a Rússia na época do desenvolvimento da grande indústria e do crescimento do proletariado. Seu mais importante expoente George Plekhanov, antigo populista que, em 1881, funda o primeiro grupo marxista russo, com o nome de “Emancipação do Trabalho”. É ele próprio quem traduz e difunde na língua russa as principais obras de Marx e Engels, e que inicia a luta ideológica contra os populistas, assentando assim as bases da vitória posterior dos socialdemocratas sobre os SR’s. Ao refutar a convicção populista de que a economia e a sociedade russa se beneficiavam de um desenvolvimento tão original quanto privilegiado e que possibilitava ao país chegar ao socialismo sem passar por uma fase industrial, Plekhanov se empenha em demonstrar o contrário: o desenvolvimento capitalista é uma etapa indispensável que, graças ao surgimento do proletariado, permitirá derrotar o sistema e assegurar a vitória do socialismo pelo desenvolvimento das forças produtivas. A ideia fundamental dos socialdemocratas é a de que o proletariado, por sua concentração, suas condições de trabalho, que favorecem sua consciência de classe e sua organização, haverá de desempenhar, apesar de sua pouca importância numérica, o papel de vanguarda que o marxismo se nega a atribuir à massa camponesa amorfa, isolada pelo incipiente desenvolvimento capitalista. Plekhanov, em sua polêmica, ataca especialmente a concepção dos populistas sobre a função dos indivíduos na história: afirma que somente podem desempenhar um papel decisivo quando sua ação se exerce no mesmo sentido que o desenvolvimento objetivo das forças econômicas e sociais, condenando, portanto, qualquer prática terrorista que se apoie na ideia de despertar uma massa camponesa que está historicamente condenada a não ser mais do que a retaguarda da revolução. (...)

Entretanto, no início do século, o movimento Socialdemocrata russo é o único que não conseguiu fundar um autêntico partido operário. Por trás das brilhantes polêmicas que encabeçou Plekhanov, seus discípulos e seus companheiros se enfrentam com um problema prático que se apresenta da seguinte forma: pela força dos obstáculos que a autocracia impõe a qualquer organização, mesmo às mais elementares, os socialdemocratas da Rússia, mais ainda que seus correligionários do Ocidente, vão dedicar, como marxistas consequentes, toda sua atenção à criação de um instrumento que lhes sirva para transformar um mundo que, seguindo as lições de Marx, não bastava apenas ser interpretado. O jovem Ulianov – Lênin – é o que melhor define esta burca quando, após uma curta experiência de organização, escreve na emigração um folheto sobre *As tarefas dos socialdemocratas*. Em sua conclusão afirma: “Não devemos perder um tempo valioso. Os socialdemocratas russos devem se esforçar ao máximo para satisfazer as necessidades do proletariado que está despertando, para organizar o momento operário, fortalecer os grupos revolucionários e sua união recíproca, fornecer aos operários literatura de propaganda e agitação, unir os círculos operários e os grupos Socialdemocratas dispersos por todos os rincões da Rússia em um só partido operário Socialdemocrata”. É na busca de seu

instrumento histórico, na construção de seu partido, que os marxistas russos, suas forças e seus métodos serão postos à prova pela primeira vez.⁷⁹

Nenhum marxista do começo do século XX compreendeu tão profundamente a essência da teoria marxista como socialismo científico e a levou à prática com tanta coerência como V. I. Lênin. Desde jovem, na última década do século XIX, Lênin se ligou definitivamente às concepções teóricas e científicas de Marx e Engels, passando a desenvolver não só a teoria revolucionária em todos os campos do conhecimento social, econômico e político, como avançou programática e organizativamente na defesa da formação de um partido político de atuação nacional e com estreitos vínculos internacionais, que, efetivamente, pudesse mobilizar e organizar as massas operárias e demais explorados para a luta política, tendo como objetivo concreto a tomada do poder e a realização das tarefas próprias da revolução russa.

Para tanto, Lênin teve de travar uma luta tenaz não só contra os setores claramente reformistas do país e do socialismo internacional (economicistas, revisionistas), como enfrentar a herança do passado (populismo e a influência anarquista) no movimento revolucionário. Lênin tinha como objetivo central construir uma verdadeira organização política proletária, inserida na luta de classes, com um programa revolucionário e quadros de militantes marxistas, capazes de dirigir as lutas da classe operária e demais explorados pelo fim do capitalismo e de toda forma de exploração de classe. Como adverte Broué,

Tal empreitada vai ser justificada, no plano teórico, pela primeira obra de Lênin sobre o problema do partido, chamada *Que fazer?*, e publicada em Stuttgart em 1902. Toda a paixão do jovem polemista se dirige contra aqueles socialistas, chamados “economicistas”, que, invocando “um marxismo adaptado às particularidades russas”, negam a necessidade de construir um partido operário Socialdemocrata em um país onde o capitalismo ainda não se assentou. Lênin refuta as teses “economicistas” de que “para o marxismo russo não existe outra solução, que não seja apoiar a luta econômica do proletariado e participar nas atividades da oposição liberal”, afirmando que a mera ação espontânea dos operários, limitada unicamente às reivindicações econômicas, não pode levá-los automaticamente à consciência socialista e que as teorias “economicistas” só servem para fazer do nascente movimento operário refém da burguesia. Segundo ele, é preciso e é precisamente

⁷⁹ BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014, pp. 28-30. SR são os Socialistas-Revolucionários, partido formado no início do século XX, na Rússia, inspirado no populismo.

esta a tarefa que se coloca o *Iskra* – introduzir na classe operária as ideias socialistas mediante a construção de um partido operário que haverá de se converter no grande defensor de seus interesses, na sua direção revolucionária.⁸⁰

Teve também de enfrentar um setor da socialdemocracia russa, chamado posteriormente de Mencheviques (minoría em russo), que defendia uma visão mecânica e ultrapassada da dinâmica revolucionária e de classes, que levava irresistivelmente o proletariado à derrota, na medida em que a concepção menchevique supunha a direção pela burguesia do processo revolucionário e a submissão do proletariado e demais classes exploradas (campesinato) à direção burguesa.

A burguesia, com vínculos firmes com os grandes proprietários de terra, com a nobreza czarista e com o capital financeiro internacional, não tinha qualquer capacidade e força social para dirigir a revolução democrático-burguesa, nem realizar plenamente as tarefas colocadas pelo processo revolucionário. Nesse aspecto e muitos outros, havia uma profunda consonância entre as posições defendidas por Lênin e Trotsky na Rússia.⁸¹

Não obstante, em um aspecto fundamental, Lênin se destacaria claramente no movimento socialista russo e internacional: a teoria do partido político proletário marxista. Como veremos mais adiante, a luta por um partido de revolucionários profissionais, de quadros marxistas capazes de elaborar a teoria a partir da experiência política concreta e de organizar as massas operárias foi um elemento fundamental da vitória do proletariado, apoiado na maioria explorada, na Revolução de Outubro de 1917. Neste específico aspecto, o caráter da nova organização de quadros marxistas proposto por Lênin estava fundamentalmente de acordo com as necessidades das revoluções proletárias da época imperialista.

⁸⁰ Idem, p. 33. Conforme Broué, “em 24 de dezembro de 1901 aparece em Stuttgart o primeiro exemplar do jornal *Iskra* (A centelha), cujo ambicioso lema, ‘da fagulha nascerá a chama’, anuncia suas intenções. O objetivo que este jornal se coloca é ‘contribuir para o desenvolvimento e organização da classe operária’” (Idem, p. 32).

⁸¹ No ponto sobre a revolução na fase imperialista, veremos o choque, as relações e as diferenças entre as principais concepções do processo revolucionário na Rússia, especialmente a dos Mencheviques, a dos Bolcheviques e a Teoria da Revolução Permanente de Leon Trotsky. Estas concepções certamente não se limitam à realidade da Rússia, mas têm implicações internacionais.

3.1 O materialismo dialético

Como afirmamos no capítulo anterior, Marx e Engels eram profundamente atentos ao desenvolvimento dos conhecimentos, pesquisas e descobertas, tanto no campo das Ciências da Natureza, quanto nas Ciências Sociais. Acompanharam os estudos sobre a célula, o magnetismo, a eletricidade e a Teoria da Evolução de Charles Darwin, sempre a partir de um ponto de vista crítico. Engels dedicou alguns dos seus escritos aos avanços das Ciências da Natureza como, por exemplo, *A Dialética da Natureza* e *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, além de passagens marcantes sobre a história das ciências no *Anti-Dühring*, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.⁸²

Somente pela assimilação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, nas diversas formações econômico-sociais e, em particular, na sociedade atual, foi possível aos fundadores do marxismo constituir um método de análise da realidade, a dialética materialista, como a *concepção materialista da história*, a partir da qual, estudaram as sociedades pré-capitalistas e a sociedade capitalista. Lênin,

⁸² Sobre a questão do método dialético e a concepção materialista da história, além dos textos citados no corpo do texto de Marx e Engels, Lênin e Trotsky, podem-se consultar: PLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; *O papel do indivíduo na História*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; 1980; MEHRING, Franz. *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977; BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de materialismo histórico*. Centro do Livro Brasileiro, s/d; MANDEL, Ernest. *Introdução ao Marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978; *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001; LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; BOTTIGELLI, E. *A gênese do socialismo científico*. São Paulo: Mandacaru, 1974; NAVES, Marcio B. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas (SP): Editora Unicamp, 2000; LESSA, S e TONET, Ivo. *Introdução ao pensamento de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; Consultar ainda os seguintes autores: KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969; KOPNIN, Pável Vassilievitch. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; POLITZER, Georges. *Princípios elementares de filosofia*. São Paulo: Centauro, 2007; THALHEIMER, A. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1934; CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982; WOODS, Alan e GRANT, Ted. *Razão e Revolução: filosofia marxista e ciência moderna*. São Paulo: Luta de Classes, 2007; FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. Cf. também: MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008; *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, havia as-
sentado que

O materialismo é a filosofia do marxismo. No decurso de toda a história moderna na Europa e sobretudo no fim do século XVIII, na França, onde se desenrolava uma luta decisiva contra toda a mixórdia da Idade Média, contra o feudalismo nas instituições e nas ideias, o materialismo foi a única filosofia coerente, fiel a todos os ensinamentos das ciências naturais, hostil às superstições, ao beatismo etc. Por isso, os inimigos da democracia se aplicaram com todas as suas forças a “refutar” o materialismo, a desacreditá-lo, a caluniá-lo; defendiam as diversas formas de idealismo filosófico que se reduz sempre, de um modo ou de outro, à defesa ou ao apoio da religião.

Marx e Engels defenderam resolutamente o materialismo filosófico e mostraram repetidas vezes o que havia de profundamente errôneo em todos os desvios a esta doutrina fundamental. Sua exposição é feita com maior clareza e detalhe nas obras de Engels: *Ludwig Feuerbach* e *Anti-Dühring*, assim como no *Manifesto do Partido Comunista*, que são livros de cabeceira de todo operário consciente.

Porém, Marx não se deteve no materialismo do século XVIII: fez avançar a filosofia. Enriqueceu-a com as aquisições da filosofia clássica alemã, sobretudo o sistema de Hegel, que tinha, por seu turno, conduzido ao materialismo de Feuerbach. A principal destas aquisições é a dialética, isto é, a doutrina da evolução no seu aspecto mais completo, mais profundo, mais isento de unilateralidade; doutrina da relatividade do conhecimento do homem, que reflete a matéria em perpétuo desenvolvimento. As recentes descobertas das ciências naturais – o rádio, os elétrons, a transformação dos elementos – confirmaram admiravelmente o materialismo dialético de Marx, com prejuízo das doutrinas dos filósofos burgueses e dos seus “novos” regressos ao antigo idealismo apodrecido.

Aprofundando o desenvolvimento do materialismo filosófico, Marx fez com que ele chegasse ao seu termo lógico e estendeu-o do conhecimento da natureza ao conhecimento da “sociedade humana”. O materialismo histórico de Marx foi a maior conquista do pensamento científico. Ao caos e à arbitrariedade que até então reinavam nas concepções de história e da política, sucedeu uma teoria científica notavelmente coerente e harmoniosa, que mostra como – de uma forma de organização social – surge e se desenvolve, em consequência do crescimento das forças produtivas, uma outra forma mais elevada – por exemplo, como o capitalismo nasceu do feudalismo.

Assim como o conhecimento do homem reflete a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em via de desenvolvimento, o “conhecimento social” do homem (isto é, diferentes opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas etc.), reflete o “regime econômico” da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base econômica. Vemos, por exemplo, como as diferen-

tes formas políticas dos Estados modernos europeus servem para reforçar o domínio da burguesia sobre o proletariado.

A filosofia de Marx é um materialismo filosófico acabado, que deu poderosos instrumentos de conhecimento à humanidade e, sobretudo, à classe operária.⁸³

Com a ascensão do movimento revolucionário na Rússia no final do século XIX e começo do século XX, destacou-se particularmente a figura de Plekhanov, fundador do primeiro agrupamento marxista do país, a organização *Emancipação do Trabalho*, e autor, como dissemos, de obras importantes para o desenvolvimento do pensamento filosófico marxista na Rússia, como *A Concepção Materialista da História*, *O papel do indivíduo na História* e uma série de outros escritos, que influenciaram toda uma geração de revolucionários, inclusive Lênin, o líder da Revolução Russa de 1917.

E, apesar das posições políticas mencheviques de Plekhanov, Lênin o considerava como o melhor expositor da filosofia do marxismo e do materialismo histórico. Plekhanov foi um grande sistematizador e crítico das diversas concepções de mundo, de História e da sociedade produzidas ao longo da história da humanidade (idealistas e materialistas), contribuindo para a compreensão das suas bases materiais (econômico-sociais) e, portanto, para a compreensão da própria Concepção Materialista da História. Lênin não o deixou de criticar, quando foi necessário, procurando superar os erros de análise ou as lacunas das concepções difundidas por Plekhanov no movimento socialista acerca do materialismo histórico, a partir das aquisições mais modernas da Ciência e da filosofia materialista.

De fato, nesse período, as Ciências Naturais, em particular, a Física, passaram por profundas transformações. Descobertas formidáveis no campo da física atômica e subatômica revolucionaram os conceitos que eram adotados há séculos, desde Newton, que foram a base das generalizações filosóficas, particularmente do Materialismo Filosófico mecanicista.

O avanço dos estudos e pesquisas sobre a estrutura da matéria nesse período teve um efeito contrário ao que deveria ter no campo filosófico e científico. Certos físicos e filósofos passaram a defender que a filosofia materialista estava ultrapassada e que as novas descobertas comprovariam um suposto desaparecimento da matéria, levando-os a negar a realidade objetiva, existente fora e independente da consciência humana e, inclusive, as próprias leis da natureza.

⁸³ LÊNIN, V. I. *As três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 66-68.

Em uma época como essa, marcada pela reação no campo da filosofia, nem mesmo o marxismo ficou imune às investidas dessa corrente idealista e irracional. Sugiram nas fileiras do marxismo propostas de revisar o materialismo dialético a partir das novas conclusões de certos físicos e correntes filosóficas idealistas.

Na Rússia, publicou-se uma obra com o título *Ensaio sobre a filosofia do marxismo*, que trazia artigos de Bogdanov, Bazarov, Lunatcharski, Iuchkévitich, Suvórov, dentre outros, que, sob o argumento de que o materialismo dialético deveria ser revisado, em face das novas pesquisas sobre a estrutura da matéria, na verdade, introduziam elementos subjetivistas e idealistas no campo do marxismo, causando muita confusão entre a militância socialista.

É nesse ambiente de confusão e revisionismo (que certos marxistas recorriam a outras correntes filosóficas, adversárias do marxismo, como o *neokantismo*, o *positivismo*, entre outras, com o intuito de renovar e atualizar o pensamento de Marx e Engels), que Lênin joga um papel fundamental em defesa do método dialético materialista, ao elaborar a sua obra *Materialismo e Empiriocriticismo: notas sobre uma filosofia reacionária*, publicada em maio de 1909. Para tanto, seguindo o método de Marx e Engels, o futuro líder soviético estudou a fundo as novas descobertas da Física e as conclusões tiradas por físicos e filósofos a partir das pesquisas sobre a estrutura da matéria.

Lênin começa por mostrar que sob o argumento de que a filosofia materialista estava ultrapassada, na verdade, o que certos físicos e filósofos idealistas combatiam era o materialismo filosófico mecanicista, típico dos pensadores do século XVIII, que havia se inspirado na física de Newton. O materialismo mecânico continuou a inspirar o desenvolvimento filosófico e científico durante o século XIX, apesar de as pesquisas e descobertas no campo da Geologia, da Biologia, da Física e outras ciências mostrarem uma natureza em transformação e a necessidade de estudá-la de um ponto de vista dialético.

Ao contrário do que pensavam certos físicos e filósofos idealistas, os avanços na física atômica e subatômica enriqueciam o materialismo dialético de Marx e Engels. Como diz Lênin,

O erro do machismo⁸⁴ em geral e da nova física machista consiste em que se ignora esta base do materialismo filosófico e a diferença entre o materialismo metafísico e o materialismo dialético. A admissão de uns

⁸⁴ Diz respeito ao filósofo e físico austríaco Ernest Mach (1838-1916), um dos mentores do Empiriocriticismo, corrente reacionária que reabilita as ideias de Berkeley e Hume, a partir de conclusões idealistas sobre as últimas descobertas da física de sua época.

tantos elementos imutáveis, da ‘essência imutável das coisas’, etc., não é materialismo, mas um materialismo *metafísico*, isto é, antidialético. Por isso, J. Dietzgen sublinhava que ‘o objeto da ciência é infinito’, que não apenas o infinito, mas também ‘o menor dos átomos’ é incomensurável, não pode ser conhecido até ao fim, *inesgotável*, porque ‘a natureza, em todas as suas partes, não tem princípio nem fim’... Para colocar a questão do único ponto de vista correto, isto é, do ponto de vista dialético-materialista, temos que perguntar: os elétrons... existem fora da consciência humana como uma realidade objetiva, ou não? A esta questão, os naturalistas, também sem vacilações deverão responder e respondem invariavelmente sim, do mesmo modo que reconhecem sem vacilações a existência da natureza anteriormente ao homem e anteriormente à matéria orgânica. E deste modo a questão é decidida a favor do materialismo, porque o conceito de matéria, como dissemos, não significa em gnosiologia *senão isto*: a realidade objetiva que existe independentemente da consciência humana e que é refletida por ela.⁸⁵

Portanto, o pressuposto do qual partem os físicos e filósofos idealistas era completamente sem base real. De fato, não era a filosofia materialista em geral que era questionada pelas novas descobertas da física atômica e subatômica, mas apenas a concepção mecanicista do materialismo, que prevaleceu durante décadas nas pesquisas científicas, um materialismo alheio ao método dialético, às transformações, às contradições, aos processos, às mudanças profundas da realidade. Um materialismo contaminado pela metafísica. O ponto de vista do materialismo dialético era, ao contrário, confirmado pelas novas descobertas.

Lênin observa a respeito da alegação corrente à época sobre o desaparecimento da matéria que

As ciências da natureza conduzem, conseqüentemente, à ‘*unidade da matéria*’, tal é o conteúdo real da frase sobre o desaparecimento da matéria, sobre a substituição da matéria pela eletricidade, etc., que desorienta tanta gente. ‘A matéria desaparece’ – isto quer dizer que desaparece o limite até ao qual conhecíamos até agora a matéria e que o nosso conhecimento vai mais fundo; desaparecem as propriedades da matéria que anteriormente pareciam absolutas, imutáveis, primárias (impenetrabilidade, inércia, massa, etc.), e que agora se revelam relativas, inerentes apenas a certos estados da matéria. Porque a *única* ‘propriedade’ da matéria a cujo reconhecimento o materialismo filosófico está ligado é a propriedade de *ser uma realidade objetiva*, de existir fora da nossa consciência.⁸⁶

⁸⁵ LÊNIN, VI. *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Avante, 1982, p. 198.

⁸⁶ Idem, pp. 197-198.

Com base em aquisições inovadoras e revolucionárias da física atômica e subatômica sobre a estrutura da matéria, os filósofos e certos físicos, a despeito de criticar a filosofia materialista (na verdade a filosofia materialista mecanicista e metafísica) tiravam conclusões essencialmente idealistas como a negação das leis objetivas da natureza e a própria realidade objetiva. No lugar de serem extraídas da investigação da realidade e da natureza, as leis eram agora artifícios forjados pela mente humana para dar sentido ao mundo. Dessa forma, os pensadores desviavam-se para o idealismo filosófico, em grande medida pelo total desconhecimento do método dialético de pensamento. Como avalia Lênin:

Eles combateram o materialismo metafísico (no sentido que Engels dava a esta palavra e não no sentido positivista, isto é, humista) e a sua ‘mecanicidade’ que é unilateral e, ao fazê-lo, deitaram fora a criança juntamente com a água do banho. Ao negar a imutabilidade dos elementos e propriedades da matéria conhecidos até então, caíram na negação da matéria, isto é, da realidade objetiva do mundo físico. Ao negar o caráter absoluto das leis mais importantes e fundamentais, caíram na negação de qualquer lei objetiva na natureza, na declaração de que uma lei da natureza é uma simples convenção, uma ‘imitação da expectativa’, uma ‘necessidade lógica’, etc. Ao insistir no caráter aproximativo, relativo, dos nossos conhecimentos, caíram na negação do objeto independentemente do conhecimento, refletido por este conhecimento de modo aproximadamente verdadeiro, relativamente correto. E etc., etc., sem fim.⁸⁷

Para o materialismo dialético, sintetiza Lênin, “o mundo é matéria em movimento”. A mutabilidade

de todas as formas da matéria e do seu movimento foram sempre o apoio do materialismo dialético. Todos os limites na natureza são convencionais, relativos, móveis, exprimem aproximação da nossa mente do conhecimento da matéria, mas isto não demonstra de modo nenhum que a natureza, a própria matéria, seja um símbolo, um sinal convencional, isto é, um produto da nossa mente.⁸⁸

O materialismo dialético, conclui Lênin, insiste no “caráter aproximativo, relativo, de qualquer proposição científica sobre a estrutura da matéria e as suas propriedades, na ausência de fronteiras absolutas na natureza, a transformação da matéria em movimento de um estado para

⁸⁷ Idem, pp. 198-199.

⁸⁸ Idem, p. 213. Engels já havia assentado na obra *Ani-Dühring*: “A unidade do mundo não consiste precisamente em existir, se bem que seja isto uma condição de sua

outro que, do nosso ponto de vista, parece incompatível com o anterior”.⁸⁹

Desse ponto de vista, a “‘essência’ das coisas ou a ‘substância’ são *também relativas*; elas exprimem apenas o aprofundamento do conhecimento humano dos objetos”, e, se os conhecimentos da época permitiam avanços no estudo da estrutura da matéria, “o materialismo dialético insiste no caráter temporário, relativo, aproximativo, de todos estes *marcos* do conhecimento da natureza pela ciência humana em progresso”.⁹⁰

Lênin mergulhou novamente no estudo da dialética em suas anotações sobre a obra de Hegel entre setembro e dezembro de 1914, quando se encontrava exilado em Berna. Em plena irrupção da Primeira Guerra Mundial, o futuro líder da revolução proletária de Outubro de 1917 investiga, a partir de um ponto de vista prático-revolucionário, isto é, da perspectiva do materialismo militante (combatente, conseqüente, como gostava de dizer) as grandes contribuições da dialética hegeliana para o pensamento da humanidade e para a teoria marxista em particular.

Os *Cadernos sobre a dialética de Hegel*⁹¹ são compostos de citações da obra hegeliana seguidas muitas vezes de comentários. Certamente, os *Cadernos sobre a dialética de Hegel* não só retomam temas tratados em seu *Materialismo e Empiriocriticismo*, de 1909, como enriquecem o debate sobre a dialética materialista.

Outro texto importante de Lênin sobre a questão do materialismo dialético e sua relação com as pesquisas e descobertas científicas de sua época é *Sobre o significado do materialismo militante*, datado de 12 de março de 1922, em que, a propósito de comentar a recente publicação da revista teórica *Sob a bandeira do marxismo*, faz uma série de comentários importantes de como os revolucionários devem zelar pelo desenvolvimento e difusão do marxismo e do materialismo filosófico, em uma luta persistente contra as ilusões e os preconceitos da filosofia idealista burguesa.

unidade, pois, de qualquer modo, é preciso, evidentemente, que ele seja antes de poder ser, uno. É necessário levar-se em conta que a existência começa a ser um problema a partir dos limites de nosso círculo visual. A unidade real do mundo consiste na sua materialidade e esta última prova-se, não com algumas frases de prestidigitador, mas por uma longa e laboriosa evolução da filosofia e das ciências da natureza” (p. 39). Diz ainda: “O movimento é o modo de existência da matéria (...). Matéria sem movimento é tão inconcebível como movimento sem matéria” (p. 51). Cf. ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁸⁹ Idem, p. 198.

⁹⁰ Idem, p. 199.

⁹¹ LÊNIN, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

Nesse texto, Lênin defende que os marxistas revolucionários devem estabelecer uma aliança não só com os materialistas consequentes, mesmo não vinculados ao Partido Comunista Russo, como também com os representantes das Ciências Naturais modernas, que se inclinam para o materialismo contra as vacilações teórico-filosóficas do idealismo. Mostra também que se encontra atualizado com o desenvolvimento científico do período e reafirma a necessidade de combater as conclusões idealistas e mesmo reacionárias que certas escolas filosóficas tiraram das grandes descobertas científicas, como fizeram por ocasião do advento da extraordinária Teoria da Relatividade, de Albert Einstein. Nas suas próprias palavras:

Além da aliança celebrada com os materialistas consequentes, que não são membros do Partido Comunista da Rússia, não é de menor importância – senão talvez seja da maior importância para o trabalho que o materialismo militante deve impulsionar – a aliança selada com representantes das ciências naturais modernas que se inclinam para o materialismo e não temam defendê-lo e difundi-lo na luta contra as vacilações filosóficas da moda, existentes no campo do idealismo e do ceticismo, predominantes na assim chamada ‘sociedade culta’. O artigo de A. Timiriazev sobre a teoria da relatividade de Albert Einstein, surgido no Nº 1-2 da revista *Sob a bandeira do marxismo*, permite abrigar a esperança de que essa revista consiga concretizar também essa segunda aliança. É necessário dedicar a essa última aliança a maior atenção. Cumpre recordar que precisamente da brusca reviravolta pela qual passam as ciências naturais modernas, brotam, a todo o momento, toda uma série de escolas e escolinhas, tendências e tendenciazinhas filosóficas reacionárias. Por isso, acompanhar as questões que a novíssima revolução no domínio das ciências naturais levanta, bem como atrair para o trabalho da revista filosófica os pesquisadores naturalistas constituem tarefas sem cuja resolução o materialismo militante não poderia ser, em hipótese alguma, considerado nem materialismo, nem militante. Se no primeiro número da revista, Timiriazev teve de fazer a ressalva de que, na teoria de Einstein, este mesmo – segundo as palavras de Timiriazev – não conduz nenhuma campanha ativa contra os fundamentos do materialismo, dela já se aproveitou uma massa imensa de representantes da intelectualidade burguesa de todos os países – isso se refere não apenas ao próprio Einstein, mas a toda uma série deles, talvez a maioria dos grandes transformadores das ciências naturais a partir de fins do século 19.⁹²

⁹² LÊNIN, V. I. Sobre o significado do materialismo militante. In: LUKÁCS, Gyorgy. *Materialismo e dialética: crise teórica das ciências da natureza*. Brasília: Editora Kiron, 2011, pp. 38-39.

Lênin destaca ainda a necessidade de uma sólida formação teórica no campo filosófico, sem a qual nenhuma Ciência Natural, nenhum materialismo “pode sustentar a luta contra a pressão das ideias burguesas e a restauração da concepção burguesa de mundo”.⁹³ Por isso, recomenda aos organizadores da revista *Sob a bandeira do marxismo* o estudo rigoroso da dialética de Hegel, a partir da interpretação materialista realizada por Marx e Engels. De certa forma, retoma uma linha de argumentação presente em *Materialismo e Empiriocriticismo*, da ausência, entre os próprios cientistas da natureza de uma sólida formação materialista dialética, o que, na maioria das vezes, leva-nos a sacar conclusões filosóficas idealistas de descobertas científicas extraordinárias.

Conforme Lênin, a fim de manter uma luta consequente contra o idealismo no campo da ciência e da filosofia, o cientista da natureza

deve ser um materialista moderno, um partidário consciente do materialismo que é apresentado por Marx, ou seja, deve ser um materialista dialético. A fim de alcançar esse objetivo, os colaboradores da revista *Sob a bandeira do marxismo* devem organizar um estudo sistemático da dialética de Hegel a partir do ponto de vista materialista, ou seja, a partir do ponto de vista daquela dialética que Marx aplicou praticamente também em sua obra *O Capital* e em seus trabalhos histórico e políticos, fazendo-o com tal êxito que, presentemente, cada dia do despertar de novas classes para a vida e para a luta no Oriente – no Japão, na Índia, na China –, ou seja, de centenas de milhões de pessoas que constituem a maior parte da população da terra e que eram, por sua inatividade e letargia históricas, até o dia de hoje, a causa da estagnação e da podridão de muitos Estados adiantados da Europa, cada dia do despertar de novos povos e de novas classes para a vida confirma, sempre mais e mais, o marxismo.

Evidentemente, o trabalho dedicado a esse estudo, a essa interpretação e a essa propaganda da dialética de Hegel é extremamente difícil e sem dúvida as primeiras tentativas nesse sentido estarão relacionadas a erros.

Porém, só não erra aquele que nada faz. Fundando-se no modo como Marx aplicou, de modo materialista, a concepção dialética de Hegel, podemos e devemos desenvolver essa dialética em todos os seus aspectos, publicar na presente revista trechos das principais obras de Hegel, interpretá-los de modo materialista, comentando-os, com exemplos da aplicação da dialética por Marx, bem como com exemplos da aplicação da dialética no campo das relações econômicas, políticas, exemplos esses que a história mais recente, em particular a guerra imperialista e a revolução dos nossos dias, fornecem-nos em quantidade extraordinariamente ampla. O grupo de redatores e colaboradores da

⁹³ Idem, p. 39.

revista *Sob a bandeira do marxismo* deve formar, em minha opinião, algo assim como uma ‘sociedade dos amigos materialistas da dialética hegeliana’. Se souberem pesquisar e se aprendermos a ajudá-los, os cientistas naturalistas modernos encontrarão na interpretação materialista da dialética de Hegel uma série de respostas para as questões filosóficas que são colocadas pela revolução no domínio das ciências naturais, nas quais os admiradores intelectuais da moda burguesa ‘se enroscam’ ao tentar responder.

Sem colocar diante de si mesmo essa tarefa e sem cumpri-la sistematicamente, o materialismo não pode surgir como materialismo militante. Para empregar uma expressão de Shchedrin, permanecerá sendo não tão combativo, quando combatido. Sem isso, os grandes cientistas naturalistas continuarão a ser, muito frequentemente, como até o presente, impotentes em suas conclusões e generalizações filosóficas. Pois as ciências naturais progredem tão rapidamente, atravessam um período tão profundo de reviravolta revolucionária em todas as áreas, que não podem ficar, de modo algum, sem generalizações filosóficas.⁹⁴

Igualmente instigantes são as análises de Trotsky sobre ciência e materialismo dialético, que podem ser observadas em várias de suas obras, textos e manuscritos importantes para o debate marxista contemporâneo. É o que podemos observar, por exemplo, na obra *Em defesa do marxismo*, no discurso *O materialismo dialético e a ciência*, de 1925, bem como em várias anotações e comentários que foram publicados com o título de *Escritos Filosóficos*, em espanhol. Antes havia sido publicado com o título *Trotsky's Notebooks – 1933 – 1935*, em Inglês.⁹⁵

Trotsky destaca, sobretudo, as características da dialética, enquanto método de pensamento da natureza e da realidade social, a sua diferença fundamental em relação ao pensamento vulgar e à lógica formal e a sua importância na análise de questões axiais da teoria revolucionária e da prática política. Para Trotsky, o método dialético não é uma ficção ou misticismo, mas uma

ciência das formas de nosso pensamento, na medida em que não se limita aos problemas cotidianos da vida, mas tenta chegar a uma compreensão de processos mais amplos e complicados. A dialética e a lógica formal mantêm uma relação semelhante à que existe entre as matemáticas inferiores e as superiores.

Aqui, tentarei esboçar a essência do problema, de forma bem resumida. A lógica aristotélica, do silogismo simples, parte da proposi-

⁹⁴ Idem, pp. 39-40.

⁹⁵ Cf. parte desses textos na recente publicação: TROTSKY, Leon. *Escritos de Trotsky sobre a teoria da evolução, dialética e marxismo*. Brasília: Editora Kiron, 2012.

ção de que “A” é igual a “A”. Aceita-se este postulado como axioma para uma quantidade de ações humanas práticas e de generalizações elementares. Mas na verdade “A” não é igual a “A”. Isto é fácil de demonstrar se observarmos estas duas letras com uma lente: são completamente diferentes uma da outra. Porém, alguém pode dizer que a questão não é o tamanho ou a forma das letras, uma vez que são somente símbolos de quantidades iguais, por exemplo, de uma libra de açúcar. A objeção não se justifica. Na verdade, uma libra de açúcar nunca é igual a uma libra de açúcar: uma balança mais precisa sempre descobrirá uma diferença. Novamente, alguém pode objetar: no entanto, uma libra de açúcar é igual a si mesma. Isso também não é verdade: todos os corpos mudam constantemente de tamanho, peso, cor etc. Nunca são iguais a si mesmos. Um sofista responderá que uma libra de açúcar é igual a si mesma ‘em um dado momento’. Além do valor prático extremamente duvidoso deste ‘axioma’, este também não suporta uma crítica teórica. Como devemos conceber realmente a palavra ‘momento’? Se se trata de um intervalo infinitamente pequeno de tempo, então uma libra de açúcar está submetida, durante o transcurso deste ‘momento’, a mudanças inevitáveis. Ou o ‘momento’ é uma abstração puramente matemática, ou seja, zero tempo? Porém, tudo existe no tempo. E a própria existência é um processo ininterrupto de transformação. Conseqüentemente, o tempo é um elemento fundamental da existência. Deste modo, o axioma “A” é igual a “A”, significa que uma coisa é igual a si mesma se não se modifica, isto é, se não existe.

À primeira vista, poderia parecer que essas ‘sutilezas’ são inúteis. Na verdade, são de uma importância decisiva. O axioma “A” é igual a “A” é, por um lado, ponto de partida de todos nossos conhecimentos e, por outro, é também o ponto de partida de todos os erros do nosso conhecimento. Pode ser utilizado com uniformidade somente dentro de certos limites. Se as mudanças quantitativas de “A” são desprezíveis para a questão que temos na mão, então podemos presumir que “A” é igual a “A”. É deste modo, por exemplo, que o vendedor e o comprador consideram uma libra de açúcar. Da mesma forma, consideramos a temperatura do Sol. Até pouco tempo atrás, considerávamos desta forma o poder aquisitivo do dólar. Porém, quando as mudanças quantitativas ultrapassam certos limites, se convertem em mudanças qualitativas. Uma libra de açúcar, submetida à ação da água ou do querosene, deixa de ser uma libra de açúcar. Nas mãos de um presidente, um dólar deixa de ser um dólar. Determinar o momento preciso, o ponto crítico, em que a quantidade se transforma em qualidade é uma das tarefas mais importantes e difíceis em todas as esferas do conhecimento, inclusive a sociologia.⁹⁶

A lógica formal se contenta em analisar as coisas da natureza e da sociedade como algo estático, isolado, sem articulação entre si,

⁹⁶ TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 82.

descontextualizado das condições e do contexto histórico. A dialética, ao contrário, procura apreender as relações sociais, políticas e econômicas, além da própria natureza, em sua constante transformação. Trotsky realiza uma comparação entre o pensamento vulgar e o modo de pensar dialético:

O pensamento vulgar trabalha com conceitos tais como capitalismo, moral, liberdade, Estado operário etc., considerando-os como abstrações fixas, presumindo que capitalismo é igual a capitalismo, moral é igual a moral etc. O pensamento dialético analisa todas as coisas e fenômenos em suas mudanças contínuas e determina, nas condições materiais daquelas modificações, esse limite crítico em que “A” deixa de ser “A”, um Estado operário deixa de ser um Estado operário.

O vício fundamental do pensamento vulgar radica no fato de querer se contentar com fotografias inertes de uma realidade que se compõe de eterno movimento. A partir de aproximações sucessivas, o pensamento dialético dá aos conceitos riqueza de conteúdo, correções, concretizações, flexibilidade e até, estou prestes a dizer, uma certa suculência, que, em certa medida, os aproxima dos fenômenos vivos. Não existe um capitalismo em geral, mas um capitalismo dado, em uma determinada etapa de desenvolvimento. Não existe um Estado operário em geral, mas um Estado operário determinado, em um país atrasado, rodeado por um cerco capitalista etc.

A relação entre o pensamento dialético e o pensamento comum é semelhante ao que existe entre um filme e uma fotografia. O filme não invalida a fotografia imóvel, mas combina uma série delas de acordo com as leis do movimento. A dialética não nega o silogismo, mas nos ensina a combinar os silogismos de tal forma que cheguemos a uma compreensão mais certa da realidade eternamente em mudança.⁹⁷

Trotsky, reconhecendo a importância da obra de Hegel para o resgate e desenvolvimento do método dialético de pensamento, obscurecido e marginalizado durante séculos, estabelece a diferença entre a dialética idealista hegeliana e a dialética materialista de Marx:

Hegel, em sua *Lógica*, estabeleceu uma série de leis: mudança de quantidade em qualidade, desenvolvimento a partir das contradições, conflito entre o conteúdo e a forma, interrupção da continuidade, transformação da possibilidade em necessidade etc. Elas são importantes para o pensamento teórico, quanto o silogismo simples o é para as tarefas mais elementares.

Hegel escreveu antes de Darwin e antes de Marx. Graças ao poderoso impulso que a Revolução Francesa deu ao pensamento, Hegel

⁹⁷ Idem, pp.83-84.

antecipou o movimento geral da ciência. Mas porque era somente uma *antecipação*, ainda que feita por um gênio, ela recebeu de Hegel um caráter idealista. Hegel trabalhava com sombras ideológicas como realidade final. Marx demonstrou que o movimento dessas sombras ideológicas não refletia outra coisa que o movimento de corpos materiais.

Chamamos nossa dialética de materialista porque suas raízes não estão no céu e nem nas profundezas do “livre arbítrio”, mas sim na realidade objetiva, na natureza. A consciência surgiu do inconsciente, a psicologia da fisiologia, o mundo orgânico do mundo inorgânico, sistema solar da nebulosa. Em todas as balizas desta escala de desenvolvimento, as mudanças quantitativas se transformaram em qualitativas.

Nosso pensamento, inclusive o pensamento dialético, é somente uma das formas de expressão da matéria em modificação.⁹⁸

Como toda forma de pensamento surgida ao longo da história da humanidade, finaliza Trotsky:

Naturalmente, o materialismo dialético não é uma filosofia eterna e imutável. Pensar em outra coisa seria contradizer o espírito da dialética. O desenvolvimento ulterior do pensamento científico criará, indubitavelmente, uma doutrina mais profunda na qual o materialismo dialético entrará simplesmente como material estrutural. No entanto, não existe qualquer base para se esperar que esta revolução filosófica se realize sob o decadente regime burguês, sem mencionar o fato de que um Marx não nasce todos os anos, nem em todas as décadas. A tarefa de vida ou morte do proletariado não consiste em *interpretar* de novo o mundo, mas em *refazê-lo* de cima a baixo. Na próxima época podemos esperar grandes revolucionários de ação, mas dificilmente um novo Marx. Somente sob a base de uma cultura socialista, a humanidade sentirá a necessidade de revisar a herança ideológica do passado e, sem dúvida, nos superará não só na esfera da economia, como também na da criação intelectual.⁹⁹

Todas essas contribuições devem ser assimiladas profundamente pelos marxistas revolucionários, à luz, evidentemente, das conquistas e descobertas das ciências na atualidade. Sabemos que as ciências não deixaram de progredir durante o século XX e, certamente, continuarão avançando no século XXI, apesar das amarras impostas pelo capitalismo em sua etapa de decadência. As diversas pesquisas e descobertas nos campos da Física, Química, Genética, Geologia, entre outras, além das ciências que estudam a história da humanidade, ao contrário de refutar a dialética materialista e a concepção materialista da história,

⁹⁸ Idem, pp. 84-85.

⁹⁹ Idem, pp. 115-116.

enriqueceram-nas e demonstraram a sua justeza como método de pensamento da realidade.

A defesa do método dialético materialista de Marx e Engels e seu enriquecimento com os avanços do pensamento científico são parte da luta revolucionária pela destruição da sociedade de classes e construção do socialismo. É parte, também, da luta contra os preconceitos e obscurantismo em matéria filosófica e científica, além do combate às tendências ao ecletismo dentro do próprio movimento socialista internacional, que tentam, sob o argumento de dar conta dos problemas contemporâneos de mesclar o pensamento marxista a outras correntes de pensamento e autores que nada têm em comum com o socialismo científico, nem muito menos com o desenvolvimento da ciência e da teoria revolucionária.

3.2 O Imperialismo, fase de decomposição do capitalismo¹⁰⁰

Uma das grandes contribuições ao enriquecimento do marxismo nas primeiras décadas do século XX foi a teoria sobre a fase imperialista do capitalismo. Para tanto, os marxistas do período se ampararam nas análises das tendências do desenvolvimento da sociedade burguesa presentes em obras como *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), *A miséria da filosofia* (187), *O Manifesto Comunista* (1848), de Marx e Engels, além das obras de crítica da economia

¹⁰⁰ Referente à economia marxista e à caracterização da fase atual do capitalismo como Imperialista, de domínio dos monopólios e do capital financeiro, além das obras citadas no corpo do texto, consultar: LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985; *Introdução à Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1978; MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978; *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1985; *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985; *Tratado de economia marxista*. México: Era, 1969; SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974; DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; BUKHARIN, Nicolai. *ABC do comunismo*. Bauru (SP): Edipro, 2002; *A economia mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984; ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001; SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; *Pobreza e globalização na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2002; MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002; COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002; NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

política de Marx como *Para a crítica da economia política* (1859) e *O Capital* (1867), quando trata sobre a concentração (pela extração da mais-valia absoluta e relativa) e a centralização (fusões e aquisições entre os capitalistas) do capital, dando ensejo à formação dos monopólios e oligopólios e ao capital financeiro.

Como dissemos, as contribuições e debates no seio da Segunda Internacional, ainda não degenerada, e do movimento socialista internacional foram fundamentais para que, por meio do materialismo histórico, analisando as transformações do capitalismo do final do século XIX e começo do XX, os revolucionários pudessem extrair a nova teoria. Beer relata as principais transformações da segunda metade do século XIX, que levaram à superação do capitalismo liberal-concorrencial e ao aparecimento do capitalismo de monopólios:

Nesse período, as leis imanentes da vida econômica capitalista manifestaram-se cada vez mais energicamente em todos os países industriais. 1. A produtividade crescente do trabalho, a par da anarquia da produção e da proletarização das massas, acarretou uma desproporção crescente entre a oferta e a procura, desproporção que provocou, periódica e regularmente, graves crises econômicas. A paralisação dos negócios, o desemprego, a baixa dos preços foram fenômenos que mostraram a todos os homens que os brilhantes sucessos do capitalismo tinham também um reverso. Foram também eles que, como já vimos anteriormente, originaram a necessidade de dilatar os mercados. 2. O crescente aproveitamento das forças mecânicas na indústria reduziu consideravelmente a quantidade de trabalho vivo e, conseqüentemente, o valor das mercadorias, provocando, desse modo, a baixa dos preços dos produtos manufaturados. Quanto menor o valor de um produto, menor é a mais-valia ou lucro que proporciona ao capitalista. Daí a tendência para a baixa de percentagem de lucro, que atualmente se manifesta em todos os países e que ainda hoje é um verdadeiro enigma para os fabricantes. A solução desse enigma consiste em ampliar as empresas, em aumentar a massa de lucro por meio da produção em massa. Mas só fabricantes que podem dispor de grandes capitais estão em condições de aumentar a capacidade de produção de suas empresas. Os que não conseguem esse aumento, ou desaparecem, ou se unem em sociedades por ações. A produção em grande escala exige enorme quantidade de matérias-primas, que só podem ser obtidas nos países de além-mar. Daí a necessidade das possessões coloniais, daí a política colonial, as construções navais, a corrida armamentista, a extensão da potência nacional no exterior, os conflitos diplomáticos e, finalmente, as guerras. 3. A elevação do nível da produção, provocada pela baixa da percentagem de lucro, conduz necessariamente à vitória da grande empresa e à acumulação de enormes lucros em limitado número de mãos. Os capitais que já não podem ser empregados, que já não podem fornecer rendimento compensador no próprio país de origem, são colocados

em territórios não capitalistas ou menos capitalistas, nos quais a percentagem de lucro é ainda mais elevada e o movimento operário mais fraco. Para proteger os capitalistas, que aí são empregados, os Estados capitalistas estendem seu domínio a esses países, ora por meio da conquista direta, ora transformando-se em esferas de sua influência, ora por meio da “penetração pacífica”. Essa extensão exige igualmente grandes construções navais e armamentos para proteger os capitais colocados e para lutar contra a concorrência dos países rivais. Tais são as causas fundamentais da política imperialista moderna e das grandes guerras.¹⁰¹

O capitalismo, em sua fase imperialista, caracterizada pelos monopólios e pelo capital financeiro é uma época marcada por guerras, revoluções e contrarrevoluções. Rudolf Hilferding (em uma primeira fase, em seu *O Capital Financeiro*), N. Bukharin (*O imperialismo e a economia mundial, ABC do Comunismo*), Rosa Luxemburgo (*A acumulação de capital*) e, particularmente, Lênin (*O Imperialismo: fase superior do capitalismo*), partindo das análises de Marx e dos dados e estudos realizados pela economia burguesa, fizeram avançar as ideias marxistas sobre a fase atual do capitalismo e as transformações das primeiras décadas do século XX.

Para Rosa Luxemburgo, o imperialismo atual não é o prelúdio da expansão capitalista, mas o último capítulo no seu processo histórico de expansão:

é o período da concorrência mundial dos países capitalistas que disputam entre si o restante do meio não capitalista da Terra. Nesta última fase, a catástrofe econômica e política é um elemento vital, uma forma normal de existência do capital, o mesmo que era na “mesma acumulação primitiva” de sua fase inicial. Da mesma maneira que a descoberta da América e do caminho marítimo para a Índia não significou somente uma grande conquista do espírito e da civilização humana, tal como aparece na legenda liberal, mas também, inseparavelmente, uma série incontável de matanças dos povos primitivos do Novo Mundo, e um interminável tráfico de escravos nos povos da África e Ásia. Na última fase imperialista, a expansão econômica do capital é inseparável da série de conquistas coloniais e guerras mundiais que temos diante de nós. A característica do imperialismo, última luta do domínio capitalista do mundo, não é apenas a particular energia e uma lateralidade da expansão, mas – e esse é o sintoma específico de que o círculo da evolução começa a fechar-se – a resposta da luta decisiva pela expansão dos territórios que constituem seu objeto aos países de origem. Dessa maneira o imperia-

¹⁰¹ BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 560-562.

lismo faz que a catástrofe, como forma de vida, retraia-se da periferia da evolução capitalista para o seu ponto de partida. Depois que a expansão do capital havia entregue, durante quatro séculos, a existência e a civilização de todos os povos não capitalistas da Ásia, África, América e Austrália a incessantes convulsões e a aniquilamentos em massa, agora precipita-se aos povos civilizados da Europa em uma série de catástrofes, cujo resultado final só pode ser a destruição da civilização ou a passagem para a forma de produção socialista. À luz dessa concepção, a posição do proletariado frente ao imperialismo adquiriu o caráter de uma luta geral com o regime capitalista. A direção tática de seu comportamento acha-se dada por aquela alternativa histórica.¹⁰²

Bukharin, por sua vez, abordou o fenômeno do imperialismo em muitas contribuições importantes do ponto de vista teórico. Destacamos principalmente as obras acima citadas, *A Economia Mundial e o Imperialismo* (1915) e *ABC do Comunismo*. No primeiro documento, depois de analisar criticamente as teorias em voga sobre a fase imperialista do capitalismo, o autor expõe a sua própria posição:

Definimos, antes, o imperialismo como a política do capital financeiro. Com isso, torna-se clara sua função. Essa política é o agente da estrutura financeira capitalista e subordina o mundo ao domínio do capital financeiro. Ela substitui as antigas relações de produção pré-capitalistas ou capitalistas pelas relações de produção próprias do capital financeiro. Assim como o capitalismo (não confundir com o capital-dinheiro: a característica do capital financeiro consiste em ser simultaneamente capital bancário e capital industrial) constitui uma época historicamente limitada, característica apenas dos últimos decênios, também o imperialismo, política do capitalismo financeiro, representa uma categoria especificamente histórica.

O imperialismo é uma política de conquista. No entanto, nem toda política de conquista é imperialismo. O capital financeiro não pode realizar outra política. Isso explica por que, quando se fala de imperialismo como política do capital financeiro, está subentendido seu caráter de conquista. Além disso, estão igualmente retratadas *as relações de produção que essa política de conquista reproduz*. Essa definição encerra ainda inumeráveis características e traços históricos. Na realidade, quando falamos de capital financeiro, entendemos por isso organismos econômicos altamente desenvolvidos e, em consequência, certa amplitude e certa intensidade de relações internacionais, e a existência de uma economia mundial desenvolvida. Supomos também certo nível de forças produtivas e de formas organizativas da vida econômica, além de determinadas relações de classe e, por conseguinte, certo futuro dos elementos econômicos etc. Inclusive a forma e o meio de luta, a organi-

¹⁰² LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 514.

zação do poder, a técnica militar etc. pressupõem, em maior ou menor medida, um valor determinado, enquanto a definição “política de conquista” se aplica indiferentemente aos corsários, às caravanas comerciais e ao imperialismo. Em outros termos: a definição “política de conquista” nada define, enquanto a definição “política de rapina do capital financeiro” caracteriza o imperialismo como valor historicamente definido.

Não é pelo fato de constituir a época do capitalismo financeiro um fenômeno historicamente limitado que se pode, entretanto, concluir que ela tenha surgido como um *deus ex machina*. Na realidade, ela é a sequência histórica da época do capital industrial, da mesma forma que esta última representa a continuidade da fase comercial capitalista. Esta é a razão por que as contradições fundamentais do capitalismo – que, com seu desenvolvimento, se reproduzem em ritmo crescente – encontram, em nossa época, expressão particularmente violenta.¹⁰³

Lênin fez a síntese mais expressiva das mudanças do capitalismo liberal e sua transformação em capitalismo de monopólios e o surgimento e imposição do capital financeiro, situando historicamente o papel do imperialismo na economia mundial e as consequências no plano da relação entre os países e povos, a redivisão do mercado mundial em esferas de influência econômica entre as potências mundiais (agora com a ascensão dos Estados Unidos, Alemanha e Japão, junto a antigas potências, como Inglaterra e França). Lênin expôs as características mais importantes da nova fase do capitalismo:

sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital

¹⁰³ BUKHARIN, N. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp. 106-07.

financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.¹⁰⁴

A profunda decomposição do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, nele assentada, expressa-se na contradição histórica entre o grande desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (força de trabalho e meios de produção) e a estreiteza das relações de produção burguesas (e sua expressão jurídica, o direito à grande propriedade privada), bem como os limites impostos pelas fronteiras nacionais. Essas contradições levam não só às crises econômicas periódicas e às guerras, mas à acumulação dos elementos de uma crise realmente estrutural, histórica, do capitalismo.

A burguesia, seu Estado e governos não têm outra forma de resolver momentaneamente as crises de superprodução a não ser explorando ainda mais a força de trabalho em seus países e em todo o mundo, conquistando mercados consumidores, sangrando as economias dos países capitalistas atrasados, injetando somas gigantescas de recursos públicos em bancos e empresas falidas ou semifalidas, por meio dos bancos centrais, enfim, ajustando o potencial produtivo em excesso às necessidades de reprodução do sistema econômico, por meio da destruição massiva das forças produtivas (desemprego, fechamento de fábricas), e, no caso de não resolver o problema pelos métodos pacíficos, a utilização do recurso da guerra.

O imperialismo é a fase de decomposição do capitalismo, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. O fato de a indústria bélica em vários países comandar um ramo econômico central, que recebe somas cada vez maiores de recursos públicos, por meio da compra de armamento e equipamentos de segurança, aumenta as contradições das crises capitalistas e das saídas encontradas pelos governos para a sua contenção momentânea. Do começo do século XX à Segunda Guerra Mundial, ocorreram as seguintes crises do capitalismo: 1900-03, 1907, 1913, 1921, 1928-33 e 1937-38.

O crescimento pós-Segunda Guerra Mundial, intercalado por crises cíclicas, deu-se por causa de uma esmagadora destruição de forças produtivas por duas guerras mundiais sucessivas (quebras, falências, destruição de fábricas, empresas, instalações, portos, aeroportos, estradas, pontes, além da morte de dezenas de milhões de pessoas), bem como da imposição da barbárie fascista em vários países, que resultou na destruição de organizações políticas de esquerda, perseguições, prisões, exílio e morte de inúmeros revolucionários.

¹⁰⁴ LÊNIN, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005, p. 90.

Mesmo no período de 1945 a 1970, considerado a “era de ouro do capitalismo” no século XX, presenciemos várias crises cíclicas: 1948-49, 1953-54, 1957-58, 1960-61, 1970-71. A crise aberta em meados dos anos 1970 aprofundou em uma escala superior os elementos da crise histórica, estrutural, do capitalismo. Desde os anos 1970 até o momento, ocorreram as seguintes crises: 1973-75, 1980-82, 1989-92, 1995, 1997 e 1999, 2001-02 e, atualmente, a iniciada em 2008.

No momento atual, o capitalismo se encontra em uma crise estrutural de grande envergadura. Todo avanço científico-técnico alcançado, quando implementado na produção, aprofunda os elementos da crise estrutural do capitalismo e as contradições sociais, e, com elas, o desemprego, as formas precárias e informais de trabalho e a intensificação da exploração do trabalho assalariado pelo capital.

O capital tentou de todas as formas reverter a tendência de queda da taxa de lucro, analisada por Marx em *O Capital*, através de medidas as mais diversas, como a reestruturação das empresas, flexibilização das relações de trabalho, reformas neoliberais de destruição de conquistas e direitos, liberalização de movimento do capital financeiro, rebaixamento do nível médio dos salários dos trabalhadores, intervenções bélicas em países de capitalismo atrasado para controlar as suas riquezas e minar a resistência de povos, aplicação limitada da técnica e da ciência etc. Só se conseguiu produzir mais desemprego, fome, miséria, violência e destruição da natureza.

Mas, apesar das crises periódicas e do aprofundamento da sua crise histórica, estrutural, o capitalismo não cairá espontaneamente. Nenhuma crise, por si mesma, transformará o capitalismo em socialismo. O marxismo nada tem a ver com o fatalismo. É o que observa Trotsky:

A base da sociedade é sua economia. Esta base está madura para o socialismo em um duplo sentido: a técnica moderna alcançou um nível tal que poderia assegurar um elevado bem-estar ao povo e a toda a humanidade; mas a propriedade capitalista, que sobrevive, condena os povos a uma pobreza e sofrimentos cada vez maiores. A premissa fundamental, econômica, do socialismo existe desde muito tempo. Mas o capitalismo não desaparecerá de cena por si mesmo. Somente a classe operária pode arrancar as forças produtivas das mãos dos exploradores que as estrangulam. A história nos coloca esta tarefa de forma aguda. Se o proletariado se encontra, por esta ou aquela razão, incapaz de derrotar a burguesia e tomar o poder; se está, por exemplo, paralisado por seus próprios partidos e sindicatos, o declínio da economia e da civilização continuará, as calamidades serão acrescentadas, o desespero e a prostração se apoderarão das massas e o capitalismo – decrépito, corrompido, apodrecido – estrangulará os povos, cada vez com mais força, arras-

tando-os para o abismo de novas guerras. Não há salvação fora da revolução socialista. Inicialmente, o presidium da Internacional Comunista tende explicar a crise, iniciada em 1929, era a última crise do capitalismo. Dois anos depois, Stalin declarou que a crise atual, “provavelmente”, ainda não é a última. Do lado socialista encontramos a mesma intenção de profecia: é ou não a última crise? ‘É imprudente afirmar – escreve Blum em *Le Populaire* de 23 de fevereiro – que a crise atual é como um espasmo supremo do capitalismo, o último sobressalto antes da agonia e decomposição’. É o mesmo ponto de vista de Grumbach, que afirmou em Mulhose, no dia 26 de fevereiro: ‘Alguns afirmam que esta crise é passageira; outros veem nela a crise final do sistema capitalista. Ainda não nos atrevemos a nos pronunciar definitivamente’. Nesta de colocar a questão há dois erros cardinais: em primeiro lugar, se mistura a *crise conjuntural* com a *crise histórica de todo o sistema capitalista*; em segundo lugar, admite-se que, *independentemente da atividade consciente das classes*, uma crise pode, *por si mesma*, ser a ‘última crise’. Sob a dominação do capital industrial, na época da livre competição, os ascensos conjunturais ultrapassavam de longe as crises; os primeiros eram a “regra”, os segundos a “exceção”; o capitalismo, em seu conjunto, estava em ascensão. Desde a guerra, com a dominação do capitalismo financeiro monopolista, as crises conjunturais ultrapassam de longe os reanimamentos; pode-se dizer que as crises se converteram em regra e os ascensos em exceção; o desenvolvimento econômico, em seu conjunto, não cresce, decai. No entanto, as oscilações conjunturais são inevitáveis e, mesmo com o capitalismo doente, vão perpetuar-se enquanto ele existir. E o capitalismo vai perpetuar-se enquanto não se realizar a revolução proletária. Esta é a única resposta correta. O revolucionário proletário deve compreender, antes de tudo, que o marxismo, única teoria científica da revolução proletária, nada tem em comum com a espera fatalista da “última” crise. Por sua própria essência, o marxismo é um guia para a ação revolucionária. O marxismo não ignora a vontade e a coragem, ajuda-as a encontrar o caminho justo. Não há nenhuma crise que, por si mesma, possa ser “mortal” para o capitalismo. As oscilações da conjuntura criam somente uma situação na qual será mais fácil ou mais difícil para o proletariado derrotar o capitalismo. A passagem da sociedade burguesa para a sociedade socialista pressupõe a atividade de pessoas vivas, que fazem sua própria história.¹⁰⁵

A emergência da fase imperialista do capitalismo teve consequências axiais não só no plano da teoria da revolução, particularmente nos países capitalistas atrasados (coloniais e semicoloniais),¹⁰⁶ como também no plano do movimento socialista internacional e do movimento operário.

¹⁰⁵ TROTSKY, Leon. *Aonde vai a França*. São Paulo: Desafio, 1994, pp. 62-65.

¹⁰⁶ Cf. o ponto 3.6 sobre “A revolução na época Imperialista”.

A enorme acumulação de capitais por meio da concentração (produção de mais-valia) e centralização (por meio de fusões, aquisições) e a profunda exploração das colônias e semicolônias pelas potências capitalistas tenderam a constituir uma camada privilegiada no seio das massas exploradas, isto é, como diz Lênin, “O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para as divorciar das grandes massas do proletariado”.¹⁰⁷

Isso ocorre porque o imperialismo, como produto das tendências capitalistas,

significa a partilha do mundo e a exploração não apenas da China, e implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subordinar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o.¹⁰⁸

Lênin ressaltou que Marx e Engels já haviam notado o surgimento de uma aristocracia operária, especialmente na Inglaterra, e, sob esta base, o desenvolvimento de uma burocracia no movimento sindical:

É preciso notar que, na Inglaterra, a tendência do imperialismo para dividir os operários e para acentuar o oportunismo entre eles, para provocar uma decomposição temporária do movimento operário, se manifestou muito antes do fim do século XIX e princípio do século XX. Isto se explica porque desde meados do século passado existiam na Inglaterra dois importantes traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial. Durante dezenas de anos Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês. Engels escrevia, por exemplo, a Marx, em 7 de outubro de 1858: “O proletariado inglês vai-se aburguesando de fato cada vez mais; pelo que se vê, esta nação, a mais burguesa de todas, aspira a ter, no fim de contas, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, por parte de uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, até certo ponto, lógico”. Quase um quarto de século depois, na sua carta de 11 de agosto de 1881, fala das piores *trade-unions* inglesas que permitem que gente vendida à burguesia, ou, pelo menos, paga por ela, as dirija. E em 12 de setembro de 1882, numa carta a Kautsky, Engels escrevia: “Pergunta-me o que pensam os operários ingleses acerca da política colonial. O mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido

¹⁰⁷ LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005, p. 108.

¹⁰⁸ Idem, p. 106.

operário, há apenas partido conservador e liberal-radical e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranquilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial” (Engels expõe a mesma ideia no prefácio à segunda edição de *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, 1892).¹⁰⁹

Eis as raízes também do revisionismo e do oportunismo¹¹⁰ no movimento socialista internacional e no movimento operário, em particular, que terminariam por se fundir com os interesses da burguesia imperialista das potências capitalistas nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, transformando-se em profundos obstáculos ao desenvolvimento da organização, mobilização e luta do proletariado e demais explorados, e da evolução da consciência de classe sobre a necessidade de superação do capitalismo. Mas isso não é tudo.

Trotsky, no texto *Os sindicatos na época da decadência imperialista*, de 1940, analisou os reflexos do desenvolvimento da fase imperialista do capitalismo, caracterizada pela decomposição, guerras, revoluções e contrarrevoluções, nas organizações sindicais, mostrando que a degeneração de modernas organizações sindicais em vários países expressava a sua aproximação e vinculação cada vez mais estreitas ao poder do Estado burguês. Essa situação está ligada a condições sociais comuns ao tecido econômico-social de surgimento e atuação dos sindicatos modernos:

O capitalismo monopolista não se baseia na concorrência e na livre iniciativa privada, mas numa direção centralizada. As camarilhas capitalistas, que encabeçam os poderosos trustes, monopólios, bancos etc., encaram a vida econômica da mesma perspectiva como o faz o poder estatal, e a cada passo exigem sua colaboração. Os sindicatos dos ramos mais importantes da indústria, nessas condições, veem-se privados da possibilidade de aproveitar a concorrência entre as diversas empresas. Devem enfrentar um adversário capitalista centralizado, intimamente ligado ao poder estatal. Daí a necessidade que os sindicatos têm – enquanto se mantêm numa posição reformista, ou seja, de adaptação à propriedade privada – de adaptar-se ao estado capitalista e de lutar pela sua cooperação. Aos olhos da burocracia sindical, a tarefa principal é “liberar” o estado de suas amarras capitalistas, de debilitar sua dependência dos monopólios e voltá-lo a seu favor. Essa posição harmoniza-se perfeitamente com a posição social da aristocracia e da burocracia operárias, que lutam por obter algumas migalhas do sobrelucro do imperialismo capitalista. Os burocratas fazem todo o possível, em

¹⁰⁹ Idem, pp. 108-109.

¹¹⁰ Cf. o ponto 3.5 sobre *O combate ao revisionismo e ao reformismo*.

palavras e nos fatos, para demonstrar ao estado “democrático” até que ponto são indispensáveis e dignos de confiança em tempos de paz e, especialmente, em tempos de guerra. O fascismo, ao transformar os sindicatos em organismos do estado, não inventou nada de novo; simplesmente levou até às últimas consequências as tendências inerentes ao imperialismo.¹¹¹

Na medida em que os países capitalistas atrasados (coloniais e semicoloniais) são integrados à economia mundial, sob o domínio das potências imperialistas, que condicionam por vários mecanismos a evolução econômica daqueles países, controlando os principais ramos industriais e outros setores econômicos de ponta, criam-se as bases para o aparecimento e desenvolvimento de uma aristocracia e burocracia operárias, com estreitos laços políticos com o Estado e governos dos países capitalistas atrasados. Esta é a base da dependência dos sindicatos reformistas em relação ao Estado e governos burgueses. Os sindicatos dirigidos pelos revolucionários são perseguidos pelo Estado e pelos governos com mãos de ferro. De toda sorte, os governos se apoiam na legislação sindical e na burocracia como colunas para impor controles ao movimento operário.¹¹²

Daí a necessidade de travar a luta pela “independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista. Isso significa lutar para transformar os sindicatos em organismos das grandes massas exploradas e não da aristocracia operária”. Essa realidade impõe também aos revolucionários lutar pela “democracia sindical. Esta palavra de ordem deduz-se diretamente da primeira e pressupõe para sua realização a independência total dos sindicatos em relação ao Estado imperialista e colonial”.¹¹³ De fato, a luta pela independência política frente ao Estado, aos governos e aos partidos da burguesia, além da defesa da democracia sindical, comparece como fundamentais na nossa época:

Não existindo a democracia operária não há qualquer possibilidade de lutar livremente para influir sobre os membros do sindicato. Com isso desaparece, para os revolucionários, o campo principal de trabalho nos sindicatos. No entanto, essa posição seria falsa até à medula. Não podemos escolher por nosso gosto e prazer o campo de trabalho nem as condições em que desenvolveremos nossa atividade. Lutar

¹¹¹ TROTSKY, Leon. *Os sindicatos na época da decadência capitalista*. In: Escritos sobre sindicato. São Paulo: Kairós, 1978, pp. 101-02.

¹¹² Idem, p. 102.

¹¹³ Idem, p. 103.

para conseguir influenciar sobre as massas operárias dentro de um estado totalitário ou semitotalitário é infinitamente mais difícil que numa democracia. Isto também se aplica aos sindicatos cujo destino reflete a mudança produzida no destino dos estados capitalistas (...). Deve-se lutar sob todas essas condições criadas pela evolução anterior, onde é necessário incluir os erros da classe operária e os crimes de seus dirigentes. (...) Temos de nos adaptar às condições existentes nos sindicatos de cada país para mobilizar as massas não apenas contra a burguesia, mas também contra o regime totalitário dos próprios sindicatos e contra os dirigentes que sustentam esse regime.¹¹⁴

Não há outro caminho para despertar as massas trabalhadoras, em particular o proletariado, contra o regime de exploração do trabalho pelo capital, os governos e o Estado, que o afiançam por meio direito burguês e da violência institucionalizada. Todas as teorias, da esquerda adaptada ao capitalismo, do centro e da direita, que defenderam a insuperabilidade, o melhoramento, a regeneração ou, mesmo, a humanização do capitalismo foram, uma a uma, desmascaradas pela história.

Tanto o liberalismo, que elevava a liberdade econômica do capital a princípio absoluto; o keynesianismo, que defendia uma economia capitalista com certos controles estatais, e o neoliberalismo, desastroso para os trabalhadores, mostraram a sua verdadeira face: seu vínculo com a dominação do capital sobre o trabalho, seu papel de instrumentos de legitimação do capitalismo.

O capitalismo sobrevive, na época imperialista, aprofundando as suas crises e contradições, destruindo as conquistas e direitos dos trabalhadores, aumentando o fosso entre capital e trabalho, tornando instáveis e inseguras as condições de vida do conjunto dos assalariados, camponeses, juventude e da classe média urbana arruinada pelas crises. A perenidade do sistema, criticada com afinco por Marx e Engels, não passa de um adorno ideológico para mascarar o seu verdadeiro caráter, sua transitoriedade, historicidade e, portanto, sua superabilidade.

3.3 O Partido Político proletário¹¹⁵

Marx e Engels, desde que tomaram consciência da necessidade de a classe operária organizar-se politicamente, sempre trabalharam com afinco na defesa da constituição do proletariado como partido político

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*.

¹¹⁵ Sobre a questão do partido proletário revolucionário, ver: LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006; LÊNIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979.

independente dos partidos da burguesia. Foi assim com o ingresso na Liga dos Justos e sua transformação em Liga dos Comunistas. Foi assim também no esforço descomunal por fundar a Primeira Internacional, para unificar as ações dos diversos grupos, correntes e movimentos da classe operária em escala internacional. Não podemos perder de vista que a partir da década de 1860, os partidos operários começam a se formar na Europa. Marx e Engels jogaram um papel importante na organização e fortalecimento do Partido Operário Socialdemocrata Alemão.

Lênin, apoiando-se nos aportes deixados por Marx e Engels e na experiência internacional da classe operária, desenvolveu a teoria marxista do partido político. A obra *Que fazer?*, escrita por Lênin, publicada em 1902, foi produto de longos debates no seio do Partido Operário Socialdemocrata russo contra as concepções economicistas. Para ele,

A luta política da socialdemocracia¹¹⁶ é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e em consequência disso), a organização de um partido socialdemocrata revolucionário deve ser *de outro gênero* que a organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, profissional; em segundo lugar, deve ser o mais extensa possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e a seguir me refiro, claro, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve incluir, acima de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária, (por isso, quando falo de uma organização de *revolucionários*, penso nos revolucionários socialdemocratas). Em face dessa característica geral dos membros de tal organização, *deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais*, sem falar da distinção entre as várias profissões de uns e de outros.¹¹⁷

Lênin conclui corretamente que, para tomar o poder do Estado, constituir seu próprio governo e realizar as tarefas revolucionárias necessárias à transformação social, era preciso que o proletariado se constituísse como partido político, era preciso estruturar uma organização partidária que reunisse os círculos marxistas fragmentados em uma só organização nacional de militantes profissionais, que pudessem dedicar o melhor de sua existência à luta revolucionária de maneira disciplinada.

Uma organização de quadros, um partido de vanguarda, composto pela militância aguerrida, capaz de transformar a experiência em teoria, de desenvolver o programa revolucionário e ligar solidamente à

¹¹⁶ Como se chamavam à época os marxistas.

¹¹⁷ LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 230-231.

luta de classe do proletariado e demais explorados, a fim de organizá-los e desenvolver a consciência política da luta pela tomada do poder. Propôs também a ideia de criar um jornal, que fosse um verdadeiro centralizador democrático da atividade teórica, política e ideológica do partido, sob a base da crítica e da autocrítica. Enfim, uma “organização, construída sobre uma base teórica firme e contando com um órgão socialdemocrata”.¹¹⁸

O centralismo democrático significa que, no partido, as ideias teóricas, políticas e programáticas são resultado de uma elaboração coletiva. A elaboração do programa e da linha política do partido, a começar do mais amplo debate interno da militância, possibilita a unidade de ação política externa na luta de classes. Mas como garantir a disciplina no partido revolucionário? A disciplina partidária passa a ser produto da elevada consciência política de classe da militância em torno de uma linha justa. A constituição do proletariado como partido político independente dos partidos da burguesia é a única via para a transformação do instinto de classe proletário em consciência de classe comunista, de que é necessário destruir o capitalismo e levantar sobre seus escombros a sociedade socialista.

Em segundo lugar, a disciplina é garantida pela capacidade do partido de

ligar-se, aproximar-se e, até certo ponto, se quiserem, de fundir-se com as massas trabalhadoras, antes de tudo com as massas proletárias, mas *também com as massas trabalhadoras não proletárias*. Finalmente, pela justeza da linha política seguida por essa vanguarda, pela justeza de sua estratégia e de sua ética políticas, com a condição de que as mais amplas massas se convençam disso *por experiência própria*. Sem essas condições é impossível haver disciplina num partido revolucionário realmente capaz de ser o partido da classe avançada, fadada a derrubar a burguesia e a transformar toda a sociedade.¹¹⁹

É importante ainda realçar a questão do programa. Sob a base do programa revolucionário (que sintetiza as leis do desenvolvimento capitalista no país que se procura transformar e construir o socialismo, sob a base do princípio do internacionalismo proletário e dos métodos da luta de classes) o partido penetra na luta de classes e no proletariado, em particular. O programa, uma vez penetrando no seio das massas, transforma o instinto de classe em consciência política de classe do proleta-

¹¹⁸ Idem, p. 251.

¹¹⁹ Cf. LÊNIN, V.I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Global, 1981, pp. 14-15.

riado, como dirigente da maioria oprimida dos países, no sentido da necessidade de unir indissolavelmente a sua luta por reivindicações mais elementares ao questionamento da dominação de classe da burguesia, e, portanto, à necessidade de destruir a exploração do trabalho assalariado e a propriedade privada dos meios de produção, substituindo-as pelo trabalho associado coletivo e a propriedade social.

Bukharin, em *O ABC do Comunismo*, apesar dos aspectos problemáticos da sua caracterização, alertou para a questão do programa:

Sem finalidades, não há partido. Se este partido representa os interesses dos proprietários agrícolas, ele combaterá pelos seus fins: conservar a terra em suas mãos, sujeitar o camponês, vender o mais caro que puder o trigo de suas propriedades, procurar mais barato possível a mão de obra agrícola, obter o mais elevado arrendamento.

Se se trata do partido dos capitalistas, ele tem, da mesma forma, a sua finalidade: encontrar mão de obra barata, oprimir os operários da fábrica, encontrar compradores aos quais possa vender as mercadorias pelo preço mais alto, lucrar o mais possível, e, para isso, fazer com que os operários trabalhem o maior tempo possível; e, principalmente, fazer de modo que os operários não possam imaginar, sequer, a possibilidade de um novo regime e se convençam de que houve sempre patrões e haverá sempre. Tais são os fins visados pelos fabricantes. (...)

Esta é a razão pela qual um proprietário ou um capitalista que entra em um partido lutará mais vantajosamente contra o camponês e o operário do que aquele que não entra. Assim, também, um operário pertencente a um partido lutará com mais vantagem contra o capitalismo e o proprietário de terras do que aquele que não pertence a partido algum, porque, tendo pensado bem nos fins e nos interesses da classe operária, ele sabe como servir esses fins, tomando o caminho mais curto.

A totalidade dos fins visados por um partido em defesa dos interesses de sua classe constitui o programa desse partido. No seu programa, pois, é que são indicados os fins que cada uma das classes visa. No programa do Partido Comunista, por exemplo, é indicado o fim que deve visar os operários e os camponeses pobres. Para este partido, o programa é o que há de mais importante. É segundo o seu programa que se pode julgar que interesses um partido defende.¹²⁰

Trotsky ressaltou, sobretudo, a questão do programa, o desenvolvimento das ideias teóricas, políticas e programáticas na construção do partido revolucionário, o que passa pela compreensão das leis históricas de transformação da realidade que se procura revolucionar. O partido marxista se constrói no seio da luta de classes e objetiva enraizar-se na

¹²⁰ BUKHARIN, N. *ABC do Comunismo*. Bauru, SP: 2002, pp. 17-19.

classe operária, que é a classe revolucionária na atual sociedade burguesa, a única capaz de levar até o final a luta pela superação da ordem capitalista e sepultar a exploração do trabalho assalariado pelo capital, pelo seu papel no processo social de produção.

Esse partido revolucionário não pode evidentemente ser improvisado ou construído apenas por ocasião dos processos revolucionários. Como observa Trotsky: “Mas este partido tem de existir antes da revolução, já que o processo de seleção dos membros requer um tempo considerável do qual não se dispõe durante uma revolução”.¹²¹ É preciso aprender com a história do próprio bolchevismo, completa o líder da Revolução Russa de 1917. Presentes as condições objetivas para uma situação revolucionária, afirma Trotsky, durante uma revolução,

a consciência de uma classe é o processo mais dinâmico que determina diretamente o curso da revolução. Era possível, em janeiro de 1917 ou mesmo março, depois da derrota do czarismo, responder se o proletariado russo teria ‘amadurecido’ o suficiente para conquistar o poder em oito ou nove meses? A classe operária, nesse tempo, era sumamente heterogênea social e politicamente. Durante os anos de guerra tinha-se renovado em 30 a 40%, mediante o ingresso em suas fileiras de pequenos-burgueses provenientes do campesinato e frequentemente reacionários, mulheres e jovens. Em março de 1917, o Partido bolchevique continuava sendo uma insignificante minoria da classe operária e, além disso, existiam desacordos dentro do próprio partido. A imensa maioria dos operários apoiava os mencheviques e os ‘socialistas revolucionários’, isto é, os social-patriotas conservadores. A situação ainda era mais desfavorável com respeito ao exército e ao campesinato, devendo acrescentar a isto o baixo nível geral da cultura no campo, a falta de experiência política entre as mais amplas camadas do proletariado, especialmente nas províncias, o que isolou os soldados e os camponeses.

Qual era o ‘ativo’ do bolchevismo? Ao começar a revolução, somente Lênine mantinha uma concepção clara e profunda. Os quadros russos do Partido estavam dispersos e em um considerável grau de confusão, mas o Partido gozava de grande autoridade entre os operários de vanguarda. Lênine gozava de grande autoridade entre os quadros do Partido. A concepção política de Lênine correspondia ao desenvolvimento real da revolução e era impulsionada por cada novo acontecimento. Estes elementos do ‘ativo’ operam maravilhas em sua situação revolucionária, quando se torna aguda a luta de classes. O Partido alinhou sua política de acordo com a concepção de Lênine que estava em harmonia com o verdadeiro curso da revolução. Graças a ele, encontrou firme apoio de dezenas de milhares de operários de vanguarda. Basean-

¹²¹ TROTSKY, Leon. *Classe, partido e direção*. In: *Bolchevismo e Stalinismo*. Brasília-DF: Centelha Cultural, 2010, p. 52.

do-se no desenvolvimento da revolução, o Partido foi capaz de, em poucos meses, convencer a maioria dos operários da justeza de suas propostas. Esta maioria, organizada em Sovietes, foi capaz, por sua vez, de atrair os soldados e os camponeses. Como este processo dinâmico pode ser encerrado e esgotado em uma fórmula sobre a maturidade ou imaturidade do proletariado? Um fator importantíssimo da maturidade do proletariado russo, em fevereiro e março de 1917, foi Lênine. E Lênine não caiu do céu. Personificava a tradição revolucionária da classe operária. Para que os postulados de Lênine pudessem abrir caminho para as massas era necessário que existissem quadros, ainda que numericamente limitados, no princípio: era necessário que existisse confiança dos quadros em sua direção, uma confiança baseada na experiência passada. Excluir estes cálculos ou substituí-los por uma abstração, a 'relação de forças' é simplesmente ignorar a revolução viva. Porque o desenvolvimento da revolução consiste precisamente nas mudanças rápidas e incessantes que sofrem as relações de forças sob o impacto das transformações na consciência do proletariado, na atração que as camadas avançadas exercem sobre as atrasadas, na crescente confiança da classe em sua própria força. A mola vital deste processo é o Partido, assim como a mola vital do Partido é sua direção. O papel e a responsabilidade da direção em uma época revolucionária são enormes.¹²²

A Terceira Internacional, produto da vitória da revolução proletária na Rússia e da falência da Segunda Internacional, sintetizou a experiência revolucionária anterior e as conquistas das formas de organização, generalizando-as nas *Teses sobre a estrutura organizativa, os métodos e a ação dos partidos comunistas*, resolução aprovada no Terceiro Congresso da nova organização internacional, realizado de 22 de junho a 12 de julho de 1921, em Moscou. O documento faz inicialmente uma caracterização viva sobre a estrutura dos partidos comunistas:

A organização do Partido deve corresponder às condições e ao propósito de sua atividade. O Partido Comunista deve ser a vanguarda, o setor mais avançado do proletariado, durante todas as fases de sua luta de classes revolucionária, e, no período subsequente de transição para o socialismo, primeiro passo no desenvolvimento de uma sociedade comunista.

Não pode haver nele uma forma de organização imutável e absolutamente conveniente para todos os Partidos Comunistas. As condições da luta proletária se transformam constantemente, e, conforme essas transformações, as organizações de vanguarda do proletariado devem também procurar constantemente formas novas e adequadas. As particularidades históricas de cada país determinam também formas especiais de organização para os diferentes países.

¹²² Idem, pp. 46-48.

Sobre esta base, deve se desenvolver a organização dos Partidos Comunistas e não tender à formação de algum novo Partido modelo, no lugar daquele já existente ou procurar uma forma de organização absolutamente correta com estatutos ideais.¹²³

Essa forma organizativa, como assentou a resolução aprovada pelo III Congresso da Terceira Internacional, é adequada ao objetivo histórico dos partidos revolucionários e da classe operária:

A maioria dos Partidos Comunistas, assim como a Internacional Comunista e o conjunto do proletariado revolucionário do mundo inteiro, concordam, nas condições de sua luta, que devem lutar contra a burguesia dominante. A vitória sobre ela, a conquista do poder arrancado à burguesia, constitui, para esses Partidos e para sua Internacional, o objetivo principal.

O essencial, portanto, para o trabalho de organização dos Partidos Comunistas nos países capitalistas, é definir uma organização que torne possível a vitória da revolução proletária sobre as classes possuidoras e que a assegure.¹²⁴

Para tanto, a ação comum dos revolucionários em uma organização de militantes dedicados à tarefa de organização do proletariado e demais explorados à tomada do poder e constituição do seu domínio de classe exige não só uma capacidade de adaptação às condições mais diversas (legalidade ou clandestinidade), como uma direção experiente na luta de classes:

uma direção, isto é necessário, sobretudo, em função dos grandes combates da história mundial. A organização dos Partidos Comunistas é a organização da direção comunista da revolução proletária (...). A tarefa essencial de organização que se impõe a nós é a seguinte: formação, organização e educação de um Partido Comunista puro e realmente dirigente para guiar o movimento revolucionário proletário.

A direção da luta social-revolucionária supõe, nos Partidos Comunistas e em seus órgãos dirigentes, a combinação do maior poder de ataque e da mais perfeita adaptação às condições transformadoras da luta.

Uma boa direção supõe, além do mais, a ligação da maneira mais absoluta e mais estreita com as massas proletárias. Sem essa ligação, o Comitê diretor não guiará jamais as massas, só poderá, no melhor dos casos, segui-las.¹²⁵

¹²³ Teses sobre a estrutura organizativa, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas. In: *Teoria e Organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 81.

¹²⁴ Idem, pp. 81-82.

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

Nesse sentido, uma organização que tenha como estratégia a revolução proletária e a constituição do domínio de classe do proletariado (ditadura do proletariado, como designou Marx), apoiado na maioria oprimida, só pode ser regida pelo princípio do centralismo democrático, que permite o mais amplo debate interno sobre todas as questões fundamentais do funcionamento partidário e teórico-políticas, como a ação unitária mais decidida no campo da luta de classes:

O centralismo democrático na organização do Partido Comunista deve ser uma verdadeira síntese, uma fusão da centralização e da democracia operária. Essa fusão só pode ser obtida por uma atividade comum permanente e por uma luta igualmente comum e permanente do conjunto do Partido.

A centralização do Partido Comunista não deve ser formal e mecânica; deve ser uma centralização da atividade comunista; isto é, a formação de uma direção poderosa, pronta para o ataque e, ao mesmo tempo, capaz de adaptação.¹²⁶

A experiência da vitoriosa conquista do poder pelo proletariado russo (apoiado nos camponeses) na Revolução de Outubro de 1917 demonstrou concretamente a importância decisiva da teoria Leninista do partido político para a organização dos revolucionários em todos os países e internacionalmente, porque essa ferramenta política foi capaz de conduzir vitoriosamente o proletariado russo ao poder, derrotando a burguesia russa e imperialista.

Pela negativa, foi a ausência de uma verdadeira organização política centralizada e disciplinada, capaz de se adaptar às condições mais adversas de legalidade ou clandestinidade, nas condições de um processo revolucionário, que contribuiu decisivamente para a derrota da Revolução Alemã, em 1918-19, diante da traição da socialdemocracia alemã, que resultou na morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Sobre a definição de revolucionário profissional, no sentido Leninista do termo, observa o marxista boliviano Guillermo Lora:

O revolucionário profissional não é o resultado da formação teórica unilateral, mas sim, melhor dizendo, é o militante atuando no seio das massas, convertido no instrumento mais valioso do processo revolucionário. Pode-se dizer que é inconcebível que um partido chamado a conduzir as massas à conquista do poder fique de costas para os revolucionários profissionais, organizados em células.

O revolucionário profissional não é somente o que domina a

¹²⁶ Idem, pp. 82-83.

ciência social do marxismo-Lêninismo-trotskismo, mas sim o que existe, vive e se move diretamente de acordo com as suas ideias revolucionárias. De maneira sintética, pode-se dizer que é a encarnação humana do objetivo estratégico do programa partidário.

A independência política da classe operária a define como revolucionária, oposta à classe dominante e à sua ideologia. Tudo isto se sintetiza no revolucionário profissional, expressão das massas oprimidas e exploradas, encarna a revolução proletária e a projeção da sociedade em direção ao comunismo.

O que quer dizer que o revolucionário profissional constitui o polo extremo e excludente em relação à sociedade capitalista, que é sua negação. Para poder elevar-se a esta altura tem de emancipar-se – no campo ideológico e da vida cotidiana – da classe dominante e também da pequena burguesia, que como massa se aferra ao campo capitalista.

O revolucionário profissional é o que tem possibilidades de realizar-se plenamente na luta como indivíduo, como teórico e como militante. Poderá chegar a este nível se tiver capacidade e o valor suficiente para romper todo vínculo de classe com a pequena burguesia e com a classe capitalista. Não deve depender da burguesia ou de setores sociais submetidos a ela, seja por seus vínculos familiares, afãs carreiristas – tanto no aspecto social, econômico e profissional. Deve conquistar a necessária liberdade para mover-se plenamente a serviço da revolução. É isto que queremos sublinhar quando dizemos que o revolucionário profissional vive para a revolução, que todas suas energias tendem e se orientam para o objetivo da vitória da revolução.

Reforçamos que isto não se conquista apenas lendo livros, mas sim se soldando de corpo e alma com a classe revolucionária, com as massas em rebelião contra a ordem social estabelecida.

O revolucionário profissional não nasce, forma-se na batalha diária, no processo de constante superação de todas as suas limitações e erros. É um estudioso do marxismo, mas lê os livros criticamente. Não endeusa os clássicos, submete suas ideias e obras a uma análise severa.

Ao mesmo tempo, é o militante que de maneira constante critica e supera sua própria conduta na luta diária. Esta é a autocrítica e, sem ela, não poderá elevar-se ao nível de revolucionário profissional.¹²⁷

Sobre a organização do partido revolucionário, Lora observa acertadamente que

A célula de militantes, particularmente a de empresas, constitui a organização básica do Partido. A estruturação bolchevique não pode ser concebida de outra maneira. Os que pretendem substituir a célula por outros organismos não fazem mais que exteriorizar seus desvios programáticos. Constitui uma aberração e um desvio foquista a ideia de

¹²⁷ LORA, Guillermo. *O que é o revolucionário profissional?* São Paulo: Edições Massas, 2010, pp. 3-5.

que o Partido é um reduzido e bem treinado grupo de ativistas (quem os forma e onde? Pergunta que tem ficado até agora sem resposta) que teria de pôr em pé as células como se fossem acessórios, como auxiliares do trabalho privilegiado. Esta atitude voluntariosa esquece que é nas células onde se seleciona e educa os dirigentes máximos e quadros médios, chamados a dar um maior impulso à organização; que o centralismo democrático expressa a finalidade maior da fixação da linha política pela militância e não como uma imposição desde cima. O anterior seria inadmissível se reconhecermos a equipe de ativistas como cérebro e quinta essência da organização, caminho que conduz indefectivelmente ao culto da personalidade e à teoria da infalibilidade dos dirigentes. Contraditoriamente, o bolchevismo estrutura e melhora suas organizações utilizando a crítica e a autocrítica. Para que isto seja possível é necessário que a célula seja realmente viva e se supere de maneira ininterrupta. Nisto está a raiz da organização, que deve ser considerada como um processo em constante transformação. A célula cumpre as seguintes funções básicas: 1) vincula o Partido com o grosso das massas, na medida em que é o resultado do trabalho organizativo e coletivo dos militantes operários (critério que pode se estender a outros setores sociais); 2) permite que os militantes intervenham ativa e diretamente na vida política e partidária (um dos grandes vícios consiste em que os militantes não conheçam os problemas políticos e os do Partido); 3) torna possível o trabalho coletivo e em coordenação com o resto da organização partidária; 4) efetiva o centralismo democrático.¹²⁸

Essa estrutura partidária de militantes revolucionários, marxistas, que se dedicam à organização do proletariado e demais explorados na luta política pelo socialismo, apoiando-se nas experiências concretas da luta de classes internacional e nos diversos países, que tem o jornal como instrumento de coesão das ideias políticas e como organizador coletivo partidário, que conjuga na atividade cotidiana a propaganda, a agitação e a organização, que se funda no centralismo democrático, por meio da crítica e da autocrítica, este partido é o partido marxista, que deve ser construído para transformar a realidade.

3.4 A concepção marxista do Estado¹²⁹

Como observamos ao longo dos capítulos anteriores, Marx e Engels já haviam avançado bastante na concepção revolucionária do Estado.

¹²⁸ Cf. Também: LORA, Guilherme. *O Partido e sua organização*. São Paulo: Edições Massas, 2001, pp. 9-10.

¹²⁹ LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987; PREOBRAZHENSKY, Evgueni. *Anarquismo e Comunismo*. São Paulo: Sundermann, 2013.

Tinham colocado claramente que o Estado é produto da sociedade dividida em classes sociais antagônicas. É a demonstração de que os antagonismos sociais de classe se tornaram inconciliáveis. Mostraram que o Estado nas sociedades de classes pré-capitalistas e na atual sociedade burguesa, sem exceção da mais democrática República burguesa, representa os interesses gerais da classe dominante: a manutenção da grande propriedade privada monopolista dos meios de produção e o domínio de classe dos capitalistas.

Essa concepção está expressa em *A ideologia alemã*, no *Manifesto Comunista*, nos balanços que Marx realizou sobre a Revolução de 1848, como *As lutas de classes na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, assim como em *O Capital*. Engels sintetizou esta concepção em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, além das suas análises das jornadas de 1848 na Alemanha, presentes em *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*.

Marx e Engels, em suas obras, combateram a ideia de “Estado popular livre” de certos setores da socialdemocracia alemã, que, a propósito de garantir a fusão com outros setores do movimento operário, chegava a fazer sérias concessões em termos programáticos, obscurecendo o caráter do Estado, como produto dos antagonismos de classes, reforçando as ilusões nas massas de trabalhadores sob a possibilidade de uma forma de Estado intermediário entre o Estado capitalista e o Estado operário.

Marx e Engels também criticaram as concepções anarquistas sobre o Estado, que negavam peremptoriamente o Estado em geral, inclusive o próprio Estado proletário nascido de um processo revolucionário. Quando Marx e Engels colocaram no cerne de sua concepção de Estado, à base da experiência da Comuna de Paris de 1871, o fundamento de que o mesmo é produto da existência de classes e do antagonismo entre elas, mostraram claramente que a tomada do poder pelo proletariado expressa a necessidade de quebrar a máquina burguesa estatal e, em seu lugar, erguer o Estado operário, expressão do domínio de classe do proletariado para combater a contrarrevolução burguesa interna e externa e criar as condições objetivas e subjetivas para o desaparecimento completo das classes sociais e, com elas, do Estado enquanto tal.

Mas o avanço do revisionismo e do reformismo no seio do Partido Operário Socialdemocrata Alemão e, por sua importância política e histórica, no seio da Segunda Internacional, teve implicações também na concepção marxista de Estado, na medida em que se procurava ignorar a relação entre o caráter do Estado e o problema da revolução

proletária, mas no fundo procurava-se impor nos fatos a estratégia e a tática defendidas pelos setores adaptados ao sistema capitalista e à democracia representativa burguesa.

Em *O Estado e a Revolução*, elaborado em agosto de 1917, portanto, às vésperas da Revolução de Outubro, coube mais uma vez a Lênin expor e defender a concepção marxista de Estado e a estratégia revolucionária do proletariado, profundamente deformadas por quase duas décadas de revisionismo reformista no seio da Socialdemocracia e da Segunda Internacional. Era preciso separar o joio do trigo, os revolucionários dos reformistas e, mesmo, das caracterizações vacilantes entre o marxismo e o reformismo (centrismo). Foi preciso também expressar claramente as diferentes posições sobre a transição ao comunismo, o caráter e papel do Estado nas concepções do marxismo e do anarquismo.

Logo no prefácio de *O Estado e a Revolução*, Lênin alerta para a importância de se debater a concepção marxista de Estado diante do avanço do oportunismo no seio do movimento socialista internacional:

Os elementos de oportunismo, acumulados durante dezenas de anos de relativa paz criaram a corrente de social-patriotismo que predomina nos partidos socialistas oficiais do mundo inteiro. Essa corrente (Plekhanov, Potressov, Brechkovskaia, Rubanovitch e, depois, sob uma forma ligeiramente velada, os srs. Tseretelli, Tchernov e Cia., na Rússia; Scheidemann, Legien, David e outros, na Alemanha; Renaudel, Guesde, Vandervelde, na França e na Bélgica; Hyndman e os fabianos, na Inglaterra, etc., etc.), essa corrente, socialista em palavras, mas patrioteira em ação, se caracteriza por uma baixa e servil adaptação dos “chefes socialistas” aos interesses não só de “sua” própria burguesia nacional, como também do “seu” próprio Estado, pois a maior parte das chamadas grandes potências exploram e escravizam, há muito tempo, várias nacionalidades pequenas e fracas. Ora, a guerra imperialista não tem outra coisa em vista senão a partilha, a divisão dessa espécie de despojo. A luta das massas trabalhadoras, para se libertarem da influência da burguesia em geral e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao “Estado”.¹³⁰

Karl Kautsky, reconhecido teórico marxista em uma primeira fase do desenvolvimento do movimento socialista na Europa, particularmente após a morte de Marx e Engels, e que havia influenciado toda uma geração de jovens marxistas, tornou-se depois um opositor ferrenho da

¹³⁰ LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987, pp. 1-2.

teoria revolucionária marxista e da revolução proletária, em especial, após a tomada do poder na Rússia pelo Partido Bolchevique. Kautsky havia se transformado, como diz expressamente Lênin, em *O Estado e a Revolução*, no “representante mais autorizado dessas doutrinas desvirtuadas”.¹³¹

Mas, como diz Lênin, no movimento socialista internacional havia correntes ainda mais oportunistas que a dirigida por Karl Kautsky:

O socialismo internacional contém correntes que se situam ainda mais à direita que a de Kautsky: a *Revista Socialista Mensal* da Alemanha (Legien, David, Kolbe e outros, inclusive os escandinavos Stauning e Branting), os jaurèsitas e Vandervelde na França e na Bélgica, Turati, Treves e os outros representantes da direita do Partido Socialista italiano, os fabianos e os independentes (o *Independent Labour Party*, que na realidade sempre dependeu dos liberais) na Inglaterra, e *tutti quanti*. Esses senhores, que desempenham um papel considerável e muitas vezes preponderante na ação parlamentar e nas publicações do Partido, rejeitam abertamente a ditadura do proletariado e não disfarçam o seu oportunismo. Para eles, a ditadura do proletariado está “em contradição” com a democracia! No fundo, em nada de sério se distinguem dos democratas pequeno-burgueses.

Essa circunstância nos autoriza a concluir que a II Internacional, na imensa maioria de seus representantes oficiais, caiu completamente no oportunismo. A experiência da Comuna de Paris não só foi por ela esquecida, como deturpada. Longe de sugerir às massas operárias que se aproxima o momento em que elas deverão quebrar a velha máquina do Estado, substituí-la por uma nova e fazer da sua dominação política a base da transformação socialista da sociedade, sugeriram-lhe precisamente o contrário, e a “conquista do poder” foi apresentada de tal forma que mil brechas ficaram abertas ao oportunismo.

A deformação ou esquecimento do papel que desempenhará a revolução proletária em relação ao poder não podia deixar de exercer uma influência considerável hoje, quando os Estados, providos de um aparelho militar reforçado pela concorrência imperialista, se tornaram uns monstros belicosos, exterminando milhões de homens para decidir quem é que reinará no mundo, se a Inglaterra ou a Alemanha, isto é, o capital financeiro inglês ou o capital financeiro alemão.¹³²

Lênin, amparado na tradição marxista, resume a concepção revolucionária de Estado:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo *inconciliável* das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os anta-

¹³¹ Idem, *ibidem*.

¹³² Idem, 150.

gonismos de classes *não podem* objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.¹³³

Em síntese, Lênin demonstra que o Estado é, na visão marxista, produto do antagonismo irreconciliável entre as classes sociais. O Estado (com suas instituições tradicionais: burocracia, exército, polícia, tribunais, magistrados, prisões e, mais modernamente, a separação de poderes em legislativo, executivo e judiciário) surgiu a partir do desenvolvimento das contradições econômico-sociais entre as classes sociais antagonicas. Em *Sobre o Estado*, Lênin explica:

Se vocês consideraram o Estado do ponto de vista desta divisão fundamental, verão que antes da divisão da sociedade em classes, como já argumentei, não existia qualquer Estado. Mas quando surge e vai se reforçando esta divisão da sociedade em classes, quando surge a sociedade de classes, também surge e se consolida o Estado. (...) Este sempre foi um aparelho determinado, separado da sociedade e que consistia em um grupo de pessoas dedicadas exclusivamente ou quase exclusivamente, ou principalmente, a governar. Os homens dividem-se em governados e em especialistas em governar, que se colocam por cima da sociedade e são chamados governantes, representantes do Estado. Este aparelho, este grupo de pessoas que governam aos demais, toma posse sempre de certos meios de coerção, de violência física, quer esta violência se manifeste como o tacape primitivo, ou com os mais aperfeiçoados tipos de armas, na época da escravidão, ou na arma de fogo inventada na Idade Média ou, por último, nas armas modernas, que no século XX chegam a ser verdadeiras maravilhas da técnica e se baseiam integralmente nos últimos avanços da tecnologia moderna. Os métodos de violência mudaram, mas desde que existe o Estado, existe em cada sociedade, um grupo de pessoas que governam, que mandam, que dominam e que, para conservar o seu poder, dispõem de uma máquina de coerção física, de um aparelho de violência, com as armas que correspondem ao nível técnico de cada época. E será apenas examinando estes fenômenos gerais, perguntando-nos por quê é que não existiu Estado nenhum quando não havia classes, quando não havia exploradores e explorados, e por que ele se desenvolveu quando surgiram as classes, somente assim é que acharemos uma resposta concreta à pergunta do que é, em essência, o Estado e qual seu significado.¹³⁴

No capitalismo, ainda que existam outras classes, como o campesinato e as classes médias urbanas, as duas classes fundamentais são o

¹³³ Idem, p. 9.

¹³⁴ LÊNIN, V. I. *Sobre o Estado*. São Paulo: Edições Iskra, 2013, pp. 23-24.

proletariado e a burguesia. Não há como conciliar os interesses antagônicos dessas duas classes. O Estado burguês nada mais é que um instrumento de opressão da classe operária e demais explorados pelos capitalistas.

As correntes reformistas que tentam de todas as formas revisar a teoria marxista do Estado ou acomodá-la à estratégia de reforma do capitalismo (ou, como dizem, humanizar a sociedade existente), na verdade, acabam por embelezar a democracia formal burguesa, a difundir ilusões no seio do proletariado e demais explorados no sentido de que o Estado está supostamente acima das classes sociais e que representa o bem comum, os interesses gerais de todas as classes.

A situação se agrava com o desenvolvimento das instituições da democracia representativa burguesa na Europa e, muito limitadamente, nos países capitalistas atrasados (semicoloniais) e o estabelecimento do voto universal nas Repúblicas democráticas. Uma camada inteira de marxistas acabou se adaptando ao parlamento, à democracia formal e ao eleitoralismo, abandonando a perspectiva revolucionária em prol de uma transformação gradual por meio de reformas do capitalismo, o que denominavam de “aprofundar a democracia” ou “via gradual, pacífica ao socialismo” (Eurocomunismo).

Entretanto, a República burguesa mais democrática que possa existir na atual sociedade capitalista nada mais é que uma máquina a serviço dos interesses gerais dos capitalistas. Por mais que a existência da democracia representativa e do voto universal aparentemente fomenta a ideologia burguesa de que o Estado atual representa os interesses de toda a nação, de todo o povo, de todas as classes, independentemente dos interesses e das condições materiais de cada uma delas, na realidade, o Estado está a serviço da proteção da propriedade privada dos meios de produção, da ordem social e dos interesses gerais dos grandes conglomerados econômicos. Nos momentos em que a luta de classes alcança um nível superior de desenvolvimento e a classe operária ameaça a dominação de classes da burguesia, o Estado utiliza todos os seus recursos materiais, políticos e jurídicos na defesa da ordem pública para evitar que os explorados avancem na luta de classes.

Na verdade, como observa Lenin, as formas de dominação do Estado no capitalismo podem variar.

O capital exerce o seu poder conforme a forma que adote em cada local, mas o poder está sempre, essencialmente, em mãos do capital, seja onde existe o voto restrito ou outros direitos, seja ali onde se trate de uma república democrática ou não; na realidade, quanto mais democrática for, mais grosseira e cínica é a dominação do capitalismo. Uma das repúblicas mais democráticas do mundo são os Estados Unidos, e no entanto, em nenhum lugar (e quem esteve por lá depois de 1905 prova-

velmente tenha isso bem claro) o poder do capital é tão descarado e abertamente corrupto como nos Estados Unidos, onde um punhado de multimilionários exerce seu poder sobre toda a sociedade. O capital, desde que existe, domina a sociedade inteira, e nenhuma república democrática, nenhum direito eleitoral pode mudar a essência do problema.

A república democrática e o sufrágio universal representaram um enorme progresso comparado com o regime feudal: permitiram ao proletariado atingir a sua atual unidade e solidariedade e formar fileiras compactas e disciplinadas que se lançam a uma luta sistemática contra o capital. (...) A república burguesa, o parlamento, o sufrágio universal, tudo isso constitui um imenso progresso do ponto de vista do desenvolvimento mundial da sociedade. A humanidade avançou para o capitalismo e foi somente o capitalismo, que, graças à cultura urbana, permitiu à classe oprimida dos proletários adquirir consciência de si própria e criar o movimento operário mundial, também os milhões de operários organizados em partidos no mundo inteiro em partidos socialistas que dirigem conscientemente a luta das massas. Sem parlamentarismo, sem um sistema eleitoral, teria sido impossível este desenvolvimento da classe operária. É por isso que todas estas coisas adquiriram uma importância tão grande aos olhos das grandes massas do povo. É por isso que parece tão difícil uma mudança radical. Não se trata apenas dos hipócritas conscientes, os sábios e os padres, os que sustentam e defendem a mentira burguesa de que o Estado é livre e que tem por missão defender os interesses de todos; milhões de pessoas pensam a mesma coisa e repetem sinceramente os velhos preconceitos e não podem compreender a passagem da velha sociedade, capitalista, ao socialismo. E não apenas as pessoas que dependem diretamente da burguesia, não apenas as que vivem sob o jugo do capital ou subordinadas pelo capital (uma grande quantidade de cientistas, artistas, padres, que estão a serviço do capital), mas inclusive pessoas simplesmente influenciadas pelo preconceito da liberdade burguesa, mobilizaram-se contra o bolchevismo no mundo inteiro, porque quando foi fundada a República Soviética, ela rejeitou as mentiras burguesas e declarou abertamente: vocês dizem que o seu Estado é livre, quando na realidade, enquanto existir a propriedade privada, o Estado de vocês, mesmo sendo uma república democrática, não é mais do que uma máquina em mãos dos capitalistas para esmagar os operários, e quanto mais livre for o Estado, com maior clareza este fato se tornará patente. Exemplos a esse respeito são a Suíça, na Europa, e os Estados Unidos, na América. Em parte nenhuma o capital domina de forma tão cínica e implacável e em parte nenhuma a sua dominação é tão ostensiva como nestes países, apesar de se tratar de repúblicas democráticas, e por mais que sejam embelezadas, por mais que nelas se fale de democracia do trabalho e de igualdade de todos os cidadãos. (...) o fato é que quando eclode uma greve, a burguesia arma-se, contrata soldados e reprime a greve; em nenhuma parte a repressão do movimento operário é tão cruel e feroz como na Suíça e nos Estados Unidos, e em nenhuma parte se manifesta com tanta força como nestes países a influência do capital sobre o parlamento. A força do capital é tudo, a

Bolsa é tudo, enquanto o parlamento e as eleições não são mais do que fantoches, marionetes... Mas com o tempo, os operários vão abrindo cada vez mais os olhos e a ideia do poder soviético vai estendendo-se mais e mais. Especialmente depois da sangrenta matança pela qual acabamos de passar. A classe operária se dá conta, cada vez mais, da necessidade de lutar implacavelmente contra os capitalistas.

Qualquer que seja a forma adotada por uma república, e por mais democrática que for, se for uma república burguesa, se conservar a propriedade privada da terra, das fábricas, se o capital privado mantiver toda a sociedade na escravidão assalariada, quer dizer, se a república não levar à prática o que se proclama no programa do nosso partido e na Constituição Soviética, esse Estado é uma máquina a serviço de um punhado para reprimir os demais. E devemos pôr esta máquina em mãos da classe que terá de derrocar o poder do capital. Devemos rechaçar todos os velhos preconceitos de que o Estado significa a igualdade para todos; pois isto é uma fraude: enquanto existir exploração não poderá existir igualdade. O latifundiário não pode ser igual ao operário nem o homem faminto igual ao saciado. Essa máquina, chamada Estado, e diante da qual os homens se inclinam com supersticiosa veneração, porque acreditam no velho conto de que Estado significa o poder do povo todo, é ela que o proletariado rechaça e declara: trata-se de uma mentira burguesa. Nós arrancamos esta máquina aos capitalistas e tomamos posse dela. Utilizaremos essa máquina de coação para liquidar toda exploração; e no dia em que até mesmo a hipótese de exploração tiver desaparecido do mundo, quando já não houver proprietários de terras nem proprietários de fábricas, e quando não já mais existir uma situação em que uns estão saciados enquanto outros padecem de fome, só quando tiver desaparecido de vez esta possibilidade, aí então relegaremos esta máquina para o lixo. Naquele momento não mais existirá Estado nem exploração. Este é o ponto de vista do nosso partido comunista.¹³⁵

Essa análise de Lênin é parte do esforço dos revolucionários marxistas de compreender o problema do Estado, “um dos mais complicados e difíceis, provavelmente aquele em que os eruditos, escritores e filósofos burgueses semearam mais confusão”.¹³⁶ Lênin advertira em *O Estado e a Revolução* que, uma vez no poder, o proletariado, apoiado na maioria oprimida, não pode simplesmente arrancar a máquina burguesa do Estado das mãos da burguesia. Mas, pelo que deve ser substituída a máquina burguesa de Estado, uma vez desmontada, desmantelada, quebrada, destruída? Lênin, apoiando-se na experiência das revoluções do século XIX, em particular na análise de Marx sobre a Comuna de Paris de 1871, responde:

¹³⁵ Idem, p. 34-37.

¹³⁶ Idem, p. 13-14.

a Comuna “contentava-se”, por assim dizer, em substituir a máquina do Estado quebrada por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários. Na realidade, ela “contentava-se”, assim, em substituir – obra gigantesca – certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É esse, justamente, um caso de “transformação de quantidade em qualidade”: a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, torna-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado.

Derrotar a burguesia e quebrar a sua resistência não deixa de ser, por isso, uma necessidade. Para a Comuna, isso era particularmente necessário, e uma das causas da sua derrota foi não se ter lançado a fundo nessa tarefa. Mas, na Comuna, o órgão de repressão era a maioria da população e não mais a minoria, como fora sempre o caso ao tempo da escravidão, da servidão e do salariado. Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, *já não há necessidade* de uma “força especial” de repressão! É nesse sentido que o Estado *começa a definhar*. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político, e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder.¹³⁷

Em síntese, outra conclusão importante da teoria marxista do Estado é que o proletariado não pode simplesmente utilizar a máquina de estado capitalista em seu proveito. Uma vez tomando o poder do Estado, desde o primeiro momento, o proletariado deve agir no sentido de quebrar a máquina estatal, erguer o Estado proletário e iniciar o processo de transformação. Ele destrói essa máquina, e, em seu lugar, ergue um Estado operário ou proletário, instaura o seu domínio de classe (no caso dos países capitalistas atrasados, esse domínio de classe, a ditadura do proletariado, se expressa no “governo operário e camponês”). O Estado operário se apoia nos organismos de poder oriundos das massas oprimidas (soviets, conselhos populares, assembleias populares, etc.), na democracia verdadeiramente plena, a democracia operária.

A experiência das revoluções proletárias, desde a histórica Comuna de Paris de 1871, passando pela Revolução Russa de 1917, até as revoluções em diversos países ao longo do século XX comprova plenamente essa posição do marxismo. Sem se apoiar a revolução na força da maioria explorada, sem oxigenar a vida econômica, política, social e cultural com a democracia operária, sem expandir a revolução em escala inter-

¹³⁷ LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987, pp. 52-53.

nacional e mundial, abre-se a possibilidade do seu isolamento, de pressões internas e do imperialismo e do fortalecimento da contrarrevolução, com a consequente degeneração do Estado operário e do partido revolucionário.

Na experiência da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, colocou-se claramente o problema do Estado e sua relação com o processo revolucionário. Como foi possível às massas operárias, amparadas nos demais explorados do país, tomar o poder do Estado, destruir a máquina burguesa, levantar o Estado operário e dar início à transição do capitalismo ao socialismo? Para Preobrazhensky,

O Estado proletário surge como resultado da revolução proletária vitoriosa. Destacamentos isolados do proletariado intervindo de forma dispersa contra o governo estão condenados ao fracasso, uma vez que a burguesia (que em si representa uma força não muito grande, comparada com milhões de operários) é suficientemente forte para destruir estes destacamentos um por um com a ajuda de seu aparato governamental.

É especialmente importante lembrar isto, porque este dado da enorme superioridade da organização governamental burguesa na luta contra a classe explorada invalida por si só e completamente todos os discursos anarquistas sobre lutar contra o inimigo através de destacamentos não ligados por um centro dirigente, por uma disciplina e por um plano comum. Se nossa revolução operário-camponesa venceu o poder burguês na Rússia, foi somente porque o proletariado empregou o máximo de organização e porque a união governamental da classe burguesa foi enfrentada em nível nacional com a união de todas as forças proletárias, organizadas nos soviets e no Partido Bolchevique. A organização burguesa se chocou contra a organização proletária e foi vencida por esta.¹³⁸

Qual o propósito do Estado proletário? Continua o autor:

A burguesia conquista o poder mediante a revolução burguesa para a defesa dos privilégios do capital e para facilitar a tarefa de extrair da classe operária a maior quantidade possível de mais-valia. Estas duas formas de Estado facilitam a espoliação das massas e o uso da violência contra elas por um grupo de exploradores.

O Estado proletário, em compensação, persegue o fim oposto. Sua tarefa é terminar o que ainda não foi feito pela revolução proletária e para o qual se exige um tempo determinado: arrancar definitivamente das mãos da burguesia todos os instrumentos de produção, quer dizer,

¹³⁸ PREOBRAZHENSKY, Evgueni. *Anarquismo e Comunismo*. São Paulo: Sundermann, 2013, p. 32.

fábricas e oficinas; destruir a divisão da sociedade em classes; pôr fim à exploração do homem pelo homem; introduzir a obrigatoriedade do trabalho e transformar toda a sociedade em um exército único e laborioso de companheiros trabalhadores.¹³⁹

A criação das condições objetivas para o desaparecimento completo das classes e dos antagonismos entre elas, a absorção das tarefas gerais de administração das coisas pela própria sociedade (produtores associados), a reorganização de toda a produção direcionada à satisfação das necessidades coletivas e ao desenvolvimento das aptidões e capacidades dos indivíduos tornarão definitivamente o Estado algo supérfluo.

O conceito marxista de Estado, por ser científico, aplica-se também ao Estado operário. Esse é um Estado de classe, em luta contra a minoria capitalista interna, que busca reconstituir as bases da sociedade burguesa, e o imperialismo, que não economizará esforços para isolar o Estado operário e derrotar o governo revolucionário no poder.

Só quando as classes forem extintas, o Estado desaparecerá completamente. O Estado não é “abolido”, como declaram os anarquistas. Extinguir-se-á na medida em que forem criadas as condições materiais para o seu desaparecimento, o que implica o desaparecimento das classes sociais.

Como adverte Lênin, a condição econômica para a extinção completa do Estado é

o comunismo elevado a tal grau de desenvolvimento que toda oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico desaparecerá, desaparecendo, portanto, uma das principais fontes de desigualdade *social* contemporânea, fonte que a simples socialização dos meios de produção, a simples expropriação dos capitalistas é absolutamente impotente para fazer secar de um golpe.

Essa expropriação tornará *possível* uma expansão das forças produtivas. Vendo, desde já, quanto o capitalismo entrava essa expansão, e quanto progresso se poderia realizar, graças à técnica moderna já alcançada, estamos no direito de afirmar, com uma certeza absoluta, que a expropriação dos capitalistas dará infalivelmente um prodigioso impulso às forças produtivas da sociedade humana. Mas, qual será o ritmo desse movimento, em que momento romperá ele com a divisão do trabalho, abolirá a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico e fará do primeiro “a primeira necessidade da existência”, não o sabemos *nem o podemos saber*.¹⁴⁰

¹³⁹ Idem, p. 33.

¹⁴⁰ Idem, pp. 118-119.

A teoria marxista do Estado e da política é um instrumento não só para compreender o Estado moderno e as formas políticas que pode assumir o domínio de classe da burguesia (democracia, ditaduras civis e militares, governos fascistas), como para combater as concepções no seio do próprio movimento socialista e operário, que ora embelezam o Estado, a democracia e o parlamento burgueses, como se estivessem acima das classes, como se representassem interesses universais, ora criam a ilusão entre os explorados e parte da esquerda de que é possível uma forma intermediária de governo, que, supostamente, representaria os interesses dos trabalhadores e demais explorados, eleito pelos métodos da democracia representativa da sociedade burguesa, sem que haja qualquer transformação revolucionária, sem que a classe operária, amparada na maioria oprimida, tome o poder político em suas mãos e estabeleça o seu domínio de classe, pelos métodos da luta de classes, isto é, pela revolução proletária.

3.5 O combate ao revisionismo e ao reformismo¹⁴¹

Por ocasião dos debates no Congresso de Gotha de 1875, no qual que se discutiu uma base programática para a união entre a Associação Operária Alemã (lassalliana) e o Partido Operário Socialdemocrata Alemão, Marx, apesar de não se colocar como barreira ao processo, criticou radicalmente o projeto de programa e os desvios teóricos, políticos e programáticos realizados pela jovem direção do Partido Operário Alemão para facilitar o objetivo da fusão de organizações. Sua análise se encontra na obra *Crítica ao Programa de Gotha* (1975).¹⁴² Pois bem, essa batalha de Marx e Engels em defesa da estratégia e da tática revolucionárias se torna ainda mais atual quando no seio da socialdemocracia alemã, depois da morte dos fundadores do marxismo, formou-se uma corrente política conhecida por revisionista.

Sob a orientação teórica, política e programática de Marx e, especialmente, de Engels (antes da sua morte), o Partido Socialdemocrata Alemão havia se tornado um partido de influência de massas e, mais

¹⁴¹ LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006; *Marxismo e Revisionismo*. In: *Obras Completas*, Vol. 1. Lisboa: Avante! Moscou: Progresso, 1989; *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005; LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2008; LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos*. São Paulo: UNESP, 2011.

¹⁴² MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boi tempo, 2012.

adiante, uma potência eleitoral. Passando por um breve período de ilegalidade, em razão das “leis de exceção” de Otto von Bismarck, voltou à legalidade com a queda do chanceler alemão, em 1890, conseguindo rapidamente aumentar a sua influência no movimento sindical (sindicatos) e nas massas de trabalhadores assalariados. O Partido Operário Alemão tinha também os mais autorizados chefes do movimento socialista internacional e da Segunda Internacional, além de uma bancada expressiva de parlamentares.

Do ponto de vista do desenvolvimento da sociedade capitalista, o final do século XIX e começo do século XX são marcados por um significativo avanço das forças produtivas industriais e da técnica e da ciência, que são utilizados pelo Estado, os governos e capitalistas para incrementar a acumulação de capital e os lucros, por meio da exploração da força de trabalho assalariada. O movimento operário arranca da burguesia e dos governos reivindicações como a redução da jornada de trabalho, limites ao trabalho de crianças e da exploração das mulheres, aumentos salariais, além do direito de associação e de greve. Eis o campo fértil para o aparecimento e reforço da tendência revisionista e reformista no interior do Partido Socialdemocrata Alemão e, por sua importância no movimento operário e socialista, no âmbito da Segunda Internacional.

De fato, uma grande parte dos pensadores e militantes do partido no seio do movimento sindical e do parlamento havia adotado uma postura reformista e sindicalista, no sentido de se limitar à defesa de reformas sociais e das reivindicações mais elementares de amplos setores das massas trabalhadoras, sem ligá-las indissoluvelmente, como devem fazer todos os marxistas revolucionários (se o objetivo estratégico, evidentemente, é a destruição da exploração capitalista do trabalho assalariado e a constituição do socialismo), conduzindo a um processo de negação no campo da teoria das contribuições de Marx e Engels à teoria do capitalismo e da luta de classes, além de questionamentos da própria base teórica fundamental do socialismo científico: a dialética materialista e a concepção materialista da história.

Para isso, os teóricos do revisionismo e do reformismo tinham de recorrer, evidentemente, a outros sistemas teóricos, como o positivismo e o neokantismo. Para alguns desses teóricos, o socialismo havia se constituído em mera retórica, a prática era inteiramente reformista e sindicalista.

O principal representante do revisionismo no final do século XIX e começo do XX, no seio do Partido Socialdemocrata Alemão e da Segunda Internacional foi, como dissemos, Eduard Bernstein e sua obra *O Socialismo Evolucionário*. Para ele, ao contrário do que defenderam Marx e Engels no *Manifesto Comunista* e em *O Capital* sobre o pro-

cesso de pauperização das massas trabalhadoras, o que ocorria na verdade era que o capitalismo se encontrava ainda mais firme e forte, em pleno desenvolvimento, e, com o progresso da economia burguesa, observava-se também, supunha, a melhoria das condições de trabalho e de vida de amplas camadas médias e de trabalhadores.

O fato de a classe operária, particularmente na Alemanha, ter conquistado direitos sociais era, para ele, um forte indício de que os fundadores do marxismo estavam incorretos nos seus prognósticos e que, por fim, precisavam ser repensados e revistos para adaptar a teoria à realidade da época. Para tanto, Bernstein é levado a se conflitar com a dialética e a concepção materialista da história, combatendo o socialismo científico em nome do kantismo. Bernstein se amparou no kantismo e em dados puramente conjunturais para tentar demonstrar a falta de validade da teoria marxista.

Certamente, o revisionismo reformista de Bernstein não estava isolado. Coadunava-se com ideias e práticas reformistas e revisionistas do final do século XIX e começo do XX. Podemos citar alguns exemplos: o reformismo de cátedra (com seu apelo à ética) de Gustavo Schmoller, Albert Schäffle e Heinrich Herkner; o socialismo de estado (com seu apelo ao poder público burguês para realizar as reformas sociais, econômicas e políticas), com é o caso de Carl Rodbertus e Adolph Wagner; a chamada escola jurídico-social de Rudolf Stammler e Karl Diehl; o denominado liberalismo social de Lujo Brentano e o socialismo nacional de Friedrich Nauman. Além deles, poderíamos citar também o reformismo de Jean Jaurès e o fabianismo de Beatrice Webb e Sidney Webb. Pode-se também citar a polêmica, muitas vezes áspera, de Georges Sorel e Benedetto Croce contra a teoria de Marx e Engels na França e Itália.

A tentativa do revisionismo e reformismo de deformar os fatos e o socialismo científico não ficou sem resposta. Rosa Luxemburgo e Lênin, além de outros pensadores e revolucionários, foram os pontos teórico-políticos firmes para a defesa do marxismo revolucionário, em uma época em que o crescimento da economia capitalista e a obtenção de algumas reformas reforçavam entre os socialdemocratas a consciência de que o marxismo estava ultrapassado.

Como Bernstein do final do século XIX, Kautsky, que havia sido o maior teórico da Segunda Internacional, também seguiria o caminho do reformismo, pois após a degeneração da Segunda Internacional, com a adesão de grande parte de seus dirigentes ao intento de guerra das burguesias nacionais das potências capitalistas, em 1914, e a eclosão da Revolução Russa de 1917, passou para o lado da classe dominante, sendo um dos mais ardorosos opositores do Partido Bolchevique e do governo revolucionário soviético da época de Lênin.

Em *Que fazer?* Lênin afirma que, para os revisionistas do tipo de Bernstein e consortes, a socialdemocracia¹⁴³ deveria

se transformar, de partido da revolução social, em partido democrático de reformas sociais. Bernstein respaldou essa reivindicação política com toda uma bateria de ‘novos’ argumentos e considerações harmoniosamente orquestrados. Negaram a possibilidade de fundamentar cientificamente o socialismo e de demonstrar, segundo a concepção materialista da história, sua necessidade e inevitabilidade; negaram a crescente miséria, a proletarianização e o acirramento das contradições capitalistas; declararam inconsistente o próprio conceito de ‘objetivo final’ e rejeitaram completamente a ideia de ditadura do proletariado; negaram a oposição de princípios entre o liberalismo e o socialismo; negaram a *teoria da luta de classes*, dando-a como não aplicável a uma sociedade de fato democrática, governada conforme a vontade da maioria etc.¹⁴⁴

Lênin combateu o revisionismo em várias obras e mais diretamente no texto *Marxismo e Revisionismo*¹⁴⁵, mostrando também o seu caráter de classe, bem como as consequências no plano da tática e da estratégia revolucionária do proletariado. Mostrou como a corrente revisionista se expressava no seio do movimento revolucionário na Rússia e internacionalmente. Suas críticas estão espalhadas por várias outras obras, desde *Que fazer?*, *O Estado e a Revolução*, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, além dos textos sobre a crise e degeneração da Segunda Internacional.

Rosa Luxemburgo, em *Reforma ou Revolução?*¹⁴⁶ e *A crise da Socialdemocracia* se colocou abertamente em defesa do marxismo revolucionário contra as deformações do revisionismo de Bernstein. Para a Rosa Luxemburgo,

A teoria de Bernstein foi a *primeira*, mas, ao mesmo tempo, também a *última* tentativa de dar uma base teórica ao oportunismo. Dizemos a última porque no sistema bernsteineano ele foi tão longe do ponto de vista tanto negativo – na abnegação do socialismo científico – quanto positivo – na junção de toda a confusão teórica disponível –, que nada mais lhe restou a fazer. Com o livro de Bernstein, o oportunismo completou seu desenvolvimento na teoria (como pela tomada de

¹⁴³ Mais uma vez: assim eram chamados os revolucionários marxistas antes da degeneração da Socialdemocracia internacional.

¹⁴⁴ LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 108.

¹⁴⁵ LÊNIN, V.I. *Marxismo e Revisionismo*. In: Obras Completas, V.1. Lisboa: Avante! Moscou: Progresso, 1989.

¹⁴⁶ Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2008; LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos*. São Paulo: UNESP, 2011.

posição de Schippel na questão do militarismo na prática), tirou suas últimas consequências.

E o pensamento de Marx não está apenas em condições de refutá-lo teoricamente, mas somente ele é que está na situação de, também, *poder explicar* o oportunismo como fenômeno histórico na trajetória do partido. O avanço histórico-mundial do proletariado até a sua vitória, de fato, “não é uma coisa tão simples”. Toda a particularidade desse movimento consiste em que, aqui, pela primeira vez na história, as massas populares impõem sua vontade *contra* todas as classes dominantes, porém, precisam situar essa vontade para além da sociedade atual. Essa *vontade*, por sua vez, só pode ser formada pelas massas na luta contínua com e nos quadros da ordem vigente. A unificação da grande massa popular com o objetivo que vá além da ordem vigente, da luta cotidiana com a grande reforma mundial, é o grande problema do movimento Socialdemocrata, que precisa trabalhar consequentemente abrindo caminho entre dois obstáculos em toda a marcha do desenvolvimento: entre a recaída na seita e o retorno ao movimento de reforma burguês, entre o anarquismo e o oportunismo. (...)

Bernstein deixa seu livro ressoar como um conselho para o partido, que ele queira arriscar parecer o que é: um partido de reforma democrático-burguês. O partido, isto é, seu órgão supremo, a convenção partidária, a nosso ver, teria de fugir desse conselho, fazendo que Bernstein, por sua vez, também apareça formalmente como aquilo que é: um progressista pequeno-burguês e democrata.¹⁴⁷

A revolucionária polaca mostrou as raízes da nova corrente no interior do movimento socialista internacional e o seu caráter de classe. Bernstein expressava as pressões da pequena burguesia no interior do partido operário e da Segunda Internacional. Rosa Luxemburgo defendeu, sobretudo, que a luta por reformas é parte do combate revolucionário pela superação do capitalismo e construção do socialismo. Sintetizou a teoria revolucionária da seguinte forma:

Pode então a Socialdemocracia ser contra as reformas? Pode opor-se à revolução social, a transformação da ordem existente, que constitui a sua finalidade, às reformas sociais? Certamente que não. A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a Socialdemocracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado. Existe para a Socialdemocracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim.¹⁴⁸

¹⁴⁷ LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos*. São Paulo: UNESP, 2011, pp. 85-88.

¹⁴⁸ LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999, p. 17.

Essa abordagem dialética da relação entre revolução e reforma, no plano da luta de classes revolucionária do proletariado e não da ação reformista de determinados setores da socialdemocracia internacional à época, que dividia o programa em mínimo, de reivindicações elementares (econômicas, políticas e democráticas) e máximo, de luta pelo socialismo e destruição do capitalismo, entrou definitivamente para o programa da revolução proletária, superando, portanto, a antiga dicotomia entre os programas máximo e mínimo.

3.6 A revolução na fase imperialista¹⁴⁹

A experiência da revolução de 1848 e da Comuna de Paris de 1871, analisadas por Marx e Engels em vários textos, mais especificamente em *As lutas de classes na França, Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* e *A Guerra Civil na França*, sobre a traição da burguesia, suas alianças com a reação, seu combate ao levante proletário, influenciou profundamente o debate sobre a tática e a estratégia revolucionária do proletariado no século XX, particularmente a partir dos acontecimentos revolucionários da Rússia em 1905 e 1917.

As transformações econômicas, sociais e políticas das últimas décadas do século XIX, quando o capitalismo passou de sua fase liberal-concorrencial à do capitalismo de monopólios, de decomposição imperialista, reapareceram nos debates travados pelos marxistas revolucionários russos antes do processo revolucionário de 1905, durante e logo após esses acontecimentos, estendendo-se até a Revolução Russa de 1917 e suas consequências no plano internacional.

O problema fundamental estava em dimensionar a tática e a estratégia adequadas ao processo revolucionário nos países capitalistas atrasados, coloniais e semicoloniais, como a Rússia czarista, e a mecânica entre as forças sociais em luta. A posição de Lênin, expressa no texto *Duas táticas da Socialdemocracia na presente revolução*, era

¹⁴⁹ TROTSKY, Leon. Três concepções da revolução. In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977; O que é a revolução permanente. In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977; A revolução russa (Conferência da Dinamarca). In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977; *Revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968; *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2001; *A revolução traída*. São Paulo: Centauro, 2007; *A revolução desfigurada*. São Paulo: Sundermann, 2007; *A revolução permanente*. Lisboa: Antídoto, 1977; *Da Noruega ao México: os crimes de Stalin*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968; *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011; O programa de transição. In: *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Sunderman, 2008;

a de que a burguesia, pela sua fraqueza e relações sociais com o capital internacional e a nobreza latifundiária, não era capaz de dirigir o processo revolucionário na Rússia e levar a cabo as transformações necessárias à Revolução democrático-burguesa. Lênin não tinha qualquer dúvida quanto ao caráter da revolução na Rússia czarista atrasada: era uma revolução democrático-burguesa. Entretanto, sem a burguesia como classe dirigente.

Lênin defendia, portanto, o protagonismo do proletariado revolucionário em aliança com o campesinato pobre e que essa aliança de classes só poderia constituir, como resultado da revolução vitoriosa, uma *ditadura democrática do proletariado e do campesinato*, a partir da qual se realizariam as tarefas próprias da revolução democrático-burguesa, quais sejam: o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a industrialização do país, a resolução da questão agrária e o afloramento da democracia, no seio da qual os proletários se preparariam política, ideológica e organizativamente para o socialismo, ou seja, para a implementação das tarefas socialistas. Portanto, Lênin supunha que a Rússia ainda viveria um longo processo de desenvolvimento capitalista sob uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato, antes de ingressar no socialismo.

A revolução de 1905 na Rússia trouxe elementos importantes para um balanço político sobre o processo revolucionário nos países capitalistas atrasados, o papel da burguesia e de seu partido, a intervenção do campesinato e a participação decisiva do proletariado, com a formação de órgãos de poder revolucionário, como os *soviets*.

Apoiando-se nas experiências revolucionárias de 1848 e da Comuna de Paris de 1871 e tendo em vista o processo da revolução russa de 1905, Trotsky elaborou imediatamente antes, durante e depois das jornadas uma concepção sobre o processo revolucionário que ficaria conhecida como *Teoria da Revolução Permanente*. Trotsky a desenvolveu em várias obras, entre elas, *1905, Balanço e Perspectivas*, *As lições de Outubro*, *Novo Curso*, *História da Revolução Russa*, *A Revolução desfigurada* e *A Revolução Traída*, além dos artigos sobre o debate do processo revolucionário na China (1925-27) e Espanha (1931 – 34 – 36 – 1937).

Trotsky sintetizou as concepções do processo revolucionário presentes no debate político e teórico na Rússia da seguinte forma:

Os pontos essenciais da teoria da revolução permanente foram por mim formulados antes dos acontecimentos decisivos de 1905. A Rússia caminhava para uma revolução burguesa. Entre os Socialdemocratas russos da época (trazíamos todos, então, o nome de

Socialdemocratas), ninguém duvidava que marchássemos precisamente para uma revolução *burguesa*, isto é, para uma revolução provocada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista e as anacrônicas relações de classe e condições legadas pela época da servidão da Idade Média. Lutando, nessa época, contra os narodniki (populistas) e os anarquistas, consagrei numerosos artigos e discursos à interpretação marxista do caráter burguês da revolução iminente.

O caráter burguês da revolução não permitia, porém, prever quais classes deveriam realizar as tarefas da revolução democrática e que forma tomariam, então, as relações entre as classes. Era esse, no entanto, o ponto de partida de todos os problemas estratégicos fundamentais.

Plekhanov, Axelrod, Zasulich, Martov, e com eles todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente em uma revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural ao poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a Socialdemocracia deveria sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defende, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Em outras palavras, os mencheviques entendiam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional.

Lênin formulava o problema de modo inteiramente diverso. A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo para ele a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária. Tudo isso estava indissolivelmente ligado à abolição da monarquia. Lênin colocava o problema agrário, que tocava nos interesses vitais da enorme maioria da população, e que constituía, ao mesmo tempo, a base do problema do mercado capitalista, com uma audácia verdadeiramente revolucionária. Uma vez que a burguesia liberal, que se opunha aos operários, estava ligada à grande propriedade fundiária por numerosos laços, a libertação verdadeiramente democrática da classe camponesa só poderia realizar-se pela cooperação revolucionária entre operários e camponeses. Em caso de vitória, essa revolta comum contra o antigo regime deveria acarretar, segundo Lênin, a instauração da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”.

Essa fórmula é hoje repetida na Internacional Comunista como um dogma geral, sem que se procure fazer a análise da experiência histórica viva do último quarto de século. Como se não tivéssemos sido atores e testemunhas da revolução de 1905, da revolução de fevereiro de 1917 e, finalmente, da Revolução de Outubro! Mas uma tal análise histórica é ainda mais necessária, porquanto o regime da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” nunca existiu na realidade. Em 1905 Lênin falava apenas de uma hipótese estratégica que deveria ainda ser verificada pelo curso real da luta de classes. A fórmula

“ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” tinha em grande medida um caráter conscientemente algébrico. Lênin não resolvia, de antemão, a questão das relações políticas entre as duas partes da eventual ditadura democrática: o proletariado e os camponeses. Não excluía a possibilidade de os camponeses serem representados na revolução por um partido especial, independente não só da burguesia, mas também do proletariado, e capaz de fazer a revolução democrática se unindo ao partido do proletariado na luta contra a burguesia liberal. Como veremos em seguida, Lênin admitia até que o partido revolucionário camponês formasse a maioria no governo da ditadura democrática. Desde o outono de 1902 pelo menos, isto é, desde a época da minha primeira fuga ao estrangeiro, me considerei discípulo de Lênin no que dizia respeito ao papel decisivo da transformação agrária no destino da revolução burguesa. Ao contrário do que rezam as lendas absurdas dos últimos anos, estava então perfeitamente convencido de que a revolução agrária e, por conseguinte, a revolução democrática, só poderiam realizar-se no curso de uma luta contra a burguesia liberal, pelos esforços conjugados dos operários e dos camponeses. Opunha-me, porém, à fórmula da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”, por achar que tinha o defeito de deixar sem resposta a pergunta: a qual dessas classes pertencerá de fato a ditadura? Procurava demonstrar que, a despeito de sua enorme importância social e revolucionária, os camponeses não são capazes de formar um partido verdadeiramente independente e, muito menos, de concentrar o poder revolucionário nas mãos desse partido. Em todas as revoluções passadas, desde a reforma alemã do século XVI e antes ainda, os camponeses rebelados deram sempre seu apoio a uma das frações da burguesia das cidades, permitindo-lhe, muitas vezes, alcançar a vitória. Portanto, eu também considerava que em nossa revolução burguesa tardia os camponeses, no momento supremo da luta, poderiam prestar um auxílio análogo ao proletariado e ajudá-lo a tomar o poder. Cheguei, assim, à conclusão de que a nossa revolução burguesa só podia realizar de fato as suas tarefas no caso de o proletariado, apoiado por milhões de camponeses, concentrar em suas mãos a ditadura revolucionária.

Qual seria o conteúdo social dessa ditadura? Antes de tudo, sua missão consistiria em levar até o fim a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado.

Em outras palavras, a ditadura do proletariado tonar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou seja, seguir o rumo das medidas socialistas.

“Mas realmente acreditais que a Rússia já esteja madura para uma revolução socialista?”, objetaram muitas vezes gente similar a Stalin, Rykov e outros, como Molotov nos anos 1905-1917. Sempre respondi: não, não creio. Contudo, a economia mundial, e a economia europeia em particular, estão perfeitamente maduras para essa revolução. A ditadura

do proletariado na Rússia nos conduzirá ou não ao socialismo? Em que ritmos e por quais etapas? Tudo isso dependerá do comportamento futuro do capitalismo europeu e mundial.¹⁵⁰

Para esclarecer melhor as diferentes perspectivas quanto ao processo revolucionário na Rússia, podemos destacar na obra *A revolução permanente*, de 1929, uma passagem em que Trotsky desenvolve ainda mais profundamente as teorias da revolução presentes na História da Revolução Russa:

A atitude dos mencheviques face à revolução, despojada das incrustações episódicas e dos desvios individuais pode ser resumida assim: a vitória da revolução burguesa russa é unicamente concebível sob a direção da burguesia liberal e deve pôr o poder nas mãos desta. O regime democrático permitirá ao proletariado russo alcançar os seus irmãos mais velhos do Ocidente no caminho da luta para o socialismo com possibilidades de sucesso incomparavelmente maiores do que anteriormente. A perspectiva de Lênin pode ser resumidamente exposta como se segue: a burguesia retardatária russa é incapaz de terminar a sua própria revolução. A vitória completa da revolução através da 'ditadura democrática do proletariado e do campesinato' expurgará o país dos restos medievais, imprimirá ao desenvolvimento do capitalismo russo o ritmo do capitalismo americano, reforçará o proletariado das cidades e dos campos e abrirá grandes possibilidades à luta para o socialismo. Por outro lado, a vitória da Revolução russa dará um impulso poderoso à revolução socialista no Ocidente, e esta última não protegerá somente a Rússia dos perigos de uma restauração, mas permitirá igualmente ao proletariado russo conseguir a tomada do poder num prazo histórico relativamente curto. A perspectiva da revolução permanente pode ser resumida do seguinte modo: a vitória completa da revolução democrática na Rússia é inconcebível de outro modo que sob a forma de uma ditadura do proletariado apoiado pelo campesinato. A ditadura do proletariado porá inevitavelmente na ordem do dia não só as tarefas democráticas mas também as tarefas socialistas dando ao mesmo tempo um vigoroso impulso à revolução socialista internacional. Só a vitória do proletariado no Ocidente preservará a Rússia de uma restauração burguesa e assegurar-lhe-á a possibilidade de conduzir a bom termo a edificação socialista.¹⁵¹

Trotsky parte da mesma perspectiva de Lênin, afirmando que a burguesia russa, por suas debilidades, sua relação com o capital interna-

¹⁵⁰ TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. In: *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Sundermann, 2011, pp. 155-58.

¹⁵¹ TROTSKY, Leon. *Três concepções da revolução*. In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977, pp. 99-100.

cional e o czarismo não poderia jogar um papel dirigente no processo revolucionário em curso na Rússia. Não poderia cumprir as tarefas próprias da revolução democrático-burguesa. Trotsky também não tem dúvidas quanto ao caráter da revolução russa pelas suas tarefas imediatas: havia tarefas democrático-burguesas a serem cumpridas.

Entretanto, Trotsky afirma o caráter dirigente e decisivo do proletariado revolucionário, à testa da revolução, da qual só poderia resultar uma ditadura do proletariado, apoiada na maioria camponesa. A razão da possibilidade da classe operária, mesmo minoritária, poder chegar ao poder político do Estado por um processo revolucionário, antes do proletariado dos países capitalistas adiantados, está na estrutura desigual e combinada da formação econômica, social e política dos países capitalistas atrasados (coloniais e semicoloniais).

O que significa, pois, a Lei do desenvolvimento desigual e combinado? Conforme o marxista George Novack,

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. Tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é uma fusão de duas leis intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico.

Os aspectos fundamentais da lei podem ser brevemente exemplificados da seguinte maneira: o fato mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Esta é a essência da lei do desenvolvimento desigual. Essas variações entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional, no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior.

Essas formações combinadas têm um caráter altamente contraditório e exibem acentuadas peculiaridades. Elas podem desviar-se muito das regras e efetuar tal oscilação de modo a produzir um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram atrasados a superar, durante certo tempo, os mais avançados. Esta é a essência da lei do desenvolvimento combinado. É óbvio que estas duas leis, estes dois aspectos de uma só lei, não atuam ao mesmo nível. A desigualdade do desenvolvimento precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos. A segunda lei cresce sobre a primeira e

depende desta. E, por sua vez, esta atua, sobre aquela, afetando-a no seu posterior desenvolvimento.¹⁵²

Como observa Novack, em seus escritos sobre a história da Revolução de Outubro de 1917, Trotsky fez uma análise extraordinária

do significado de tais desigualdades para explicar o curso de uma história nacional, no primeiro capítulo de sua “História da revolução Russa”, sobre “as peculiaridades do desenvolvimento russo”. A Rússia czarista continha forças sociais que pertenciam a três diferentes etapas do desenvolvimento histórico. No alto estavam os elementos feudais: uma monstruosa autocracia asiática, um clero estatal, uma burocracia servil, uma nobreza territorial privilegiada. Mais abaixo, havia uma raça e impopular burguesia e uma intelectualidade covarde. Estes fenômenos opostos estavam organicamente inter-relacionados. Constituíam distintos aspectos de um processo social unificado. As condições históricas que fortaleceram e preservaram o predomínio das forças feudais – a lentidão do desenvolvimento russo, a sua economia atrasada, o primitivismo de suas formas sociais e seu baixo nível de cultura – haviam freado o crescimento das forças sociais e acentuado sua debilidade social e política.

Este foi um aspecto da situação. Por outro lado, o extremo atraso da história russa havia deixado sem resolver os problemas agrários e nacionais, provocando descontentamento, fome de terra no campesinato e anseio de liberdade nas nacionalidades oprimidas. Enquanto isso, aparecia a indústria capitalista, dando origem a empresas altamente concentradas, sob a dominação do capital financeiro estrangeiro, e a um proletariado não menos concentrado, armado com as últimas ideias, organizações e métodos de luta.

Esta violenta desigualdade na estrutura social da Rússia czarista forneceu a base para os acontecimentos revolucionários que explodiram, quando da queda da decadente estrutura medieval em 1917, e culminaram em poucos meses levando ao poder o proletariado e o partido bolchevique. Somente analisando e compreendendo isto é possível captar o porquê a revolução russa se deu desta maneira.¹⁵³

O capitalismo atrasado conjuga as mais desenvolvidas formas de produção a técnicas avançadas, presentes nas potências econômicas capitalistas, com as formas mais atrasadas do pré-capitalismo. No caso da Rússia, em particular, havia uma indústria capitalista e um proletariado altamente concentrados. O proletariado russo também era muito mais avançado em termos políticos e organizativos do que o proletariado de

¹⁵² NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Rabisco, 1988, pp. 9-10.

¹⁵³ Idem, pp. 27-28.

outros países, embora não tenha passado pela escola da democracia burguesa.

Apesar do caráter democrático-burguês da revolução russa pelas tarefas imediatas, o proletariado, uma vez tomando o poder e constituindo a sua ditadura revolucionária, apoiado na maioria camponesa, não tinha motivos para se limitar às tarefas democráticas. Passaria ininterruptamente às tarefas socialistas. A própria realização das tarefas democráticas, a vitória plena da revolução democrática depende de incursões cada vez maiores sobre o direito de propriedade privada, depende da expropriação de classe da burguesia e do capital internacional, que resistirão desde o primeiro momento ao governo revolucionário.

A Revolução Russa de 1917 trouxe novas luzes ao marxismo. De fato, a revolução acabou por triunfar em um país agrário, semifeudal, de maioria camponesa, com um proletariado minoritário, que, até pouco tempo, vivia sob domínio da nobreza e do regime autocrático czarista. A Revolução Russa de 1917 mostrou que, o que era apenas uma hipótese em 1905, transformou-se em fato, em realidade concreta.

O caráter desigual e combinado da formação histórica russa, que conformava um sistema de relações caracterizado pela convivência dialética das mais avançadas formas de produção social e da técnica (típicas do capitalismo avançado) com as formas mais atrasadas do pré-capitalismo abriu caminho à tomada do poder pelo proletariado revolucionário, dirigido por uma organização experimentada: o Partido Bolchevique (depois, Partido Comunista russo).

O desenvolvimento da fase imperialista do capitalismo e o controle do capital financeiro e das multinacionais sobre os ramos mais importantes das economias dos países capitalistas atrasados (coloniais e semicoloniais) impõem ao proletariado revolucionário, apoiado na maioria nacional oprimida (campesinato, classe média arruinada) a necessidade de romper com a dominação imperialista para levar a cabo as tarefas da revolução democrático-burguesas não realizadas pelas burguesias nacionais.

O proletariado, uma vez no poder do Estado, apoiado na maioria nacional oprimida, cuja expressão política concreta é o governo operário e camponês, tem de combinar, no âmbito do processo revolucionário, a realização das tarefas democrático-burguesas pendentes (questão agrária, soberania nacional, independência frente ao imperialismo, unidade nacional, desenvolvimento das forças produtivas industriais, superação dos desequilíbrios regionais, resolução do analfabetismo, entre outras), com tarefas propriamente socialistas (expropriação da burguesia, planificação da economia e controle operário da produção) em um processo ininterrupto, sem fases estanques, em um só processo de revolu-

ção permanente.

Significa dizer que a velha concepção mecânica de revolução, típica do século XIX, defendida pelos Mencheviques na Rússia no começo do século XX até 1917, resgatada depois pelo estalinismo para aplicá-la aos países coloniais e semicoloniais, após a morte de Lênin, estava completamente ultrapassada pelo desenvolvimento histórico e pela nova fase do capitalismo imperialista. A concepção etapista do processo revolucionário separava no tempo, por longos períodos históricos diferenciados e estanques, em duas fases, a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista.

A primeira seria dirigida pela burguesia nacional, por meio de seus partidos, e se limitaria às tarefas tipicamente burguesas, tal como ocorreu na Revolução Inglesa do século XVII e Francesa, do século XVIII. A segunda, para um futuro distante, seria dirigida pelo proletariado, por meio de suas organizações, à frente dos setores explorados (campesinato, classe média arruinada).

Na época imperialista não só é impossível à burguesia lançar-se contra o imperialismo e levar a revolução democrática até o seu termo, isto é, vitoriosa, pois isto significaria romper com a grande propriedade monopolista do capital financeiro e das multinacionais, confrontar-se com os grandes proprietários de terra e o latifúndio, (pois tem relações com a propriedade latifundiária), como as próprias nações oprimidas superar o atraso, a fome e a miséria sem um vigoroso processo revolucionário, que rompa as cadeias de dominação imperialista. Esta tarefa não pode mais ser realizada pela burguesia nacional, como pensavam mencheviques e, posteriormente, os estalinistas. Passou para as mãos do proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida.

E quanto à hipótese de uma revolução dirigida pela pequena-burguesia ser levada até a vitória e à plena realização das tarefas democrático-burguesas pendentes e se constituir como resultado um governo operário e camponês? Trotsky advertiu, em *O Programa de Transição*:

É possível a criação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior nos mostra, como já vimos, que isto é pelo menos pouco provável. Entretanto, é impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, colapso financeiro, ofensiva revolucionário das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, inclusive os stalinistas, possam ir mais longe do que queiram, no caminho da ruptura com a burguesia. Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia, em algum lugar, e um 'governo operário e camponês' no sentido acima indicado se estabelecesse de fato, ele representa-

ria somente um curto episódio em direção à ditadura do proletariado.¹⁵⁴

Portanto, na época de decomposição do capitalismo e da sociedade burguesa, as tarefas típicas da etapa da revolução democrático-burguesa passaram às mãos do proletariado revolucionário. Esta é a única classe que, amparada na maioria oprimida (campesinato, classe média arruinada), é capaz de impor uma derrota às forças imperialistas e à burguesia nacional e abrir um processo de transformações revolucionárias que articule, sem interrupções, as tarefas democrático-burguesas às tarefas socialistas, medidas que representam evidentemente uma incursão sobre o direito de propriedade privada, sem a qual não é possível responder aos desafios colocados pela Revolução Proletária nos países capitalistas atrasados (coloniais e semicoloniais).

Trotsky, em sua exposição da teoria da revolução permanente, à luz da experiência da Revolução Russa de 1917 e dos processos revolucionários posteriores, sintetizou os aspectos fundamentais da teoria da revolução permanente em oposição ao esquema mecânico elaborado pelo “marxismo vulgar”, do qual os mencheviques (e, posteriormente, o estalinismo), eram os representantes mais empedernidos na Rússia:

Segundo esquema da evolução histórica elaborado pelo “marxismo” vulgar, cada sociedade chega, cedo ou tarde, a um regime democrático. Então, o proletariado se organiza e realiza sua educação socialista nesse ambiente favorável. Entretanto, no que concerne à passagem ao socialismo, nem todos a concebiam de modo idêntico: os reformistas confessos a encaravam sob o aspecto de reformas que dariam à democracia um conteúdo socialista (Jaurès); os revolucionários formais reconheciam o caráter inelutável da violência revolucionária no momento da passagem ao socialismo (Guesde).

¹⁵⁴ Cf. TROTSKY, Leon. O programa de transição. In. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Sunderman, 2008, p. 52. Foi o que ocorreu, por exemplo, na Iugoslávia, China, Cuba e Vietnam, por força de condições excepcionais, descritas por Trotsky mais acima, além do fortalecimento conjuntural do estalinismo, em razão da vitória do Exército Vermelho, apesar dos erros cometidos por Stalin, contra as tropas do fascismo. No caso da Revolução Cubana em 1959 e seus desdobramentos na primeira parte dos anos 1960. Embora a organização dirigida por Fidel Castro, o Movimento 26 de julho, tivesse um caráter nacionalista pequeno-burguês e não colocasse em seu programa a expropriação da burguesia e dos grandes monopólios estrangeiros, por força das contradições próprias do processo revolucionário na época imperialista, da impotência da burguesia nacional e das pressões do imperialismo, teve de intervir cada vez mais profundamente no direito de propriedade privada, a fim de cumprir plenamente as tarefas democráticas e sua transformação em tarefas socialistas.

Mas tanto uns como outros consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da outra na evolução social. Tal ideia predominava, de igual modo, entre os marxistas russos, que em 1905 pertenciam quase todos à ala esquerda da II Internacional. Plekhanov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a ideia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Esse ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques, em particular pelos atuais condutores do partido. Eles eram então democratas revolucionários convictos, mas os problemas da revolução socialista lhes pareciam, tanto em 1905, como em vésperas de 1917, o prelúdio obscuro de um futuro ainda longínquo.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, declarou guerra a essa ordem de ideias e a essa disposição de espírito. *Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas impostas aos países burgueses atrasados conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passava por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passava pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por um vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário, que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.*

Em seu segundo aspecto, a teoria da revolução permanente caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele sem cessar. Cada fase de transformação decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, um caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alternam com os períodos de reformas “pacíficas”. As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista, que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das for-

ças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais, senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente, ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Desse ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo na cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e reflexos provisórios, representa um processo permanente.¹⁵⁵

De fato, o processo da Revolução Russa de 1917 demonstrou cabalmente a incapacidade de um governo burguês (no caso, os sucessivos governos constituídos após a queda do czarismo a partir de fevereiro de 1917), de realizar, na época de decomposição do capitalismo (Imperialismo), em sua plenitude as tarefas democrático-burguesas, quais sejam: a questão agrária, o fim do analfabetismo, o desenvolvimento harmônico das forças produtivas industriais, o problema das nacionalidades oprimidas, e, no caso específico da Rússia, a sua retirada da Primeira Guerra Mundial imperialista.

Essas tarefas, como advogava Trotsky, desde os eventos revolucionários de 1905, passaram para as mãos do proletariado revolucionário, amparado na maioria nacional oprimida (campesinato, classes médias arruinadas). No caso de Lênin, antes de abril de 1917, tratava-se de uma verdadeira “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”.

Ao tomar o poder em Outubro de 1917, o proletariado, apoiado no campesinato pobre e setores arruinados, constituiu o governo operário e camponês como expressão da ditadura de classe do proletariado. O governo revolucionário, dirigido fundamentalmente pelo Partido Bolchevique (depois, PCUS), não só iniciou imediatamente o cumprimento das tarefas democrático-burguesa (entrega das terras ao campesinato pobre, autodeterminação das nações oprimidas pelo czarismo, retirada da Rússia da guerra, mediante um acordo com a Alemanha), como as transformou em tarefas socialistas (expropriação da burguesia, planejamento da economia, monopólio do comércio exterior).

De 1917 até 1923, com todas as dificuldades criadas pelo atraso econômico, social e cultural da Rússia, os resquícios da era do czarismo,

¹⁵⁵ TROTSKY, Leon. A revolução permanente. In: *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Sundermann, 2011, pp. 161-163.

o analfabetismo histórico, a guerra civil interna promovida pela burguesia russa e internacional (o país estava cercado por exércitos das principais potências imperialistas), a destruição das forças produtivas pela guerra, destruição de uma parte do proletariado e do campesinato em luta contra as forças hostis, enfim, dos revezes ocorridos depois da tomada do poder pela classe operária revolucionária, tanto no Partido Bolchevique como no seio da Terceira Internacional havia debate intenso, aplicava-se o centralismo democrático no sentido mais profundo do termo: amplo debate, uma ação unificada externamente.

Mesmo em razão dos revezes da guerra civil e dos perigos contra a existência do Estado operário russo, quando os bolcheviques tomaram a iniciativa de restringir a existência de frações no partido, deu-se por razões excepcionais e transitórias, de modo de que, para Lênin e Trotsky, tão logo fossem superadas as causas dessa decisão, restituir-se-ia a plena liberdade de tendência e fração no partido.

Como se verá no ponto seguinte, o estalinismo resgatou a concepção etapista dos mencheviques sob a forma da teoria da “revolução por etapas”, aplicando-a aos países capitalistas atrasados, dividindo o processo revolucionário em duas fases radicalmente distantes e separadas por todo um longo período histórico: a primeira etapa, da revolução democrática burguesa, dirigida pela burguesia nacional “progressista”, apoiada pelo proletariado e demais explorados; a segunda, de caráter socialista, depois de um longo período de desenvolvimento capitalista e democracia burguesa.

O marxismo foi golpeado tanto no seu internacionalismo proletário, com o advento da teoria do “socialismo em um só país” (socialismo nacional), quanto na independência de classe do proletariado, com a teoria da “revolução por etapas” e pelas “frentes populares”, com a subordinação dos Partidos Comunistas (PC), de todos os países, à burguesia nacional.

3.7 O estalinismo e a crise de direção política¹⁵⁶

Se vivenciamos uma crise estrutural do capitalismo, por que não conseguimos superá-lo e abrir uma nova página na história da humani-

¹⁵⁶ Referente ao estalinismo e a crise de direção revolucionária, além das obras de Lênin e Trotsky citadas no corpo do texto, ver: DEUTSCHER, Isaac. *A revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; *A Rússia depois de Stalin*. São Paulo: Agir, 1956; *Ironias da História: ensaio sobre o comunismo contemporâneo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968; *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; *Stalin: uma biografia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006; *Trotsky*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

dade? A resposta não é simples, tem a ver com a história das lutas sociais no século XX e das que se abrem no século XXI. Se a Revolução de 25 de Outubro 1917¹⁵⁷ mostrou a possibilidade da vitória do proletariado, amparado na maioria nacional oprimida, nos países atrasados, também deixou patente que a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, que abriu caminho à Revolução Proletária na Rússia, obstaculizava o ingresso do país no socialismo sem a projeção no plano internacional e mundial da revolução proletária, sem que o proletariado fosse vitorioso nos países capitalistas adiantados, pelo menos em alguns deles.

Lênin e Trotsky, cujas diferenças foram resolvidas pela própria experiência do processo revolucionário, tanto no aspecto organizativo, quanto estratégico¹⁵⁸, sabiam que o destino da Revolução Russa de 1917 dependia do desenrolar do processo revolucionário internacional na Europa, particularmente na Alemanha. Eram profundamente internacionalistas. O princípio do Internacionalismo Proletário marxista era para eles parte da essência da revolução socialista mundial e da luta anticapitalista.

O confinamento do processo revolucionário em um só país (ou o isolamento político e econômico da revolução em um só país) abriria a possibilidade da degeneração burocrática e a restauração das relações de produção capitalistas internamente, pois a Rússia, cercada nas fronteiras nacionais, não poderia suportar a pressão da economia mundial e das potências imperialistas indefinidamente. Para Lênin e Trotsky, como para Marx e Engels, os Estados nacionais e a economia nacional são parte do sistema internacional de estados e da Economia Mundial.

Trotsky resumiu essa posição da seguinte forma:

O agrupamento fundamental das forças em escala nacional e internacional abre pela primeira vez para o proletariado de um país tão atrasado como a Rússia a possibilidade de chegar à conquista do poder. Mas esse mesmo agrupamento de forças permite assegurar de antemão que sem a vitória mais ou menos rápida do proletariado dos países adiantados o Estado operário não podia manter-se na Rússia. O regime soviético, abandonado às suas próprias forças, cairá ou degenerará. Mais exatamente: primeiro degenerará e logo cairá rapidamente. Eu tive oportunidade de escrever sobre isso, mais de uma vez, desde 1905. Em minha *História da Revolução Russa* (apêndice ao último tomo, “*Socialismo em um só país*”) há uma resenha do que disseram a

¹⁵⁷ 7 de Novembro no calendário ocidental.

¹⁵⁸ Trotsky reconheceu a justeza das formas político-organizativas elaboradas por Lênin na luta contra o menchevismo e o economicismo, como Lênin, em suas famosas *Teses de Abril*, atualizou as concepções estratégicas e táticas dos bolcheviques, defendendo a impotência do governo burguês e a constituição do poder proletário, amparado nos soviets.

esse respeito os chefes do bolchevismo desde 1917 até 1923. Tudo se reduz a uma só coisa: sem revolução no Ocidente o bolchevismo será liquidado pela contrarrevolução; pela intervenção estrangeira ou por sua combinação.¹⁵⁹

Submetida à Guerra Civil, sob fogo cruzado do exército branco da burguesia russa e de inúmeros exércitos de países capitalistas, inclusive das grandes potências, a Rússia teve de enfrentar uma fase, conhecida como *Comunismo de Guerra*, em que a economia do país estava voltada basicamente para o esforço de defesa das fronteiras nacionais e do poder soviético contra os ataques internos e externos. Era, portanto, um período de extrema penúria não só para a classe operária, envolvida na defesa do Estado proletário, mas também do campesinato pobre. Nem mesmo o chamado Partido dos Socialistas Revolucionários (SR), os Mencheviques e os anarquistas pouparam o novo governo.¹⁶⁰

Terminada a fase da guerra civil em 1921, foi preciso reorganizar a economia interna. A anterior requisição de produtos e matéria-prima dos camponeses pelo Estado foi substituída por um imposto em espécie. Ao mesmo tempo, para tirar o país da crise econômica foi instituída a Nova Política Econômica (NEP) que restabelecia dentro de certos limites a liberdade de comércio e dava aos camponeses a possibilidade de negociar os excedentes econômicos de sua produção, depois de descontado o imposto estatal.

Sabia-se que era necessário aprofundar a industrialização do país o mais rápido possível e os processos de coletivização no campo, não de forma forçada, como seria realizado posteriormente pelo estalinismo no final da década de 1920 e início de 1930, que levou a União Soviética a uma crise agrícola, além das incontáveis mortes de camponeses.

O desenvolvimento das contradições internas e o isolamento do país, com a derrota da revolução na Alemanha em 1918 e 1923 (além de outras derrotas, como na Hungria, China e da greve geral na Inglaterra) criaram as condições favoráveis para o fortalecimento da burocracia no seio do Estado e do Partido Comunista russo, que se estendeu à Terceira Internacional e aos partidos comunistas no mundo inteiro. Aquela burocracia, decorrente da estruturação de qualquer Estado, agigantou-

¹⁵⁹ TROTSKY, Leon. *Bolchevismo e Stalinismo*. Brasília-DF: Centelha Cultural, 2010, p. 21.

¹⁶⁰ Lembramos o atentado cometido contra Lênin, os levantes de camponeses na Ucrânia dirigidos pelo anarquista Nestor Makno e a rebelião de Kronstadt, que colocaram em risco a existência do Estado operário soviético, arrasado pela guerra civil e pelos ataques imperialistas.

se e passou a defender privilégios e interesses materiais que, embora em um primeiro momento fosse obrigada, para se manter, a conservar as formas de propriedades sociais resultantes da Revolução de Outubro, logo em seguida passou a se constituir em verdadeiro estorvo ao desenvolvimento das forças produtivas socialistas e à expansão da revolução socialista internacional.

Stalin era apenas a personificação dessa burocracia. Os últimos escritos de Lênin, inclusive os ditados às suas secretárias, demonstram não só a preocupação do líder revolucionário, profundamente debilitado pela doença, com o avanço da burocracia no Partido Comunista da Rússia e no Estado proletário, como também uma batalha sem cerimônias contra o autoritarismo, a prepotência e os equívocos cometidos por Stalin e consortes, quando à frente de tarefas partidárias e de governo.

O burocratismo se desenvolvia no seio do Estado mediante o crescimento do aparato, com problemas graves de ineficiência e alto custo. No Partido, era fomentado pelo ingresso de carreiristas e oportunistas e pela troca de favores entre dirigentes. As causas mais importantes eram a herança do czarismo, o baixo nível cultural das massas e o isolamento internacional da Rússia, com a derrota dos processos revolucionários. Além disso, a Rússia encontrava-se arrasada pelos anos de Guerra Civil.

Lênin se chocou com Stalin em várias ocasiões como na questão das nacionalidades oprimidas e a política comunista, como ocorreu no caso da Geórgia. Enquanto Lênin procurava tratar com o máximo cuidado o problema das nacionalidades, de modo a convencer os comunistas da Geórgia e Azerbaijão a ingressarem voluntariamente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Stalin era adepto de uma linha dura e autoritária de resolução do problema.

A agressão a um membro do Comitê Central do Partido Comunista da Geórgia, em uma das reuniões de discussão da União, por Sergo Ordzhonikidze, enviado para negociar com os comunistas da Geórgia, irritou profundamente Lênin. Responsáveis pela investigação, Stalin e Dzerzhinsky, não só procuraram relevar a agressão como agiram no sentido de condenar os comunistas georgianos, acusando-os de nacionalistas. Lênin condenou imediatamente a agressão e se preparou para uma luta aberta contra Stalin e Dzerzhinsky e alertou para o avanço do chauvinismo grão-russo no seio do partido.¹⁶¹

Lênin também se colocou radicalmente contrário à decisão do Pleno do Comitê Central do Partido Comunista Russo que, em 6 de outubro de 1922, na ausência de Lênin e Trotsky, decidiu pela flexibi-

¹⁶¹ Cf. LÊNIN, V.I. *Últimos escritos e o Diário das secretárias*. São Paulo: Sundermann, 2012.

lização do monopólio do comércio exterior, um dos pilares do Estado Operário soviético, nascido da Revolução de Outubro de 1917. Somente depois de muita luta contra as posições de Stalin e Bukharin, defensores da flexibilização, Lênin e Trotsky conseguiram reverter a decisão, de modo que em 18 de dezembro de 1922, a resolução anterior foi anulada e restabelecido o monopólio do comércio exterior em toda a plenitude, necessário ao êxito da planificação e à defesa da economia do Estado soviético frente a ameaça interna e externa, particularmente do capital financeiro internacional.

Ocorreu o mesmo no que se refere à ação de Stalin junto à Inspeção Operário e Camponesa, que fora criada por iniciativa de Lênin, em 1920, com o objetivo de fazer retroceder o avanço da burocracia no Estado e no partido. Stalin, que era na prática o chefe da Inspeção, deu ao órgão um destino radicalmente contrário: fortaleceu o processo de burocratização, com a nomeação de carreiristas e oportunistas para funções no seio do Estado e do partido, com base em afinidades pessoais e troca de favores, criando laços de dependência e favorecimentos políticos.

Lênin propôs uma série de medidas no sentido de combater o avanço da burocracia, que colocava em risco o próprio Estado proletário e a Revolução Socialista. Chegou ao ponto de encaminhar uma *Carta ao Congresso*, também conhecida como *Testamento Político*, com um adendo de 4 de janeiro de 1923, em que propõe o seguinte:

Stalin é grosseiro demais, e este defeito, plenamente tolerável em nosso meio e entre nós, os comunistas, se torna intolerável no cargo de Secretário Geral. Por isso proponho aos camaradas que pensem a forma de passar Stalin a outro posto e nomear a este cargo outro homem, que se diferencie do camarada Stalin em todos os demais aspectos apenas por uma vantagem, a saber: que seja mais tolerante, mais leal, mais delicado e mais atencioso com os camaradas, menos caprichoso etc. Esta circunstância pode parecer uma tolice minúscula. Porém eu creio que, desde o ponto de vista de prevenir a ruptura e desde o ponto de vista do que escrevi anteriormente sobre as relações entre Stalin e Trotsky, não é uma tolice, ou se trata de uma tolice que pode adquirir importância decisiva.¹⁶²

Na luta contra a fração de Stalin, travada conjuntamente por Lênin e Trotsky, restou patente o perigo do avanço da burocracia no seio do Estado operário e do partido e a necessidade de um combate sem tréguas, porque isto significava a defesa do socialismo internacional e o futuro da Revolução Russa. A burocracia contrarrevolucionária da Rússia afirma-

¹⁶² Idem, pp. 87-88.

va aos quatro cantos do mundo que o estalinismo era a continuação do marxismo e do bolchevismo. A luta de Trotsky contra a burocracia tem início em 1923, com a constituição da Oposição de Esquerda Russa:

Foi com a clara compreensão desse perigo que nasceu a Oposição de Esquerda, definitivamente formada em 1923. Registrando diariamente os sintomas de degeneração, esforçou-se para opor ao termidor ameaçador a vontade consciente da vanguarda proletária. Mas esse fator subjetivo resultou insuficiente. As ‘grandes massas’ que, segundo Lênin, decidem os desenlaces da luta estavam cansadas em função das privações próprias do país e por uma espera demasiado prolongada da revolução mundial. Seu estado de ânimo decaiu. A burocracia se impôs. Dominou a vanguarda proletária, pisoteou o marxismo, prostituiu o partido bolchevique. O estalinismo tornou-se vitorioso. Sob a forma de Oposição de Esquerda, o bolchevismo rompeu com a burocracia soviética e com seu Comintern. Tal é a verdadeira marcha do processo.¹⁶³

No ano de 1923, Trotsky publicou uma série de artigos, que foram reunidos posteriormente com o título *O Novo Curso*, mostrando com clareza a partir do método da dialética materialista as bases do avanço da burocracia no Estado soviético e no Partido Bolchevique. Mostra que

O burocratismo não é uma característica momentânea de algumas organizações provinciais senão um fenômeno geral. Não vai do distrito à organização central por meio da organização regional, mas da organização central ao distrito por meio da organização regional. Não é de modo algum um “resquício” do período de guerra, senão que surge devido à transferência para o interior do Partido dos métodos e procedimentos administrativos acumulados durante estes últimos anos. Por mais exagerados que fossem algumas vezes as formas que adotou, o burocratismo do período de guerra era insignificante em comparação com o atual burocratismo que se desenvolveu em tempos de paz, enquanto o aparato, apesar da maturidade ideológica do Partido, continuava obstinadamente pensando e decidindo por ele.¹⁶⁴

A fonte do burocratismo, observa Trotsky, residia “na crescente concentração da atenção e das forças do Partido nas instituições e aparatos governamentais e na lentidão do desenvolvimento da indústria”. Por isso, alerta o revolucionário russo,

¹⁶³ TROTSKY, Leon. *Bolchevismo e Stalinismo*. Brasília-DF: Centelha Cultural, 2010, p. 23.

¹⁶⁴ TROTSKY, Leon. *O Novo Curso*. São Paulo: Edições Massas, 2014, p. 15.

Esta situação deve nos fazer compreender os perigos da degeneração burocrática dos quadros do Partido. Seríamos fetichistas se considerássemos estes quadros (só pelo fato de terem se formado na melhor escola revolucionária do mundo) à margem de todo perigo de empobrecimento ideológico e de degeneração oportunista. A história é feita pelos homens, mas os homens nem sempre fazem conscientemente a história, incluindo a sua própria. Em síntese, o problema será resolvido por dois grandes fatores de importância internacional: o curso da revolução na Europa e a rapidez do nosso desenvolvimento econômico. Mas, seria um erro atribuir de modo fatalista toda a responsabilidade a estes fatores objetivos, do mesmo modo que o seria procurar garantias unicamente em um radicalismo subjetivo herdado do passado. Na mesma situação revolucionária e nas mesmas condições internacionais, o Partido resistirá em maior ou menor medida às tendências desagregadoras segundo esteja mais ou menos consciente dos perigos e os combata com maior ou menor vigor.¹⁶⁵

Nos anos seguintes, Trotsky e a Oposição de Esquerda travaram uma luta descomunal contra a degeneração burocrática estalinista do Estado operário, do PCUS e da Terceira Internacional. Expulso do Partido Comunista e da URSS no final da década de 1920, a luta de Trotsky e da Oposição de Esquerda se projetaram internacionalmente com a Oposição de Esquerda Internacional, a formação da Liga Comunista Internacionalista e a sua conclusão, a fundação da Quarta Internacional.

As obras de Trotsky sobre a revolução russa (*História da Revolução Russa, As lições de Outubro, O novo curso, a Revolução Desfigurada, A Revolução Traída, A Revolução Permanente, Bolchevismo e Estalinismo, Stalin: o grande organizador de derrotas/A III Internacional depois de Lênin*), seus escritos sobre a Revolução Espanhola, as análises sobre o processo revolucionário na França (*Aonde vai a França?*), da revolução e do fascismo na Alemanha (*Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*), além das discussões no seio da Quarta Internacional (*O programa de transição, Em defesa do marxismo*), sobre o caráter do Estado e da burocracia soviética e da nossa época são valiosas como contribuições fundamentais ao avanço da teoria, política e programas revolucionários.

Especialmente na obra *Stalin: o grande organizador de derrotas*, Trotsky realiza uma crítica do projeto de programa aprovado no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, defendendo o marxismo e o programa do proletariado contra as deformações da teoria do “socialismo em um só país” e da “revolução por etapas”. Expõe as raízes do avanço do burocratismo, das viragens da direção do PCUS

¹⁶⁵ Idem, p. 21.

e da Terceira Internacional e das derrotas do proletariado em vários países. De acordo com Trotsky,

A causa *fundamental* da crise da revolução de Outubro é o atraso na revolução mundial, que tem como causa uma série de derrotas terríveis do proletariado. Até 1923, houve derrotas do movimento e das insurreições do pós-guerra, primeiro pela ausência de partidos comunistas, e depois pela sua juventude e debilidade. A partir de 1923 a situação mudou radicalmente. Já não temos simples derrotas do proletariado, e sim derrotas da política da Internacional Comunista. Os tropeços provocados por essa política na Alemanha, Inglaterra, China e outros de menor dimensão que aconteceram em uma série de outros países são de uma natureza tal que não podem ser encontrados na história do Partido Bolchevique; para encontrá-los devemos examinar a história do menchevismo entre 1905-1917 ou nas décadas anteriores.

O atraso na construção da Comintern é o resultado imediato da sua política errônea durante os últimos cinco anos. Não há como afirmar que a “estabilização” é responsável por isso, salvo se concebemos sua natureza de uma maneira puramente formal e sobretudo caso se pretenda fugir das responsabilidades. A estabilização não caiu do céu; não é fruto de uma mudança automática das condições de vida na economia capitalista mundial. É o resultado de uma mudança desfavorável na correlação de forças entre as classes. O proletariado se viu impotente após a capitulação da direção na Alemanha em 1923; foi enganado e traído na Inglaterra por uma direção com a qual a Comintern continuou a manter um bloco em 1926; na China a política do Comitê Executivo da Comintern levou o proletariado à armadilha do Guomindang em 1925-1927. Essas são as causas imediatas e indiscutíveis das derrotas e, o que não é menos importante, são as razões para o *caráter desmoralizante* dessas falhas. Tentar provar que as derrotas eram inevitáveis, mesmo se a política tivesse sido correta é cair em um fatalismo e renunciar à concepção bolchevique do papel e da importância da direção revolucionária.

As derrotas do proletariado, devido a uma política falsa, proporcionaram uma trégua à burguesia, do ponto de vista político. A burguesia a utilizou para consolidar suas posições econômicas. Essas são as causas que pontuaram o início do período de estabilização que começou no dia da capitulação do Partido Comunista alemão em outubro de 1923. Por sua vez, a consolidação das posições econômicas obtidas pela burguesia atua como um fator de *estabilização* da situação política. Mas a causa fundamental do ascenso do capitalismo durante o período de estabilização dos últimos cinco anos está no fato de que a direção da Internacional não esteve à altura dos fatos sob nenhum ponto de vista. Não faltaram situações revolucionárias. Mas as direções foram completamente incapazes de tirar vantagens delas. A derrota não tem um caráter pessoal ou acidental; é uma consequência inevitável da orientação centrista, que pode camuflar sua inconsistência durante um período, mas que inevitavelmente tem consequências catastróficas durante as mudanças bruscas de um período revolucionário.

A evolução interna da URSS e do seu partido dirigente reflete completamente as variações na situação internacional, refutando assim a nova teoria reacionária do desenvolvimento isolado e do socialismo em um só país.¹⁶⁶

Em outros documentos, Trotsky procurou, em primeiro lugar, diferenciar claramente o marxismo revolucionário (do qual o bolchevismo é a expressão mais avançada) da degeneração burocrática estalinista: “O marxismo encontrou sua expressão histórica mais elevada no bolchevismo. Sob a bandeira bolchevique o proletariado obteve sua primeira vitória e instaurou o primeiro Estado operário”.¹⁶⁷ Ao analisar as afirmativas de certos setores, inclusive da própria burocracia, de que o estalinismo seria a continuidade do marxismo-leninismo, Trotsky observava: “A conclusão à qual chegamos é a seguinte: evidentemente o estalinismo ‘surgiu’ do bolchevismo; mas não surgiu de uma maneira lógica, senão dialética; não como sua afirmação, mas como sua negação termidoriana. Que não é a mesma coisa”.¹⁶⁸

Em se tratando do Partido Bolchevique, Trotsky argumenta que, na sua origem, formação e desenvolvimento, esta organização zelava para que suas fronteiras se mantivessem claramente delimitadas em relação às demais organizações. Mas também entendia que

todos os que penetrassem no interior destas fronteiras deviam usufruir realmente o direito de determinar a orientação da sua política. A livre crítica e a luta de ideias formavam o conteúdo intangível da democracia do Partido. A doutrina stalinista, que proclama a incompatibilidade do bolchevismo com a existência de facções, encontra-se em desacordo com os fatos. É um mito da decadência. A história do bolchevismo é, na realidade, a da luta de facções. E como poderia uma organização autenticamente revolucionária, que apresenta como fim revolver o mundo e reúne sob os seus estandartes, inconformistas, revoltados e combatentes cheios de temeridade, viver e crescer sem conflitos ideológicos, sem agrupamentos, sem formações temporárias?¹⁶⁹

O avanço do burocratismo no seio do Estado e das organizações soviéticas, que serviam de base para a constituição do poder político estatal, enraizou-se também no Partido Bolchevique, de modo que, com a vitória do estalinismo sobre a Oposição de Esquerda Russa e Interna-

¹⁶⁶ TROTSKY, Leon. *Stalin: o grande organizador de derrotas (A III Internacional depois de Lênin)*. São Paulo: Sundermann, 2010, pp. 37-38.

¹⁶⁷ TROTSKY, Leon. *Bolchevismo e Stalinismo*. Brasília: Centelha Cultural, 2010, p. 17.

¹⁶⁸ Idem, p. 20.

¹⁶⁹ TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo: Centauro, 2007, p. 125.

cional e sua expansão no campo dos partidos comunistas de outros países e da própria Internacional Comunista, não restava mais qualquer resquício de vida efetivamente democrática, isto é, regida pelo princípio leninista do centralismo democrático. Como observa Trotsky:

Da democracia do Partido, nada mais resta do que recordações em memória da velha geração. Com ela, a democracia dos soviets, dos sindicatos, das cooperativas, das organizações desportivas e culturais, volatilizou-se. A hierarquia dos secretários domina tudo e todos. (...) A GPU tornou-se o fator decisivo da vida interna do Partido. Se Molotov pôde, em março de 1936, felicitar-se perante um jornalista francês pelo fato de o Partido governante já não conhecer lutas de facção, isto é devido unicamente ao fato de as divergências de opinião serem doravante reguladas pela intervenção mecânica da polícia política. O velho Partido Bolchevique está morto, nenhuma força o poderá ressuscitar.¹⁷⁰

A política da burocracia, interna e externamente, no seio da III Internacional e dos partidos comunistas estalinizados, levou, ao longo de décadas, à derrotas de processos revolucionários em vários países, antes e após a Segunda Guerra Mundial, entre os quais a China (na década de 1920), Alemanha, França, Itália e Espanha, antes e depois da Segunda Guerra Mundial. No caso da China, Jean-Jacques Marie observa:

A ascensão da Revolução Chinesa e a política da Direção do Partido Bolchevista (apoio total ao Partido Burguês, o Kuomintang, e a seu líder, Chiang Kai-Chek, hostilidade a toda ação autônoma dos comunistas chineses mantidos no seio do Kuomintang contra seu pedido, etc.) ressoldam uma Oposição, desmoralizada por seu isolamento. Doravante, a ligação entre a política pró-kulak de Stalin na Rússia e sua política de subordinação do movimento operário à burguesia nacional, por meio do Kuomintang, lhe surgia clara.

Em março de 1927, Chiang Kai-Chek chega diante de Changai. Os operários se sublevam. Chiang exige que eles deponham as armas. De Moscou, a Internacional Comunista lhes ordena: “Enterrai as armas!” e proíbe os regimentos pró-comunistas do Exército de Chiang de se unirem aos insurretos. No dia 6 de abril, Stalin declara, perante uma assembleia de 3.000 militantes, em Moscou: “Chiang Kai-Chek submetese à disciplina”, a da Executiva da Internacional, da qual ele era membro honorário. Uma semana mais tarde, Chiang entra em Changai e lá massacra, aos milhares, os operários desarmados, cujos cadáveres enchem as ruas e as caldeiras de locomotivas. A 21 de abril, Stalin declara: “Os acontecimentos provocaram inteiramente a exatidão da linha seguida” e

¹⁷⁰ Idem, p. 129.

convida os comunistas chineses a sustentar o governo Kuomintang de esquerda de Hansen, que logo vai liquidá-los.¹⁷¹

As viradas políticas, como as do terceiro período que, marcado pela política sectária e pelo ultra esquerdismo facilitaram a subida de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, pela negativa dos estalinistas, orientados pela direção da Terceira Internacional, de não fazer frente com os socialistas, resultaram na contrarrevolução e na destruição das organizações operárias, com repercussões durante todo um período histórico. Para a direção estalinista da Terceira Internacional, a Alemanha atravessava um período revolucionário e as massas se radicalizavam:

O Partido Comunista concentra todos os seus fogos sobre o inimigo principal, o agente do Fascismo nas fileiras da classe operária: a Socialdemocracia, ou antes o “social-fascismo”! Ao mesmo tempo, o PCA pede, com ardor, aos operários socialistas para com ele fazer a Frente Única à base, ou seja, sem seus dirigentes e contra eles, em suma, para fazer passar à vida o famoso *slogan* do antigo secretário do PCF, A Treint: “Depenar a galinha!”.

Trotsky, considerando que a *chave da situação internacional está na Alemanha*, conforme o título de uma de suas brochuras, consagra uma parte importante do ano de 1930-33 para definir uma estratégia de luta contra a ascensão do Fascismo.

Afirma:

Se os dirigentes da Socialdemocracia e uma camada muito diminuta de aristocracia operária irão preferir, por último, a vitória do Fascismo à vitória revolucionária do proletariado, a proximidade de uma tal escolha cria, para a Direção Socialdemocrata, dificuldades excepcionais em suas próprias fileiras.

Daí a necessidade para o Partido Comunista de propor e de estimular a Frente Única Operária contra o Fascismo, traduzida pela fórmula: “Andar separados, bater junto”.¹⁷²

Para se ter uma ideia clara dos equívocos da política da direção burocratizada da Terceira Internacional estalinizada, “em agosto de 1931, os comunistas participam, ao lado dos nazistas e do Capacete de Ferro, do Referendo (batizado de plebiscito vermelho) organizado na Prússia contra os socialdemocratas no poder”.¹⁷³ Trotsky adverte: “O advento do Fascismo na Alemanha acarretaria, sublinha, o extermínio da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações”. Estava colo-

¹⁷¹ MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskysmo*. São Paulo; Khronos, 1990, p. 42.

¹⁷² Idem, p. 50.

¹⁷³ Idem, p. 52.

cada imediatamente a necessidade da unidade de comunistas, socialistas e o conjunto do proletariado para combater o avanço dos comandos nazistas, que atavam sem cessar as organizações operárias.

Entretanto, o Partido Comunista Alemão e a direção da Terceira Internacional continuam irredutíveis. Trotsky chama mais uma vez a atenção: “Se as organizações mais importantes da classe operária alemã prosseguem a sua política atual, creio que a vitória do Fascismo estará assegurada quase de forma automática e isto em um lapso de tempo relativamente curto”.¹⁷⁴

Não havia mais tempo. O avanço da crise econômica e social, com o aumento do desemprego, inflação, fome e miséria jogava cada vez mais uma parte expressiva da população à influência do Fascismo. O fato é que no dia 30 de janeiro de 1933, Hitler se torna chanceler do Reich. Na tarde do mesmo dia, as S.A. (Seção de Ataques paramilitar alemã)

Invadem os bairros operários de Berlim... Os nazistas chegam ao poder sem resistência séria dos Partidos Comunista e Socialista, que eles vão varrer como castelo de areia, em algumas semanas.

Hitler não espera que o adversário ‘marxista’ corra o risco de se entender, ainda que a dissolução do Parlamento provoque eleições no dia 5 de março. No dia 12 de fevereiro, o presidente do grupo parlamentar Socialdemocrata, Breitscheid, sugere um pacto de não agressão entre comunistas e socialistas; no dia 27, explode o incêndio provocador do Reichstag (Parlamento do Império Alemão), pretexto para a detenção de 4.000 militantes comunistas à noite; apesar da onda de terror que inunda o país, as eleições de 5 de março dão aos nazistas apenas 43,9% dos votos; os socialistas mantêm-se, os comunistas recuam. No dia seguinte, o PC é dissolvido. No dia 14 de março, a Direção da Internacional, tendo deduzido que era preciso entender-se com os socialistas, o PCA promete “abster-se de todo ataque contra a Socialdemocracia durante o período da luta comum com a Socialdemocracia”, caso esta última aceitasse a unidade de ação. É a Frente Única do silêncio e da cumplicidade, mas é demasiado tarde; o Aparelho Socialdemocrata racha em três: os aprisionados, os reconciliados, mais ou menos discretos, com a ordem nova e os emigrados. No mesmo dia, Trotsky faz o balanço:

O proletariado mais poderoso da Europa por seu lugar na produção, por seu peso social, pela força em suas organizações, não manifestou nenhuma resistência quando da chegada de Hitler ao poder e de seus primeiros ataques violentos contra as organizações operárias (...). O papel criminoso da Socialdemocracia não necessita de nenhum comentário. A Internacional Comunista foi criada 14 anos antes precisamente para afastar o proletariado da influência desmoralizadora da

¹⁷⁴ Idem, p. 52-53.

Socialdemocracia. Desde a ascensão do Fascismo, a iniciativa pertencia ao PCA, que apenas soube tirar proveito para designar os socialistas como o inimigo principal.¹⁷⁵

Após a profunda derrota na Alemanha, uma nova virada foi dada pelo estalinismo: o abandono do ultraesquerdismo do chamado “terceiro período” e a aprovação da política das “Frentes Populares”. A partir do sétimo e último congresso da Terceira Internacional, realizado em 1935, antes da sua destruição por decisão de Stalin em 1943, a direção estalinista orientou os partidos comunistas a constituírem frentes populares com a chamada “burguesia nacional progressista”, resultando na submissão do proletariado e das suas organizações à política e aos interesses das burguesias em numerosos países.

Como consequência, os partidos estalinizados passaram a defender a formação de governos de coalizão nacional com as burguesias, sob o argumento de constituir uma frente antifascista. Por trás dessa tática, encontravam-se as teorias do “Socialismo em um só país” e da “Revolução por Etapas”. Constituía, na verdade, a negação teórica, política e programática do Internacionalismo Proletário e da luta de classes, elaborados por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848.

Como avalia Trotsky, em *A revolução Permanente*, o marxismo parte da

economia mundial, considerada não como simples soma de suas unidades, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram há muito tempo as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista *no interior de limites nacionais* significa, a despeito de triunfos temporários, fazer recuar as forças produtivas, mesmo em relação ao capitalismo. Querer criar, no quadro nacional, um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial é uma utopia reacionária. Se, a despeito disso, os criadores e partidários dessa doutrina participam da luta revolucionária internacional (com que sucesso, é outra questão), é porque, na qualidade de ecléticos incorrigíveis, aliam, de modo puramente mecânico, um internacionalismo abstrato a um socialismo nacional utópico e reacionário. O programa da Internacional Co-

¹⁷⁵ Idem, pp. 54-55.

munista, adotado pelo VI Congresso, é a expressão mais perfeita desse ecletismo.¹⁷⁶

Apesar do processo de burocratização da União Soviética, do PCUS e da Terceira Internacional e de o avanço do estalinismo significar, em longo prazo, um perigo à existência das conquistas da Revolução de Outubro de 1917, as formas de propriedades socializadas implantadas na Rússia com a tomada vitoriosa do poder pelo proletariado, abriram novas perspectivas de crescimento da economia soviética com o desenvolvimento das forças produtivas industriais. Trotsky destacou essa vantagem da economia soviética na obra *A Revolução Traída*:

A amplitude da industrialização da URSS, comparada com a estagnação e com o declínio de quase todo o universo capitalista, ressalta dos índices globais que se seguem. A produção industrial da Alemanha só neste momento regressa ao seu nível de 1929, graças à febre dos armamentos. No mesmo lapso de tempo, a produção da Grã-Bretanha só aumentou, com a ajuda do protecionismo, de 3 a 4%. A produção industrial dos Estados Unidos baixou cerca de 25%. A da França mais de 30%. O Japão, no seu frenesi de armamento e pilhagens, coloca-se pelos seus êxitos, na primeira fila dos países capitalistas, pois a sua produção aumentou perto de 40%. Mas até mesmo este índice excepcional empalidece também, perante a dinâmica do desenvolvimento da URSS, cuja produção industrial foi multiplicada, no mesmo lapso de tempo, por 3,5, o que significa um aumento de 250%. Nos dez últimos anos (1925-1935), a indústria pesada soviética mais que decuplicou a sua produção. No primeiro ano do primeiro plano quinquenal, os investimentos de capital elevaram-se a 5,4 bilhões de rublos; em 1936, devem ser da ordem dos 32 bilhões.¹⁷⁷

Em comparação com a economia das principais potências capitalistas dos anos 1930, levando em conta ainda as consequências da crise internacional de 1929, as formas de propriedade socializadas abriram, sem dúvida, um período de enorme desenvolvimento das forças produtivas na URSS. Isso, apesar dos equívocos e viradas da burocracia e do estalinismo antes (como a coletivização forçada da economia agrícola no final dos anos 1920 e começos dos anos 1930, que resultou em uma crise de produção e de abastecimento, além da morte de camponeses) e, depois dos anos 1930, com a política equivocada na Alemanha, frente

¹⁷⁶ TROTSKY, Leon. A revolução permanente. In: *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Sundermann, 2011, pp. 135-36.

¹⁷⁷ TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Centauro, 2007, p. 58.

à ascensão de Hitler, e a aprovação das “Frentes Populares” pela Terceira Internacional, em meadas da mesma década.

Era uma prova cabal de que as formas de propriedade socializadas abriram novas perspectivas ao desenvolvimento das forças produtivas em escala sem precedentes. Como diz Trotsky,

os imensos resultados obtidos pela indústria, o início cheio de promessas de um surto na agricultura, o extraordinário crescimento das velhas cidades industriais, a criação de novas, o rápido aumento do número de operários, a elevação do nível cultural e das necessidades, são os resultados incontestáveis da Revolução de Outubro, na qual os profetas do velho mundo pretenderam ver o túmulo da civilização. Já não há necessidade de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou o seu direito à vitória, não só nas páginas de *O Capital*, mas em uma arena econômica que cobre a sexta parte da superfície do globo; não na linguagem da dialética, mas na do ferro, do cimento e da eletricidade. Mesmo que a URSS sucumbisse sob os golpes do exterior e pelos erros dos seus dirigentes – o que, firmemente esperamos, nos será poupado – continuaria, como prova para o futuro, o fato indestrutível de que só a revolução proletária permitiu a um país atrasado obter em menos de vinte anos resultados sem precedentes na História.¹⁷⁸

Porém, o avanço da burocratização e do estalinismo levava a contradições políticas, sociais, culturais e econômicas graves:

O desenvolvimento econômico e cultural da URSS já passou por várias fases, sem atingir ainda – muito longe disso – o equilíbrio interno. Se considerarmos que o alvo do socialismo é criar uma sociedade sem classes, fundada na solidariedade e na harmoniosa satisfação de todas as necessidades, não encontraremos ainda neste sentido fundamental, o menor socialismo na URSS. É verdade que as contradições da sociedade soviética diferem profundamente, pela sua natureza, das do capitalismo, mas, nem por isso, deixam de ser muito agudas. Expressam-se pela desigualdade material e cultural, pela repressão, pela formação de grupos políticos, pela luta entre facções do Partido. O regime policial ensurdece e deforma a luta política, sem a eliminar. Ideias postas no índice exercem a cada passo a sua influência na política do governo, que elas fecundam ou contrariam. Nestas condições, a análise do desenvolvimento da URSS não pode se separar um só instante das ideias e das palavras de ordem sob as quais se desenrola no país uma luta asfiziada mais apaixonada. Aqui se mistura a História à política viva.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Idem, p. 59.

¹⁷⁹ Idem, p. 52.

Ocorre que o impulso proporcionado pelas relações de produção socializadas às forças produtivas soviéticas não poderia durar muito tempo nos contornos da aplicação do “socialismo em um só país” e de derrotas de processos revolucionários em vários países (nos anos 1930 ocorreriam, ainda, a derrota da Revolução Espanhola, dos processos revolucionários na França, e, mais adiante, o fechamento de um acordo entre Stalin e Hitler, em 1939, que resultou em graves consequências para a Rússia e Europa). A revolução proletária e, com ela, as perspectivas abertas para a economia socializada tinham de se projetar internacionalmente, sob pena de definharem e serem sufocadas pelo isolamento da revolução nas fronteiras da URSS. Trotsky advertiu sobre essa contradição, pois a tentativa

feita pelos epígonos para limitar, sob os golpes da crítica, a aplicação da teoria do socialismo em um só país unicamente à Rússia, em virtude das suas características próprias (o espaço, as riquezas naturais), não melhora nada a situação; agrava-a, pelo contrário. A renúncia a uma atitude internacionalista conduz inevitavelmente ao messianismo nacional, isto é, ao reconhecimento de vantagens e particularidades específicas, que permitem a determinado país desempenhar um papel inacessível aos outros.

A divisão mundial do trabalho, a dependência da indústria soviética em relação à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias-primas asiáticas, etc., tornam impossível a construção de uma sociedade socialista autônoma, isolada não importa em que país.¹⁸⁰

Isso porque em lugar de pôr fim à revolução,

a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classes em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e parlamentarismo.

A revolução socialista não pode ser concluída nos marcos nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de que as forças produtivas por ela engendradas tendem a ultra-

¹⁸⁰ TROTSKY, Leon. O que é a Revolução Permanente? In: *A Revolução Permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977, p. 39.

passar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.

O esquema de desenvolvimento da revolução mundial acima traçado elimina a questão dos países “maduros” ou “não maduros” para o socialismo, segundo a classificação pedante e rígida que estabelece o programa atual da Internacional Comunista. Com a criação do mercado mundial, da divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista.

Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes chegarão eles ao socialismo.

Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de realizar com sucesso a sua revolução democrática. Por outro lado, em um país em que o proletariado chegou ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.¹⁸¹

O crescimento do processo de burocratização no Estado operário soviético, expandindo-se para os Partidos Comunistas (PC) e a Terceira Internacional, e a aplicação de métodos burocráticos de organização da economia socializada se converteriam em sério freio ao desenvolvimento das forças produtivas e ao crescimento do rendimento do trabalho, fazendo com que a economia soviética, nas últimas décadas de sua existência, ficasse cada vez mais distante das economias das potências capitalistas. Como avalia o líder da revolução russa de 1917,

o desenfreado burocratismo deve levar inevitavelmente ao estancamento econômico e cultural, a uma terrível crise social e à deterioração de toda a sociedade. Mas isso implicaria não só a liquidação da ditadura do proletariado, como também o fim da dominação burocrática. O estado operário não seria substituído por relações ‘social burocráticas’, mas sim capitalistas.¹⁸²

¹⁸¹ Idem, pp. 314-315.

¹⁸² TROTSKY, Leon. A natureza de classe da URSS. In: *A Revolução Russa*. São Paulo: Informação, 1989, p. 71.

O estalinismo significou uma deformação do marxismo e uma degeneração do processo revolucionário nos Estados operários, partidos e organizações dominados pela burocracia no poder. Uma verdadeira contrarrevolução burocrática. Significou o extermínio de grande parte da vanguarda comunista organizada no Partido Bolchevique da época de Lênin e Trotsky.

Os chamados Processos de Moscou na década de 1930 na Rússia levaram inúmeros revolucionários a julgamentos por crimes pré-fabricados pela burocracia estalinista. Homens como G. Zinoviev e L. Kamenev, além de uma dezena de militantes e membros do antigo Partido Bolchevique (construído por Lênin) foram condenados e fuzilados em 1936. Em 1937, tombaram homens como I. Piatakov, G. Sokolnikov, L. Serebriakov, K. Radek e muitos outros. Em 1938, foi a vez de N. Bukharin, A. Rykov, N. Kretinsky, C. Racovski, G. Iagoda. A lista dos presos, perseguidos ou condenados pelos Processos de Moscou e os grandes expurgos estalinistas é impressionante. Como diz Pierre Broué,

O estabelecimento de uma lista completa dos militantes e dirigentes bolcheviques, dos quadros da revolução e do Estado soviético nos tempos de Lênin que foram executados durante o grande terror é hoje uma empreitada irrealizável. Porém uma simples enumeração, que se faz necessária, já é terrivelmente significativa. Os mais conhecidos entre os velhos bolcheviques, Zinoviev, Kamenev e Bukharin, desapareceram ou foram executados depois dos respectivos processos. Junto com Stalin e Trotsky, eram os sobreviventes do Birô Político dos tempos de Lênin. Também vimos que entre os condenados dos grandes processos se encontravam alguns dos mais representativos militantes da velha guarda: Badaiev dirigira a Cheka; Rakovski, Ivan Smirnov, Serebryakov e Piatakov foram membros do Comitê Central durante a guerra civil. Com exceção de Stalin e Trotsky, todos os homens citados no testamento de Lênin foram executados por traição. Em relação aos homens que desapareceram na prisão, aos que foram julgados “a portas fechadas” e aos que foram eliminados sem processo, nos limitaremos a enumerar os nomes dos principais bolcheviques citados neste trabalho: os ex-trotskistas Smilga, Preobrazhensky, Beloborodov, Saprnov, V. Kossior, Ivanov, Sosnovsky, Kotziubinsky; os ex-zinovievistas Kaiurov, Safarov, Vardin, Zalutski, Kuklin, Vuyovich; os veteranos da Oposição Operária Shlyapnikov e Medvedev; os antigos “direitistas” Uglanov, Riutin, Slepkov, Schmidt, Maretski, Eichenwald; os membros de grupos de oposição em distintos momentos Riazanov, Miliutin, Lomov, Krilenko, Teodorovich, Sirtsov, Lominadze, Chatskin, Tchaplín; os homens que desde o começo tinham sido ‘companheiros em armas’ de Stalin como S. Kossior, Rudzutak, Postishev, Chubar, Eikhe, Solz, Garnanik, Unschlichit, Mezlauck, Gusev; e os sobreviventes da época pré-bolchevique Steklov e Nevski, este último antigo presidente da Socie-

dade dos Velhos Bolcheviques. Com eles, desapareceram também seus familiares; o segundo filho de Trotsky, Serguei Sedov, apesar de seu apoliticismo; seus dois genros, ambos veteranos da guerra civil, Man Nevelson e Platon Volkov; sua primeira esposa, Alexandra Bronstein; as esposas de Kamenev e Tukhachevski; suas irmãs; a filha de Bukharin; a esposa de Solnzev; a mulher e o filho de Yoffe.¹⁸³

A oposição de esquerda trotskista (que lutava obstinadamente contra a deformação, a burocratização e a destruição das conquistas da revolução) foi perseguida e exterminada no país dos soviets e em outros países. É assim que são mortos o alemão Moulin, o tcheco Erwin Wolf (N. Braum), secretário de Trotsky, o austríaco Kurt Landau, Leon Sedov, filho de Trotsky, o alemão Rudolf Klement, secretário de Trotsky, além do polonês Ignace Reiss, antigo chefe da GPU, que havia rompido com o estalinismo.¹⁸⁴

A perseguição e assassinato do líder da Quarta Internacional, Leon Trotsky, em 1940, no México, a mando de Stalin e consortes, foi a última cartada do estalinismo no sentido de cortar qualquer vínculo das gerações seguintes com a vanguarda da Revolução de Outubro de 1917. Trotsky era, de fato, um elo axial com a tradição revolucionária legada por Lênin.

O estalinismo conheceu certo fortalecimento com a derrota das tropas nazistas pelo Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial e os tratados do governo soviético com as potências imperialistas em torno da divisão das áreas de influência em Yalta e Postdam. Ancorada no combustível moral proporcionado pela vitória do proletariado na Revolução de Outubro de 1917 e suas consequências políticas internacionais, a burocracia estendeu a sua influência sobre vários povos e países. Como relata o historiador Hobsbawm,

Em 1945, as fronteiras da região que se separou do capitalismo mundial ampliaram-se dramaticamente. Na Europa, incluíam agora toda a área a leste de uma linha que ia, grosso modo, do rio Elba na Alemanha até o mar Adriático e toda a península Balcânica, com exceção da Grécia e da pequena parte da Turquia que restava no continente. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia passavam agora para a zona socialista, assim como a parte da Alemanha ocupada pelo Exército Vermelho após a guerra e transformada em uma “República Democrática Alemã” em 1954. A maior parte da área perdida pela Rússia depois da guerra e da revolução pós-1917 e um ou dois territórios antes pertencentes ao Império Habsburgo também foram re-

¹⁸³ BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014, pp. 379-380.

¹⁸⁴ MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo*. São Paulo: Khronos, 1990, pp. 76-77.

cuperados ou adquiridos pela União Soviética entre 1939 e 1945. Enquanto isso, uma vasta e nova extensão da futura região socialista se dava no Extremo Oriente, com a transferência do poder para regimes comunistas na China (1949) e, em parte, na Coreia (1945 e no que fora a Indochina francesa (Vietnã, Laos, Camboja), no curso da guerra de trinta anos (1945-75). Houve mais algumas extensões da região comunista um pouco mais tarde, no hemisfério ocidental – Cuba (1959) e África (na década de 1970) –, mas substancialmente o setor socialista do globo já tomara forma em 1950. Graças aos enormes números do povo chinês, incluía agora um terço da população mundial, embora o tamanho médio dos Estados socialistas, tirando a China, a URSS e o Vietnã (58 milhões), não fosse particularmente grande. Suas populações iam de 1,8 milhões na Mongólia a 36 milhões na Polônia.¹⁸⁵

Entretanto, a rota de crise do estalinismo continuou. Os Partidos Comunistas (PC) aprofundaram a política do “socialismo em um só país”. Os governos dos países em que a burguesia foi expropriada ampliaram o isolamento, com a aplicação do socialismo nacional e as vias nacionais para o socialismo. Os conflitos entre a URSS e China, além da Iugoslávia, estenderam-se até completo distanciamento. A ruptura das burocracias estalinistas não pôde ser contornada. As intervenções da burocracia soviética na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968), com todo o poderio militar para conter o inconformismo e as divergências, só fizeram avançar a crise do estalinismo.

No XX Congresso do PCUS, Nikita Krushev expôs parte dos crimes cometidos na era Stalin. Pierre Broué sintetiza o significado do relatório de Krushev:

O discurso secreto de Krushev ante o XX Congresso determina, portanto, os limites com que os dirigentes estão dispostos a demarcar a desestalinização. Os crimes de Stalin são atribuídos à sua personalidade, à sua mórbida desconfiança e à sua crueldade. No entanto, sua atividade política no período de luta contra a oposição é justificada e inclusive enaltecida. Na realidade, os autênticos crimes não começam senão em 1934, e é por isso que os reabilitados de 1956 são todos leais estalinistas, eliminados durante a repressão posterior ao assassinato de Kirov, como Rudzutak, Eikhe, Chubar, S. Kossior, Postishev e alguns assimilados como Antonov-Ovseenko; depois deles virão os chefes militares – na realidade, todos os que não tinham um verdadeiro programa político oposicionista. Evidentemente, era mais difícil reabilitar a oposição sem revelar o verdadeiro conteúdo de seu programa, a saber: a destruição do monopólio do poder. Assim, expor frente aos russos em

¹⁸⁵ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 364.

1956 os argumentos políticos utilizados por Trotsky contra Stalin implicava um risco considerável para os dirigentes, na medida em que todos os soviéticos sabiam por experiência o que significavam os argumentos de Stalin e qual era sua consequência lógica, além do fato de que a orientação revolucionária dos opositoristas, que tinha suas raízes na revolução de 1917, se dirigiria através dos anos não mais a uma falange gasta e envelhecida de antigos combatentes em um período de reação, mas a uma jovem geração ativa, que tinha alcançado um elevado nível cultural e técnico e que parecia decidida a pensar por si própria.¹⁸⁶

Apesar da parcial denúncia dos crimes de Stalin, o relatório secreto apresentado ao Congresso teve imediatamente um efeito fulminante no interior dos Partidos Comunistas (PC) alinhados ou não à burocracia soviética. As divergências entre as frações estalinistas se ampliaram. Os militantes se aglutinavam em torno dos que ora defendiam a desestalinização e o abandono das formas organizativas fundadas no centralismo burocrático; ora mantinham as formas organizativas anteriores com tonalidades democráticas; ou, simplesmente, encaravam as denúncias de Krushev como um ataque à herança de Stalin e, portanto, negavam os crimes imputados ao estalinismo. Isaac Deutscher, ainda na década de 1960, relata o malogro do processo de “desestalinização”:

Já decorreu mais de uma década desde que, no XX Congresso, Krushev expôs as mafeitorias de Stalin. Esse ato só faria sentido se fosse o prelúdio para um esclarecimento autêntico das questões por ele suscitadas e um franco debate em escala nacional, sobre o legado da era de Stalin. Mas não foi o que aconteceu. Krushev e o grupo dominante mostraram-se ansiosos não por abrir o debate mas por impedi-lo. A sua intenção foi que o prólogo constituísse também o epílogo da desestalinização. Houve circunstâncias que os obrigaram a iniciar o processo; este se tornara uma necessidade imperativa da vida nacional. Como os protagonistas e até os seguidores de todas as oposições anti-stalinistas foram exterminados, só sobraram os homens do círculo de Stalin para inaugurar a desestalinização. Mas a tarefa era-lhes antipática: ia contra a essência de seus hábitos mentais e interesses. Só poderiam levá-la a cabo um tanto a contragosto, sem grande convicção e de um modo perfunctório. Levantaram uma ponta do véu que encobria a era de Stalin, mas não podiam destapá-la completamente.¹⁸⁷

De fato, a aplicação pela burocracia do PCUS e da URSS da política de “convivência pacífica com o imperialismo” e a crise dos Par-

¹⁸⁶ BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014, p. 450.

¹⁸⁷ DEUTSCHER, Isaac. *A Revolução Inacabada: Rússia -1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 97.

tidos Comunistas (PC) em todo o mundo conduziram definitivamente ao abandono e retirada dos programas desses partidos de qualquer menção à revolução socialista. O chamado *Eurocomunismo* significou a confluência dos Partidos Comunistas da Itália, França e Espanha para a defesa da democracia burguesa como via para o socialismo e a integração completa desses partidos no seio do Estado e do parlamento, transformando-se inclusive em alternativa das frações da burguesia em seus países para preservar a sociedade capitalista.

Em outros países, desenvolveu-se a ideia de uma “via pacífica para o socialismo”, que disseminou a ilusão de que, por meio de governos eleitos democraticamente pelos métodos das instituições eleitorais e parlamentares da democracia burguesa, era possível, aprofundando estas instituições, transitar do capitalismo ao socialismo sem passar pela *via crucis* da revolução proletária. Essa política foi posta em prática pelos PC dos países vinculado ao Partido Comunista da URSS.

O Chile foi, talvez, o exemplo mais claro de aplicação dessa política, levada a cabo pelo PC chileno, que constituiria uma aliança ampla com setores socialista e da própria burguesia (setores católicos, liberais, entre outros). O governo de Salvador Allende (eleito em 1970, deposto por um Golpe de Estado em 1973, liderando por Augusto Pinochet) foi expressão da nova política da “via pacífica para o socialismo”. O resultado foi um profundo fracasso e, no caso do PC chileno e de outros países, a sua maior integração à sociedade burguesa.

A economia soviética sofreu com os métodos da burocracia que travavam seu avanço frente aos países imperialistas, apesar das grandes conquistas da Revolução de Outubro, como a socialização dos meios de produção, a nacionalização da terra, a planificação da economia e o monopólio do comércio exterior. Na segunda metade do século XX, a economia soviética já se mostrava debilitada, perdendo de vez as vantagens adquiridas pela planificação da economia e pelos métodos de socialização, tendo consequências graves para a vida dos trabalhadores soviéticos, principalmente a escassez de produtos essenciais.

Nos governos seguintes, de Kruschev a Brejnev, de Andropov a Tchernenko, as contradições econômicas, sociais e políticas na URSS e no chamado “Bloco Soviético” só aumentavam. Registrou-se uma queda na taxa de crescimento econômico de plano quinquenal em plano quinquenal. De 1951 a 1955, a taxa de crescimento da renda nacional na URSS foi de 11,2%; 1956 a 1960, 9,2%; 1961 a 1965, 6,6%; 1966 a 1970, 7,75%; 1971 a 1975, 5,75%; 1976 a 1980, 4,75%; 1981 a 1985, 3,5%.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Cf. MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika: a era Gorbatchov e o despertar do povo soviético*. São Paulo: Busca Vida, 1989, p. 19. Ver também: *Trotsky como*

A restauração capitalista se impôs claramente nas décadas de 1980 e 1990 nos países do Leste Europeu e na União Soviética, levando-os à desagregação econômica e política e ao fim das grandes conquistas. O resultado foi a imposição das relações capitalistas e de todas as suas mazelas, como desemprego, miséria e exploração. A partir de 1985 e, mais claramente, desde 1986, o governo soviético, desta vez nas mãos de Mikhail Gorbatchov, implementou as medidas de liberalização econômica, isto é, de mercado (*Perestroika*) e de abertura política (*Glasnost*), na forma da democracia formal burguesa.

Entre as medidas de restauração capitalista podemos destacar: restabelecimento do trabalho individual privado, autorização de cooperativas autônomas, a aprovação de uma nova lei consagrando a autonomia das empresas, que passou a vigorar a partir de 1988, o planejamento do conjunto da economia deixa de ser obrigatório, tomando caráter apenas indicativo, liberdade das empresas para fixar preços, escolher fornecedores e clientes e decidir sobre a remuneração dos trabalhadores.

Com o aprofundamento da crise econômica, política e social, intensificaram-se os conflitos tanto nos países do Leste Europeu, quanto na URSS. O final dos anos 1980 observou a desagregação do Leste Europeu. Na Polônia, o Solidariedade venceu as eleições de 1989 e, em dezembro de 1990, Lech Walesa era eleito presidente do país. Na Hungria, K. Groz, que substituíra J. Kadar, impulsiona um conjunto de medidas de desestatização da economia. Os estalinistas da República Democrática Alemã tentaram amenizar a crise política substituindo E. Honecker por E. Krenz, mas o estopim da “queda do muro de Berlim”, em 1989, e as eleições de março de 1990, fizeram vitoriosa a Aliança pela Alemanha, que contava com o apoio do primeiro-ministro H. Kohl, da República Federal Alemã, iniciando o processo de unificação da Alemanha sob controle da parte ocidental.

O avanço da instabilidade política na Checoslováquia e a eleição de V. Havel levariam às mudanças no sentido da completa restauração do capitalismo. Na Romênia, a revolta da população e a repressão violenta do governo desembocaram na queda de N. Ceausescu e sua execução sumária. Em fins de 1989, na Bulgária, cairia T. Zhikov. Enfim, um conjunto de transformações no sentido da restauração do capitalis-

alternativa. São Paulo: Xamã, 1995; GORENDER, Jacob. *Perestroika: origens, projetos, impasses*. São Paulo: Atual, 1991; *O fim da URSS: origens e fracasso da Perestroika*. São Paulo: Atual, 1992; KORENEV, Leonid. *Encruzilhadas da Perestroika: as alternativas da economia soviética*. São Paulo: Marco Zero, 1990; COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002; HERNÁNDEZ, Martín. *O veredicto da História*. São Paulo: Sundermann, 2008.

mo se impunha no Leste Europeu. O que se desagregava, de fato, eram os Estados operários burocraticamente degenerados pela ação do estalinismo.

Não obstante, a situação na URSS era ainda pior. Com a eleição de Boris Iéltsin em 1991 para a presidência da república da Rússia, o processo restauracionista do capitalismo avançou. Tendências desagregadoras se fortaleceram em várias das repúblicas que constituíam a ex-URSS. Em fevereiro de 1991, os lituanos aprovaram a independência da república. Nesse sentido, medidas foram tomadas também na Geórgia e Ucrânia. As tentativas de manter a unidade e controlar o ritmo e alcance da restauração capitalista não deram certo.

A tentativa de golpe para conter as tendências desagregadoras não conseguiu se consolidar e se desintegrou rapidamente. Para os golpistas, não se tratava de defender as conquistas da Revolução de Outubro de 1917, mas de evitar uma desintegração caótica do país. No contexto da crise política, diversas repúblicas não russas proclamaram a sua independência, como Estônia (20 de agosto de 1991), Letônia (21 de agosto), Ucrânia (24 de agosto), Bielo Rússia (25 de agosto), Azerbaijão (30 de agosto), Uzbequistão (31 de agosto), Tadjiquistão (9 de setembro), Armênia (21 de setembro) e Turcomenistão (26 de outubro).¹⁸⁹

Mas as tensões no interior da União Soviética só aumentaram, até a sua completa desintegração e a formação da Comunidade de Estados Independentes (CEI) em 1991. Deixaria de existir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), resultado da Revolução de Outubro de 1917. Para as potências capitalistas (Estados Unidos, Europa e Japão) o fim da União Soviética era o início de uma nova era de desenvolvimento econômico na sociedade burguesa e de paz entre as nações. O que se passou nas décadas anteriores à débâcle da URSS e nos anos posteriores foi exatamente o contrário do que a campanha sórdida do imperialismo na imprensa e na academia pregou.

Na verdade, o processo de destruição das conquistas da Revolução de Outubro de 1917 significou um retrocesso enorme em termos de

¹⁸⁹ Esses e outros dados sobre a crise do Leste Europeu podem ser encontrados em: GORENDER, Jacob. *Perestroika: origens, projetos, impasses*. São Paulo: Atual, 1991; *O fim da URSS: origens e fracasso da Perestroika*. São Paulo: Atual, 1992; KORENEV, Leonid. *Encruzilhadas da Perestroika: as alternativas da economia soviética*. São Paulo: Marco Zero, 1990; MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika: a era Gorbatchov e o despertar do povo soviético*. São Paulo: Busca Vida, 1989; *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995; COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002.

condições de vida e trabalho para a população russa e para o conjunto dos trabalhadores (desemprego, aumento de preços, destruição de direitos elementares como saúde, educação, moradia), que, desde o processo de restauração capitalista, sofrem as consequências da exploração da sua mão de obra pela oligarquia burguesa.

O longo domínio do estalinismo nos países onde ocorreram revoluções e nos movimentos sociais, as derrotas decorrentes da prática dos partidos comunistas burocratizados em vários países, o curso tomado pelos governos do chamado “bloco socialista”, a deformação do marxismo pela vulgata estalinista, o processo de adaptação de uma grande parte de partidos estalinistas e da velha militância à democracia, ao Estado e ao parlamento burgueses, o impacto da crise do Leste Europeu, da queda do Muro de Berlim (1989) e da desagregação da URSS (1991) foram decisivos para o estágio atual dos movimentos sociais, em particular o movimento operário, e das organizações políticas de esquerda.

Confirmou-se historicamente o prognóstico elaborado por Trotsky em *A Revolução Traída* e em *O Programa de Transição* sobre o caráter da burocracia soviética e do estalinismo, que, ou seria derrubada por uma revolução política pelo proletariado, que reconduzisse o poder às mãos do próprio proletariado, organizado em soviets, ou à restauração do capitalismo na Rússia, se não fosse superada a crise de direção revolucionária mundial, se não avançasse a revolução socialista internacional e se o proletariado não reagisse internamente. Como Trotsky diz:

A União Soviética (URSS) saiu da revolução de Outubro como um Estado operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária ao desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. Mas ao mesmo tempo o aparelho de Estado soviético sofreu uma completa degeneração, transformando-se de instrumento da classe operária em um instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia nacional. A burocratização de um Estado operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada todo-poderosa é a refutação mais convincente – não somente teórica, agora também prática – da teoria do socialismo em um só país.

Assim, o regime da URSS traz em si contradições terríveis. Mas permanece ainda como um Estado operário degenerado.¹⁹⁰ Tal é o diagnóstico social. O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o

¹⁹⁰ Trotsky escreveu o *Programa de Transição*, que traz essa caracterização do Estado soviético como Estado operário degenerado em 1938.

país de volta ao capitalismo, ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo.¹⁹¹

Em verdade, o que se passava era um processo de restauração das relações capitalistas levado a cabo pela própria burocracia estalinista, no seio da URSS, depois de um longo período de crise econômica e política. As potências capitalistas, apoiando-se em uma das frações da burocracia estalinista, disposta a acelerar o ritmo de restauração do capitalismo, procurou passar a falsa imagem de que o que ocorria na URSS e no Leste Europeu era o “fim do socialismo”, a “derrota do comunismo” e, por consequência, do próprio marxismo.

Evidentemente, tratava-se de uma campanha ideológica e política, por meio da imprensa burguesa e de setores da academia, para desmoralizar a ação revolucionária contra o capitalismo e a luta pelo socialismo. Os fatos posteriores trataram de demonstrar a falsidade da campanha ideológico-política levada a cabo pela burguesia e seus sequazes nos países e internacionalmente. O que realmente estava em crise não era o marxismo e o socialismo, mas o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa.

Não há como se negar hoje que a vitória da burocracia e do estalinismo na União Soviética levou ao processo de restauração das relações de produção capitalistas. As derrotas de inúmeras situações revolucionárias, o processo de restauração do capitalismo nos países em que a burguesia foi expropriada, a política de conciliação de classes levada a cabo pelo estalinismo por meio das “frentes populares” com partidos da burguesia, a longa prática das teorias do “socialismo em um só país” e da “revolução por etapas”, a adaptação mais completa dos partidos comunistas à democracia, ao Estado e à política burguesa, a destruição da Terceira Internacional e o fim da URSS e do Leste Europeu só aprofundaram a crise de direção política revolucionária em todos os países e no plano mundial.

Permanece a contradição apontada por Leon Trotsky, por ocasião da fundação da Quarta Internacional, entre as condições objetivas para a superação do capitalismo (o desenvolvimento da técnica, da ciência, a socialização do trabalho e da produção, as crises etc.) e as condições subjetivas (o avanço da consciência de classe e a organização política dos explorados). O capitalismo está imerso em sua crise histórica estrutural e periodicamente aprofunda os elementos dessa crise com a irrupção das crises periódicas. O desemprego, a exploração, a

¹⁹¹ TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2008, pp. 64-65.

miséria, a fome, as guerras e a destruição do meio ambiente são expressões atuais do avanço da barbárie capitalista.

A crise de direção política só será superada pela construção dos partidos revolucionários nos países, como expressão da luta internacional do proletariado e demais explorados. O que significa, propriamente, a necessidade de reconstruir o partido mundial da revolução socialista, a Quarta Internacional. O Internacionalismo Proletário é, desde Marx e Engels, a base fundamental da luta por constituir o proletariado como partido político independente da burguesia e dos seus partidos, na luta por transformar o instinto comunista de luta da classe operária em consciência de classe, isto é, em luta pela superação do capitalismo e construção do socialismo.

Para tanto, é preciso lutar contra o domínio do reformismo no seio do movimento operário e popular. Significa dizer que a velha separação da Socialdemocracia (depois assimilada pelas organizações comunistas estalinizadas) entre o programa mínimo (reivindicações democráticas e econômicas) e o programa máximo (a estratégia socialista) deve ser superada definitivamente. A tarefa consiste em articular a luta cotidiana pelas reivindicações democráticas e elementares de vida e trabalho do proletariado e demais explorados (salário, emprego, terra, moradia, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, direitos e conquistas sociais etc.) com o objetivo estratégico da tomada do poder e construção do socialismo.

Como afirma Trotsky, é preciso superar a contradição entre

a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desapontamento da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário, no processo de suas lutas cotidianas, ajudar as massas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista da revolução. Essa ponte deve incluir um *sistema de reivindicações transitórias*, que parta das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

A Socialdemocracia clássica, que atuou em uma época em que o capitalismo era progressista, dividia seu programa em duas partes, independentes uma da outra: o *programa mínimo*, que se limitava a reformas no quadro da sociedade, e o *programa máximo*, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o “programa mínimo” e o “programa máximo” não existia qualquer mediação. E, de fato, a Socialdemocracia não tem necessidade desta ponte, porque usa a palavra socialismo só para discursar nos dias de festa. A Internacional Comunista começou a seguir outro caminho da Socialdemocracia na época do capitalismo em decomposição: em geral,

quando não há mais lugar para reformas sociais sistemáticas nem para a elevação do nível de vida das massas; quando cada reivindicação séria do proletariado, e mesmo cada reivindicação progressista da pequena burguesia, conduzem, invariavelmente, para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês.

A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo. Seu objetivo político é a conquista do poder pelo proletariado, com o propósito de expropriar a burguesia. Entretanto, o cumprimento desta tarefa estratégica é inconcebível sem a mais ponderada atenção a tudo, mesmo às questões táticas pequenas e parciais. Todos os setores do proletariado, todas suas camadas, profissões e grupos devem ser trazidos para o movimento revolucionário. O que distingue a época atual não é o fato de desobrigar o partido revolucionário do trabalho cotidiano, mas o de permitir que este trabalho seja conduzido em união indissolúvel com as reais tarefas da revolução.

A IV Internacional não rejeita o programa das velhas reivindicações “mínimas”, na medida em que elas conservaram, ao menos em parte, alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários no quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais, “mínimas” das massas chocam-se com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo – a IV Internacional levanta um sistema de reivindicações transitórias, cuja essência reside no fato de que, cada vez mais aberta e resolutamente, elas estarão dirigidas contra as próprias bases do sistema burguês. O velho “programa mínimo” é ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste na mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária.¹⁹²

O problema se torna ainda mais grave, tendo em vista que, em plena crise estrutural do capitalismo, a esmagadora maioria das correntes, organizações e partidos de esquerda, em todos os países volta-se ou para a melhoria, reforma e suposta humanização da sociedade capitalista decadente; ou, quando se diz socialista, faz-o exclusivamente de um ponto de vista abstrato, isto é, do ponto de vista geral e teórico, sendo que, na prática política real, propagandeia e agita apenas o “programa mínimo”, o mais rebaixado possível, desvinculado da luta concreta pela superação do capitalismo. No mais, os métodos e os meios da luta de classes do proletariado (expressos na ação direta das massas: manifestações, greves, ocupações, bloqueios de ruas e avenidas) são sistematicamente abandonados em função da luta institucional-parlamentar ou puramente economicista.

¹⁹² Idem, p. 16-18.

O *Programa de Transição* da Quarta Internacional, elaborado por Trotsky, fornece-nos o método apropriado para travar a luta de classes pela destruição do capitalismo. Trata-se de articular dialeticamente as reivindicações parciais e imediatas da classe operária e demais explorados com as tarefas de superação do capitalismo, a luta pelo socialismo, por meio das reivindicações transitórias.

Ao chocar-se com o Estado e os governos burgueses, as massas vão não só superar as suas ilusões com a democracia, Estado, governos e parlamentos, como vão desenvolver a consciência de classe, da necessidade de tomar o seu destino em suas próprias mãos por meio do processo revolucionário, instaurando o seu próprio governo. Sem isso, não conseguiremos avançar na luta.

3.8 Defesa do Internacionalismo e da independência de classe¹⁹³

É preciso realçar o princípio do internacionalismo proletário. Desde Marx e Engels, os marxistas sempre defenderam o internacionalismo proletário e a independência de classe do proletariado como bases da teoria e da ação revolucionária socialista. O *Manifesto Comunista* de 1848 finaliza com um chamado a todos os trabalhadores do mundo a se organizar e combater pela causa da emancipação diante da exploração capitalista: “Proletários de todos os países, uni-vos!”.

Ainda antes dos explosivos acontecimentos de 1848-49 na Europa, quando o proletariado compareceu com reivindicações próprias diante dos partidos e governos, embora fosse derrotado pela classe dominante, Marx e Engels haviam fundado o Comitê de Correspondência Comunista que tinha como objetivo aproximar os militantes e as organizações políticas para uma ação comum. A própria luta travada no seio da Liga dos Justos, que se transformou depois em Liga dos Comunistas, deu-se no sentido de uma perspectiva claramente internacionalista e revolucionária.

¹⁹³ Cf. os seguintes autores: LORA, Guillermo. *Historia de Las cuatro Internacionales*. La Paz: Massas, 1989; SAGRA, Alicia. *A internacional: um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Sundermann, 2010; TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2008; DEUTSCHER, Isaac. *A revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; *A Rússia depois de Stalin*. São Paulo: Agir, 1956; *Ironias da História: ensaio sobre o comunismo contemporâneo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968; *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; *Stalin: uma biografia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006; *Trotsky*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

Quando o período contrarrevolucionário na Europa passou do final de 1850 e início dos anos 1860 abriu-se uma nova etapa da luta de classes. Marx e Engels envidaram esforços por fundar uma organização internacional, que pudesse aproximar e orientar a luta revolucionária em todos os países, a chamada Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional), fundada em 1864, em Londres, Inglaterra. Essa organização participou ativamente dos grandes acontecimentos de sua época, como, por exemplo, a Comuna de Paris de 1871, a primeira revolução operária, que levou os explorados ao poder, ainda que por pouco tempo, pois acabou esmagada pela contrarrevolução burguesa.

Do ponto de vista estratégico, Marx e Engels deixaram claro a sua perspectiva internacionalista. A posição de que o socialismo só pode triunfar plenamente em nível internacional está presente no manuscrito de *A Ideologia Alemã*, nos *Princípios do Comunismo* e no *Manifesto Comunista*. A fundamentação teórica dessa perspectiva está inteiramente presente nas obras posteriores, especialmente em *O Capital*, quando Marx analisa as condições objetivas para a superação do capitalismo e, portanto, para a constituição do socialismo. Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx critica o projeto de programa defendido pela direção do Partido Operário Socialdemocrata alemão para garantir a fusão com a associação fundada por Lassalle. Um dos pontos realçados por Marx é exatamente o princípio do internacionalismo proletário, criticando o horizonte estreito do socialismo nacional de Lassalle, assumido acriticamente pela direção do partido operário alemão.

Mesmo com o fim da Primeira Internacional, os dois revolucionários se empenharam em orientar a organização e a ação de inúmeros partidos operários na Europa e em outros países, especialmente o Partido Operário Socialdemocrata alemão. Engels, após a morte de Marx, também participou da fundação e orientação da Segunda Internacional, em 1889, quando foi erguida, até a sua morte, em 1895. Max Beer sintetiza a ação da Segunda Internacional da seguinte forma:

No período que separa a fundação da Primeira Internacional da fundação da Segunda, celebraram-se vários congressos operários, socialistas e sindicais. Esses congressos, porém, não possuíam nenhuma base comum. Só em 1889, por ocasião da Exposição Internacional de Paris, é que se realizaram nessa cidade dois congressos socialistas, um convocado pelos possibilistas, outro pelos marxistas. Fundou-se, assim, a Segunda Internacional. Nesse congresso, o 1º de maio ficou consagrado como o “Dia do Trabalhador”.

A Segunda Internacional realizou Congressos em Bruxelas (1891), Zurique (1893), Londres (1896), Paris (1900), Amsterdã (1904), Stuttgart (1907), Copenhague (1910) e Basileia (1912). Ao todo, oito congressos.

Depois de 1900, sua sede era Bruxelas. Aí se achava o *Bureau* Socialista Internacional, presidido por Emílio Vandervelde e secretariado por Camilo Huysmans. Cada país aderente enviava dois delegados. Os delegados reuniam-se periodicamente para discutir os assuntos mais importantes e preparar os Congressos.

A história da Segunda Internacional pode ser dividida em três períodos: 1. de 1889 a 1896; 2. de 1896 a 1904; 3. de 1904 a 1914. No primeiro período, procurou-se estabelecer uma linha divisória entre o socialismo e o anarquismo. No segundo, procurou-se fixar os princípios da luta de classe e a atitude dos partidos socialistas em face dos governos burgueses. Finalmente, no terceiro, procurou-se chamar a atenção dos povos para as crescentes ameaças de uma guerra imperialista e fixar a posição da Internacional em face do perigo de guerra.¹⁹⁴

A Segunda Internacional deu passos importantes no avanço teórico, político e organizativo no movimento operário e socialista sob a direção dos marxistas em vários países. Um dos avanços importantes se deu sobre a formulação de uma orientação aos marxistas referente à ameaça de uma guerra mundial, com a aprovação de uma resolução no Congresso de Stuttgart, em 1907, redigida por Augusto Bebel, acrescida de dois parágrafos propostos por Rosa Luxemburgo, Lênin e Martov, no espírito do internacionalismo proletário, que estabelecia o seguinte:

O congresso confirma as resoluções dos precedentes congressos internacionais contra o militarismo e o imperialismo e novamente verifica que a luta contra o militarismo não pode ser separada da luta de classes em geral. As guerras entre os Estados capitalistas não são mais que consequências de sua concorrência no mercado mundial, porque cada Estado procura não só conservar seus próprios mercados, mas também conquistar novos, submetendo povos e apossando-se de territórios de outros países. Essas guerras, além disso, são também a consequência dos armamentos incessantes do militarismo, que é o principal instrumento da dominação de classe burguesa e da escravidão econômica e política da classe operária. As guerras são facilitadas pelos preconceitos nacionalistas, que as classes dominantes sistematicamente entretêm para afastar as massas proletárias de seus próprios deveres de classe e de solidariedade internacional. As guerras são, por consequência, parte integrante da essência do capitalismo. Não poderão desaparecer senão quanto o próprio regime capitalista desaparecer, ou quanto os imensos sacrifícios de homens e de dinheiro, necessários ao desenvolvimento do militarismo, e a indignação provocada pela corrida armamentista, levarem os povos a suprimi-lo. É na classe operária que

¹⁹⁴ BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 565-66.

se recruta a maioria dos soldados. É ela também que suporta a maior parte dos pesados tributos materiais do militarismo. Eis porque a classe operária tem particular interesse em suprimir as guerras, que, além disso, se opõem ao seu objetivo fundamental: a criação de uma ordem econômica baseada no socialismo, capaz de realizar a solidariedade entre os povos. Por esses motivos, o congresso julga que o dever das classes laboriosas e, em particular, dos seus representantes no Parlamento é, não só desmascarar o caráter de classe da sociedade burguesa, mas também, ao mesmo tempo, combater os armamentos de terra e mar, recusar os créditos que a isso se destinarem e pleitear medidas para a educação da juventude proletária no espírito da fraternização dos povos e do socialismo, inculcando-lhe, ao mesmo tempo, uma nítida consciência de classe. O congresso vê na organização democrática do exército, na substituição dos exércitos permanentes por milícias populares, a garantia fundamental da supressão das futuras guerras de agressão, da fácil solução dos conflitos nacionais. A Internacional não pode fixar de maneira rígida a atitude que a classe operária deverá adotar contra o militarismo, porque essa atitude será naturalmente diferente em cada país. Mas o seu dever é reforçar o mais possível e coordenar a luta da classe operária contra o militarismo e a guerra. Quanto mais os espíritos forem preparados por incessante agitação, e quanto mais os partidos operários dos diferentes países tiverem sido estimulados e agrupados pela classe operária, mais eficaz poderá ser a ação da classe operária. O congresso está convencido de que, sob pressão do proletariado, a utilização criteriosa dos tribunais de arbitragem poderá substituir as lamentáveis instituições governamentais dos dias presentes e assegurar aos povos o benefício do desarmamento, mediante o qual será possível consagrar à cultura as formidáveis somas e a imensa energia que atualmente são absorvidas pelos armamentos e pela guerra.

Em caso de ameaça de guerra, as classes laboriosas e seus representantes nos parlamentos deverão, com o apoio do *Bureau* Socialista Internacional, fazer os maiores esforços para evitar que ela estale, empregando, para esse fim, todos os meios que puderem ser úteis, meios esses que, evidentemente, deverão ser adaptados ao grau de intensidade da luta de classes e à situação política geral.

Se a guerra, apesar de tudo, estalar, seu dever será recorrer a todos os processos para fazê-la cessar tão depressa quanto possível, e aproveitar a crise econômica e política provocada pela guerra para sublevar o povo e precipitar a queda do regime capitalista.¹⁹⁵

A Segunda Internacional teve um papel fundamental na reorganização do movimento operário e socialista internacional do final do século XIX até a sua degeneração em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial. A aproximação do conflito internacional agigantou a influência

¹⁹⁵ Idem, p. 568-70.

do nacionalismo no âmbito da Internacional. O último congresso da Segunda Internacional, antes da sua degeneração, deu-se dois anos antes da irrupção da Primeira Guerra Mundial, quando grande parte de suas lideranças aderiram aos interesses nacionais de suas burguesias, em seus países, e aprovaram os créditos (recursos) nos parlamentos para que a classe dominante à frente do Estado e governos capitalistas, em particular das potências imperialistas, pudessem travar a guerra de conquista e dividir o mundo em áreas de influência econômica e política.

Diante da degeneração da Segunda Internacional e a vitória do social-chauvinismo, revolucionários como Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Liebknecht colocaram-se na defesa do internacionalismo proletário e da independência de classe do proletariado frente aos governos da burguesia. Orientavam os revolucionários na ótica da estratégia internacionalista contra o belicismo e o militarismo dos governos e potências imperialistas, cujo objetivo era a redivisão dos mercados e das áreas de influência entre os países capitalistas avançados, apoiando-se no social-patriotismo e chauvinismo.

Diante da traição de dirigentes da Segunda Internacional às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando seus parlamentares acabaram votando os créditos de guerra (recursos) requisitados pelos governos das potências para envidar o esforço belicista, os revolucionários internacionalistas constituíram a esquerda da Conferência de Zimmerwald, da qual participaram delegações de vários países, que defenderam uma orientação internacionalista e revolucionária diante da guerra imperialista.

Essa esquerda de Zimmerwald constituiu o embrião da Internacional Comunista (Comintern). Com a vitória da Revolução Russa de 1917, Lênin colocou claramente a necessidade de impulsionar a criação, o mais rapidamente possível, de uma nova organização internacional do proletariado, tendo em vista a profunda degeneração da Segunda Internacional. A Terceira Internacional Comunista foi fundada em 1919, na Rússia dos soviets. Nos quatro primeiros Congressos, realizados de 1919 a 1922, aprovou-se um conjunto de documentos (resoluções, teses, manifestos) que passaram a orientar os diversos Partidos Comunistas (PC), tendo como princípios o internacionalismo proletário e a independência de classe do proletariado, à cabeça dos explorados em todos os continentes.

Na Carta Convite para a fundação da nova Internacional declara-se:

Caros camaradas! Os partidos e organizações abaixo assinados consideram que a convocação do primeiro Congresso da nova Internacional revolucionária é de uma necessidade urgente. Durante a guerra e

a revolução, manifestou-se não apenas a falência completa dos antigos partidos socialistas e Socialdemocratas e ao mesmo tempo da Segunda Internacional, não apenas a incapacidade dos elementos intermediários da antiga Socialdemocracia (dita “Centro”) para a ação revolucionária efetiva, mas atualmente veem-se desenhar os contornos da verdadeira Internacional revolucionária. O movimento ascendente extremamente rápido da revolução mundial propondo constantemente novos problemas, o perigo de sufocação desta revolução pela aliança dos países capitalistas contra a revolução se unindo sob a bandeira hipócrita da “Sociedade das Nações”, as tentativas dos partidos social-traidores de se unir e ajudar seus governos a trair a classe operária pela negociação de uma “anistia” recíproca; enfim, a experiência revolucionária extremamente rica já adquirida e a internacionalização de todo o movimento revolucionário – *todas essas circunstâncias nos obrigam a tomar a iniciativa de colocar na pauta da discussão a questão da convocação de um Congresso internacional dos partidos proletários revolucionários*.¹⁹⁶

Portanto, os partidos comunistas passaram a surgir em vários países impulsionados pela Revolução Russa de 1917 e pela criação da Terceira Internacional. Como demonstra a experiência de burocratização e estalinização do PCUS e dos PC dos diferentes países, o estalinismo representou do ponto de vista teórico, ideológico, político e programático um profundo retrocesso no que se refere a esses princípios. Desarmou completamente o movimento revolucionário internacional com o advento da teoria do “socialismo em um só país” de Stalin-Bukharin.

Contra o internacionalismo proletário de Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Trotsky, que mostrava a perspectiva de que o socialismo só pode triunfar mundialmente, devido ao caráter mundial das forças produtivas e das pressões do imperialismo no sentido de sufocar a revolução, o estalinismo agiu no sentido de conter os processos revolucionários ou, na sua impossibilidade, devido a fatores excepcionais, como ocorreu no pós-Segunda Guerra Mundial no Leste Europeu e China, Cuba e Vietnam, de burocratizá-los e submetê-los aos interesses da burocracia russa e do PCUS. Ao conter a Revolução Russa de 1917 nos estritos limites das fronteiras nacionais, o estalinismo isolou o processo revolucionário da luta de classes internacional, condicionando a política dos PC aos interesses da burocracia soviética.

¹⁹⁶ Cf. Terceira Internacional Comunista. *Manifestos, teses e resoluções do 1º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1988.

O próprio programa dos partidos revolucionários deveria ser elaborado a partir do princípio do internacionalismo proletário. Como afirma Trotsky,

Em nossa época, a do imperialismo, ou seja, da economia e política mundial sob hegemonia do capital financeiro, nenhum partido comunista pôde elaborar seu programa avaliando apenas ou essencialmente as condições e tendências de desenvolvimento de seu próprio país. Isto também se aplica inteiramente para o partido que exerce o poder nos limites da URSS. Em 4 de agosto de 1914 soou o alarme de morte para todos os programas nacionais. O partido revolucionário do proletariado só pode ser baseado em um programa internacional que responda às características da época atual, a época de maior desenvolvimento e colapso do capitalismo. Um programa comunista internacional não é uma soma dos programas nacionais ou um amálgama de seus acontecimentos comuns. Um programa internacional deve originar-se diretamente da análise das condições e tendências da economia e política mundiais, do sistema como um todo, com conexões e contradições, isto é, com a mútua interdependência antagônica de suas partes. Na época atual, assim como em grande medida no passado, a orientação nacional do proletariado pode e deve partir de uma orientação mundial, e não vice-versa. Aqui está a diferença básica e primária entre o internacionalismo comunista e todas as variantes de socialismo nacional.¹⁹⁷

Lênin e Trotsky sempre destacaram que a Revolução Russa tinha de se projetar internacionalmente, impulsionando a ação revolucionária dos partidos comunistas e da Terceira Internacional, no sentido da vitória da revolução proletária em outros países, em particular nos países capitalistas avançados, como era o caso da Alemanha. Compreendiam que a derrota dos processos revolucionários na Europa e outros países isolaria a Rússia internacionalmente, criando as bases para a degeneração do Estado operário. Trabalhar pela vitória da revolução mundial era vital para a existência da Revolução Russa e para a sua projeção internacional, evitando a restauração das relações de produção capitalistas.

É importante realçar que o estalinismo levou à destruição da Terceira Internacional, programática e politicamente, além do avançado processo de burocratização nos Partidos Comunistas estalinizados no mundo todo. O resultado: a Terceira Internacional e os PC passaram a se constituir em apêndices da burocracia soviética e do PCUS. As re-

¹⁹⁷ TROTSKY, Leon. *Stalin: o grande organizador de derrotas (A III Internacional depois de Lênin)*. São Paulo: Sundermann, 2010, pp. 89-90.

viravoltas programáticas e políticas levaram a profundas derrotas revolucionárias. Foi o caso da Revolução Chinesa em 1927, quando o Partido Comunista Chinês foi orientado pela direção burocrática da Terceira Internacional e do PCUS a se dissolver no interior do Kuomintang, o partido nacionalista burguês.

Também foi assim que a partir do chamado Terceiro Período (1928-1934), caracterizado pela virada ultraesquerdista da direção estalinista da Terceira Internacional, o Partido Comunista Alemão estalinizado se opôs a fazer uma frente única com os socialistas e correntes operárias para combater o ascenso do fascismo ao poder. Resultado: a vitória de Hitler, em 1933, levou à destruição física e organizativa das organizações da classe operária e à prisão e assassinato de incontáveis militantes. A responsabilidade da direção da Terceira Internacional e do estalinismo por facilitar a ascensão de Hitler ao poder não pode ser apagada da história. Sequer a direção estalinizada realizou autocrítica, ao contrário, legitimou a ação do Partido Comunista Alemão.

A virada seguinte se deu com o VII e último Congresso da Terceira Internacional realizado em 1935, quando foram aprovadas as teses sobre a tática da “Frente Popular” e sua aplicação nos diversos países, supostamente com o intuito de preservar a democracia burguesa diante da ascensão do fascismo. Ocorre que a tática da frente popular significou uma violação do princípio marxista da independência de classe do proletariado, vez que dissolvia as diferenças de classes e os antagonismos entre o proletariado e a burguesia. Era uma frente de partidos e organizações operárias com partidos da burguesia. O resultado da aplicação dessa tática pelos PC de todos os continentes e países foi a subordinação completa desses partidos à chamada “burguesia nacional progressista”, aos estados e governos capitalistas.

A política de “convivência pacífica com o imperialismo” aplicada pela direção estalinista conduziu à destruição completa da Terceira Internacional, que já não existia realmente como organização proletária. A crise dos anos 1930 e a burocratização mais completa dos Partidos Comunistas esvaziaram essas organizações como instrumentos da luta de classes. Tornaram-se, na verdade, instrumento da conciliação de classes. Pierre Broué descreve a reunião que tratou da dissolução da organização internacional:

Obviamente, é Dimitrov quem abre, no *Presidium* de 13 de maio de 1943, o debate sobre a dissolução da Comintern enquanto centro diretor. Ele sublinha, vigorosamente, que não se trata de uma artimanha de guerra, que é verdadeiramente de uma dissolução que se trata, não de um simples gesto sem conteúdo. Ele sugere que os membros do

Presidium apresentem suas observações sobre a oportunidade política e a do momento desta decisão, e sugere proposições e emendas ao texto que ele apresenta.

A maior parte dos oradores, dizem-nos Lebedeva e Narinsky, levam a sério a ideia da dissolução da Comintern e sublinham as vantagens que se poderia tirar para a unificação das forças antifascistas em uma frente nacional comum, e apoiam, portanto, o projeto. Maurice Thorez pronuncia-se plenamente de acordo com o projeto e precisa: “Nós, comunistas, não conseguimos vencer a Socialdemocracia e barrar a rota do fascismo rumo ao poder em diversos países. Tampouco conseguimos impedir os fascistas de provocarem sua guerra de pilhagem. A forma existente de associação internacional dos trabalhadores perdeu toda sua utilidade”. Koralov, o deão, está muito satisfeito e não lamenta nada pela Comintern, que não funcionava mais, diz ele, “como um órgão de direção”. Sua declaração é quase uma espécie de confissão, o balanço de uma vida: “É que a situação mudou. Existe a União Soviética, um fator novo de uma tal potência que faz da Comintern nada além de um arcaísmo. A Comintern nasceu durante uma tempestade revolucionária, mas as esperanças de uma revolução rápida foram destruída”. Ele indica que deseja a criação de associações regionais dos PC, recorda a Federação Balcânica. Wilhelm Peck, que exprime a opinião dos dirigentes do KPD, diz que tem dúvidas, na véspera, quando Dimitrov mostrou-lhe o projeto e manifesta ainda reticências: “Está claro, hoje, que a Alemanha perdeu a guerra e pensei, inicialmente, que, nestas circunstâncias, com a explosão dos levantes internos maiores na Alemanha, não se deveria liquidar a Comintern”. Confessa, também, que não é inteiramente certo que alguns partidos comunistas sejam suficientemente maduros para realizar direito as tarefas que lhes aguardam. Acrescenta que é altamente desejável que o KPD possa beneficiar, ainda, de uma certa forma de “ajuda ideológica” da parte dos camaradas soviéticos mais experientes. Este tipo de preocupação no momento supremo é, ele também, revelador. Rakósi compara a dissolução da Comintern à instituição do imposto em gêneros no lugar das requisições dos tempos da NEP – e propõe incluir, no documento, uma tese sobre a solidariedade proletária, “para deixar as coisas claras para nossos povos ao redor do mundo”. O eslovaco Sverma não esconde sua tristeza: “Ontem, quando li o projeto de decisão, tive um profundo desgosto. Cresci na Comintern e toda minha vida esteve ligada a ela. Porém, isto não passa de emoções. A decisão política proposta por este projeto é a única correta e é uma sábia decisão”. Depois que a roda terminou, a reunião encerrou-se com uma votação de princípio pela adoção do projeto como base, com a possibilidade de se propor emendas até o dia 17. Dimitrov envia, desde o dia seguinte, a ata da reunião a Stalin e Molotov.¹⁹⁸

¹⁹⁸ BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Sundermann, 2007, pp. 1006-1007.

Na segunda reunião do *Presidium* de 17 de maio de 1943, a resolução pela dissolução foi apresentada. Outra reunião tratou de discutir como resolver a questão das funções da Comintern. Faltava ainda a aprovação da resolução por parte dos seus membros, os Partidos Comunistas de vários países. A resolução acabou sendo publicada no Pravda em 22 de maio de 1943. Por meio de telegramas-rádio e de direções que se encontravam em Moscou os partidos estalinizados aprovaram a proposta de resolução da direção da Terceira Internacional, pondo fim a esta organização.

Antecipando-se, conta Pierre Broué, Stalin concedeu uma entrevista ao correspondente da Reuters em Moscou, em 28 de maio, na qual justifica a liquidação da Terceira Internacional: “A dissolução da Internacional Comunista é uma iniciativa correta e tomada no bom momento porque ela facilita a organização do combate comum de todas as nações amantes da liberdade contra o inimigo comum, o hitlerismo”.¹⁹⁹

Em 9 de junho de 1943, Dimitrov, como observa Broué, encaminhou o texto definitivo da resolução sobre a dissolução da Terceira Internacional ao redator-chefe do Pravda. Estava liquidada formalmente a Terceira Internacional criada por Lênin no calor dos acontecimentos revolucionários da Rússia. Foi uma das maiores traições ao movimento socialista internacional. Foi a demonstração nos fatos de que a teoria do “socialismo em um só país”, da “revolução por etapas”, das “frentes populares com a burguesia progressista” e a política de “convivência pacífica com o imperialismo” eram a antípoda do marxismo revolucionário e, portanto, dos princípios do internacionalismo proletário e da independência de classe do proletariado.

Ao tomar consciência da burocratização e degeneração da Terceira Internacional pelo estalinismo, cuja demonstração inequívoca foi a traição a diversos processos revolucionários e a negativa de combater a subida de Hitler ao poder em 1933 na Alemanha por meio da frente única com socialistas e organizações operárias, Trotsky passou a defender a necessidade de uma nova organização internacional do proletariado, um novo Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional, finalmente fundada, após uma longa batalha de debates no seio do movimento trotskista internacional, em 3 de setembro de 1938. Participaram da sua fundação representantes de vários países, tais como a Alemanha, URSS, França, EUA, Holanda, Bélgica, Grécia, Polônia, Itália, Inglaterra e um representante da América Latina, o trotskista brasileiro Mário Pedrosa.

¹⁹⁹ Idem, p. 1012.

A Quarta Internacional nascia na contracorrente da história, em uma conjuntura internacional de profundas derrotas do proletariado, de fortalecimento e avanço do fascismo, de traições sistemáticas do estalinismo, de esvaziamento político e organizativo dos Partidos Comunistas (PC) e da Terceira Internacional estalinizados, enfim, de ameaça de uma Segunda Guerra Mundial, que, provou-se mais a frente, resultaria na morte e mutilação de milhões de pessoas em vários países, além do aniquilamento de uma quantidade incalculável de forças produtivas mundiais na forma de destruição de parques industriais e instalações, falências e desemprego. Foi a resposta das potências capitalistas para superar momentaneamente os efeitos catastróficos da crise do capitalismo, em sua etapa de decomposição imperialista.

Questionado sobre as razões e as condições de fundação da Quarta Internacional, Trotsky respondeu, em *O Programa de Transição*, da seguinte forma:

Os cétricos perguntam: mas chegou o momento de criar uma nova Internacional? É impossível, dizem, criar uma Internacional “artificialmente”; apenas os grandes acontecimentos podem fazê-la surgir etc. Todas essas objeções demonstram apenas que os cétricos não servem para criar uma nova Internacional. Em geral não servem para nada. A IV Internacional já surgiu de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na História. A causa dessas derrotas é a degenerescência e a traição da velha direção. A luta de classes não tolera interrupções. A III Internacional, após a II, está morta para a revolução. Viva a IV Internacional!

Mas os cétricos não se calam: Já é o momento de proclamá-la? “A IV Internacional, responderemos, não tem necessidade de ser proclamada. Ela existe e luta. É fraca? Sim, suas fileiras são, até agora, pouco numerosas, pois ainda é jovem. Elas compõem-se, sobretudo, de quadros dirigentes. Mas esses quadros são a única garantia do futuro. Fora desses quadros não existe, neste planeta, uma só corrente revolucionária que realmente mereça este nome. Se nossa Internacional é ainda fraca em número, ela é forte pela doutrina, pela tradição, pelo programa, pela têmpera incomparável de seus quadros. Aquele que não vê isto hoje que continue afastado. Amanhã isto será mais visível.

A IV Internacional goza desde já do ódio merecido dos stalinistas, dos Socialdemocratas, dos liberais burgueses e dos fascistas. Ela não tem nem pode ter lugar em nenhuma das frentes populares. Opõe-se irredutivelmente a todos os agrupamentos políticos ligados à burguesia. Sua tarefa é acabar com a dominação capitalista. Sua finalidade é o socialismo. Seu método é a revolução proletária. Sem democracia interna não existe educação revolucionária. Sem disciplina não há ação revolucionária. O regime interno da IV Internacional está fundamentado sobre os princípios do centralismo democrático: completa liberdade

na discussão, total unidade na ação.

A crise atual da civilização humana é a crise da direção do proletariado. Os operários avançados, reunidos no seio da IV Internacional, mostram à sua classe o caminho para sair da crise. Propõem-lhe um programa baseado sobre a experiência internacional da luta emancipadora do proletariado e de todos os oprimidos do mundo. Propõem-lhe uma bandeira sem mácula alguma.

Operários e operárias de todos os países, organizem-se sob a bandeira da IV Internacional!²⁰⁰

A Quarta Internacional enfrentou a torrente de acontecimentos produzidos pela Segunda Guerra Mundial, os quais criaram condições muito difíceis para a militância socialista em todo o mundo e, particularmente, na Europa. Seus militantes tiveram de enfrentar a perseguição, exílio, prisões e assassinatos. A morte de Leon Trotsky, a maior liderança do movimento de construção da nova Internacional, em 20 de agosto de 1940, no México, a mando de Stalin, significou um duro golpe à jovem organização, que então dava os seus primeiros passos. Não deixaram, entretanto, de levantar a bandeira do internacionalismo proletário e da independência política da classe operária diante do Estado, dos governos e partidos da burguesia.

Fragilizada e desorientada em face das consequências do conflito mundial e do assassinato do líder revolucionário russo, afetada profundamente pelo fortalecimento conjuntural do estalinismo e de sua influência no Leste Europeu, em razão da divisão política e territorial imposta pelas principais países vencedores da Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Yalta, em 1945, a Quarta Internacional começou a sentir as primeiras baixas.

Em 1946, foi realizada a sua Conferência, na qual se tirou como orientação fundamental a ligação sólida das seções da Quarta Internacional com a luta de classes, com a classe operária. Em 1948, foi realizado o seu Segundo Congresso, com a presença de 22 organizações de 19 países, constatando-se condições favoráveis de desenvolvimento do trabalho político nos países do Extremo-orient e da América Latina.

A causa mais importante da fragilidade, desorientação e fragmentação da Quarta Internacional no começo dos anos 1950 foi, sem dúvida, o fato de não ter traduzido os avanços programáticos obtidos com *O Programa de Transição* em inserção no seio da luta de classes do proletariado por meio de suas seções nacionais.

²⁰⁰ TROTSKY, Leon. O Programa de Transição. In: *Documentos de fundação da IV Internacional*. São Paulo: Sundermann, 2008, pp. 84-85.

Uma das poucas exceções, de fato, foi o Partido Operário Revolucionário (POR),²⁰¹ seção da Bolívia da Quarta Internacional, que conseguiu, a partir do trabalho sistemático e persistente da sua militância, penetrar o programa da revolução proletária no seio do operariado mineiro boliviano. Entretanto, a maior parte das seções não conseguiu progredir satisfatoriamente nessa tarefa primordial para o fortalecimento e avanço da Quarta Internacional no movimento socialista mundial.

No Terceiro Congresso da Quarta Internacional, realizado em 1951, estabeleceu-se uma profunda revisão operada pela corrente de Michel Pablo (seguido por Ernest Mandel), que ficou conhecido por *pablismo*. No documento intitulado *Aonde Vamos?* Pablo apresentou a sua posição frente ao estalinismo. Pressionado pela conjuntura do pós-guerra, marcada, como dissemos, pelo conjuntural fortalecimento e avanço do estalinismo no Leste Europeu, além do contexto da Guerra Fria entre URSS e EUA, Michel Pablo passou a conceber a burocracia estalinista como progressista, jogando por terra a posição de Trotsky de que a burocracia estalinista era contrarrevolucionária, que, se não fosse derrubada pela revolução política do proletariado russo e pelo avanço da revolução proletária no plano internacional, levaria à restauração das relações de produção capitalistas no Estado operário russo mais cedo ou mais tarde.

A direção da Quarta Internacional orientou, então, as seções a se dissolverem nos Partidos Comunistas (PC), estendendo-se aos partidos e organizações nacionalistas, onde estes dirigissem e controlassem as massas de explorados. Depois de conflitos internos e de exclusões, como, por exemplo, a expulsão da maioria da seção francesa (Partido Comunista Internacionalista – PCI, dirigido por Pierre Lambert), em 1952, que se confrontava com a direção pablista, a Quarta Internacional se fragmentou e desapareceu como Partido Mundial da Revolução Socialista. Ainda em 1953, o Partido Socialista dos Trabalhadores norte-americano (SWP), juntamente com a maioria francesa expulsa, a seção in-

²⁰¹ O Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia tem uma vasta documentação, desde a sua origem até o presente momento, que retrata a história do movimento socialista e operário na Bolívia e internacional. Seu dirigente histórico Guillermo Lora teve sua obra completa publicada em 69 volumes. No Brasil, o Partido Operário Revolucionário (POR) publicou algumas obras do dirigente boliviano, entre as quais podemos destacar: LORA, Guillermo. *O que é o revolucionário profissional?* São Paulo: Edições Massas, 2010; *A Revolução Permanente em Marx, Engels, Lênin e Trotsky*. São Paulo: Edições Massas, 2009; *O Partido e sua Organização: como funciona a célula*. São Paulo: Edições Massas, 2001; *Autonomia e reforma universitária*. São Paulo: Edições Massas, 2005; *Sobre a tática frentista*. São Paulo: Edições Massas, 2012.

glesa e a suíça formaram o Comitê Internacional da Quarta Internacional, que foi apoiado pelas seções da China, do Canadá e pela fração de Nahuel Moreno, na Argentina.

Houve diversas tentativas de reunificação por correntes e seções que compunham a Quarta Internacional. Foi o caso da unificação ocorrida em 1963, sob o impacto da Revolução Cubana de 1959, na América Latina e todo o globo, entre o Secretariado Internacional (SI), pablista, e o SWP, originando o intitulado Secretariado Unificado (SU) que acabou se submetendo ao foquismo. Depois da ruptura com o grupo de Guerry Healy, líder da Liga Operária Socialista britânica, em 1971, os lambertistas passaram a se intitular Comitê de Organização pela Reconstrução da IV Internacional (CORQUI).

O Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia fez a experiência com os lambertistas no âmbito do CORQUI durante os anos 1970, e rompeu com esta organização em 1979. Juntamente com o Partido Obrero (PO), da Argentina, e outros grupos do Chile, Peru e Brasil, o POR organizou a Tendência Quarta Internacionalista (TQI), que não chegou a se consolidar. Os seguidores de Nahuel Moreno (morenismo), depois de rompido com o Secretariado Unificado de Ernest Mandel, constituíram uma unificação que durou pouco tempo.²⁰²

Na atualidade, a corrente mandelista (vem de Ernest Mandel), na qual se incluem os correligionários brasileiros, compõe o Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional. Os lambertistas (vem de Pierre Lambert), grupo do qual faz parte a organização brasileira O Trabalho (interna ao Partido dos Trabalhadores – PT), autoproclamam-se a Quarta Internacional; os morenistas (corrente fundada pelo argentino Nahuel Moreno) constroem a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI), integrada também pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); o Partido Operário Revolucionário (POR – Bolívia), junto com o POR da Argentina e Brasil, além de um grupo chileno, integra o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI).

Entretanto, o fundamental, apesar da dispersão das organizações que se reivindicam do trotskismo, é a base programática da Quarta Internacional, expressa no *Programa de Transição*, que continua plenamente atual e responde às consequências da crise estrutural do capitalismo, além das tarefas para a superação da crise de direção revolucionária e fortalecimento da organização, mobilização e luta da classe operária e demais explorados.

²⁰² LORA, Guillermo. *História da IV Internacional*. São Paulo: Edições Massas, 2001, pp. 61-63.

O MARXISMO DEPOIS DE MARX E ENGELS
Conquistas teóricas, políticas e programáticas no século XX.

A experiência das revoluções no século XX e, em particular, da Revolução Russa de 1917, demonstra a necessidade de defender sem tréguas o internacionalismo proletário e a independência da classe operária. Por isso, para os marxistas revolucionários, que levantam alto a bandeira do *Manifesto Comunista* e do *Programa de Transição*, isto é, a estratégia da revolução proletária e a tática e os métodos da luta de classes, a tarefa axial do presente contexto histórico é a reconstrução da Quarta Internacional e a construção de suas seções (os partidos revolucionários) nos diversos países e continentes, com um programa enraizado na luta de classes e no proletariado.





4. O Manifesto Comunista e O Capital: duas obras fundamentais

Só o materialismo filosófico de Marx mostrou ao proletariado a via a seguir para sair da escravatura espiritual, onde até então vegetavam todas as classes oprimidas. Só a teoria econômica de Marx explicou a verdadeira situação do proletariado no conjunto do regime capitalista (Lênin, As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo)

Pelo que se vê, o método materialista dialético elaborado por Marx e Engels possibilitou aos marxistas do século XX dar continuidade ao processo de análise das transformações capitalistas, o que foi feito pelo esforço de homens e mulheres como Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, entre tantos marxistas. Souberam atualizar o pensamento de Marx e Engels sobre a fase imperialista do capitalismo, suas contradições e consequências para a história da humanidade.

Contribuíram para a organização do proletariado e suas formas político-organizativas, em particular do partido revolucionário, avançaram na compreensão da luta de classes, da dinâmica entre capital e trabalho, da tática e da estratégia do proletariado no processo revolucionário tanto nos países capitalistas avançados como nos países capitalistas atrasados.

Para além da atualidade de conjunto da obra dos fundadores do marxismo, destacam-se particularmente duas obras de Marx e Engels, quais sejam: *Manifesto Comunista* (1848) e *O Capital* (1867). A primeira, por se constituir o primeiro programa da revolução proletária, que inspirou a elaboração do programa marxista para a revolução socialista em diversos países e a própria luta socialista internacional; a segunda, por se constituir a mais profunda análise do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa a ele correspondente, ainda hoje, não superada.

Trotsky, nos textos *Noventa Anos do Manifesto Comunista*, escrito em 1937, e em *O Marxismo e Nossa Época*, de 1939, destacou a atualidade tanto do *Manifesto Comunista*, quanto de *O Capital*. Começando pelo método dialético e a concepção materialista da história, que se encontram desenvolvidos e aplicados nas duas obras, para a análise da história da humanidade e da sociedade capitalista. Como ele próprio diz:

A concepção materialista da História, formulada por Marx pouco tempo antes da aparição do texto e que nele se encontra aplicada com perfeita maestria, resistiu completamente à prova do conhecimento e

aos golpes da crítica hostil. Constitui-se, atualmente, em um dos mais preciosos instrumentos do pensamento humano. Todas as outras interpretações do processo histórico não possuem qualquer valor científico. Podemos afirmar, com segurança, que atualmente é impossível não apenas ser um militante revolucionário, mas simplesmente um homem politicamente instruído sem que nos apropriemos da concepção materialista da História.²⁰³

Sobre o método empregado por Marx em *O Capital*, para a análise da sociedade capitalista, Trotsky observa que, “considerando o capitalismo uma etapa no desenvolvimento da sociedade humana”, a finalidade de Marx

não era descobrir as ‘leis eternas’ da economia. Negou a existência de semelhantes leis. A história do desenvolvimento da sociedade humana é a história da sucessão de diversos sistemas econômicos, cada um dos quais atua de acordo com suas próprias leis. A transição de um sistema ao outro foi determinada sempre pelo aumento das forças produtivas, isto é, da técnica e da organização do trabalho. Até certo ponto, as mudanças sociais são de caráter quantitativo e não alteram as bases da sociedade, isto é, as formas dominantes da propriedade. Mas ao atingir-se um novo ponto quando as forças produtivas maduras já não podem ser contidas por mais tempo dentro das velhas formas de propriedade; então se produz uma mudança radical na ordem social, acompanhada de comoções. A comuna primitiva foi substituída ou complementada pela escravatura; a escravatura foi sucedida pela servidão, com sua superestrutura feudal; o desenvolvimento comercial das cidades levou a Europa, no século XVI, à ordem capitalista, que daí em diante atravessou diversas etapas. Marx não estuda em *O Capital* a economia em geral, mas a economia capitalista, com suas leis específicas próprias. Somente de passagem refere-se a outros sistemas econômicos, com o objetivo de pôr em evidência as características do capitalismo (...).

É completamente impossível buscar as causas dos fenômenos da sociedade capitalista na consciência subjetiva, nas intenções ou planos de seus membros. Os fenômenos objetivos do capitalismo foram reconhecidos antes de que a ciência se tenha dedicado a estudá-lo seriamente. Até hoje em dia a maioria dos homens nada sabe a respeito das leis que regem a economia capitalista. Toda a força do método de Marx reside em sua aproximação dos fenômenos econômicos, não do ponto de vista subjetivo de algumas pessoas, mas do ponto de vista objetivo do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, do mesmo modo que um homem de ciência que estuda a natureza se aproxima de uma colmeia ou de um formigueiro.

²⁰³ TROTSKY, Leon. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 159.

Para a ciência econômica o que tem uma importância decisiva é o que fazem os homens e como o fazem, não o que eles pensam a respeito de seus atos. Na base da sociedade não se acham a religião e a moral, mas os recursos naturais e o trabalho. O método de Marx é materialista, pois vai da existência à consciência, e não na ordem inversa. O método de Marx é dialético, pois observa como evoluem a natureza e a sociedade e considera esta como a luta constante de forças antagônicas.²⁰⁴

A lei fundamental do capitalismo revelada pela aplicação do método de *O Capital*, isto é, a concentração da riqueza nas mãos da classe dominante e da miséria, desemprego e formas de exploração no polo oposto, da classe operária e demais explorados, é plenamente atual e só tem se confirmado com o desenvolvimento da crise estrutural do capitalismo.

As tendências do desenvolvimento do capitalismo, em que a concorrência vai gerando os monopólios e oligopólios, presente em *O Capital*, também foram plenamente confirmadas pela substituição do capitalismo livre-concorrencial pelo capitalismo em sua fase imperialista, de domínio dos monopólios e do capital financeiro. A análise marxista das crises cíclicas do capitalismo e de sua crise estrutural, histórica, atual, também é a cada dia confirmada pelo aprofundamento das contradições da sociedade burguesa.

Quanto à doutrina de Marx e Engels acerca da luta de classes, o *Manifesto Comunista* começa pela afirmação de que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Idem, p. 40). Analisando esta tese do Manifesto, 90 anos depois de sua elaboração e sob o impacto do estalinismo, Trotsky diz:

Esta tese, que constitui a mais importante conclusão da concepção materialista da História, em pouco transformou-se em elemento da luta de classes. A teoria que trocava o “bem-estar comum”, “a unidade nacional” e “as verdades eternas da moral” pela luta entre interesses materiais, considerados como a força motriz da sociedade, sofreu ataques particularmente ferozes da parte de reacionários hipócritas, doutrinários liberais e democratas idealistas. A eles acrescentaram-se mais tarde, desta vez a partir do próprio movimento operário, os ataques dos revisionistas, isto é, dos partidários da revisão do marxismo em favor da colaboração e conciliação de classes. Finalmente, em nossa época, os desprezíveis epígonos da Internacional Comunista (os stalinistas) tomaram o mesmo caminho: a política daquilo a que se dá o nome de ‘frentes populares’ decorre, inteiramente da negação das leis da luta de

²⁰⁴ TROTSKY, Leon. O Marxismo e Nossa Época. In: *O Imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 159-60.

classes. Entretanto, vivemos na época do imperialismo que, levando todas as contradições sociais ao seu extremo, demonstra o triunfo do *Manifesto do Partido Comunista*.²⁰⁵

As teses fundamentais do *Manifesto Comunista* decorrentes da doutrina marxista da luta de classes continuam plenamente atuais. Primeiro, a caracterização de que o Estado não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa, apesar de deformada ou negada pela Socialdemocracia internacional e por seus seguidores reformistas, trata-se, como avalia Trotsky, da “única teoria científica sobre o Estado”.²⁰⁶

Nas crises econômicas, quando os capitalistas se afundam e encontram a falência batendo em suas portas, o Estado e os governos, por meio das instituições internacionais e dos bancos centrais, agem no sentido de aplicar uma soma de recursos incomensurável para tirar esses capitalistas da crise, garantindo-lhes uma sobrevivência, com o único objetivo de limitar os efeitos da crise sobre o conjunto da economia capitalista em seus países e mundialmente.

Com relação ao proletariado e aos demais trabalhadores em luta contra os capitalistas e o Estado, os governos agem de forma diferente. Não só procuram restringir o direito de greve, senão eliminá-lo, como movimentam a máquina estatal da justiça e da polícia para reprimi-los e mostrar-lhes a necessidade de respeitar o ordenamento jurídico e a ordem social burguesa. Isso quando não restringem os direitos democráticos de manifestação e expressão, de acordo com as necessidades e interesses políticos e econômicos do Estado, dos governos e dos capitalistas.

A teoria da luta de classes e a concepção marxista do Estado têm como consequências evidentes a necessidade de organização política do proletariado como partido político independente da burguesia. O objetivo da luta do proletariado e demais explorados não é simplesmente melhorar as suas condições de vida e trabalho, porque isto significa, em última instância, a manutenção do regime de assalariamento e de exploração da força de trabalho, que tem como base a grande propriedade privada burguesa. Nas condições de crise estrutural do capitalismo, as reformas duradouras se tornam cada vez mais impossíveis.

Na época de crise estrutural do capitalismo, sequer as pequenas melhorias de salários e condições de trabalho são arrancadas com facilidade pelos trabalhadores. Só pela organização e pela luta de classes é

²⁰⁵ Idem, p. 60.

²⁰⁶ TROTSKY, Leon. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 161.

que os explorados conseguem não só manter o que foi conquistado, mas obter outras conquistas sociais.

Para efetivamente transformar a sociedade, é necessário que a classe operária, apoiada na maioria explorada, tome o poder do Estado, desmonte a máquina burguesa, construa o seu próprio Estado operário e tome as medidas necessárias para transformar as relações de produção e de propriedade, a fim de criar as condições necessárias à extinção das classes sociais e, com elas, do próprio Estado enquanto tal. Trata-se, como se observa, da estratégia da Revolução Proletária e dos meios que arrastam a classe operária e demais explorados a esse objetivo: os métodos e os meios da luta de classes, a ação direta das massas.

As diversas tentativas de tornar a concepção marxista de Estado mais palatável à intelectualidade acadêmica reformista ou conservadora resultaram, na verdade, em processos de adaptação da militância e da intelectualidade marxista às instituições burguesas ou reforçando o discurso abstrato e especulativo de “democracia como valor universal”, isto é, sem delimitação de classe, sem historicidade.

Por fim, é necessário realçar o caráter internacionalista da obra de Marx e Engels, e, particularmente do *Manifesto Comunista* e de *O Capital*. O internacionalismo é a base de todo o desenvolvimento da teoria marxista e da ação revolucionária do movimento socialista, inspiradas no marxismo. A base concreta, real, do internacionalismo proletário é a natureza internacional do próprio capitalismo, que determina, entre outras coisas, o caráter internacional da revolução proletária.

Como consequência do internacionalismo proletário, no domínio da luta política prática, encontra-se a tarefa de construir os partidos revolucionários nos vários países e reconstruir a organização internacional do proletariado, a *Quarta Internacional*, o *Partido Mundial da Revolução Socialista*.

Conclusões

É possível destacar alguns aspectos do desenvolvimento do marxismo no século XX:

- a) O marxismo foi enriquecido com as contribuições de inúmeros revolucionários e, especialmente, por Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, entre outros. As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, à luz da experiência internacional do proletariado, foram analisadas e sintetizadas teoricamente pelo marxismo, destacando-se questões como o Imperialismo, o partido político, os processos revolucionários nos países capitalistas atrasados, o fascismo e a crise mundial do capitalismo;
- b) A teoria marxista foi também deformada pelo revisionismo para melhor adaptá-la à prática reformista da Socialdemocracia internacional. Para tanto, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, dentre outros, assumiram a defesa intransigente do marxismo proletário revolucionário contra as diversas tentativas de moldar o marxismo a uma versão palatável à academia e à sociedade burguesa;
- c) A Revolução de Outubro de 1917 foi um marco importante tanto na história da humanidade e do movimento socialista, como para o desenvolvimento da teoria marxista. Mostrou à classe operária que era possível não só tomar o poder político da burguesia nos países atrasados, antes mesmo dos países capitalistas avançados, mas que era possível derrotar a contrarrevolução e manter o poder nas mãos da classe revolucionária. Sobretudo, esclareceu definitivamente que a vitória da revolução em um país não encerra o processo revolucionário senão que o inicia e que deve se projetar obrigatoriamente no plano internacional, sob pena de potencializar as tendências contrarrevolucionárias internas e desencadear a restauração das relações de produção capitalistas;
- d) A principal lição da Revolução Russa é que o proletariado tem de constituir o seu partido político, independente dos partidos da burguesia, capaz de dirigir as massas revolucionárias à conquista vitoriosa do poder e responder à contrarrevolução burguesa interna e internacional. O partido leninista é a chave para a compreensão da vitória do proletariado na Rússia, nas condições objetivas do capitalismo atrasado semicolonial. Portanto, é também a chave para a Revolução Socialista Internacional;
- e) Com as deformações e a degeneração burocrática do Estado soviético, do PCUS e da III Internacional por Stalin e pelos estalinistas da URSS e diversos países, coube a Trotsky e à

Oposição de Esquerda russa e internacional se colocarem na linha de frente na defesa do marxismo revolucionário (de Marx, Engels e Lênin) e das conquistas da primeira revolução proletária vitoriosa da história da humanidade, a Revolução Russa de Outubro de 1917.

Por tudo o que foi dito, vale apenas estudar o marxismo na atualidade. E mais: assimilar a teoria marxista é uma necessidade histórica para a intervenção política na luta de classes, para a superação do capitalismo e construção do socialismo. Não tem qualquer sentido a polêmica em torno de um suposto “*fim do socialismo*” ou “*morte do marxismo*”, com a desagregação da União Soviética e do Leste Europeu. Evidentemente, os teóricos burgueses tentam de todas as maneiras desviar a atenção dos lutadores, embotar a consciência política dos trabalhadores e da juventude, enquanto o Estado burguês e os capitalistas agem para desorganizar os explorados. O que esteve (e está!) em crise não é a concepção fundada por Marx e Engels, mas o próprio capitalismo, que deve ser superado pelo socialismo, sob pena de avançarem as tendências atuais de barbárie social.



Bibliografia

- ABRAMO, Fulvio e KAREPOVS, Dainis (orgs.). *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Porto (PT): Afrontamento, 1989.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BANDEIRA, Moniz. *O marxismo e a questão cultural*. In: TROTSKY, Leon. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BARAN, Paul; e SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BEER, Max. *História do Socialismo e das lutas sociais*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- BOTTIGELLI, Emile. *A gênese do socialismo científico*. São Paulo: Mandacaru, 1974.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Sundemann, 2007.
- _____. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.
- BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de materialismo histórico*. Centro do Livro Brasileiro, s/d.
- _____. *ABC do comunismo*. Bauru (SP): Edipro, 2002.
- _____. *A economia mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CARONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo, Xamã, 1995.
- _____. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002.
- CORNU, Auguste. *Marx; Federico Engels: Del idealismo al materialismo histórico*. Buenos Aires: Editoriales Platina, 1965.
- COSTA, R; PINHEIRO, M; FERREIRA, M. *Breve balanço das polêmicas e dissidências comunistas no Brasil*. Imprensa Popular, Ano IV, n° 36, março de 2012.
- DEUTSCHER, Isaac. *A revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *A Rússia depois de Stalin*. São Paulo: Agir, 1956.
- _____. *Ironias da História: ensaio sobre o comunismo contemporâneo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Stalin: uma biografia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Trotsky*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- DULLES, John W. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

- ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch, de 21 de Setembro de 1890. *Estudos Filosóficos*. Editiones Sociales, 1951.
- _____. Esboço de uma crítica da economia política. In: ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. *Dialética da natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- _____. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. São Paulo: Edições Massas, 2010.
- _____. *Prefácio à "Situação da Classe Operária na Inglaterra"*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. *O papel do trabalho na evolução do homem*. Brasília: Editora Kiron, 2012.
- _____. *O problema camponês na França e na Alemanha*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. *Contribuição ao problema da Habitação*. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976.
- _____. *Discurso diante da sepultura de Marx*. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976.
- _____. *Karl Marx*. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976.
- _____. *Princípios do comunismo*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. *Anti-Dühring*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. *Prefácio à primeira edição alemã de Miséria da filosofia*. São Paulo: Centauro, 2003.
- _____. Introdução. In: MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ENGELS, Friedrich & KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- ENGELS, LÊNIN e TROTSKY. *Breve introdução ao O Capital de Karl Marx*. Brasília: Ícone, 2008.
- FAVRE, Pierre e FAVRE, Monique. *Os marxismos depois de Marx*. São Paulo: Ática, 1991.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- GABRIEL, Mary. *Amor e Capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- _____. *Cadernos do Cárcere – Volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Cadernos do Cárcere – Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Cadernos do Cárcere – Volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Perestroika: origens, projetos, impasses*. São Paulo: Atual, 1991.
- _____. *O fim da URSS: origens e fracasso da perestroika*. São Paulo: Atual, 1992.
- HERNÁNDEZ, Martín. *O veredicto da História*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- _____. (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- _____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- _____. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *O novo século*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- _____. *Revolucionários – Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Tempos Interessantes – Uma vida no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- _____. *Da revolução industrial ao imperialismo*. São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- _____. *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do proletariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Como mudar o mundo – Marx e o marxismo: 1840-2011*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- HOFMANN, Werner. *A História do pensamento do movimento social nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho e LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930-1966). In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- KAUTSKY, Karl. *A origem do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- KOPNIN, Pável Vassilievith. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KORENEV, Leonid. *Encruzilhadas da Perestroika: as alternativas da economia soviética*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LABICA, Georges. *As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LAPINE, Nicolai. *O Jovem Marx*. Lisboa: Caminho, 1983.
- LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979.

- _____. *As três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Edições Iskra, 2013.
- _____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.
- _____. Cadernos filosóficos. In *Obras Escolhidas*, t.6, Lisboa: Avante! Moscou: Progresso, 1989, pp. 125-212.
- _____. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Global, 1981.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *A Comuna de Paris*. Brasília: Editora Kiron, 2012.
- _____. *Últimos escritos e diários das secretárias*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- _____. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- _____. *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- _____. Materialismo e Empiriocriticismo. Exceto sobre a crise da física contemporânea. In: LUKÁCS, Gyorgy. *Materialismo e dialética: crise teórica das ciências da natureza*. Brasília: Editora Kiron, 2011.
- _____. Sobre o significado do materialismo militante. In: LUKÁCS, Gyorgy. *Materialismo e dialética: crise teórica das ciências da natureza*. Brasília: Editora Kiron, 2011.
- _____. *Marxismo e Revisionismo*. In: *Obras Completas*, V.1. Lisboa: Avante! Moscou: Progresso, 1989.
- LESSA, S. e TONET, Ivo. *Introdução ao pensamento de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LEFEBVRE, H. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- _____. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.
- LORA, Guillermo. *Historia de las Cuatro Internacionales*. La Paz: Masas, 1989.
- _____. *História da IV Internacional*. São Paulo: Edições Massas, 2001.
- _____. *O que é o revolucionário profissional?* São Paulo: Edições Massas, 2010.
- _____. *A Revolução Permanente em Marx, Engels, Lênin e Trotsky*. São Paulo: Edições Massas, 2009.
- _____. *O Partido e sua Organização: como funciona a célula*. São Paulo: Edições Massas, 2001.
- _____. *Autonomia e reforma universitária*. São Paulo: Edições Massas, 2005.
- _____. *Sobre a tática frentista*. São Paulo: Edições Massas, 2012.
- LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
- LUKÁCS, Georg. *O Jovem Marx e Outros Textos Filosóficos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.
- _____. *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Existencialismo ou Marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.

- _____. *Introdução à uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Pensamento Vivido*. São Paulo: AdHominem/EdUFV, 1999.
- _____. *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- _____. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Introdução à Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- _____. *Textos Escolhidos*. São Paulo: UNESP, 2011.
- MACLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *Engels*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (de 1843 até a redação de O Capital)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- _____. *Tratado de economía marxista*. México: Era, 1969.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.
- _____. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- _____. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1985.
- _____. *Além da Perestroika: a era Gorbatchov e o despertar do povo soviético*. São Paulo: Busca Vida, 1989.
- _____. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.
- MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- MARX, Karl. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Porto: Editorial Presença, 1972.
- _____. *Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo, Global, 1979.
- _____. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *O manifesto filosófico da escola histórica do direito*. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa – Ômega, t. I, 1984.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *As lutas de classes na França: 1848-1850*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global editora, 1987.
- _____. *As crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- _____. *Textos Filosóficos*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.
- _____. *Formações econômicas pré – capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *O método da economia política*. Tradução Fausto Castilo, edição bilingue, n° 71, IFCH/UNICAMP, Agosto/97.

- _____. *A Origem do Capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Centauro, 2000.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 1, vol. 1, 2002.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Nova Abril Cultural, col. Os Economistas, 1982.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *A Questão Judaica*. São Paulo, Centauro, 2002.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: *Textos sobre Tática Revolucionária (Marx, Lênin, Trotsky)*. São Paulo: Edições Massas, 2006.
- _____. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- _____. *Escritos de Juventude*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1987.
- _____. *Glosas críticas* marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. São Paulo: *Expressão Popular*, 2010.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Global, 1981.
- _____. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v. 3, s/d.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Estudos Filosóficos*. Ediciones Sociales, 1951.
- _____. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963, v. 3.
- _____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- _____. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976.
- _____. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume III, s/d.
- _____. *O Anarquismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1987.
- _____. *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global editora, 1986.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Ed. Moraes, 1987.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1997.
- _____. *As lutas de classes na Rússia*. São Paulo; Boitempo, 2013.
- MEHRING, Franz. *Karl Marx*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- _____. *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Sundemann, 2013.
- _____. *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORENO, Nahuel. *Os governos de frente popular na História*. São Paulo: Sundermann, 2003.
- _____. *As revoluções do século XX*. São Paulo: Sundermann, 2003.
- _____. *O partido e a revolução*. São Paulo: Desafio, 1996.
- _____. *Teses para a atualização do Programa de Transição*. São Paulo: CS, 1992.
- NAVES, Márcio B. *Marx: Ciência e Revolução*. São Paulo: Moderna. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000.
- NETTO, J. P. e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOVACK, George. *As origens do materialismo*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- _____. *Introdução à Lógica Marxista*. São Paulo: Sundermann, 2005.
- PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.
- PLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- POLITZER, Georges. *Princípios elementares de filosofia*. São Paulo: Centauro, 2007.
- PONGE, Robert. *A Comuna de Paris (1871)*. In: *O Olho da História*, n. 4, Bahia.
- PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PREOBRAZHENSKY, Evgueni. *Anarquismo e Comunismo*. São Paulo: Sundermann, 2013.
- RIAZANOV, David. *Marx e Engels e a história do movimento operário*. São Paulo, LPM, 1984.
- _____. *Marx: o homem, o pensador, o revolucionário*. São Paulo: Global, 1984.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo: história política dos últimos 150 anos*. São Paulo: Global, 1986.
- SAGRA, Alicia. *A internacional: um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Sundermann, 2010.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Pobreza e globalização na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx Atual: a vigência do marxismo e os desafios da luta socialista*. Salvador: Arcadia, 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. *Introdução à Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Liv. Ciências Humanas, 1978.
- SWEETZ, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- THALHEIMER, A. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1934.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O MARXISMO DEPOIS DE MARX E ENGELS
Conquistas teóricas, políticas e programáticas no século XX.

- _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002; *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TRAGTENBERG, M. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TROTSKY, Leon. *O pensamento vivo de Karl Marx*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- _____. *Terrorismo e comunismo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- _____. *Revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- _____. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2001.
- _____. *A revolução traída*. São Paulo: Centauro, 2007.
- _____. *A revolução desfigurada*. São Paulo: Centauro, 2007.
- _____. *A revolução permanente*. São Paulo: Centauro, 2007.
- _____. *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- _____. Três concepções da revolução. In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- _____. O que é a revolução permanente. In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- _____. A revolução russa (Conferência da Dinamarca). In: *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- _____. A natureza de classe da URSS. In: *A Revolução Russa*. São Paulo: Informação, 1989.
- _____. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Como fizemos a revolução*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011.
- _____. *Da Noruega ao México: os crimes de Stalin*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- _____. O programa de transição. In: LÊNIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979.
- _____. *Os sindicatos na época da decadência capitalista*. In: Escritos sobre sindicato. São Paulo: Kairós, 1978.
- _____. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- _____. O Programa de Transição. In: *Documentos de fundação da IV Internacional*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- _____. O ABC do materialismo dialético. In: *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. *A Comuna de Paris*. Brasília: Edições Centelha Cultural, 2011.
- _____. *Bolchevismo e Stalinismo*. Brasília: Centelha Cultural, 2010.
- _____. *Classe, partido e direção*. In: Bolchevismo e Stalinismo. Brasília: Centelha Cultural, 2010.
- _____. *Escritos de Trotski sobre a teoria da evolução, dialética e marxismo*. Brasília: Editora Kiron, 2012.
- _____. *Aonde vai a França*. São Paulo: Desafio, 1994.
- _____. *O Novo Curso*. São Paulo: Edições Massas, 2014.
- _____. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- WOODS, A. e GRANT, T. *Razão e Revolução*. São Paulo: Luta de Classes, 2007.

Documentos Históricos

- III Internacional Comunista. *Manifestos, teses e resoluções do 1º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1988.
- Teses sobre a estrutura organizativa, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas. In: *Teoria e Organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006.